



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
MESTRADO

RAFAEL GIOVANETTI TEIXEIRA

*A USINA NÃO MORREU TRABALHO, HISTÓRIA ORAL E PATRIMÔNIO NA USINA  
AÇUCAREIRA PAREDÃO (1933 - 2020)*

Goiânia

2021



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS FACULDADE DE HISTÓRIA

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO  
(TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES  
ELETRÔNICAS DE TESES E  
DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL  
DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. **Identificação do material bibliográfico**  Dissertação  Tese
2. **Nome completo do autor:** Rafael Giovanetti Teixeira
3. **Título do trabalho:** A Usina não morreu Trabalho, História Oral e Patrimônio na Usina Açucareira Paredão (1933 - 2020)
4. **Informações de acesso ao documento** Concorda com a liberação total do documento  SIM  NÃO



Documento assinado eletronicamente por **Yussef Daibert Salomão De Campos, Professor do Magistério Superior**, em 20/12/2021, às 18:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **RAFAEL GIOVANETTI TEIXEIRA, Discente**, em 11/01/2022, às 10:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador 2587476 e o código CRC 42074BD9.

RAFAEL GIOVANETTI TEIXEIRA

*A USINA NÃO MORREU* TRABALHO, HISTÓRIA ORAL E PATRIMÔNIO NA USINA  
AÇUCAREIRA PAREDÃO (1933 - 2020)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás, como requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

**Linha de Pesquisa:** História, Memória e Imaginários Sociais .

**Área de concentração:** Culturas, Fronteiras e Identidades.

**Orientador:** Yussef Daibert Salomão de Campos

Goiânia

2021

Ficha de Identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Biblioteca da UFG

Teixeira, Rafael Giovanetti

A Usina não morreu Trabalho, História Oral e Patrimônio na Usina Açucareira Paredão (1933 - 2020) [manuscrito] / Rafael Giovanetti Teixeira. - 2021.

CLII, 152 f.

Orientador: Prof. Dr. Yussef Daibert Salomão de Campos.  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás,  
Faculdade de História (FH), Programa de Pós-Graduação em História,  
Goiânia, 2021.

Bibliografia. Apêndice.

Inclui siglas, mapas, fotografias, gráfico, tabelas.

1. Colonato. 2. Trabalho. 3. História Oral. 4. Patrimônio. I. Campos, Yussef Daibert Salomão de, orient. II. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE HISTÓRIA

## ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº **071/2021** da sessão de Defesa de Dissertação de **Rafael Giovanetti Teixeira**, que confere o título de Mestre(a) em **História**, na área de concentração em **Culturas, Fronteiras e Identidades**.

Aos **vinte e dois dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e um**, a partir da(s) **10h**, via **videoconferência**, realizou-se a sessão pública de Defesa de Dissertação intitulada **“A Usina não morreu Trabalho, História Oral e Patrimônio na Usina Açucareira Paredão (1933 - 2020)”**. Os trabalhos foram instalados pelo Orientador, Professor Doutor **Yussef Daibert Salomão de Campos (PPGH/UFG)** com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professora Doutora **Daniela Pistorello (Univille)**, membro titular externo; Professor Doutor **Jiani Fernando Langaro (PPGH/UFG)**, membro titular interno. Durante a arguição os membros da banca **não fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido o candidato **aprovado** pelos seus membros. Proclamados os resultados pelo Professor Doutor **Yussef Daibert Salomão de Campos**, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, aos **vinte e dois dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e um**.

## TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Elias Nazareno, Coordenador de Pós-graduação**, em 09/03/2022, às 10:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jiani Fernando Langaro, Professor do Magistério Superior**, em 09/03/2022, às 10:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Yussef Daibert Salomão De Campos, Professor do Magistério Superior**, em 09/03/2022, às 17:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **2744889** e o código CRC **E901305A**.

## **AGRADECIMENTOS**

Esta dissertação foi escrita em um momento de exceção. A pandemia causada pela Covid-19 me afetou profundamente. Agradeço a todo acolhimento que recebi em meio às constantes crises de ansiedade que envolveram a produção deste texto. Primeiramente à minha esposa Vitória Mazzocante Morgado que me amparou nos momentos mais difíceis. À minha família e amigos que acreditaram na minha capacidade mesmo quando eu não mais acreditei. Ao programa Saudavelmente da UFG, que me proporcionou acompanhamento médico. Ao Programa de Pós-Graduação em História pela compreensão em relação aos prazos. Ao meu orientador Yussef Campos, todo reconhecimento e admiração.

**O colono e o fazendeiro**

**Diz o brasileiro  
Que acabou a escravidão  
Mas o colono sua o ano inteiro  
E nunca tem um tostão.**

**Se o colono está doente  
É preciso trabalhar  
Luta o pobre no sol quente  
E nada tem para guardar.**

**Cinco da madrugada  
Toca o fiscal a corneta  
Despertando o camarada  
Para ir à colheita.**

**Chega à roça. O sol nascer.  
Cada um na sua linha  
Suando e para comer  
Só feijão e farinha.**

**Nunca pode melhorar  
Esta negra situação  
Carne não pode comprar  
Pra não dever ao patrão.**

**Fazendeiro ao fim do mês  
Dá um vale de cem mil-réis  
Artigo que custa seis  
Vende ao colono por dez.**

**Colono não tem futuro  
E trabalha todo o dia  
O pobre não tem seguro  
E nem aposentadoria.**

**Ele perde a mocidade  
A vida inteira no mato  
E não tem sociedade  
Onde está o seu sindicato?**

**Ele passa o ano inteiro  
Trabalhando, que grandeza!  
Enriquece o fazendeiro  
E termina na pobreza.**

**Se o fazendeiro falar:  
Não fique na minha fazenda  
Colono tem que mudar  
Pois há quem o defenda.**

**Trabalha o ano inteiro  
E no natal não tem abono  
Percebi que o fazendeiro**

**Não dá valor ao colono.**

**O colono quer estudar  
Admira a sapiência do patrão  
Mas é escravo, tem que estacionar  
Não pode dar margem à vocação.**

**A vida do colono brasileiro  
E pungente e deplorável  
Trabalha de janeiro a janeiro  
E vive sempre miserável.**

**O fazendeiro é rude como patrão  
Conserva o colono preso no mato  
E espoliado sem lei, sem proteção  
E ele visa o lucro imediato.**

**O colono é obrigado a produzir  
E trabalha diariamente  
Quando o coitado sucumbir  
É sepultado como indigente.**

*Antologia Pessoal . Maria Carolina de Jesus (1996, p.  
147 a 151)*

## RESUMO

A Usina Açucareira Paredão, localizada na cidade de Oriente, Estado de São Paulo, foi um complexo agroindustrial criado em 1933 durante a expansão da fronteira agrícola paulista no início do século XX. Manteve suas atividades industriais até 1991, quando passou a substituir os canaviais por pastagem. Durante suas 58 safras de funcionamento, compreendeu no interior da propriedade moradias e serviços de assistência social para as famílias trabalhadoras sob a fiscalização do Instituto do Açúcar e do Alcool. No ano de 2020, foi vendida para a Bracell para o plantio de eucalipto, colocando em risco as edificações do passado agroindustrial remanescentes na propriedade. Diante comoção da sociedade e da impotência perante a possibilidade de destruição deste lugar de memória (Noha, 1984) esta dissertação busca recuperar a história dessa usina a partir da compreensão dos modos de vida das famílias trabalhadoras que residiram neste complexo agroindustrial. A análise realizada por meio do aparato teórico e analítico da história social do trabalho, envolve as transformações das relações de produção, trabalho e residência a partir do regime de trabalho singular que conformou a região, o colonato. Outrossim, a partir as fontes primárias levantadas e as entrevistas construídas a partir do método de história oral para esta investigação, ressalta-se a potência que as memórias, histórias e edificações representam como patrimônio industrial.

**Palavras-chave:** Colonato, Trabalho, História Oral e Patrimônio

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>CAPÍTULO 1: COLONIZAÇÃO E COLONATO.....</b>	<b>37</b>
<b>CAPÍTULO 2: OS INDUSTRIAIS VÃO AO CAMPO.....</b>	<b>65</b>
<b>CAPÍTULO 3: A URBANIZAÇÃO DO CAMPO.....</b>	<b>98</b>
<b>CAPÍTULO 4: USINA AÇUCAREIRA PAREDÃO: PATRIMÔNIO INDUSTRIAL... </b>	<b>139</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>164</b>
<b>APÊNDICE.....</b>	<b>166</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>167</b>

## INTRODUÇÃO

Na cidade de Oriente, São Paulo, a trinta quilômetros da saída 327-A da BR-153, entrada para cidade de Marília-SP, estão as edificações da Usina Açucareira Paredão. Com suas atividades industriais encerradas em 1991, após quase 60 anos de produção, suas terras até então ocupadas pela cana-de-açúcar, passaram a ser utilizadas para a pecuária.

No ano de 2020, toda área agrícola da Usina<sup>1</sup> foi vendida para *Bracell*, propriedade do grupo indonésio Royal Golden Eagle (RGE). Este grupo global de empresas baseadas em recursos, com propriedades na Indonésia, China, Brasil, Canadá e Europa, anunciou a expansão da capacidade da produção de celulose no Estado de São Paulo de 250.000 toneladas por ano para 1,5 milhão de toneladas, com capacidade de produção de 2 milhões de toneladas de celulose solúvel por ano. O eucalipto que vem sendo plantado em grandes extensões de Terra do Estado, será manufaturado em Lençóis Paulista, com a conclusão das obras para o início das atividades industriais estimadas 2021<sup>2</sup>.

A concessão do Lote Piracicaba-Panorama (PiPa) à Eixo SP Concessionária de Rodovias S.A. faz parte dos investimentos na produção de celulose na região de São Paulo. Este é o maior lote rodoviário já concedido no País com 1.224 quilômetros de rodovias que cruzam 62 municípios do Estado entre a região de Piracicaba e o extremo oeste do estado, na divisa com Mato Grosso do Sul. Os três bilhões de reais iniciais das obras foram financiados pelo Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES)<sup>3</sup>.

A cidade de Oriente compõe um destes 62 municípios submetidos aos pedágios da privatização. O tronco rodoviário entre Bauru e Panorama, compreendendo 350 quilômetros de estradas, que foi responsável pela formação da região junto à ferrovia na primeira metade do século XX, integra a concessão à Eixo SP nesse novo ciclo econômico que vem transformando o cenário da região com as plantações de eucalipto.

Inserida na microrregião do Centro-Oeste Paulista que compreende o entorno das

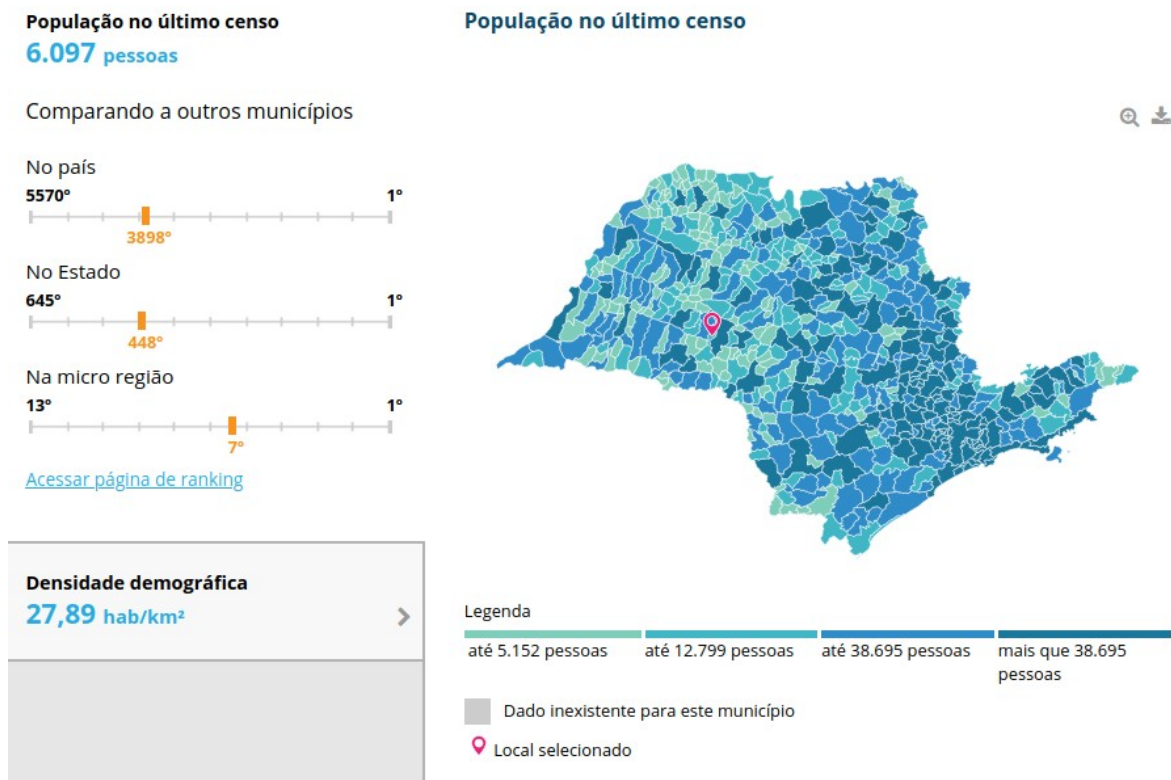
---

<sup>1</sup>A partir deste momento, utilizar-se-á também Usina em maiúsculo para se referir à Usina Açucareira Paredão

<sup>2</sup> <https://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/governo-de-sp-anuncia-o-maior-investimento-em-20-anos-na-regiao-de-bauru/> Acesso em 18/02/2021.

<sup>3</sup>A concessionária — A Eixo SP é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) constituída em janeiro do ano passado para a exploração de PiPa. Seu controle acionário pertence ao Pátria Infraestrutura IV Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (Pátria – FIP IV), que detém 70% das ações de forma indireta. O restante das ações pertence ao NY Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (FIP-NY). O Pátria – FIP IV é um fundo administrado pelo Pátria Investimentos, gestor de fundos de investimento que tem atuação global e mais de 30 anos no mercado de gestão de ativos alternativos. O FIP-NY é controlado pelo GIC, fundo soberano do Governo de Singapura. <https://agenciadenoticias.bndes.gov.br/detalhe/noticia/BNDES-financia-melhorias-na-maior-rodovia-ja-concedida-no-Pais/> Acesso em 18/02/2021

idades de Araçatuba, Assis, Bauru, Marília, Tupã e Presidente Prudente., a cidade de Oriente está a aproximadamente 450 quilômetros da capital do Estado, com população estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), para 2020, de 6542 pessoas, contém PIB per capita de R\$ 15.302,62 em 2017 e IDHM 0,770, em 2010<sup>4</sup>.



**Figura 1** - Panorama Populacional Cidade de Oriente - SP

**Fonte:** <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/oriente/panorama>> Acesso em 22.11.2020.

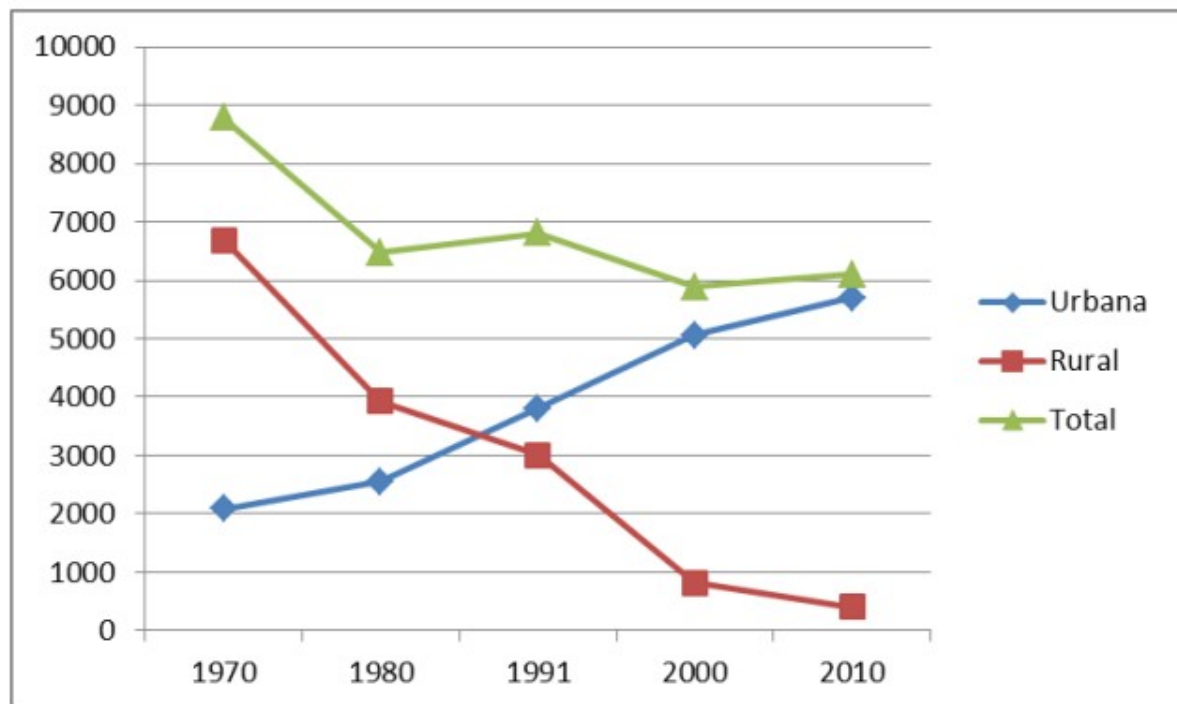
A possibilidade da destruição das edificações da Usina Açucareira Paredão pelos novos proprietários gerou debates na sociedade orientense. A preocupação da população com a conservação da igreja, dos prédios anexos ao antigo núcleo fabril e das casas das colônias compõe o espaço como um lugar de memória (Nora, 1984) de um passado abruptamente interrompido.

A estimativa do êxodo gerado pelo encerramento das atividades entre 1991 e 1994 é de cerca de 500 famílias ou 2000 pessoas. Conforme a variação nos censos de 1991 e 2000, intervalo que contém o fechamento da Usina, pode se observar o decaimento de 2180 pessoas da área rural, o aumento de 1261 da área urbana, com o saldo de emigração do município de 919 pessoas.

<sup>4</sup><<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/oriente/panorama>> Acesso em 22.11.2020.

População residente, por situação do domicílio					
Variável - População residente (Pessoas)					
Município - Oriente (SP)					
Situação do domicílio	Ano				
	1970	1980	1991	2000	2010
Total	8781	6472	6803	5884	6097
Urbana	2088	2552	3801	5062	5695
Rural	6693	3920	3002	822	402

**Tabela 1** – População residente por situação do domicílio município de Oriente (SP) População residente, por situação do domicílio  
 Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) Censo Demográfico



**Gráfico 1** – População residente por situação do domicílio  
 Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) Censo Demográfico.  
 Elaboração própria

Criada em 1933 pelo suíço Max Wirth, nas terras recém colonizadas da alta-paulista, hoje centro-oeste paulista, a Usina Açucareira Paredão Ltda. compunha o quadro de 38 usinas no Estado de São Paulo até o início da década de 1940 (De Carli, 1943). A característica das edificações da administração e funções anexas com telhado em chalé construídas pelo imigrante constituía a valorização do patrimônio e das terras na frente pioneira e garantia identidade ao empreendimento junto a elite política e econômica paulista.

O Grupo Giorgi<sup>5</sup> adquiriu o complexo agroindustrial em 1949 com as atividades em pleno vapor, expandindo a capacidade de produção, plantio e emprego da Usina durante as 42 safras empreendidas pela empresa. Até o encerramento das atividades industriais em 1991, a administração geria em suas propriedades escola, quadra poliesportiva, estádio de futebol, armazém para venda de mercadorias, açougue, padaria, serviços de assistência médica e odontológica e moradia para as famílias trabalhadoras residentes nas colônias das fazendas e do núcleo fabril. Ademais, a administração promovia atividades de entretenimento como ações religiosas, festejos e desportiva, destacando-se o futebol com o Usina Paredão Futebol Clube.

Após o encerramento das atividades industriais em 1991, os canaviais passaram a ser ocupados pela pastagem. A restrição de acesso às famílias trabalhadoras remanescentes pelos proprietários acarretou no isolamento das edificações no interior da propriedade, permitindo certa proteção das construções à depredação. Outrossim, a utilização do espaço como ponto de atração para o turismo rural também envolveu ações de conservação de parte das edificações.

Porém, mais do que contar a história empresarial, esta pesquisa busca compreender os modos de vida (Thompson, 1987) das famílias trabalhadoras na Usina Açucareira Paredão tendo como área investigativa a história social do trabalho. Esta forma de pensar e produzir conhecimento sobre a história coloca em destaque as maiorias da sociedade, que historicamente são constituídas de trabalhadores e trabalhadoras. São estes setores sociais que produzem a riqueza, que historicamente geram a condição de existência da própria sociedade (Fortes, 2013), cujas histórias ainda são invisibilizadas quando o assunto é patrimônio industrial.

Deste modo, o problema desta pesquisa, que guiou as entrevistas e parte da revisão bibliográfica esteve centrado no colonato: regime de trabalho singular utilizado nas fazendas de café e usinas canavieiras de São Paulo dos anos 1880 a 1960 (Martins, 1979). As características desse regime de trabalho circunscrevem a concessão de moradias e roçados de subsistência às famílias trabalhadoras nas terras do fazendeiro, o pagamento proporcional por mercadoria produzida e o trabalho familiar envolvido nessas atividades (Ianni, 1984).

---

<sup>5</sup> Propriedades do Grupo Giorgi: S/A Lanifícios Minerva, Brasil Viscose Ltda., Refinaria Nacional de Sal S/A – Sal Cisne, Fiação e Tecelagem Santo André S/A, Metalgráfica Giorgi S/A, Materiais para Construção Porto Ribeiro Ltda., União Industrial e Mercantil Brasileira S/A, Socinbra Ltda., Cotonifício Giorgi de Minas Gerais e Metalúrgica Aricanduva Ltda. Fonte: <http://www.gazetavirtual.com.br/cotonificio-guilherme-giorgi-sa/> (Acesso em: 13/10/2020)

Os quase 100 anos que compõe a utilização deste regime de trabalho envolvendo os anos finais do Império (1822 - 1889) e metade da República (1889 – 2020), contém transformações profundas na sociedade brasileira envolvendo a abolição da escravidão, o estímulo migratório nacional e internacional, a expansão da fronteira agrícola para o interior do país e considerável industrialização na cidade e no campo. No caso do objeto de pesquisa em questão, o recorte temporal envolve a criação da Usina em 1933 e a venda da propriedade para a Bracell em 2020.

Considerando as discussões sobre a falência desse regime de trabalho na década de 1960, as perspectivas da revisão bibliográfica em Ianni (1984), Silva (1999), Stolcke (1986), Martins (1979) envolvem questões relacionadas às transformações das relações de produção e trabalho envolvidos no desenvolvimento tecnológico na indústria e no campo e aos conflitos sociais por melhores condições de vida e direitos trabalhistas no meio rural como fatores limitantes à manutenção do colonato nas fazendas paulistas.

A persistência das moradias e de outros serviços no interior da Usina até os anos 1990 suscitam perguntas sobre os modos de vida das famílias trabalhadores inseridas na organização social: colonato persistiu como regime de trabalho na Usina Açucareira Paredão até seu fechamento? Essa pergunta implica em outra: como se conformaram os modos de vida das famílias trabalhadoras perante às transformações das relações de produção nessa usina durante os 60 anos de atividades agroindustriais?

A divisão de terras para construção da Usina Açucareira Paredão a partir de 1933 está contida na expansão da fronteira agrícola para o sertão da alta paulista a partir dos anos 1900. As frente pioneiras (MONBEIG, 1998) como eram chamadas as terras ocupadas no interior da província de São Paulo a partir do desmatamento para a construção das fazendas para o monocultivo de cana-de-açúcar e café, ganham volume e velocidade no princípio do século XX. Combinando as políticas migratórias acumuladas e direcionadas para esta província e o desenvolvimento tecnológico das ferrovias acumuladas da Revolução Industrial Inglesa, a região que no princípio daquele século compunha Mata Atlântica intocada, é inserida no cenário de devastação do bioma chegando em 2000 a apenas 3% conservação (Victor [et al.], 2005)

O assentamento de famílias trabalhadoras em colônias agrícolas durante esse processo, que permitiu a colonização do sertão paulista, só foi possível pelo colonato, explorando não só a força de trabalho individual do colono para o produto exportador, mas também a força de

trabalho familiar, coletiva, na produção dos seus próprios meios de subsistência nas terras do fazendeiro (Martins, 1979).

Sobre esse regime de trabalho singular aos canaviais paulistas, há certa fartura de fontes e referências sobre a situação dos trabalhadores, principalmente pela atuação do Estado pelo Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), que regulamentou o setor de 1933 a 1991. O IAA estabeleceu critérios de limitação de produção tendo como base a capacidade do maquinário das usinas e a área das lavouras, buscando a estabilidade dos preços do açúcar no mercado nacional frente ao internacional. Também proibiu a montagem de novas usinas, engenhos e banguês em todo o território nacional, sem prévia consulta ao Instituto e sem aprovação por parte deste dos planos de instalação (Szmrecsányi 1988, p. 63).

Além de questões relacionadas à produção, o IAA buscou atuar como mediador dos conflitos sociais entre produtores e fornecedores, além de regulamentar as relações trabalhistas nos canaviais por meio do Estatuto da Lavoura Canavieira (ELC) em 1941. Já bastante utilizado nos canaviais paulistas desde as instalações dos Engenhos Centrais promovidas pelo Império a partir de 1880, o colonato foi classificado à parte no ELC como “colono paulista”, estabelecendo para determinada prática trabalhista um contrato tipo, exigindo direitos às famílias trabalhadoras como a concessão de terras para plantação, garantias salariais, moradia, assistência médica e hospitalar e ensino primário gratuito (De Carli, 1943, p. 213).

A organização dos trabalhadores rurais na reivindicação pelas garantia de direitos no campo via sindicatos rurais e movimentos sociais organizados nos anos 1950 e 1960 expandiu o poder de negociação desta parcela da população brasileira perante anos de exploração da sociedade agrária. A mediação do Estado da relação Capital x Trabalho transpareceu a exploração pelas quais as famílias trabalhadoras estavam sendo submetidas nos cafezais e canaviais paulistas.

O aumento de processos trabalhistas abertos e a atuação fiscalizadora do Ministério do Trabalho junto aos sindicatos rurais geraram mudanças significativas nas relações sociais no campo. Não é coincidência que a bibliografia aponte que o fim do colonato nos cafezais e canaviais em São Paulo aconteceu na década de 1950 e 1960. As agitações sociais no campo nessa época geraram forte reação dos fazendeiros que, num processo de retaliação, expulsaram as famílias trabalhadoras das colônias e destruíram as casas que habitavam. Grande parte do êxodo rural e inflamento das periferias de todo país está relacionada com esse

momento.

Esse processo de retaliação esteve acompanhado do desenvolvimento das tecnologias no campo e na indústria, que transformaram as relações de produção no campo. No setor sucroalcooleiro, essas transformações, que já vinham ocorrendo desde o Império com a adoção dos Engenhos Centrais e se intensificaram nos anos 1950, principalmente com o desenvolvimento de maquinário para transporte e carregamento, maquinário industrial e manejo da cultura canavieira.

As transformações das relações de produção geradas pelo desenvolvimento tecnológico no setor causaram, conseqüentemente, transformações nas relações de trabalho. A revisão bibliográfica destaca as mudanças na forma de remuneração no corte de cana a partir dos anos 1950. A remuneração por feixe de cana cortada utilizado até esta época realizada principalmente por colonos residentes passa para o pagamento por tonelada de cana com a adoção do trabalhador volante nos canaviais paulistas, a partir dos anos 1960 (Silva, 1999).

Com relação ao trabalho volante, essa foi a forma encontrada pela elite agrária para não cumprir com as garantias do Estatuto do Trabalhador Rural aprovado em 1963 fruto da organização dos trabalhadores rurais. Enquanto trabalhadores efetivos e registrados, estes teriam direitos garantidos pela legislação, porém o trabalhador volante contratado por safra discrimina o cumprimento desses direitos ao vincular o trabalhador ao contrato temporário sazonalidade da produção.

Deste modo, o desterro das colônias e a sazonalidade do emprego geraram grandes movimentos pendulares de pessoas das mais diversas regiões do Brasil para trabalharem nas safras de cana-de-açúcar. Esse regime de trabalho persiste até os dias atuais, onde concorre com a substituição completa do corte manual da cana-de-açúcar pela colheitadeira mecânica.

Considerando esse problema teórico, utiliza-se da perspectiva da história social do trabalho brasileira que busca

revisar balanços historiográficos, interpretações consagradas ou categorias que aparecem como descritores fixos, mas que, interpelados pelas transformações dos fenômenos que representam ou por novas questões colocadas pelos historiadores, precisam ser revisados ou substituídos (FORTES, 2013, p. 10)

Deste modo, os objetivos dessa dissertação consistem em: Inserir a Usina Açucareira Paredão nos debates sobre as transformações das relações de produção e trabalho na agro indústria canavieira paulista; Compreender a instauração e as transformações do colonato

canavieiro paulista nesse complexo agro industrial; Compreender os modos de vida das famílias trabalhadoras residentes nas colônias nas mediações do núcleo fabril e das fazenda e; Aproximar a Usina Açucareira Paredão aos debates sobre patrimônio industrial brasileiro e internacional.

Para não cair no estruturalismo sociológico que pressupõe a teorização do colonato, utilizou-se como aparato teórico e analítico a história social do trabalho, acompanhando os estudos recentes sobre a história do trabalho no Brasil e no mundo para contribuir com acúmulo de pesquisas que compõem a História Global do Trabalho<sup>6</sup> de forma a superar o “eurocentrismo” interpretativo sobre as classes trabalhadoras a nível mundial (MATIAS, 2016, p. 48).

Aiziuru e Rivera (1994, p. 4) expressam a amplitude que compõe a história social do trabalho

En el marco de la historia social, la historia social del trabajo atiende entonces tanto a los aspectos técnicos del mismo (organización; adecuación de herramientas, maquinas y técnicas; disposición de los procesos de oferta y demanda; determinación del marco físico em que se desarrolla etc;) como a sus protagonistas trabajadores y capitalistas (en el sentido de “poseedores del capital”) y las actuaciones y relaciones que se establecen entre éstos, por exemplo (procesos de fijación y adecuación de la fuerza de trabajo y del capital, com arreglo a las demandas de los diferentes modos de producción; desarrollo de aspiraciones divergentes, unas en la dirección de obtener el mayor rendimiento, otras en la de modificar las estructuras sócio-economicas etc)<sup>7</sup>

<sup>6</sup> O texto que é em geral tomado como referência inaugural desse debate no campo da história social do trabalho é de autoria conjunta de Marcel van der Linden e Jan Lucassen: *Prolegomena for a Global Labour History*. Amsterdam: International Institute of Social History, 1999 (disponível em <http://www.iisg.nl/publications/prolegom.pdf>). O Instituto de História Social de Amsterdã é certamente um dos espaços de produção fomento desse projeto. Um outro exemplo de iniciativas que tentam atrair o debate para os espaços de produção de conhecimento na Europa é a iniciativa financiada pelo Ministério de Educação e Pesquisa da Alemanha, intitulada “*IGK Work nd Human Life Cycle in Global History*”. Esse cetno, sediado na Universidade Humboldt em Berlin, estabelecido em 2009 e dirigido pelo africanista alemão Andreas Eckert, reúne um colégio de *fellows* renovado a cada ano e que foi co-responsável pela construção de uma rede de mais de 150 pesquisadores associados oriundos de vários países europeus, americanos, africanos e asiáticos reunidos em torno do tema da história global do trabalho (ver sua página na internet: <https://rework.hu-berlin.de/en/news.html>). Para uma perspectiva menos orientada pelas redes acadêmicas europeias – escrito por alguém excepcionalmente bem posicionada para subsidiar essa discussão, e com fortes ligações com os estudos sobre o trabalho no Brasil – ver o artigo de Barbara Weinstein: “*Globalizado a História do Trabalho: o caso da revista International Labor and Working-Class History*”, *Mundos o Trabalho*, v. 9, n. 18, p. 11-23, jul.-dez. 2017 (LIMA, 2008, p. 59)

<sup>7</sup>No marco da história social, a história social do trabalho atende então tanto aos aspectos técnicos do mesmo (organização; adequação de ferramentas, máquinas e técnicas; disposição dos processos de oferta e demanda; determinação do marco físico em que se desenvolve, etc;) como a seus protagonistas trabalhadores e capitalistas (no sentido de “possuidores do capital”) e as atuações e relações que se estabelecem entre estes, por exemplo (processos de fixação e adequação da força de trabalho e do capital, contendo às demandas dos diferentes modos de produção; desenvolvimento de aspirações divergentes, umas na direção de obter maior rendimento, outras na

Parte dessa vertente da história social do trabalho contemporânea advém das discussões que envolvem os Estudos Culturais Ingleses. Conforme destaca Cevasco (2003, p. 9) “Toda definição de disciplina da área das ciências humanas pressupõe, em menor ou maior grau, uma concepção do significado de cultura”.

Inserida nessa corrente, a teorização do materialismo cultural desenvolvida por Raymond Williams (1921 - 1988) concebe os bens culturais como resultado de meios materiais de produção do significado cultural. Envolvendo desde a linguagem como consciência prática de interpretação da realidade social, aos meios de comunicação, esta concepção de cultura permite conceber as relações materiais que envolvem instituições, convenções e formas na produção e reprodução de determinada expressão de significado em seu contexto histórico, social, político e econômico.

Essa concepção material de cultura enfatiza historicamente as formas pelas quais determinado grupo de pessoas se comunicavam e mantinham socialmente determinado modo de vida. Este recorte histórico nas formas materiais de comunicação é de grande valia para as investigações sobre as classes sociais, uma vez que reconhece nos registros da comunicação linguística e artísticas, as evidências econômicas, sociais e políticas de determinada compreensão da realidade .

Dessa forma Williams (1989), desloca o conceito de cultura do valor cultural de determinadas expressões (como por exemplo, cultura erudita e popular, ou cultura nacional, que dividem e hierarquizam grupos e classes sociais) e busca expandi-lo como “a pronuncia sobre o significado de um modo de vida envolvido na produção e reprodução de determinada expressão” CEVASCO, 2003, p. 23).

toda sociedade humana tem suas própria formas, seus próprios propósitos, seus próprios significados. Toda sociedade humana expressa tudo isso nas instituições, nas artes e no conhecimento. A formação de uma sociedade é a descoberta de significados e direções comuns, e seu desenvolvimento se dá no debate ativo e no seu aperfeiçoamento, sob a pressão da experiência, do contato e das invenções, inscrevendo-se na própria terra. A sociedade em desenvolvimento é um dado, e, no entanto, ela se constrói e reconstrói em cada modo de pensar individual. A formação desse modo individual é, a princípio, o lento aprendizado das formas, dos propósitos e significados, de modo a possibilitar o trabalho, a observação e a comunicação. Em segundo lugar, mas de igual importância, está a comprovação destes na experiência, a construção de novas observações, comparações e direções conhecidos, em que seus membros são treinados; e as novas observações e os novos significados, que são apresentados e testados. Esses são os processos ordinários das

sociedades humanas e das mentes humanas, e observamos por meios deles a natureza de uma cultura: que é sempre tanto tradicional quanto criativa; que é tanto os mais ordinários significados comuns quanto os mais refinados significados individuais. Usamos a palavra cultura nesses dois sentidos: para designar todo um modo de vida – os significados comuns, e para designar as artes e o aprendizado – os processos especiais de descoberta e esforço criativo. Alguns escritores usam essa palavra para um ou para outro sentido, mas insisto nos dois e na importância de sua junção. As perguntas que faço sobre nossa cultura são referentes aos nossos propósitos gerais e comuns e, mesmo assim, são perguntas sobre sentidos pessoais profundos. A cultura é de todos, em todas as sociedades e em todos os modos de pensar. (WILLIAMS, 1989, p. 4)

Deste modo, “se cultura é tudo o que constitui a maneira de viver de uma sociedade específica, devem-se valorizar, além das grandes obras que codificam esse modo de vida, as modificações históricas desse mesmo modo de vida” (CEVASCO, 2003, p. 51). Por consequência, ademais das considerações estruturalistas do colonato e buscando estabelecer conteúdo historiográfico ao objeto em questão, a concepção do materialismo cultural sobre os modos de vida das famílias trabalhadoras na Usina Açucareira Paredão expande a capacidade analítica ao possibilitar maior aprofundamento da interpretação de diversas fontes e evidências sobre o objeto em questão, pois não desvincula a cultura do processo histórico, social e econômico.

Edward Thompson (1924 - 1993) compõe o quadro dos teóricos do materialismo cultural ao analisar o fazer-se da classe operária inglesa, considerando classe social não como um conceito vinculado abstratamente ao modo de produção, mas como experiências vividas por pessoas em situações que compõe seus modos de vida e situações de classe social nessas próprias relações de produção em determinado tempo e espaço.

O dinamismo das relações entre os sujeitos, orientadas por suas “experiências vividas”, seriam reduzidas à mecânica das determinações econômicas. O marxismo estruturalista teria uma noção de classe desumanizante, em que o “fazer-se” dos sujeitos enquanto classe seria deliberadamente negado, em função de um conjunto de pré-disposições estruturais sobre a realidade dos acontecimentos impostas (THOMPSON, 1987 *apud* AQUILES, 2011, p.16).

O termo perdido, *experiência*, foi cunhado por Thompson (1981) pensando a pluralidade das condições de vida e trabalho que envolvem a situação das pessoas enquanto classe social, o que abrange desde salários à condições de trabalho, habitação e ciclo sociocultural.

Para Ellen Wood (2003), não são somente as relações de produção conformam as

classes sociais, mas, sobretudo, a existência da classe em experiência vivida pelo sujeito. Nas palavras de Wood:

As ligações e oposições contidas no processo de produção são a base da classe; mas a relação entre nas pessoas que ocupam posições semelhantes relações de produção não é dada diretamente pelo processo de produção e de apropriação (...) as pessoas nunca estão ‘reunidas’ em classes, a pressão determinante exercida por um modo de produção na formação das classes não pode ser expressa sem referência a alguma coisa semelhante a uma experiência comum – uma experiência vivida de relações de produção, as divisões entre produtores e apropriadores, e, mais particularmente, dos conflitos e das lutas inerentes às relações de produção (WOOD, 2003, p. 89).

Para Thompson (1987), haveria uma relação de determinação social e econômica no estruturalismo marxista no processo de produção conceitual de classe, ou seja, uma primazia de traços econômicos na definição das formações de classe. Segundo o autor:

Existe atualmente uma tentação generalizada em se supor que a classe é uma coisa. Não era esse o significado em Marx, em seus escritos históricos, mas o erro deturpa muitos textos ‘marxistas’ contemporâneos. ‘Ela’, a classe operária, é tomada como tendo uma existência real, capaz de ser definida quase matematicamente – uma quantidade de homens que se encontra numa certa proporção com os meios de produção (THOMPSON, 1987, p. 10).

Desse modo, na perspectiva thompsoniana, a subsunção do agir humano à estrutura econômica, retira dos sujeitos e grupos sociais a centralidade na condução dos processos históricos, tornando-os meros portadores de esquemas estruturais pré-existentes (Thompson, 1981).

Por outro lado, as várias críticas feitas a Thompson por não dar a devida importância às relações econômicas de produção em sua compreensão sobre os fenômenos de classe são infundadas, uma vez que o autor procura demonstrar exatamente o contrário. Há, por outro lado, uma operacionalização teórica segundo a qual a dimensão histórica, material e dialética das relações de produção demarcam as situações sociais e culturais que serão experimentadas pelos sujeitos (Aquiles, 2016).

O termo perdido, *experiência*, proposto por Thompson (1987), corresponde ao elo entre a estrutura econômica e as relações sociais de produção. Desse modo, o resultado das situações de classe vividas pelo ser social e histórico são evidenciadas no ato comunicativo (portanto, culturalmente), em produções escritas de época como jornais, revistas e literatura, ou ainda em narrativas a posteriori.

Thompson (1981) assim define a noção de “experiência” em seu desenho analítico:

Os homens e mulheres (...) retornam como sujeitos dentro deste termo – não como sujeitos autônomos, livres, mas como pessoas que indivíduos experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e com antagonismos, e em seguida “tratam” essa experiência em sua consciência e sua cultura (...) das mais complexas maneiras (...) e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre a situação determinada (THOMPSON, 1981, p. 182).

Ellen Wood (2003) complementa:

(...) as determinações objetivas não se impõem sobre seres de forma vazia e passiva, mas sobre seres matéria-prima históricos ativos e conscientes. As formações de classe surgem e se desenvolvem à medida que homens e mulheres vivem suas relações produtivas e experimentam suas situações determinadas, no interior do conjunto das relações sociais, com a cultura e esperanças que herdaram, e à medida que trabalham de formas culturais suas experiências (WOOD, 2003, p. 76).

A partir das experiências individuais e coletivas, há a imbricação entre base e superestrutura, que permeiam a historicidade de trabalhadores e trabalhadoras enquanto processo de formação de classes. Nessa historicidade das classes, que compõe as suas experiências, é possível analisar os processos de produção e suas transformações, inscritas aos modos de vida e relações sociais de classe num período específico. “Na medida em que, historicamente, os sujeitos ‘experimentam’ situações determinadas pela totalidade das relações produtivas, podem se unir/organizar em torno de interesses e projetos comuns, em oposição a interesses e projetos distintos” (AQUILES, 2011, p. 17).

Como forma de mensurar essas experiências de classe, Thompson (1988) destaca a complementação entre o padrão de vida e o modo de vida que compõe essas experiências. Segundo o autor:

(...) o termo "padrão" nos leva de informações susceptíveis de medição estatística (salários ou artigos de consumo) para aquelas satisfações algumas vezes descritas como "imponderáveis" pelos estatísticos. Da alimentação passamos à moradia, da moradia à saúde, da saúde à vida familiar, e desse ponto ao ócio, à disciplina no trabalho, à educação e lazer, à intensidade do trabalho, e assim por diante. Do padrão de vida, passamos ao modo de vida. Mas eles não significam a mesma coisa. O primeiro é uma medida de quantidades; o segundo, uma descrição (e, às vezes, uma avaliação) de qualidades. Enquanto as evidências estatísticas são apropriadas para o primeiro caso, precisamos confiar em "dados literários" para o segundo. A principal fonte de confusão surge quando se procuram extrair conclusões para um caso a partir de dados apropriados apenas para o outro (THOMPSON, 1988, p. 37).

Deste modo, o padrão de vida, enquanto evidências estatísticas relacionadas ao salário, capacidade de consumo, alimentação, saúde, educação e lazer não divergem da análise

qualitativa do modo de vida. Vinculado a “dados literários”, a compilação de narrativas e a descrição e análise dos modos de vida da classe trabalhadora permitem o processamento das experiências de classe criadas em torno das transformações das relações de produção.

No caso, reconhecendo o colonato como problema a ser investigado, nas dimensões do trabalho familiar, roçado de subsistência e moradia, compõe-se às transformações nas relações de produção, os modos de vida das famílias trabalhadores na Usina Açucareira Paredão.

Nesse sentido, as situações vivenciadas e narradas pelas famílias trabalhadoras na Usina Açucareira Paredão expõem suas experiências de classe em diferentes visões sobre o regime de trabalho e as relações de produção aos quais estiveram envolvidos seus modos de vida, compondo a avaliação em qualidades e descrição.

Para a investigação da conformação e transformação do colonato na Usina Açucareira Paredão, utilizou-se do método de história oral para documentar e reconhecer as experiências de classe dos trabalhadores na composição e recomposição de seus modos de vida permeadas pelas transformações das relações de produção e trabalho neste complexo agroindustrial.

Os procedimentos presentes no livro *Manual de História Oral* de José Carlos Sebe Meihy (2005) foram utilizados para o desenvolvimento desta pesquisa. Buscou-se, dessa forma, tratar cientificamente as experiências narradas, criadas a partir das memórias dos entrevistados com a utilização da história oral como método.

Dentre as várias definições de história oral, recorre-se a de Meihy (2005, p. 17):

História oral é um recurso moderno usado para a elaboração de documentos, arquivamento e estudos referentes a experiências social de pessoas e de grupos. Ela é sempre uma história do “tempo presente” e também conhecida como história viva.

Assim, Meihy (2005, p. 62) destaca o vínculo que a história oral mantém com a memória, e vice versa. “A transposição das narrativas da memória para a história (...) no entanto, se dá na capacidade de diálogo entre a memória, a mediação da história oral e a história ou suas correlatas irmãs.”

Ainda segundo este autor

O passado contido na memória é dinâmico como a própria memória individual ou grupal. Enquanto a narrativa da memória não se consubstancia em um documento escrito, ela é mutável e sobre variações que vão desde a ênfase ou a entonação até os silêncios e disfarces. O que foi lembrado, como foi narrado, em que circunstância foi evocado o fato: tudo isso integra a narrativa, que sempre nasce na memória e se projeta na imaginação, que, por

sua vez, depois de articular estratégias narrativas, se materializa na representação verbal que pode ser transformada em fonte escrita (MEIHY, 2005, p. 61).

Deste modo, “memória, imaginação, representação e estratégias são bases que sustentam qualquer narrativa sobre o passado e o presente” (MEIHY, 2005, p. 62). Além disso, a utilização da história oral como método requer uma atenção especial ao projeto pelo qual foi construído, seus referenciais teóricos e objetivos:

Como método, a história oral se ergue segundo alternativas que privilegiam os depoimentos como atenção central dos estudos. Trata-se de focalizar as entrevistas como o ponto central e de partida para as análises. Para valorizá-la metodologicamente, os oralistas miram sua atenção desde o estabelecimento do projeto, nos critérios de obtenção das entrevistas, em seu procedimento, na passagem do oral para o escrito e nos resultados públicos. Como método, a história oral reúne em torno das entrevistas o conjunto de procedimentos que devem ser explicitados nos projetos (MEIHY, 2005, p. 49)

Como enfaticamente é requerido pelos principais teóricos da história oral (Meihy, 2005; Alberti, 2004; e Ferreira, 2000) “não existe história oral sem projeto”<sup>8</sup>. Desta forma, o projeto de história oral que foi elaborado previamente à realização das entrevistas, foi submetido e aprovado pela Plataforma Brasil<sup>9</sup> para averiguação do comitê de ética que lida com estudos envolvendo humanos.

Sendo um método de pesquisa, a história oral não é um fim em si mesma, e sim um meio de conhecimento. Seu emprego só se justifica no contexto de uma investigação científica, o que pressupõe sua articulação com um projeto de pesquisa previamente definido. Assim, antes mesmo de se pensar em história oral, é preciso haver questões, perguntas, que justifiquem o desenvolvimento de uma investigação. A história oral só começa a participar dessa formulação no momento em que é preciso determinar a abordagem do objeto em questão: como será trabalhado (ALBERTI, 2004, p. 27).

Portelli (1996, pp. 6 e 7) salienta que “o discurso oral se apresenta mais como um processo do que um texto acabado”. Por definição, ainda segundo este autor, “a pesquisa com fontes orais sempre será inconclusa, visto ser impossível exaurir a memória de um único informante”.

Deste modo, recorreu-se à categoria da história oral temática tendo em vista os objetivos gerais da pesquisa, que consistem em compreender as transformações das relações

---

<sup>8</sup> A história oral é, dentro dessas manifestações, um procedimento mais específico e, sobretudo, programado; é o resultado de entrevistas indicadas em projetos previamente existentes e elaborados para atender a algum objetivo (Meihy, 2005, p. 21)

<sup>9</sup> [www.saude.gov.br/plataformabrasil](http://www.saude.gov.br/plataformabrasil)

de produção e a composição dos modos de vida das famílias trabalhadoras na Usina Açucareira Paredão.

Segundo Meihy (2005, p. 162) “a história oral temática é quase sempre usada como técnica, pois articula, na maioria das vezes, diálogos com outros documentos. Quanto mais informações se tem previamente, mais interessantes e profundos podem ser as questões”.

Como as experiências e os processos do colonato estão associados às histórias familiares e de vida dos trabalhadores entrevistados, utilizou-se também dos procedimentos de história oral de vida. Assim destaca Meihy (2005, p. 164):

Há projetos temáticos que combinam algo de história oral de vida. Nesses casos, o que se busca é o enquadramento de dados objetivos do depoente com as informações colhidas. Essa forma de história oral tem sido muito apreciada porque com a mescla de situações vivenciais a informação ganha mais vivacidade e sugere características do narrador.

Assim, dependendo da disponibilidade e do conforto dos colaboradores<sup>10</sup>, as entrevistas foram conduzidas de maneira mais aberta, deixando o entrevistado o mais livre possível para contar sobre sua própria história, apenas com algumas intervenções do entrevistador, guiadas pelas temáticas e pelo questionário semi-estruturado.

As perguntas que guiaram a entrevistas foram:

Onde você viva antes de chegar na Usina? Quando você chegou na usina? Como soube do trabalho? Sempre morou na mesma casa? Quando mudou e por quê? Como era sua casa? O que você achava dela? Em qual colônia ela ficava? Quantas pessoas vivam na casa? Todos trabalhavam na Usina? Como era a colônia em que morava? Você podia criar animais e tinha um espaço para plantar? Você trabalhava em que área? Trabalhou em outras áreas? Como era sua rotina de trabalho? Como aconteciam os turnos e pausa para almoço,? Costumava utilizar os serviços internos como açougue, padaria, armazém? O que achava desses serviços? E os festejos, você participava deles? Pode me contar de alguns que mais gostava? Até quando você viveu na Usina? Por que foi embora?

As perguntas do questionário estiveram enfocadas nas temáticas do colonato canavieiro paulista, que envolvem moradia, roçado de subsistência, remuneração por peça e por salário e trabalho familiar, buscando compreender as dinâmicas de manutenção e transformação deste regime de trabalho a partir das narrativas dos colaboradores entrevistados. O desenrolar livre das narrativas, encaminhada nas temáticas propostas pelo

<sup>10</sup>A noção de colaborador advém do princípio de colaboração na elaboração dos entrevistados na pesquisa, superando a objetificação dessas pessoas adquirindo papel de sujeitos da própria história e não meros objetos de pesquisa (Meihy, 2005, p. 124)

projeto, certificou os caminhos adequados da pesquisa. Também se utilizou de estímulos visuais, como fotos e de páginas do *Jornal Prevencionista* previamente selecionadas, para incitar a discussão de temas relacionados aos objetivos do estudo.

Deste modo, a escolha da história oral como fonte da pesquisa sucedeu-se não só para aproveitar os testemunhos das pessoas que viveram e trabalharam na Usina Açucareira Paredão, mas também devido “à necessidade de preenchimento de espaços capazes de atribuir sentido a uma cultura explicativa dos atos sociais vistos pelas pessoas que herdaram dilemas e benesses da vida no presente” (MEIHY, 2005, p. 24)

Nessa perspectiva, Ferreira e Amado (2006, p. 14) salientam que

o uso sistemático do testemunho oral possibilita à história oral esclarecer trajetórias individuais, eventos e processos que as vezes não tem como ser entendidos ou elucidados de outra forma (...) São histórias de movimentos sociais populares, de lutas cotidianas encobertas ou esquecidas, de versões menosprezadas; essas características permitiram inclusive que uma vertente da história oral se tenha constituído ligada a história dos excluídos.

Outrossim, “a história oral permite o registro de testemunhos e o acesso a ‘histórias dentro da história’ e, dessa forma, amplia as possibilidades de interpretação do passado” (ALBERTI, 2005, p. 155). Dentre as várias histórias dos trabalhadores da Usina entrevistados, a que se escreve por meio dessa dissertação é desenvolvida mediante ao trabalho de suas memórias (Jelin, 2008).

Se faz necessário, então, recorrer a Elisabeth Jelin (2008), que fez um excelente trabalho de compilação e direcionamento de raciocínio sobre *Los trabajos de la memoria*, nome da sua obra. A autora direciona suas reflexões destacando a temporalidade complexa dos processos históricos na subjetividade humana, recorrendo aos magistrais conceitos de “espaço de experiência e horizonte de expectativa” de Koselleck (2006) que superam a linearidade cronológica dos acontecimentos e estabelecem um sentido próprio de tempo histórico ao sujeito: “Pois o tempo histórico, (...) está associado à ação social e política, a homens concretos que agem e sofrem as consequências de ações, a suas instituições e organizações” (KOSELLECK, 2006, p. 14).

Desta forma, a autora vincula as memórias do passado ao presente pelo espaço da experiência e horizontes de expectativas individuais e coletivas, às suas conjunturas e cenários políticos, sociais e econômicos que

(...) orientan (o se desorientan y se pierden) entre “futuros pasados” (Koselleck, 1993) “futuros perdidos” (Huysen, 2000) y “pasados que no pasan” (Connan y Rousso, 1994) en un presente que se tiene que acercar y alejar simultáneamente de esos pasados recogidos en los espacios de experiencia y de los futuros incorporados en horizontes de expectativas. (JELIN, 2008, p. 13)<sup>11</sup>

Jelin (2008) desenvolve sua reflexão sobre os trabalhos da memória, ou seja, os modos narrativos de dar sentido a essas memórias em um processo de elaboração discursiva e de sentidos ao passado, ressaltando os perigos enredados no envolvimento de sentimentos de traição, vingança ou de fidelidade ao tempo passado. A complexidade se expande ainda mais, quando as memórias envolvem grupos e suas memórias coletivas.

Segundo Jelin (2008, p. 18):

La memoria, [es] en tanto ‘facultad psíquica con la que se recuerda’ o la ‘capacidad, mayor o menor, para recordar’ (Moliner, 1998: 318) (recordar: ‘retener cosas en la mente’) (...). Lo que más preocupa es no recordar, no retener en la memoria.<sup>12</sup>

Há nas recordações uma singularidade individual, e a possibilidade de ativar o passado no presente “la memoria como presente del pasado, en palabras de Ricoeur (1999: 16) - lo que define la identidad personal y la continuidad del sí mismo en el tiempo” (JELIN, 2008, pp. 18 e 19). Esta singularidade individual está permeada por processos históricos, sociais, culturais, políticos e econômicos sendo impossível recordar ou recriar o passado sem apelar a esses contextos.

Maurice Halbwachs foi o primeiro a explicar a memória como uma combinação das experiências, das sensações e das percepções individuais com as memórias de outros indivíduos e grupos. Em suas palavras:

(...) cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda segundo o lugar que ali ocupo e que esse mesmo lugar muda segundo as relações que mantenho com outros meios (...) (HALBWACHS, 1990, p. 51).

<sup>11</sup>(...) orientam (ou se desorientam e se perdem) entre “futuros passados” (Huysen, 2000) e “passados que não passam” (Connan y Rousso, 1994) em um presente que se tem que aproximar e distanciar simultaneamente de esses passados recolhidos em espaços de experiências e dos futuros incorporados em horizontes de expectativas (JELIN, 2008, p. 13 tradução própria )

<sup>12</sup>A memória [é] tanto “faculdade psíquica com a qual se recorda” ou “capacidade, maior ou menor” para lembrar (Moliner, 1998: 318) (relembrar: “conter coisas na mente” (...). O que mais preocupava é não recordar, não reter na memória.( tradução própria)

A contribuição de Halbwachs (1990) foi marcante por propor a exterioridade das lembranças nas memórias, "nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos" (HALBWACHS, 1990, p. 51).

Contudo, como assinala Jelin (2008, p. 22), a noção de memória coletiva proposta por Halbwachs apresenta sérios problemas na medida em que é entendida como entidade que existe para além e separada dos indivíduos, no sentido *sui generis* dos fatos sociais da tradição durkheimiana. A autora defende que se pode interpretar o sentido de memórias compartilhadas ou superpostas, como produtos de interações múltiplas enquadradas em marcos sociais e em relações de poder:

Esta perspectiva permite tomar las memorias colectivas no solo como datos, sino también centrar la atención sobre los procesos de su construcción. Esto implica dar lugar a distintos actores sociales (inclusive a los marginados y excluidos) y a las disputas y negociaciones de sentidos del pasado en escenarios diversos (Pollak, 1989). También permite dejar abierta a la investigación empírica la existencia o no de memorias dominantes, hegemónicas, únicas u "oficiales" (JELIN, 2008, p. 22)<sup>13</sup>

Assim, segundo Jelin (2008), como a memória define a identidade pessoal pela continuidade de si mesmo no tempo, a memória coletiva mantém a continuidade de um grupo. Logo,

(...) para fijar ciertos parámetros de identidad (...) el sujeto selecciona ciertos hitos, ciertas memorias que lo pone en relación con "otros". Estos parámetros que implican al mismo tiempo resaltar algunos rasgos de identificación grupal con algunos y de diferenciación con "otros" para definir los límites de la identidad, se convierten en marcos sociales para encuadrar las memorias (JELIN, 2008, p. 25)<sup>14</sup>.

A autora destaca ainda que há que ressaltar a influência de sentimentos na intenção de manutenção que impulsionam a busca de sentidos de um momento memorável. Esse momento é expresso em uma narrativa convertendo-se e adquirindo sentido na coerência de um relato comunicável. Assim como a memória é seletiva, toda narrativa impõe uma seleção discursiva.

---

<sup>13</sup>Esta perspectiva permite tomar as memórias coletivas não só como dados, senão também centrar a atenção sobre os processos de sua construção. Isto implica dar lugar a distintos atores sociais (inclusive aos marginalizados e excluídos) e às disputas e negociações de sentido do passado em cenários diversos (Pollak, 1989). também permite deixar aberta à investigação empírica a existência ou não de memórias dominantes, hegemônicas, únicas ou "oficiais". (JELIN, 2008, p. 22 tradução própria)

<sup>14</sup>(...) para fixar centros parâmetros de identidade (...) o sujeito seleciona centros marcos, certas memórias que o põe em relação com "outros". Estes parâmetros que implicam ao mesmo tempo ressaltar algumas características de identificação grupal com alguns e de diferenciação com "outros" para definir limites da identidade, se convertem em marcos sociais para enquadrar as memórias (JELIN, 2008, p. 25 tradução própria)

Portelli (1996, p.1 61) também contribui para as questões referentes a subjetividade nas fontes orais, segundo este autor,

a subjetividade existe, e constitui, uma característica indestrutível dos seres humanos. Nossa tarefa não é, pois, a de exorcizá-la (...). Se formos capazes, a subjetividade se revelará mais do que uma interferência; será a maior riqueza, a maior contribuição cognitiva que chega a nós das memórias e das fontes orais.

Nesse sentido, as experiências passadas (que resultam em memórias narradas) são mediatizadas pela linguagem e por um marco cultural interpretativo no qual se expressam em marcas discursivas de significados sobre determinado tempo e espaço. Os sujeitos não são receptores passivos, mas agentes sociais com capacidade de resposta e transformação (Jelin, 2008).

Assim, ao considerar as pessoas que viveram e trabalharam na Usina Açucareira Paredão como partilhadoras de um fenômeno histórico e social comum durante vários anos, as perspectivas para a utilização de suas de memórias como fonte histórica adquirem relevância acadêmica, pois evidenciam perspectivas de um modo de vida passado já encerrado e caro para as investigações da história social do trabalho.

Para Ferreira e Amato (2006, p. 9) “o objeto de estudo do historiador é recuperado por intermédio da memória dos informantes; a instância da memória passa assim a nortear as reflexões históricas, acarretando desdobramentos teóricos e metodológicos importantes”. Deste modo, a pesquisa teve como colaboradores pessoas que trabalharam e viveram nas colônias da Usina Açucareira Paredão, o universo de entrevistados esteve restrito à cidade de Oriente e aos remanescentes da Usina que continuam residindo na cidade.

As entrevistas foram realizadas em lugares confortáveis combinadas previamente com os colaboradores, a maioria delas em sua própria residência. Ao fim, foram realizadas oito entrevistas únicas com cada colaborador e duas entrevista com duas colaboradoras ao mesmo tempo, todas com duração em média de uma hora e meia cada. As entrevistas foram gravadas em áudio e realizadas sob o livre consentimento e esclarecimento, a partir da assinatura do Termo de Consentimento e Livre Esclarecimento.

Fabiano Carvalho de Souza foi o colaborador central que facilitou a maior parte das entrevistas, estando presente na maioria delas e contribuindo com seu desenvolvimento. Sua história familiar (sendo ele parte da terceira geração de trabalhadores da Usina) e seu conhecimento acerca da Usina, bem como interesse em manter viva sua história através da

página “Usina Paredão, Nossa História” no *Facebook*<sup>15</sup>, constantemente atualizada comunitariamente com fotos dos “tempos da usina” foi de grande utilidade para guiar a pesquisa aos entrevistados. Seu conhecimento e popularidade na cidade guiaram o entrevistador “às pessoas antigas, que viveram vários anos na Usina”.

Para o processo de criação do documento escrito a partir das narrativas orais, optou-se pelas exigências presentes no manual de história oral de Verena Alberti (2004), tendo em vista o enfoque da pesquisa em história oral temática. O processo de transcrição, conferência e textualização foi realizado pelo próprio entrevistador durante o mês de fevereiro de 2020 e cumpriu com os seguintes critérios para melhor compreensão da leitura do texto conforme o quadro presente no apêndice. As entrevistas gravadas em áudio e as transcrições completas estão arquivadas para consulta no Laboratório de História da Universidade Federal de Goiás<sup>16</sup>.

Além das entrevistas criadas para essa dissertação, recorreu-se também aos documentos criados por entrevistas realizadas em 2017 para trabalho de conclusão de curso em Ciência Política e Sociologia da Universidade Federal da Integração Latino-americana, intitulado, *Análise das condições de vida e trabalho na Usina Açucareira Paredão* (Teixeira, 2017).

Na ocasião, foram entrevistadas oito pessoas com gravador de voz e cinco em conversas sem gravador, em um total de 13 encontros, a maioria delas realizadas na residência dos entrevistados ou em bares. As conversas e entrevistas aconteceram durante os meses de agosto e outubro de 2017. As conversas sem gravador de voz, formaram arquivo de registro em caderno de campo. Também se recorreu às entrevistas criadas nessa mesma ocasião realizada com os proprietários, Sr. Guilherme Giorgi, Dona Maria Alice, e Júlio Giorgi.

Como destaca Verena Alberti (2013, p. 2), a análise historiográfica de arquivos documentais deve considerar também as condições de criação e preservação do documento para transformá-lo em fonte:

Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo”, diz Le Goff, acrescentando que é preciso “desmontar” a montagem e “analisar as condições de produção dos documentos-monumentos”. Isso não quer dizer, em hipótese alguma, que o historiador pode prescindir dos documentos. Não pode, pois é através deles, colocando-lhes questões e transformando-os em fontes, que ele consegue se aproximar do objeto que estuda. O importante é estar sempre consciente a respeito dos limites e das injunções do

<sup>15</sup>Fonte: <https://www.facebook.com/media/set/?set=a.106577979492178&type=3>. Acesso em 28/11/2020.

<sup>16</sup> UFG - Universidade Federal de Goiás. Avenida Esperança s/n, Câmpus Samambaia - Prédio da Reitoria. CEP 74690-900 Goiânia - Goiás – Brasil. Fone: +55 (62) 3521.1000. Também será disponibilizado à Biblioteca Municipal de Oriente, uma cópia da dissertação, assim como as fontes gravadas e transcritas.

conhecimento condicionado por tal especificidade. Por isso é sempre pertinente a pergunta “O que essa fonte documenta?”.

Assim sendo, a utilização de fonte de documentos formados através de entrevistas, a partir da história oral ou de outras metodologias acadêmicas, deve ser feita de maneira crítica. Reconhecendo principalmente o projeto pelo qual aquela documentação foi formada (Alberti, 2004). Da mesma forma, a utilização de documentos formados por entrevistas de outras áreas das ciências humanas e sociais devem ser consideradas como fonte, reconhecendo seu processo de criação. Segundo Le Goff (1984, pp. 103 e 104), o documento

É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados desmistificando- lhe o seu significado aparente. O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. No limite, não existe um documento- verdade. Todo o documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo. (...) um monumento é em primeiro lugar uma roupagem, uma aparência enganadora, uma montagem. É preciso começar por desmontar, demolir esta montagem, desestruturar esta construção e analisar as condições de produção dos documentos-monumentos. (Le Goff, 1984, p. 103-4)

Maria de Lourdes Monaco Janotti (2011) explica que, na empreitada de constituir um discurso historiográfico, para a análise de um documento como fonte, “deve-se considerar três instâncias teórico-metodológicas: a dos depoentes, a dos interrogadores ou entrevistadores e a do público” (Janotti, 2011, p. 13). Segundo a autora, o depoente no ato de narração das suas memórias “concebe conteúdo e forma da linguagem tendo em vista determinadas finalidades ocultas ou evidentes e julga seu testemunho verdadeiro, mesmo que deliberadamente mascare o vivido”(Janotti, 2011, p. 13). O entrevistador, com plano traçado, busca preencher suas demandas, “seja usando interrogatório ou livre diálogo; (...) domina técnicas e métodos, que precisam ser assegurados para a aceitação do público a que seu trabalho se destina” (Janotti, 2011, p. 13).

Deste modo, os documentos criados a partir de outras pesquisas não são meros monumentos e podem ser analisados criticamente pelo historiador considerando suas condições de produção e arquivamento.

Além das referências bibliográficas e das fontes orais, também se recorreu ao *Jornal Previsionista*, órgão informativo da Usina Açucareira Paredão. Este Jornal teve sua primeira

edição em abril de 1982 e foi criado com o objetivo principal de levar “informações úteis da nossa comunidade e principalmente divulgar assuntos relacionados à Segurança do Trabalho” (sic), sendo resultado da criação do Serviço de Segurança Agroindustrial na Usina, criado no ano anterior à primeira publicação pela direção.

A última edição do Jornal do acervo (acessado e digitalizado em contato com a administração da usina) é a de número 77, referente aos meses julho/agosto de 1990. De circulação bimestral nos dois primeiros anos, passou a ser mensal nos anos seguintes, aumentando sua tiragem de 500 exemplares para 1000 nas últimas edições, todas distribuídas gratuitamente. Os exemplares variam de 6 a 8 páginas, chegando a 10 e até 12 páginas em alguns deles.

Dessas 77 edições, fazem falta 15 exemplares no acervo: edição 26 do ano de 1985; edições 35 e 36 do ano de 1986; edições 45, 46 e 49 do ano de 1987; edições 50 a 55 de 1988; e edições 64, 66 e 67 de 1989. Entretanto, considera-se que o desfalque dessas edições não afeta substancialmente a análise geral do presente trabalho devido ao grande volume proporcional já apresentado pelas 62 edições adquiridas.

Tania Regina de Luca (2014) discute a utilização da imprensa escrita como fonte para a historiografia no Brasil. As questões sobre a ‘independência e exatidão do editorial’, a falta de objetividade das matérias ou ainda a ‘mistura do imparcial e do tendencioso, do certo e do errado’ mais que invalidar o material, pretende ‘alertar para o uso instrumental e ingênuo’ que o pesquisador pode ter para com essas fontes (LUCA, 2014, p. 116).

A autora resgata o trabalho de Ana Maria de Almeida Camargo (1971), que além de reiterar “as armadilhas reservadas pela imprensa”, destaca “os riscos que o pesquisador corre ao ir buscar num periódico precisamente aquilo que se pretende confirmar”, “o que em geral acontece quando desvinculamos uma palavra, uma linha ou um texto inteiro de uma realidade” (LUCA, 2014, p. 117).

Luca (2014, p. 142) sistematiza alguns passos que são seguidos nesse trabalho, ditando os cuidados que o historiador deve tomar ao lidar com a fonte jornalística: encontrar as fontes e constituir uma longa e representativa série; localizar as publicações na história da imprensa; atentar para as características de ordem material (periodicidade, impressão, papel, uso/ausência de iconografia e de publicidade); assenhorar-se da forma de organização interna do conteúdo; caracterizar o material iconográfico presente, atentando para as opções estéticas

e funções cumpridas por ele na publicação; caracterizar o grupo responsável pela publicação; identificar os principais colaboradores; identificar o público a que se destina; identificar as fontes de receita; analisar o material de acordo com a problemática escolhida.

Também recorreu-se ao Diário Oficial da União e Diário Oficial do Estado de São Paulo como fontes primárias. A imersão nos documentos oficiais ocorreu a partir da ferramenta de busca textual da plataforma JusBrasil, envolvendo publicações de 1936 a 1994.<sup>17</sup>

Para divisão dos capítulos, foram utilizadas as categorias criadas a partir das análises das entrevistas compondo seis entroncamentos principais relacionados aos diretores da Usina Açucareira Paredão. Essas categorias foram frequentemente levantadas pelas pessoas entrevistadas, sendo cada administração um marco temporal em suas memórias pelas transformações que ocorreram tanto na Usina, quanto em suas trajetórias individuais e familiares.

Em 1933, Max Wirth divide as terras da recém criada Fazenda Paredão para construção da Usina Açucareira Paredão, administrada pelos seus genros até 1949. Neste ano, o Grupo Giorgi adquire as terras e o complexo agroindustrial em pleno funcionamento. O complexo agroindustrial passa a ser administrada pelo sr. Alfredo Giorgi até 1961, ano em que Sérgio Coló assume a direção. Manteve-se até 1968 em meios as agitações sociais no campo dos anos 1960. Naquele ano, o sr. Guilherme Giorgi passa a administrar diretamente o negócio do grupo. Em 1973, Jayme Pereira da Silva, *nascido e criado na Usina*, é eleito pelo grupo de investidores como administrador e permanece na direção até poucos meses antes do processo de concordata em 1990. Administrada desde então por Júlio Giorgi, a extinção do IAA e a crise financeira dos anos 1980 culminou com o processo de esvaziamento das colônias e encerramento das atividades da indústria e da lavoura durante os anos 1990 a 1994.

Deste modo, a divisão dos capítulos envolvem estes marcos temporais e as transformações nas relações de produção e trabalho nos modos de vida das famílias trabalhadoras da seguinte forma: O capítulo 1, “Colonização e Colonato” busca localizar historicamente a Usina Açucareira Paredão na expansão cafeeira para o oeste paulista e no avanço do setor sucroalcooleiro em São Paulo durante a primeira metade do século XX, para compreender a constituição do colonato nos modos de vida das famílias trabalhadoras das primeiras safras tocadas pela família Wirth de 1933 a 1949; o Capítulo 2 “Os industriais vão

---

<sup>17</sup><https://www.jusbrasil.com.br/> (Acesso em: 05/03/2021)

ao campo” destaca o recorte temporal das primeiras administrações sob comando do Grupo Giorgi, de 1949 a 1968 e investiga a composição do colonato nos modos de vidas das famílias trabalhadoras considerando a ampliação produtiva e os conflitos sociais no campo que envolvem esse período; Capítulo 3: “A urbanização do campo”, envolve anos de 1968 e 1994 e busca dar continuidade à conformação dos modos de vida das famílias trabalhadoras na constante ampliação produtiva da Usina até o encerramento das atividades industriais; por fim, o capítulo 4 “Usina Açucareira Paredão: Patrimônio Industrial” discute como as memórias, histórias e edificações que envolveram o complexo agroindustrial podem ser enquadradas nas perspectivas sobre patrimônio industrial.

## CAPÍTULO 1: COLONIZAÇÃO E COLONATO

Por volta de 1.925, meus tios Ângelo Del'Antonia , Amadeu Del'Antonia e meu pai, Sr. Miguel Lobato, vieram para o Alto Cafezal (Marília-SP) para abrirem a fazenda Santa Luzia, de propriedade de meu tio-avô, Senhor Pedro Del'Antonia. Ali chegando, já encontraram casa feita, um pomar, e a fazenda em parte já estava aberta pelo posseiro, Sr. Antonio Capácio, que também tinha título de posse da propriedade.

Como ambos tinham documento de posse da área, foram para a justiça a fim de verificar qual deles era verdadeiro e apontar o legítimo dono da propriedade. Apurou-se, então, tratar-se verdadeiro o título pertencente ao Sr. Pedro Del'Antonia, uma vez que o Sr Antonio Capácio havia sido ludibriado por corretores desonestos que lhe venderam a gleba e lhe entregaram documentos falsos de posse da terra.

Resolvida a demanda, meu pai e tios retomaram a área e iniciaram a construção de casas para permanecerem na propriedade e continuarem abrindo a fazenda, todos sem suas famílias, que só vieram juntar-se a eles em 1928.

Como o Sr Pedro Del'Antonia venceu a questão, teve que indenizar o Sr Antonio Capácio por todas as benfeitorias realizadas, bem como pelo plantio de café. Entraram em acordo e o Sr Antonio ficou sendo formador de café por 06 anos, juntamente com meu pai, de 1925 a 1931.

Terminada a empreita, meu pai e o Sr Antonio vieram para Oriente, tendo meu pai comprado um armazém de secos e molhados que pertencia à firma Botelho & Silva e o Sr Antonio abriu o primeiro açougue em Oriente.

As primeiras famílias a se instalarem em Oriente para plantarem café e formarem seus sítios foram, além da família Del'Antonia, as seguintes: No Bairro Santa Luzia, instalaram-se as famílias Troncon, Salgado, Prado e Palácio; no Bairro Jatobazinho, as famílias Cayres, Reis, Teixeira, Teodoro Bueno e Monteiro; na estrada de Monte Serrato, as famílias Azevedo, Garcia, Lavagnini, Lopes, Manequim, Pachioni, Mazini, Pilon e José Del'Passo; no Bairro Santa Maria as famílias Parra, Martins, Pelais e família André Martins; no Bairro Jatobá as famílias Pretti, Camusato, Fernandes, Domiciano, Souza, Peres, Fincato e Cavadas; no Bairro Shimoya, as famílias de Antonio Miranda, Gerolino e Mesquita; no Bairro Bela Vista, Ângelo Rui, Bepim Roma e José Ribeiro.

Como fazendas, tivemos primeiro a Fazenda Vendramini, que loteou o município, Fazenda Shimoya, Fazenda Paredão, da qual foi desmembrada uma parte para que os genros do Sr Max Wirth instalassem a Usina Paredão em meados de 1933, Fazenda Santa Mercedes, Fazenda Santa Rita, Fazenda Santa Maria, Fazenda Guataporanga e o Bairro Mil Alqueires, que era formado por pequenos sitiantes, na maioria de origem japonesa.

Em todas essas propriedades havia casas em quantidade suficiente para o número de empregados existentes, pois a demanda por mão de obra era grande e, como de praxe, as famílias moravam nas propriedades onde trabalhavam.

Em 1929 a família Vendramini fez o loteamento de Oriente, que teve como primeiro nome Vila Hormus. Posteriormente a família Reis loteou parte de suas

terras. Nosso município originou-se, então, das Vilas Hormos e Reis e logo recebeu o nome definitivo de Oriente

O nosso município era estritamente agrícola, predominando as culturas do café, cana-de-açúcar, algodão, amendoim, laranja, mandioca, milho, batata, hortelã, rami e amora, para produção de casulos de bichos da seda. Atualmente predomina a pecuária, com 70% das terras ocupadas por pastagens.

O trecho acima destacado compõe um pequeno livro publicado em livre edição pelo senhor Antônio Monteiro Lobato. Este livro de 70 páginas foi encontrado na Biblioteca Municipal de Oriente durante trabalho de campo. Intitulado *História de Oriente* o autor compõe sua trajetória familiar à história da formação da região e apresenta algumas evidências para compreender o processo histórico de conformação da Usina Açucareira Paredão.

Suas descrições associam-se como introdução ao presente capítulo, que busca localizar historicamente a formação dessa região no começo do século XX e da Usina Açucareira Paredão sob administração e propriedade da família Wirth de 1933 a 1949. Para conformar esse período, destaca-se primeiramente a expansão cafeeira para o oeste paulista e o avanço do setor sucroalcooleiro em São Paulo durante este decurso. O enfoque da análise na história social do trabalho direciona as discussões sobre a colonização da região ao regime de trabalho singular adotado na província paulista nesse processo, o colonato (Martins, 1979)

O ano de 1925 destacado pelo sr. Lobato no deslocamento de seus tios para abrirem a fazenda Santa Luzia e o encontro com ‘posseiros’ nas terras é a primeira evidência para discorrer sobre como a formação da região foi realizada pela especulação de terras, pela derrubada das matas, pelos cafezais e pela migração interna e externa.

A concentração fundiária deve ser considerada como tema central para a análise dos processos de colonização brasileiros. Segundo Viotti (1994), as discussões sobre a mudança na legislação fundiária, considerada ‘caótica’ na situação do sistema de Sesmarias, estavam sob debate desde a Independência em 1822 e culminaram com a Lei de Terras de 1850.

A caótica situação da propriedade rural e os problemas da força de trabalho impeliram os setores dinâmicos da elite brasileira a reavaliar as políticas de terra e do trabalho. A Lei de Terras de 1850, expressou os interesses desses grupos e representou uma tentativa de regularizar a propriedade rural e o fornecimento de trabalho, de acordo com as novas necessidades e possibilidades da época (VIOTTI, 1994, pp. 145 e 146)

José Graziano Silva (1981, p. 58) destaca que, com sua regulamentação em 1854, a Lei de Terras “estabeleceu as normas pelas quais a repartição, medição e venda das terras

públicas seriam feitas, bem como da revalidação e legitimação das posses preexistentes”. Deste modo, a esta lei fez com que, depois dela, toda e qualquer transação imobiliária envolvendo terras devolutas, públicas ou privadas deveria ser feita pelo reconhecimento do título de propriedade<sup>18</sup>, “o que na prática representou a contenção da expansão do sistema de posses, que deveria ameaçar as grandes propriedades que mantinha suas áreas incultas” (GUIMARÃES, 1964, p. 121)

Conforme destaca Silva (1996), a problemática do acesso à terra no Brasil no contexto da aprovação da referida lei esteve dividida em duas grandes pautas relacionadas ao trabalho:

Em primeiro lugar, as novas perspectivas abertas para a economia pela extinção do tráfico demandavam uma reformulação do papel exercido até então pelo escravo como bem econômico. Tudo aquilo que o escravo representava como mercadoria e capital imobilizado no antigo sistema, deveria, em parte, ser substituído pela terra num futuro próximo. Para que isso viesse a acontecer, entretanto, era necessário que se pusesse ordem no caos existente em matéria de propriedade territorial.

Em segundo lugar, (...) , o fim do trabalho escravo e a transição para o trabalho livre e na visão do governo imperial a solução para que essa transição se operasse sem traumatismos era a imigração estrangeira, que por sua vez precisava ser financiada. Uma forma de financiar esse processo seria a venda de terras devolutas da coroa. Mais uma vez para que isso pudesse ocorrer, era necessário por ordem na apropriação territorial, e em especial demarcar as terras devolutas. SILVA, 1996, p. 124)

Deste modo, a regularização do sistema fundiário pela Lei de Terras envolveu não só o modo como o Estado brasileiro buscou lidar com a propriedade fundiária, mas também com as questões relacionadas à substituição do trabalho escravo para o trabalho livre. Não por acaso, no mesmo ano de 1850, “diante do esgotamento do escravismo e da inevitabilidade do trabalho livre, o Brasil decidiu (...) pela cessação do tráfico negreiro, desse modo abreviando e condenando a escravidão” que, contudo, persistiu até 1888 (MARTINS, 1979, p. 29).

Martins (1979) sustenta que o sistema de financiamento dos projetos econômicos das elites rurais brasileiras esteve engendrada até meados do século XIX na renda imobilizada no escravo. Esta forma de composição de renda capitalizada, como instrumento de investimento para expansão produtiva, é substituída pela renda territorial nas hipotecas das fazendas a partir de 1870. Foi a renda territorial que impulsionou a expansão da fronteira agrícola paulista ao extremo oeste do Estado até meados do século XX pela abertura de novas fazendas.

Segundo este autor, a renda territorial a partir da hipoteca das fazendas e suas feitorias surgiu da metamorfose da renda capitalizada na pessoa do escravo a partir da crise do sistema

---

<sup>18</sup>“O artigo 91 do regulamento determinava que todos os possuidores de terras, qualquer que fosse o título de sua propriedade ou posse, seriam obrigados a registrar as terras que possuíam” (SILVA, 1996, p. 193)

internacional escravagista. A renda territorial como forma de capital tributário no comércio se contrapôs à antiga relação com o traficante de escravos. Ao formar o capital tributário em constante expansão e especulação pela abertura de novas fazendas, a aquisição do direito de exploração da força de trabalho passa a se opor direito de propriedade sobre a pessoa do trabalhador escravizado. Por sua vez, também passa a sobrepor-se ao capital imobilizado pelos quais trabalhadores cativos representavam enquanto produto e capacidade produtiva (Martins, 1979, pp. 23 a 32).

Deste modo, o capital hipotecário, comercial e especulativo aplicado nas benfeitorias das fazendas e em sua produção sobrepõe em volume e liquidez, a antiga forma do decadente capital escravagista. Sob essas condições, “além de produzir café, os fazendeiros passaram produzir fazendas de café”, ocupando terras cada vez mais a oeste na província de São Paulo (Martins, 1979, p. 68).

Por conseguinte, a situação fundiária relacionada à grilagem de terras correspondeu a uma grande estratégia impulsionadora da colonização do interior paulistas nas chamadas frentes pioneiras:

No Estado de São Paulo tidas as terras são de propriedade particular, tanto as florestas como as de campos. Isso se deve à legislação fundiária, ao povoamento da fase inicial e à perseverança dos grileiros. O ponto de partida para a série de especulações é sempre a posse de vastas extensões de matas, às vezes designadas como fazendas frequentemente como glebas, que compreendem milhares de alqueires. A especulação fez-se à base da divisão sucessiva das glebas e conduziu à formação de dois tipos distintos de propriedade: a fazenda e o loteamento, este para a instalação de pequenos proprietários. Uma gleba pode ser diretamente dividida em parcelas e loteada, formando sítios (...). Por sua vez, uma fazenda pode igualmente ser loteada, na totalidade ou parcialmente (Monbeig 1998, p. 211 e 212)

Como destaca Monbeig (1998) a expansão cafeeira em São Paulo até finais do século XIX se estendeu por regiões até então habitadas, ainda que de maneira isolada, por povoados fruto das rotas de tropeiros. A partir de 1900, as expedições geográficas adentram as matas intocadas da hinterlândia do Estado entre os rios Tietê e Paranapanema.

A disposição mais a oeste da colonização pelas ferrovias na província acompanhou o avanço de três troncos ferroviários correspondentes aos respectivos espigões<sup>19</sup> dos quatro rios que nascem no primeiro planalto paulista e deságuam o Rio Paraná, a oeste. Respectivamente de norte a sul: Tietê; Feio-Aguapeí; Peixe; e Paranapanema. “Era a primeira vez que as ferrovias adentravam o sertão com matas intocadas, com povoamentos mais expressivos de

<sup>19</sup>Área culminante entre dois rios (Monbeig, 1989)

povos nativos e com a presença quase inexistente de posseiros” (MONBEIG, 1989, p. 196).

Partido do entroncamento ferroviário de Bauru em 1905, a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil<sup>20</sup> guiou sua linha férrea pelo espigão entre os Rios Tiete e Feio-Aguapeí. Em 5 anos, chegara à fronteira do estado e em Corumbá, na fronteira com a Bolívia, em 1914. Ao sul da hiterlândia paulista, a Companhia Estrada de Ferro Sorocabana, sob gestão do governo provinciano, chegara ao Rio Paraná em 1922, cortando o espigão entre os rios Peixe e Paranapanema. Essas empreitadas foram incentivadas pelo governo da Federal e Provincial respectivamente como meio de superar a crise de produção do café entre 1900-1905 (Monbeig, 1998).

Monbeig (1989, p. 200) destaca que com o estourar da Primeira Guerra Mundial (1914 - 1918), os projetos da Companhia Paulista de Estradas de Ferro ficaram estacionados em Piratininga, no começo do espigão entre os rios Peixe e Feio-Aguapeí. A construção em 1914 do caminho entre Cafelândia (na Noroeste) e Platina (na Sorocabana) estenderam os raios de atuação dos fazendeiros dessas companhias sob os projetos da Paulista.

Foram essas explorações promovidas pelos ‘pioneiros’ das outras companhias que aceleraram os trabalhos da Paulista mais a oeste na década de 1920. “Começou com a abertura de estrada de tão excepcional qualidade entre Piratininga e Marília, que garantiu um tráfego tão intenso que poucas rodovias conheceram na época”. Monbeig (1998, p. 200 e 201).

Nos primórdios de Marília, encontra-se uma primeira fundação que remonta a 1924: o patrimônio com o eloquente nome Alto Cafezal, ao sul do traçado da futura ferrovia. Em 1927, na mesma vertente, abria-se a Vila Barbosa. E no mesmo ano, um rico fazendeiro, Bento de Abreu Sampaio Vidal, lançava ao norte, o patrimônio de Marília. Nome aceito pela administração pública, quando se tratou de batizar o novo município. Foram criados outros patrimônios adjacentes em 1934 e 1935. Por fim, acabaram essas diferentes células por constituir um conjunto urbano, mas no qual ainda se percebem traços da heterogeneidade original (...) (MONBEIG, 1998, p. 344 – 345)

O patrimônio adjacente de 1934 citado por Monbeig (1998) corresponde ao então distrito de Oriente, subordinado ao município de Marília pelo decreto nº 6721, de 02-10- 1934 e elevado categoria de município com a mesma denominação, pelo decreto-lei estadual nº

---

<sup>20</sup> “Justamente no momento em que a crise estava mais aguda, o governo federal, por motivos políticos e estratégicos, havia deliberadamente ativado a construção da estrada de ferro que, partido de Bauru, dirigir-se-ia a Mato Grosso e iria atingir as margens do rio Paraguai. No território Paulista, essa linha, a “Noroeste”, iria atingir vastas reservas florestais, situadas entre os vales do Tietê e do Feio-Aguapeí, com suas terras virgens frequentemente propícias ao cafeeiro. (MONBEIG, 1989, p. 182)

14334, de 30-11-1944, desmembrado dos municípios de Marília e Pompeia.<sup>21</sup>

O exemplar de cortesia da Revista Tudoeste “Novos Caminhos” de Setembro de 2001 – Ano 1 – número 0, encontrado em 2017 na biblioteca municipal de Oriente destaca, nas páginas em que trata sobre a formação desta cidade, o ‘grande êxodo populacional para a Zona da Alta Paulista’ em meados da década de 1920 como motivo para Carlos Vendramini, assentar-se nas terras da região e criar a vila Hormus em 1929.

Este grande êxodo populacional, refere-se ao acúmulo de políticas migratórias promovidas desde os finais do Império e ampliadas pela influência política da elite paulista na República. Segundo José Souza Martins (1979, p. 34)

Mais de 1 milhão e 600 mil imigrantes vieram para o país num período de pouco mais de 30 anos, entre 1881 e 1913, a maioria dos quais para trabalhar como colonos nas fazendas de café. Devido, justamente, à modalidade das relações de produção aí vigentes, no chamado colonato, a imigração constituiu um requisito de importação constante e maciça de trabalhadores em grupos familiares.

Além da população imigrante, uma rápida e volumosa corrente migratória das mais variadas classes sociais, etnias e nacionalidades inseriu-se sertão adentro na província, principalmente entre 1905 e 1929:

(...) paisagem pioneira tornou-se incessantemente mais heterogênea e o mundo pioneiro mais complexo. Etnicamente, diversificou-se com a chegada de novos imigrantes europeus, asiáticos e “baianos”, cada vez mais numerosos. Socialmente, tornou-se mais complexa, com a instalação dos sitiantes e o aparecimento de novos tipos humanos, como os caminhoneiros, os comerciantes de beira de estrada, os loteadores de terra, os criadores e tropeiros, ao lado dos tipos clássicos do fazendeiro e do colono. (MONBEIG, 1998, p. 203)

Monbeig (1998, pp. 148 a 150) destaca que, neste período, a concorrência por trabalhadores entre as fazendas de café e as grandes cidades em recém processo de industrialização. Até 1919, os trabalhadores estrangeiros eram grande maioria a dirigirem-se às fazendas de São Paulo, cujo ‘contingente dos brasileiros não ultrapassava /5.000 por ano’ (MONBEIG, 1998, p. 149).

Limitando-nos aos dados globais, isto é, ao período de 1827 a 1940, verificamos que o percentual da imigração nacional em São Paulo foi de 23,7, o dos italianos de 29,4, o dos portugueses de 13,4; vêm a seguir os espanhóis com 12% e os japoneses com 5,8%. A contribuição mediterrânea é, pois, de

<sup>21</sup>Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/oriente/panorama>. Acesso em: 26.11.2020

longe a mais considerável, representando 54,8% do total. (MONBEIG, 1998, p. 149)

Porém, na retomada do movimento expansionista do café a partir da década de 1920, a proveniência imigrante das famílias trabalhadoras para São Paulo é substituída por uma grande migração interna<sup>22</sup>.

Os trabalhadores nacionais literalmente invadiram as zonas novas. Nos anos que precederam a Segunda Guerra Mundial, enquanto diminuía o número de imigrantes estrangeiros, a cada ano, o dos brasileiros não cessava de progredir, ultrapassando 100.000, em 1939 (MONBEIG, 1998, p. 150)

A causa desse êxodo interno impera tanto na busca por maiores rendimento e condições de vida quanto o êxodo forçado das regiões que padeciam à seca, como a Bahia e Minas Gerais na década de 1930. Outrossim envolve a decadência econômica das outras regiões cafeeiras cuja produção decaía pelo falecimento do solo (Monbeig, 1998).

Segundo este autor, de 1930 a 1939, ‘pode-se avaliar em 70% a proporção dos [trabalhadores] que, desde a sua chegada [à central de migração], foram expedidos para as zonas novas, nas quais os salários rurais eram mais altos’<sup>23</sup>.

As origens das famílias trabalhadoras entrevistadas corroboram com os dados apontados por Monbeig (1998). As famílias de migrantes nacionais que permaneceram na Usina, principalmente pessoas negras, advém da Bahia, Minas Gerais ou ainda regiões cafeeiras mais antigas de São Paulo. A presença de trabalhadores imigrantes, ou com descendência direta de europeus, também compôs o quadro de entrevistados.

Ademais, os sobrenome das famílias citados pelo sr. Lobato, principalmente de origem italiana e portuguesa. O próprio nome da cidade, que passou de vila Hormus, em referência ao estreito de mesmo nome no golfo pérsico, para Oriente, seguindo a ordem alfabética requerida pelas Estações ferroviárias da Paulista, expõe a ação dos imigrantes sírios, na franja pioneira conforme destacado por Monbeig (1998)

Cabe destacar o papel da família Almeida Prado na colonização da Alta Paulista pelo seu poderio econômico, sua influência nas políticas de imigração e na Companhia Paulista de

<sup>22</sup>Entre 1936 e 1940, forneceu a Bahia um pouco mais da metade dos trabalhadores nacionais (50,9%), Minas (22,7%), baixando bruscamente as cifras dos outros estados: Alagoas (8,4%), Pernambuco (7,4%), e mais ainda Rio de Janeiro (2,0%), Sergipe (1,9%), Ceará (1,7%) e Espírito Santo (1,0%) (MONBEIG, 1998, p. 150)

<sup>23</sup>em 1920, ano ainda difícil, tinham partido para o campo somente 53% dos imigrantes; baixou a proporção para 44% em 1922, quando o café experimentava ligeira depressão, para remontar rápido, até atingir 68,4% em 1926, no preciso momento em que estava em pleno surto, a marcha pioneira e em que os preços do café possibilitavam altos salários (MONBEIG, 1998, p. 148)

Estrada de Ferro. Como destaca Monbeig (1998, p. 230) “Deve-se ressaltar que os fundadores da empresa eram ricos fazendeiros, se serviram da expansão da estrada de ferro como meio de assegurar melhor o funcionamento dos seus próprios cafezais” (MONBEIG, 1998, p. 230).

(...) o caso da família Prado, que partiu da zona de Limeira e Araras, no rumo da terra roxa de Ribeirão Preto. Um dos fundadores da família, Antônio da Silva Prado, agraciado com o título de Barão de Iguape, praticara o comércio de mulas, entre São Paulo, Goiás e Bahia; e crescera sua fortuna, graças ao arrendamento de certos impostos. Tornou-se presidente da primeira sucursal do Banco do Brasil, aberta em São Paulo, e vice-presidente da Província.

Martinho Prado, filho do Barão de Iguape, completou as atividades comerciais do pai, ficando dono de grande plantação de cana em Campo Alto e Engenho Velho, no atual Município de Araras. Equivalia isso, em 1850, a situar-se no ponto extremo do povoamento. Tanto fez Martinho Prado a fortuna do Barão de Iguape que, na morte deste, em 1891, deixou ele um capital estimado em 2.500.000 libras esterlinas. Jornalistas e escritores brilhantes foram os dois filhos mais moços de Martinho Prado. O destino dos dois mais velhos associou-se estreitamente à marcha pioneira, nos planaltos ocidentais. Um deles, Martinho Prado Júnior, familiarmente apelidado Martinico, para distingui-lo de seu pai, participou da corrida aos filões de diabásio. Foi ele que, num viagem efetuada em 1877, descobriu a terra roxa de Ribeirão Preto e revelou seu valor aos plantadores de café. Lá comprou Martinico Prado um domínio de 6.000 alqueires e nelas organizou a fazenda Guataparã, que contava 1.767.000 pés de café, quando morreu seu fundador, em 1912.

Não bastava uma só fazenda; associando-se ao pai e a seu irmão Antônio, montou ele a fazenda São Martinho, de 12.000 alqueires e 3.400.000 cafeeiros. Conhecido é o seu papel na organização de uma sociedade de imigração, indo ele em pessoa várias vezes à Itália, para recrutar colonos. Comissário de café, envolvia-se ativamente no comércio exportador. Com seu irmão, concorreu para a fundação da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, que servia suas fazendas. Deputado à Assembleia provincial, nela podia defender os interesses dos fazendeiros. Seu irmão Antônio foi ministro da Agricultura, no fim do Império, prefeito de São Paulo, banqueiro, fazendeiro, comissário de café, e dirigiu a Companhia Paulista durante trinta anos. Desposara uma de suas irmãs um diplomata brasileiro; outra casou-se com um fazendeiro, igualmente político e negociante de café. Assim, estava a família Prado bem situada nas posições-chaves do movimento pioneiro -a terra, o comércio, o banco, os meios de transporte, a organização da mão-de-obra, o poder político graças aos postos ocupados por seus membros e por suas alianças com famílias similares (MONBEIG, 1998, p.140 e 141)

Hall (2003, p. 153) aponta que “após várias experiências malsucedidas, no decorrer dos anos 1880, tornou-se claro [aos fazendeiros] que os trabalhadores [imigrantes] teriam que chegar a São Paulo com sua passagem integralmente paga”. A causa do malogro do investimento privado à vinda dos imigrantes esteve relacionada à necessidade de investimento do fazendeiro destinado ao custeio da viagem do trabalhador e de sua família e às dívidas que estes acumulavam com o fazendeiro nesse processo de traslado.

O autor evidencia a atuação política da família Prado, nos anos de 1880, no processo que resultou no financiamento das despesas dos imigrantes por parte do Estado. Entre endividamento público externo e a criação de impostos sobre os fazendeiros escravagistas, o financiamento público da imigração em larga escala destinou milhares de famílias italianas, portuguesas, espanholas e de outras nacionalidades para as fazendas de café do oeste paulista e do sul do Brasil (Hall, 2003).

Esse processo colonização com a expansão da fronteira agrícola substituindo a mata atlântica por fazendas só foi possível pelo colonato como regime de trabalho singular utilizado nas fazendas de café e lavouras de cana-de-açúcar para assentar as famílias trabalhadoras nas fazendas. O debate sobre esse regime de trabalho envolve discussões sobre a condição do colono como camponês, defendido principalmente por Martins (1979), Silva (1999) e Stolcke (1986) ou na condição operário rural, sustentado por Ianni (1984) e Monbeig (1998).

José Souza Martins (1979) analisa o período considerado de transição entre o trabalho escravo e o trabalho livre na agricultura brasileira, mais especificamente nos canaviais e nas fazendas de café em São Paulo, entre 1880 e 1960. O autor define o regime de trabalho singular adotado nas plantações e lavouras de São Paulo como colonato.

Esse regime de trabalho singular adotado nas lavouras de café e canaviais por meio de contratos de trabalho, foi sintetizado por Martins (1979, p. 19) na combinação de três elementos:

um pagamento fixo em dinheiro pelo trato do cafezal, um pagamento proporcional em dinheiro pela quantidade de café colhido e produção direta de alimentos, como meios de vida e como excedentes comercializáveis pelo próprio trabalhador (...). Além do que o colono não era um trabalhador individual, mas um trabalhador familiar, modo camponês de trabalhar, estranho ao mundo do assalariamento e aos requisitos de sua efetivação.

O autor destaca que tal ordenamento intensificava a exploração do trabalho, ao mesmo tempo que a obscurecia:

(...) quanto mais o colono trabalhava para si mesmo - duplicando a jornada de trabalho [ao produzir seu próprio alimento], subtraindo os filhos à escola, antecipando a exploração do trabalho infantil, intensificando o trabalho da mulher por sua absorção nas tarefas do cafezal [além das atividades domésticas] - mais ele trabalhava para o fazendeiro (MARTINS, 1979, p. 86).

Para Verena Stolcke (1986, p. 48), a concessão de moradias e roçados de subsistência representaram a forma encontrada pelos cafeicultores para garantir a permanência dos colonos

no interior das fazendas. Ao mesmo tempo que comprimiam os salários monetários dos colonos, defendiam-se dos prejuízos resultantes das flutuações do preço do café no mercado.

Porém, segundo Octavio Ianni (1984, p. 21) havia razoável instabilidade e mobilidade das famílias colonas nas fazendas de café que propiciava a expansão da agricultura pelo território:

É claro que nem todos os colonos que chegavam às fazendas permaneciam ali. Havia razoável instabilidade e mobilidade dos colonos, por motivos econômicos, sociais e culturais. Havia os que não se adaptavam aos meios e modos de vida com que se defrontavam na fazendas de café. Uns chocavam-se com os valores e padrões de estilo escravocrata que frequentemente irrompiam nas relações dos fazendeiros e administradores com os colonos e seus familiares. Outros eram mal pagos pelos fazendeiros. Uns e outros podiam estranhar o monopólio do poder local por parte do fazendeiro. Também havia o interesse do colono por escolas para os filhos. Houve aqueles que procuraram outras fazendas, ou núcleos urbanos, em busca de melhores condições de trabalho e vida. E também os que conseguiam juntar alguma economia, principalmente os de famílias numerosa e empregada nas fainas dos cafezais. Estes tornaram-se pequenos proprietários, na agricultura, ou nas vilas e cidades.

Das reivindicações e greves organizadas pelas famílias trabalhadoras, os conflitos buscaram ser solucionados com as regulamentações realizadas em contratos de trabalho no começo do século XX, como destaca Ianni (1984, p. 28):

Houve fugas de imigrantes das fazendas; houve retorno de imigrantes aos países de origem, também protestos pela imprensa e meios diplomáticos. Inclusive interrupções nos fluxos migratórios, devido aos maus-tratos a que foram submetidos os imigrantes das primeiras épocas, à escravidão disfarçada ou aberta que lhes impunham. O que é necessário destacar é que o colonato é resultado de um processo de tensões, lutas e negociações, no qual envolveram-se fazendeiros, colonos e governo. Tanto foram as tensões, lutas e negociações que no Brasil o sindicalismo rural surge nessa época.

A organização desse nascente sindicalismo rural destacado pelo autor estabeleceu-se pela garantia de direitos aos colonos formalizando duas entidades básicas nas fazendas estabelecidas por lei<sup>24</sup>: o operário agrícola e a caderneta de débitos e créditos (Ianni, 1984, p. 30). Como operário agrícola, o colono é um trabalhador que vende sua força de trabalho sob condições especiais ao fazendeiro, proprietário dos meios de produção. Essa especificidade está contida justamente na cultura de subsistência e no trabalho coletivo realizados pela família colona.

Deste modo, contidas no cerceamento da posse da terra pelo título de propriedades, na

<sup>24</sup>a prática dos dispositivos legais estabelecidos pelas leis federais (n. 979, de 6.1.1903, n. 6437, de 27.3.1907, n. 1637, de 5.1.1907) e pela lei estadual n. 1299-A, de 27 de dezembro de 1911, formalizaram-se as relações de produção de modo a proteger os interesses dos colonos em face das condições sociais e políticas em que se realizava a reprodução do capital na cafeicultura. (IANNI, 1984, p. 31)

renda territorial gerada pela hipoteca das fazendas e na multiplicação destas pelo território brasileiro, os conflitos de classe presentes no controle da remuneração e do roçado de subsistência nas fazendas paulistas compõe o modelo de expansão e desenvolvimento capitalista do Estado até a década de 1960.

Entre as manutenções e câmbios da expansão da fronteira agrícola entre as zonas cafeeiras mais antigas e as mais recentes da Alta Paulista até meados do século XX, interessante valer-se das descrições de Monbeig (1998) para integrar a formação da cidade de Oriente e a construção da Usina Açucareira Paredão:

A grande plantação da franja pioneira, sem haver rompido com a fazenda clássica, está menos próxima desta do que do modesto sítio. Daquela, ela conserva o aspecto exterior, apenas modificado, os processos de trabalho ligeiramente transformados e o essencial da estrutura social. Mas, como o sítio, a fazenda moderna não está mais voltada para a monocultura e o fazendeiro de café é também fazendeiro de algodão ou de cana-de-açúcar e, principalmente, ele é também criador. As mesmas preocupações levam aos mesmos resultados, tanto para o fazendeiro como para o sitiante.

Não há senão pequenos retoques a fazer à descrição da fazenda do começo do século, para conhecer a de 1946. O quadro topográfico continuou idêntico e não houve revolução social capaz, como o foi a abolição da escravatura, de transformar as formas exteriores da hierarquia social. No entanto, as residências dos fazendeiros perderam um pouco do seu fausto. Confortáveis e hospitaleiras, hoje elas recebem menos do que antigamente a visita da família toda. Por vezes elas tornaram-se a casa do administrador, que tem sempre prontos um ou dois quartos para uma visita rápida do proprietário. As colônias deixaram de ter, cada vez mais, aspecto triste e monótono. Ao invés de alojarem duas ou três famílias de colonos sob o mesmo teto, prefere-se construir uma casa por família. Os locais preferidos para as habitações, os edifícios administrativos e as instalações industriais, continuam a ser à pequena distância dos córregos.

A esse primeiro sítio geográfico da fazenda, acrescenta-se um segundo: a proximidade dos trilhos. Na região de Marília, as construções das sedes das fazendas encontram-se a algumas centenas de metros da estrada de ferro, quando o espigão é mais estreito, e a um ou dois quilômetros se o topo se alarga a ponto de os pequenos cursos d'água encaixarem-se ao atravessarem o degrau que os levará à superfície inferior. Quando as terras de uma fazenda estão próximas da estação ferroviária, o fazendeiro aproveita para diminuir os transportes interiores e colocar os terreiros e as máquinas de beneficiamento perto do pátio de embarque. Mas o provisãoamento de água nem sempre fácil no alto do espigão em que passam os trilhos. De outro lado, seria lamentável desperdiçar o solo do espigão para construir casas de colonos, com jardins e pequenos campos. Essa é a razão porque se deixam as colônias nos vales, afastadas da sede da fazenda. Enfim, não é raro que o fazendeiro, que é ao mesmo tempo vendedor de terrenos em um patrimônio, ou que exerce outra profissão, resida na cidade. Isso não impede de visitar fácil e freqüentemente sua ou suas fazendas, porque reside a poucos quilômetros dela. A dissociação entre a residência do proprietário, as construções industriais e administrativas e as habitações dos assalariados agrícolas acentuou-se, portanto (MONBEIG,

1989, p. 272 e 273).

Além da detalhada descrição do cenário geográfico e humano destacadas pelo autor, a importância deste trecho consiste em sua conclusão história e social feita por Monbeig (1998). O reconhecimento do autor sobre a manutenção do essencial da estrutura social da ‘fazenda clássica’ da primeira onda cafeeira são a chave para reconhecer as relações de produção na Alta-paulista.

Boechat (2009) conceitualiza a região de Presidente Prudente como uma *região do colonato*<sup>25</sup> ao analisar suas condições político-econômicas e sociais de formação e desenvolvimento na primeira metade do século XX. Deste modo, assim como o colonato constitui essa região mais a oeste de Oriente, também conformou esta aos moldes da estrutura social da fazenda clássica. O trecho destacado inicialmente da obra do sr. Lobato também expõe a presença desse regime de trabalho pela concessão de moradia às famílias trabalhadoras

Em todas essas propriedades havia casas em quantidade suficiente para o número de empregados existentes, pois a demanda por mão de obra era grande e, como de praxe, as famílias moravam nas propriedades onde trabalhavam.

Ressalta-se, finalmente, e a título de introdução para análise do setor sucroalcooleiro, a Fazenda Paredão. Descrita inicialmente pelo sr. Lobato como uma das fazendas fundadoras da cidade, o suíço Max Wirth começou a derrubada das matas e implantação do complexo cafeeiro já em 1926. “Assim, um dos mais ricos plantadores da franja pioneira, o suíço Max Wirth, participa mais ou menos abertamente das recentes fundações urbanas da Alta Paulista” (MONBEIG, 1998, p. 355).

Roberta Barros Meira (2007) retoma a análise de Luiz Carlos Bray (1989) para salientar que o nascimento das usinas em São Paulo esteve ligado ao crescimento populacional do estado através do desenvolvimento do seu complexo cafeeiro. Este desenvolvimento possibilitou tanto o aumento das engenhocas, como das modernas usinas, principalmente nas novas áreas do Planalto Ocidental Paulista, como nas regiões de Ribeirão e Araraquara.

O autor destaca que o avanço da cultura canavieira paulista não dependeu somente dos baixos preços pagos pelo café, mas também dos deslocamentos contínuos de capitais dos cafeicultores para os negócios da industrialização do açúcar. Segundo este autor, as usinas implantadas nas décadas de 1910-20 localizavam-se nas áreas onde estavam os cafezais mais

---

<sup>25</sup>“Uma ‘região’ seria, em suma, o espaço onde se imbricam dialeticamente uma forma especial de reprodução do capital e, por conseqüência, uma forma especial de luta de classes, onde o econômico e o político se fusionam e assumem uma forma especial de aparecer no produto social e nos pressupostos da reposição” (Oliveira, F., 2008, p. 148).

novos e produtivos do estado. Deste modo, estas usinas tiveram as suas origens ligadas principalmente aos lucros advindos dessas novas e produtivas regiões cafeeiras de São Paulo (BRAY, 1989, p. 122).

Em 1933, o patriarca da família Wirth divide as terras da Fazenda Paredão para criar a Usina Açucareira Paredão, sob posse e administração de seus genros. Na propriedade, além do parque industrial e as edificações anexas em telhado chalé tradicional da Suíça, também constrói as colônias em núcleos habitacionais rurais as famílias trabalhadoras, tendo como registro das primeiras atividades industriais em 1937.

Segundo dados do Anuário Açucareiro Ano VI de 1940, Edição da Revista Brasil Açucareiro, o capital registrado em nome de Max Wirth é de 1.500.000.\$000 cruzeiros. A título de comparação, o capital registrado da Usina Tamaio era de 10.000\$000, já bastante desenvolvida nesta época. Essa grande diferença no contingente de capital entre os dois usineiros corrobora a tese de Bray (1989), que defende o deslocamento de lucros dos cafezais para os canaviais.



**Figura 1:** Engenho de cana Fazenda Paredão, anos 1940. Disponível em: <https://www.facebook.com/usinaparedaoorienteoficial/photos/6335187476495202>  
Acesso: 25/08/2021



**Figura 2:** Caldeira a vapor Cyclope em meio aos cafezais, 1936. Disponível em: <https://www.facebook.com/usinaparedaoorienteoficial/photos/5466799963333962>

Acesso: 25/08/2021



**Figura 3:** Construção parque industrial, 1936. Disponível em: <https://www.facebook.com/usinaparedaoorienteoficial/photos/5466816129999012>

Acesso: 25/08/2021



**Figura 4:** Construção Parque industrial, 1936. Disponível em: <https://www.facebook.com/usinaparedaoorienteoficial/photos/5466810506666241>

Acesso: 25/08/2021

O setor sucroalcooleiro mundial sofreu transformações significativas a partir da segunda metade do século XIX, com destaque para as Ilhas Britânicas, Estados Unidos da América e América Latina (Campagnol, 2008). O desenvolvimento do maquinário industrial ampliou a demanda sobre a matéria-prima e conseqüentemente sobre terras. Assim também, a utilização de ferrovias, nos campos ampliou a capacidade de transporte antes feito por mares e carros de boi.

A produção do açúcar de beterraba europeia e norte americano e dos canaviais de Cuba e das colônias britânicas nas Antilhas concorreram com o açúcar brasileiro no mercado

internacional que acarretou no rebaixamento internacional dos preços. O açúcar dos concorrentes eram mais baratos, produzidos por tecnologias que permitiam maior rendimento e melhor qualidade do produto (cristal, com maior refino). Já o açúcar brasileiro, representado principalmente por banguês e pequenos engenhos movidos a tração animal ou rodas hidráulicas, era de pior qualidade (demerara, rapadura, com mais impurezas) e com maior custo devido ao modo rudimentar em que era produzido (Campagnol, 2008).

Na década de 1870, visando aumentar a produtividade e a qualidade do açúcar nacional, o governo imperial e a classe política de fazendeiros buscaram promover a racionalização e a modernização do setor açucareiro nacional com a instalação de ferrovias e Engenhos Centrais para manufatura e transporte do açúcar através de subsídios e garantia de juros (Meira, 2007, p. 12).

O princípio de industrialização do setor envolveu a separação dos setores fabril e agrícola envolvendo a necessidade do desenvolvimento do maquinário da indústria, melhorias das técnicas de cultivo na lavoura e modelos de agenciamento de trabalhadores em substituição ao trabalho escravo.

Essa separação entre a parte fabril e a agrícola perpassava também pela questão do fim da escravidão. Na fábrica, o uso das máquinas oferecia uma alternativa mecânica para a mão-de-obra escrava. A importância de tais considerações refere-se à necessidade de explicar a boa vontade do Estado em relação aos engenhos centrais. Nesse sentido, a crise do trabalho servil obrigava o Governo Imperial e os senhores de escravos a pensarem em uma nova organização de trabalho e aplicá-la o mais rápido possível. Esse tipo de pensamento se acentuou a partir de 1871, com a promulgação da lei do ventre livre. A partir desse momento a escravidão teria os seus dias contados. Assim, a partir desse momento a Câmara dos Deputados, as Assembléias Provinciais e os ministérios relacionados à questão foram elaborando projetos. Nesse quadro, era fundamental que o governo subsidiasse a transição para o trabalho livre (MEIRA 2007, p. 62).

A autora afirma que para os defensores da separação lavoura-fábrica, o novo sistema baratearia os salários devido ao desemprego gerado pelos novos maquinários e pelo fechamento dos antigos engenhos. A imigração em larga escala deveria contribuir para diminuir os salários e enquadrar os trabalhadores dentro de um nível salarial estipulado pelos proprietários de terra que compensasse o fim do trabalho escravo, que ficou proibido pelo império nos engenhos centrais. (Meira, 2007, p. 65)

A introdução das famílias trabalhadoras europeias feita pelos cafeicultores paulistas desde meados do século XIX ganhara impulso nos anos 1870 e 1880 pela própria atuação dos

empresários nos órgãos governamentais. Foram nesses anos que o Estado passou a subsidiar a vinda de imigrantes europeus como foi apontado anteriormente.

A partir de 1870, o Governo da Província de São Paulo tomou a seu cargo todas as despesas relativas à imigração: pagamento da viagem dos trabalhadores e de suas famílias, criação de um mecanismo encarregado de dirigir a imigração, através de agências fixadas em vários países da Europa. A partir dos anos de 1880, a imigração tornou-se massiva. Entre 1887 e 1897, 1300.000 imigrantes chegaram ao Brasil. A título de comparação entre 1890 e 1900, a população do Brasil aumentou cerca de 3.000.000 de pessoas, passando de 14 a 17 milhões. A maioria desses imigrantes se estabeleceu em São Paulo. Essa nova população alcançaria a cifra de 909.417 pessoas, entre 1887 e 1900, o que correspondeu a 82% do crescimento demográfico no período. (MEIRA, 2007, p. 85)

Inspirada nos engenhos centrais organizados nos Estados Unidos e nas colônias anglo-saxãs nas Américas, a divisão entre lavoura e fábrica pretendia “defender o fornecedor de matéria-prima, fixá-lo à terra, garanti-lo na sua posição social e evitar a sua decadência, a sua proletarização, ou o êxodo de muitos rurícolas para a cidade” (COSTA FILHO, 1963, p. 289).

Porém, muito diferente da estrutura fundiária desses lugares, centrada em pequenas e médias propriedades, a concentração de terras brasileiras gerou consequências distintas nas diferentes regiões do país: “os senhores de engenho eram favoráveis à introdução do novo sistema, não só pela publicação dos altos lucros, mas também, pelas vantagens que os fornecedores de cana teriam com a implantação dessas centrais” Meira (2007, p. 66)

Sawyer (1905, p. 24) aponta as considerações sobre o malogro nas quais os engenhos centrais estavam fadados:

Afirmamos que a idéia de cooperação, que motivou o estabelecimento de engenhos centrais neste Estado entre 1877 e 1884, era radicalmente errada, tornando-se em consideração a condição social do país, onde cada fazendeiro vivia solitário em sua propriedade, num isolamento feroz, absolutamente estranho a todo e qualquer espírito de associação, quando não em discórdia com os seus vizinhos. E sempre perigoso transplantarem-se empresas dando resultado em outros países em condições outras, a um meio novo, sem se ter estudado cuidadosamente as novas condições que estas empresas aí acharam. O fato é que tudo fracassou, e estes Engenhos só começaram a trabalhar seriamente, depois de terem sido comprados terrenos para o cultivo da cana, seja diretamente ou por intermédio de colonos a peso.

Deste modo, nas diferentes regiões produtoras, a falta de fornecimento de canas para suprir a demanda dos novos maquinários foi responsável pelo malogro dos engenhos centrais logo nos seus primeiros anos. “Em São Paulo (...) fornecedores de cana continuaram a manter seus alambiques e pequenos engenhos e, quando o engenho central não lhes pagava um preço

justo, eles se negavam a entregar a produção (MEIRA, 2007, p. 112).

Campagnol (2009, p. 209) localiza bem a implantação dos Engenhos Centrais em São Paulo:

Com a lei dos engenhos centrais, quatro deles foram implantados em São Paulo, entre 1878 e 1884, nos municípios de Piracicaba, Capivari, Porto Feliz e Lorena, dos quais três estavam na área denominada “quadrilátero do açúcar”, região formada por Sorocaba, Piracicaba, Mogi Guaçu e Jundiá, onde se concentrou a maior parte da cultura e da produção canavieira, em São Paulo, na segunda metade do século XVIII e na primeira do século XIX. Envolvendo os municípios de Piracicaba, Santa Bárbara d’Oeste, Capivari, Elias Fausto, Rafard, Rio das Pedras, Iracemópolis, Rio Claro, Limeira, Cordeirópolis, Cosmópolis e Araras, a região foi a primeira no estado a abrigar os engenhos centrais e as usinas sucroalcooleiras.

Meira (2007) afirma que já na década de 1880 todos os engenhos centrais do chamado “quadrilátero do açúcar” entraram em crise devido à estrutura de produção baseada na separação entre a lavoura e a fábrica, pois não supriu a demanda de matéria-prima necessária para pagar os investimentos com a produção. Essa questão levou o Governo Imperial a modificar os estatutos das companhias, permitindo que elas tivessem as suas lavouras próprias para serem trabalhadas por colonos.

Com apoio do governo provinciano, os Engenhos Centrais de Lorena e Porto Feliz foram beneficiados pelo estabelecimento dos Núcleos Coloniais de Canas e Piaguhy (2.000 hectares), criados em 1885, em Lorena; e do Núcleo Colonial Rodrigo Silva, criado em 1887, em Porto Feliz (1.600 hectares). Dezenas de famílias belgas, italianas e espanholas adquiriram lotes, que, variando de 10 a 30 hectares, foram pagos ao longo de sete a dez anos (Sampaio, 2010, p. 15).

O Engenho de Capivari, por sua vez promoveu por conta própria vinda dos imigrantes:

(...) denominada Vila Raffard (...) foi construída em frente ao Engenho Central e a quatro quilômetros da cidade de Capivary. Além disso, era dotada de ruas alinhadas com quinze metros de largura, iluminadas a querosene; um hotel construído pela empresa, com o objetivo de oferecer refeições ao pessoal solteiro; açougue; padaria; armazém de víveres; uma fábrica de cerveja; agência de correio; três linhas telefônicas, que estabeleciam ligação com uma fazenda e com a cidade de Capivary. (...) Destinada a colonos americanos e tirolezes (...) a Companhia cedeu-lhes gratuitamente moradia, pastos fechados e terras prontas para o cultivo de mantimentos (...) em troca, cada trabalhador adulto ficava obrigado a plantar uma superfície de três quartéis de cana, em média, cedendo-lhe a empresa a meação da colheita de cana (MEIRA, 2007, pp. 104-105.).

Em 1899, os engenhos centrais de Piracicaba, Villa-Raffard e Porto Feliz, foram vendidos para a Société Française des Sucrerie Brésiliennes, de capital francês, que também adquiriu o Engenho Central de Lorena, em 1901 reconhecendo deficit interno de consumo de

açúcar em São Paulo como investimento lucrativo (Sampaio, 2010, p. 18)

Logo, no começo do século XX:

O tão defendido princípio da separação entre a indústria e a lavoura seria substituído por um sistema que agregava o novo e o velho, ou seja, as novas tecnologias introduzidas pelos engenhos centrais com o velho amanho dos engenhos tradicionais, - lavoura e indústrias reunidas novamente nas mãos de um mesmo dono -, nasciam, assim, as usinas brasileiras (MEIRA, 2007, p. 115).

Sampaio (2010) e Meira (2007) destacam que no começo do século XX, o deficit açucareiro nas províncias do Sudeste era grande, principalmente nas capitais que supriam suas demandas com açúcar do Nordeste. A queda do preço internacional nesses anos marcou a busca pelo mercado interno e

o início da luta entre os produtores do Nordeste e do Sudeste, a disputa entre usineiros e bangueseiros e a tentativa de eliminar os intermediários e, conseqüentemente, as especulações. No entanto, o mais importante desdobramento do período seria um crescimento vertiginoso [da produção] em todo o país, culminando em uma crise de superprodução no final da década de 1920. (MEIRA, 2007, p. 182).

A data de criação da Usina Açucareira Paredão, corresponde ao marco que consolidou o início da intervenção do governo federal no setor canavieiro a nível nacional. Meira (2007) destaca a atuação dos fazendeiros e usineiros na construção e desenvolvimento da política nacional. As discussões sobre a intervenção estatal no setor já vinham sendo elaboradas desde 1931 para a criação enfim, do Instituto do Açúcar e do Alcool em 1933, que regulamentou a produção do açúcar e limitou a construção das usinas no país. Deste modo, é pouco provável que Max Wirth, como influente fazendeiro da frente pioneira e integrado à elite econômica e política paulista, não tivesse acesso privilegiado a informações para beneficiar seus negócios, elevando à condição de usina, as engenhocas de cana para gado da Fazenda Paredão.

Entre 1931 e 1933, o governo federal compilou várias políticas adotadas nas várias regiões produtoras do país e criou o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA). De acordo com regulamento interno da época, o órgão visava a defender, salvaguardar, disciplinar, racionalizar, equilibrar, regulamentar e fomentar a produção e o consumo açucareiro e alcooleiro no país sem causar “discriminações pessoais ou regionais” (SZMRECSÁNYI, 1979, p. 182).

Mantendo-se inicialmente por financiamento federal, e amparado por fundos advindos da cobrança de uma taxa de três mil réis por saco de açúcar produzido no país (as chamadas “taxas de defesa”), e de dois réis por quilo de

gasolina importada, dentre as atribuições desse órgão estavam as de proibir a instalações de novas unidades processadoras de cana no país e a de fiscalizar a produção e circulação de mercadorias não apenas nas usinas, como ainda em engenhos, refinarias, lojas de comércio e empresas transportadoras. As penalidades mais comuns aplicadas aos descumprimentos de suas orientações e aos burlamentos de seus decretos eram as multas e as apreensões dos produtos. (SAMPAIO, 2010, p. 34)

Deste modo, um dos principais objetivos da intervenção estatal no começo dos anos 1930 foi “conter a expansão da produção paulista, que vinha ocorrendo em ritmo bastante acelerado desde o início do século XX, mas principalmente após a crise de 1929.” (RAMOS, 2001, p. 14.). Com esta intervenção, as usinas acabaram perdendo sua "condição de empresa privada, capitalista e convencional", passando a "adquirir características de utilidade pública” (SAMPAIO 2010, p. 34 *apud* RAMOS 2001, p. 187).

Szmrecsányi (1988, p. 63) demonstra que a legislação desenvolvida pelo IAA, na década de 1930, contribuiu definitivamente para a estabilização dos preços ao igualar a produção ao consumo interno e à capacidade para exportação. Além disso, o Instituto conseguiu garantir preços mais equilibrados em relação aos gastos dos produtores. Nesse sentido, “Dentro de poucos anos, a intervenção do Estado na indústria açucareira foi capaz de normalizar inteiramente sua situação, ao menos a nível das usinas”.

Assim, como nas fazendas de café, as lavouras canavieiras paulistas adotavam, na primeira metade do século XX, o colonato como regime de trabalho. Estes conceitos eram confusos e variavam muito de usina para usina:

Em alguns casos, eram vistos como pequenos empresários, fornecedores de cana. Já em outros, simplesmente se aproximavam de trabalhadores assalariados comuns. Eram trabalhadores que residiam na área rural, próximo ao local de trabalho, e estabeleciam algum tipo de contrato (verbal ou escrito) com um representante da firma proprietária da usina. A usina geralmente era a dona da casa e do lote onde se instalavam os colonos com suas famílias (SAMPAIO, 2010, p. 25).

O Estatuto da Lavoura Canavieira aprovado em 1941, buscou regular o setor em diversas áreas que envolvem a produção de açúcar e álcool. Dentre as regulamentações, esteve o contrato tipo do colono paulista, em que deveriam ser observados os seguintes princípios:

- a) — concessão ao trabalhador, a título gratuito, -de área de terra suficiente para plantação e criação necessária à subsistência do lavrador e de sua família;
- b) — proibição de reduzir a remuneração devida ao trabalhador, com fundamento na má colheita, resultante de motivo de força maior;
- c) — direito de moradia sã e suficiente, tendo em vista a família do trabalhador;
- d) — assistência médica e hospitalar;
- e) — ensino primário gratuito às crianças em

idade escolar; f) — garantia de indenização no caso de despedida injusta do trabalhador (De Carli, 1943, p. 213)

Importante destacar que antes da regulamentação, esse regime de trabalho singular já acontecia nas lavouras canavieiras paulistas desde a década de 1880, com a aplicação dos Engenhos Centrais pelo Imperador. A proximidade da regulamentação com as estruturas e práticas existentes em grandes usinas de São Paulo buscou garantir e expandir tais práticas a outras regiões do Estado e do País (Meira, 2007).

O colonato canavieiro paulista, com a unificação entre lavoura e indústria pelas usinas, é destacado pelos membros do IAA como um regime de trabalho singular às tradições das plantações nas mais antigas do país, como o Nordeste. As palavras de De Carli, 1943, p. 211 expressam essa percepção

Analisando a situação efetiva do colono paulista, conclue o professor de direito Cesarino Junior que “estamos em presença de um perfeito contrato individual de trabalho”, desde que as características essenciais, isto é, a onerosidade — existência de uma remuneração — e a dependência jurídica — sujeição à direção e fiscalização — são manifestas. Em grande parte as reivindicações seriam aceitas, afim de que ninguém dissesse que o I.A.A desconhecia que “a eficiência do trabalho do colono mede-se pelo resultado da cultura que lhe estava entregue, e isso não acontece apenas na lavoura de cana, mas também na lavoura de café e do laranja” (De Carli, 1943, p. 211)

A argumentação de De Carli (1943) e dos membros do Instituto sobre a ‘eficiência e perfeição’ desse ‘contrato individual de trabalho’ consta na proteção que o colono teria em relação ao risco agrícola das oscilações de preço nas safras, pois este não participa dos lucros como o meeiro, mas sim como atua como executor de tarefas com remuneração fixa por produção.

Julgamos que o colono tem variável a sua remuneração de acordo com a oscilação da safra. Não corre, porém, propriamente o risco agrícola porque nada responde pelos prejuízos que ocorrem. O risco agrícola está realmente com o proprietário das terras que, em última análise, é o dono dos canaviais. Mas, o risco da agrícola não reside somente nas oscilações dos volumes das safras; é função também da variação dos preços do açúcar. Ora, na grande maioria dos casos, o colono recebe uma remuneração fixa por tonelada de cana. Não corre, assim, o risco do negócio agrícola, isto é, não se aventura quando os preços do açúcar oscilam (De Carli, 1943, p. 212)

Essa situação é causada principalmente pela concentração da propriedade da terra que as usinas paulistas vinham adquirindo, em contraste com regiões em que arrendatários e fornecedores de cana prevaleciam. A defesa do colonato por parte do IAA não poderia ser mais explícita: ‘Não seria possível deixar de atentar na organização rural de São Paulo, que tem, dentro do Brasil, na lavoura canavieira, o mais perfeito padrão de trabalho’ (DE CARLI,

1943, p. 213). O autor ainda complementa:

é satisfatório o sistema de trabalho através do colonato. Essa tradição de trabalho não se deve e nem se poderá abandonar, para substituí-la por fórmulas de fora. Tudo que se fizer em matéria de reforma deve ser no sentido de empreendê-la dentro dessa tradição. Os colonos estão para a grande maioria da lavoura canavieira paulista, como os fornecedores de cana estão para a grande maioria da lavoura canavieira pernambucana e fluminense (DE CARLI, 1943, p. 214)

Cabe destacar alguns casos para demonstrar as especificidades do colonato em usinas paulistas e como se aproximavam do Estatuto da Lavoura Canavieira. Os trabalhos de Sawyer (1905) e Picard (1903), que, em investigação realizada para o grupo francês, destacam o sistema de trabalho no engenho central de Piracicaba e de Capivari centrado na meação das colheitas e o pagamento das canas por peso aos colonos:

Systema racional. Colonos a peso: A indústria assucareira, inteligentemente dirigida, pode remunerar com largueza o trabalhador e o capitalista.

[Pelo] systema adoptado em São Paulo, de entregar as terras ao colono (...) um colono com família pode prosperar e enriquecer, dando canna em wagões da estrada de ferro do Engenho, a distancia não excedente a 2.000 metros do seu campo por 8\$000 a tonelada métrica (...) fomos testemunhas, nas plantações de Piracicaba e Villa Raffard, do trabalho constante, infatigável, dos colonos Europeos e de suas famílias, sobretudo na época da safra, trabalho intenso que somente se pode alcançar, estimulando o interesse próprio pela esperança, digo pela certeza, de conseguir, mediante alguns annos de esforços pujantes, uma posição independente como recompensa (...) colonos industriosos devem ser considerados aparçados, tratados com toda a consideração e pontualmente pagos conforme o contracto. São a base da prosperidade de um engenho (SAWYER, 1905, p. 24)

o colono trabalha por sua própria conta, obter uma remuneração é a finalidade do seu labor. Ele tem, ao cultivar sua cana e tratá-la convenientemente, um interesse que nunca pode ter o assalariado que trabalha sob a vigilância de um feitor, e que pouco se importa se a cana dará ou não uma boa colheita. O colono cuida do seu campo no momento propício e é capaz de gastar nele uma quantidade enorme de trabalho, sempre que considera urgentes a capina ou os demais tratos culturais. O assalariado sempre se esforça o menos possível. (PICARD, 1903, p. 35)

Posteriormente, o sistema de pagamento pelas toneladas de cana cortadas, amarradas em feixes e entregues pelo colono nos pontos de coleta dessas usinas tomou por base os preços médios da cotação do açúcar no mercado na Bolsa de Mercadorias de São Paulo (Sampaio, 2010).

Ângela Cristina Ribeiro Caíres (1993) faz um estudo de grande importância ao analisar o colonato na Usina Tamoio - da sua ascensão a partir de 1917 ao fechamento na década de 1990 - umas das usinas mais expressivas da região de Araraquara e do país. A

autora destaca o processo pelo qual passou a Usina Tamoio: da decadência do café à substituição pela cana; no aproveitamento da força de trabalho das duas culturas pelo sistema de colonato; e a própria construção e constituição do colonato internamente na usina.

Caíres (1993, 2008) expõe que no processo de aquisição e expansão das terras da Usina Tamoio, foram incorporadas diversas fazendas cafeeiras vizinhas, que possibilitou a absorção da força de trabalho dos disponível dos colonos, bastando a eles apenas que se adaptar ao trabalho na lavoura açucareira. Nesse sentido, além desses trabalhadores locais, vários imigrantes europeus foram atraídos pela propaganda positiva que girava ao redor do proprietário Pedro Morganti, descendente de italianos.

A presença da administração personalizada e paternalista na vida material, cultural e religiosa dos trabalhadores estava composta pela constituição urbana que circundava o complexo da sede industrial

(...) equipada com cinema, teatro, dois clubes recreativos (Cruzeiro e Rancho Alegre – de brancos e de negros, respectivamente), armazém, ambulatório médico, farmácia, lojas de tecidos e de ferramentas, hospedaria, estádio esportivo, suntuosa igreja, escolas, bares, um conjunto de aproximadamente trezentas casas localizadas em um espaço esquadrinhado e ocupadas conforme a posição dos trabalhadores no processo produtivo, e dezesseis seções agrícolas estrategicamente localizadas, onde foram construídas mais de 1.200 casas, igrejas, campos de futebol, escolas rurais etc., a usina mantinha uma organização social considerada exemplar para a época (CAÍRES, 2008, p. 167)

Abrigando maquinário avançado em termos da tecnologia da época, a Usina Tamoio chegou a contar com três mil trabalhadores e cerca de dez mil moradores em suas colônias, com aproximadamente mil e quinhentas casas (Caíres, 2008). Até a década de 1940, esta usina foi considerada um dos maiores estabelecimentos de São Paulo, “em 1946, bateu o recorde continental de produção de açúcar, transformando-se na maior indústria sucroalcooleira da América do Sul” (Caires, 1993, p.60).

Nas Usinas Monte Alegre (localizada em Piracicaba) e Tamoio (Araraquara), ambas da “Sociedade Anônima Refinadora Paulista”, de propriedade do imigrante Pedro Morganti, empregavam pelo regime de trabalho estabelecido em contrato:

o locatário (colono) tinha que lavrar as terras, tratar das canas, cortá-las, transportá-las e carregá-las sobre os vagões da locadora (ou seja, da Usina), obedecendo às exigências e orientação da administração. O pagamento era feito em função de seu rendimento, ou seja, de acordo com a produtividade obtida, isto é, com a quantidade de cana produzida nos talhões cultivados pelo colono e sua família e colocadas sobre os vagões, na razão de Cr\$ 22,00 por

tonelada entregue. Deduzia-se deste preço, por ocasião da colheita, os adiantamentos em dinheiro ou em gêneros (alimentos e ferramentas) feitos pelo armazém da empresa e as importâncias correspondentes ao adubo, que era fornecido por esta. (SAMPAIO, 2017, pp. 28-29)

Dos exemplos citados anteriormente sobre a aplicação do colonato nas usinas paulistas e presentes no estudo citado, “Gênese e evolução da indústria açucareira paulista”, o autor Gileno De Carli (1943) visitou a Usina Açucareira Paredão, deixando algumas contribuições para analisar os aspectos do seu regime de trabalho:

Sendo uma pequena usina com diminuto limite, é relativamente grande o número de colonos da Usina Paredão. Mas, detidamente analisado o caso da Usina Paredão, iríamos concluir que os seus colonos são assalariados, distanciando-se pouco dos “camaradas”. Na Usina Paredão se testemunha uma tendência para aumentar os seus plantios com o concomitante aumento de número de colonos e da média de produção de cana por colono. (DE CARLI, 1943, p. 107)

#### Usina Paredão

SAFRA	Número de colonos	Produção média por colono
1937/38	45	---
1938/39	50	122 toneladas
1939/40	50	167 toneladas
1940/41	60	92 toneladas
1941/42	72	172 toneladas

**Fonte: Gileno de Carli (1943, p. 106)**

A relação feita pelo autor entre a quantidade relativamente grande do número de colonos em contraste ao diminuto limite de terras evidencia que os primeiros anos da Usina não estiveram somente relacionadas à produção açucareira, mas também ao desmatamento e à extração de madeira.

Destaca-se a entrevista feita com sr. Euclides Esmeraldo, veterano dos primeiros trabalhadores da Usina, veiculada na primeira edição do jornal *Previdencionista* de abril de 1982. O grande contingente de trabalhadores explicitado por ele na derrubada das matas demonstra a centralidade dessa atividade nos primeiros anos de atividade:

**3 – Quando começou a trabalhar na Usina?**

- Comecei a trabalhar aqui em 1927, antes da Usina existir, na ocasião eu tinha

17 anos e a Usina começou a germinar em 1936.

**4** – Como era a Usina naquele tempo?

- Naquele tempo, tudo o que você está vendo hoje, era tudo floresta.

**5** – Qual seu primeiro serviço na Usina?

- Meu primeiro serviço foi de Fiscal de Derrubada.

**6** – Quantas pessoas trabalhavam na derrubada naquele tempo?

- Mais ou menos 350.

Dean (1996) destaca a grande quantidade de madeira de lei demandada pelos dormentes nas ferrovias, fruto do desmatamento contínuo da mata atlântica. Assim também, a utilização dessa abundante matéria-prima para a construção das casas das colônias na Usina sobressaia-se às edificações de alvenaria do parque industrial e de suas funções anexas.

Cabe a ressalva sobre a divisão de terras realizadas em 1933 pelo sr. Max Wirth, o destaque da entrevista ao nascimento da Usina em 1936 e a primeira produção registrada pelo IAA em 1937. Essa lacuna temporal envolve não só a edificação do parque industrial e das funções anexas em alvenaria, em substituição às engenhocas, mas também a construção e ocupação das colônias em casas de madeira.

Assim também, destaca-se a produção de outros gêneros alimentícios geridos pela Usina através da entrevista do sr. Jacob Bortolotti ao Jornal *Prevencionista*, na edição número 2 de junho de 1982:

**10** – Como foi sua vida profissional na Usina?

- Bem na Usina eu comecei em 1939, trabalhava na fábrica de raspa de mandioca, ficando ali um ano. Depois fui soldador e praticamente passei por todos os setores da Usina, porque sempre tive facilidade de aprender. Mas trabalhei mais, foi na Moenda, ficando ali até me aposentar.

**11** – Quais dificuldades encontradas para se trabalhar naquele tempo?

- Tínhamos muita falta de ferramentas, máquinas apropriadas e ajudantes mas felizmente depois que a família Giorgi adquiriu a Usina, houve uma grande melhora nas condições de trabalho.

Importante salientar ainda do trecho destacado acima a ‘falta de ferramentas, máquinas apropriadas e ajudantes’, evidenciando não só a precariedade das condições de trabalho, mas também o desvio da centralidade da atividade industrial sucroalcooleira.

Ainda fazendo uso da citação de De Carli (1943), a diferenciação realizada pelo autor em ‘camaradas’ e ‘assalariados’ para se referir aos colonos da Usina formam a primeira evidência sobre a instauração do regime de trabalho em suas primeiras safras.

Nessa mesma obra, De Carli (1943, p. 100) se refere aos ‘camaradas’ da Usina Amália, localizada em Santa Rosa do Viterbo, então propriedade da família Matarazzo, genericamente como ‘trabalhadores rurais executando tarefas por empreitada em grupos de até 40 pessoas’. O autor não deixa claro se estes trabalhadores residiam nas terras da usina, apenas ‘deduz-se que sim’. Por outro lado, o autor (1943, p. 120) aproxima outra definição de ‘camaradas’ como agregados familiares que trabalham junto na lavoura.

Essa diferenciação entre ‘camaradas’ e ‘assalariados’ está ancorada nas divergências teóricas apontadas anteriormente na definição do colono. Martins (1979) e Stolcke (1986) defendem este tipo de trabalho como camponês incorporado ao capitalismo tardio brasileiro. Já Ianni (1984) e Prado Jr. (1979) sustentam o como como assalariado rural envolvido na dupla jornada laboral explorados não só na produção agroexportadora, mas também pela produção dos meios de subsistência e pela inclusão do trabalho familiar nessas tarefas.

Considerando as concepções desses últimos autores e a aglutinação que De Carli (1943) sustenta sobre a dupla condição do colono canavieiro paulista, pode-se ressaltar característica o colonato como cenário dos modos de vida das famílias trabalhadoras envolvidos nas relações de produção na Usina Açucareira Paredão.

Deste modo, a ‘história institucional’ escrita pelo IAA e a ‘história do cotidiano’, narrada pelos entrevistados são compreendidas de forma interdependente (FORTES, 2013, p. 45). As experiências e as concepções diferenciais, criadas pelas entrevistas e recolhidas pelas fontes subjazem às transformações do processo produtivo do açúcar e do álcool em São Paulo durante século XX.

A composição dos modos de vida da classe trabalhadora permite o processamento das experiências de classe criadas em torno do colonato canavieiro paulista. A situação vivida e narrada pelas famílias trabalhadoras na Usina Açucareira Paredão expõe suas diferentes visões sobre o regime de trabalho às quais estiveram submetidas, narradas em suas trajetórias de vida e familiares.

Todas as famílias trabalhadoras viveram sob a maneira pela qual a Usina administrava o caráter sazonal da matéria-prima, a cana-de-açúcar. Suas narrativas são uma visão determinada sobre seus lugares no processo de produção, na comunidade e fora dela.

A partir desta perspectiva, cabe elucidar como se conformavam e se transformaram as relações de produção e trabalho na Usina e deste modo como elas estiveram inseridas ou não,

no colonato canavieiro paulista. A trajetória de vida do sr. Servilho Amorim<sup>26</sup>, expõe como se davam as relações de trabalho nas lavouras desta usina nos anos 1940 e 1950:

*(...) meu pai era carroceiro, ele tinha tropa de burro. (...) minha mãe era de Pirajuí. Meu pai é descendente de Português. Então eles vieram para usina puxar cana com carroça (...) em 37. Cada tropa ia oito burro. Meu pai morreu em 51, aí foi quando eu precisei ir para a roça para ajudar minha mãe, minha mãe tinha nós tudo pequeno, então a gente para comer tinha que trabalhar.*

*(...) bom, na usina pra começar, eu aprendi a contar 1, 2, 3 amarrando cana. [risos]. Tinha que ajudar minha mãe para cortar cana, porque naquele tempo era cortado e amarrado, os caminhão você tinha que lotar no braço, então eu aprendi 1, 2, 3 amarrando cana, tinha que por 16 canas no feixe, aí eu aprendi a contar até 20. [risos]. Na escola eu já sabia contar até 20. Comecei a trabalhar com idade de 7 anos. Minha mãe cortava e eu ia ajudar ela amarrar.*

*E depois eu já comecei, com nove anos, adubar cana, pnhava a sacola nas costas e ia tudo na mãe, a gente ia adubando a cana na mão. Foi meu primeiro emprego assim, como se diz, fichado, não era fichado, trabalhava no nome da mãe, a usina não fichava de menor. Eu fui fichar quando eu inteirei 18 anos. (...) depois que eu estava adubando cana eu passei a cortar cana mesmo, cortei cana até com a idade de 20 anos.*

Silva (1999, p. 93) destaca que o sistema de remuneração por feixes de cana cortada, amarrada e carregada existiu nas lavouras paulistas até os finais da década de 1950. Devido a grande diversidade de tarefas que esse sistema exigia, a divisão do trabalho era realizada entre as faixas etárias nas famílias colonas, envolvendo a participação de crianças na organização e amarração dos feixes com a palha da cana.

O declínio desse sistema de remuneração na Usina acompanhou o desenvolvimento dos transportes, sr. Roberto Francisco<sup>27</sup>, descreve bem essa transformação:

*é, seu avô tinha 8 boi, meu tio tinha 8 boi, o outro tio Joaquim tinha 8 burro, transportava com burro também, a chapa tinha 8 burro. Então todos eles tinham sua tropa, só que os cara trabalhava o dia inteiro, de tarde tinha que cortar comida pro bichinho que trabalhava o dia inteiro. O que ele fazia? Cortava as pontas da cana, colocava e trazia no carro de boi, jogava lá no posto onde eles iam ficar, ali eles comiam, eles a noite inteira, dormia, descansam, no outro dia já metia os bicho e ia de novo.*

*Mas a Usina na época que transportou cana com boi, eu cansei de ir pra lavoura junto com meus tios, meu tio tinha boi, carro de boi, seu avô. Então você encontrava eles na estrada, um voltando carregado e o outro indo carregar. Você sabe a capacidade de um carro de boi? 3 mil quilos.*

*Depois a Usina passou a trabalhar com caminhão. Caminhão, só que aí a capacidade era para 5 mil quilos, mas tudo com feixe de cana. O cara*

<sup>26</sup>Servilho Amorim: homem, branco, nascido na Usina em 1944, residiu nas colônias até 1986, trabalhou como amarrador de feixe, adubador, cortador de cana, porteiro e motorista.

<sup>27</sup> Carlos Roberto Francisco: Homem, negro, nasceu na Fazenda Paredão em 1951, morou nas colônias desta data até 1994, trabalhou como cortador de cana, balanceiro, no almoxarifado e no escritório de departamento pessoal.

*cortava, mas além de cortar, você tinha que amarrar. Eu passei por essa fase. (...) você cortava e fazia um monte de 5, 1, 2, 3, 4 e o quinto você colocava em cima. Então o cara chegava, 5, 10, 15 ele contava desse jeito e assim que ele recebia a cana. Aí o cara do chão jogava pro motorista e ele fazia a carga.*

A partir de dados coletados no *Jornal Prevencionista*, pela experiência narrada em entrevista pelo sr. Edgar Amorin<sup>28</sup> estima-se que a utilização de carros de boi no transporte de cana-de-açúcar ocorreu até 1959. Apesar do aumento da velocidade e capacidade dos transportes que passou de carros de boi a tratores com reboque e caminhões de médio porte nos anos 1950 e 1960; e da produtividade no corte da cana com a queima dos talhões, a remuneração por feixe persistiu na Usina até os anos 1970, com a entrada da carregadeira hidráulica no processo produtivo. A discussão sobre o desenvolvimento tecnológico no setor sucroalcooleiro será melhor abordado no capítulo 3.

A narrativa de José Nery<sup>29</sup> sobre o trabalho familiar nos canaviais da usina na década de 1960 expõe a manutenção do sistema de remuneração por feixe e o trabalho familiar dos colonos na Usina até esta época:

*J.N: Minha mãe trabalhou cortando cana, no nome do meu pai. Ela trabalhava cortando cana para ajudar, e nós era pequeno e eu lembro até hoje que ela levava nós na roça, e nós ficava sentada no monte de cana até tarde. (...) minha mãe cortava a cana e meu pai puxava cana no caminhão. E eu era moleque não podia ver caminhão que já queria ir atrás correr [riso].*

*Trabalhei na roça e depois eu trabalhei na roça carpino, cortei cana um pouco... não era muito bom de cortar cana não, mas eu ia lá pra comer a marmitta que a minha mãe fazia [risos]. Carpi colonhão, depois eu peguei fui catar cana atrás da carregadeira, aí depois que eu peguei carregadeira para trabalhar.*

As experiências narradas pelo sr. Servilho Amorim, Roberto Francisco e José Nery, corroborando com outros estudos sobre o trabalho canavieiro como Maria Aparecida Moraes Silva (1999) contrastam, em partes, com o estudo publicado por De Carli em 1943. Por mais que o salário pago ao colono patriarca não estivesse vinculado às variações agrícolas, limitando o labor à execução de tarefas, a grande diversidade de atividades exigidas no sistema de remuneração por feixe fundamenta o trabalho coletivo e familiar na lavoura canavieira. Deste modo, o salário pago à chefia da família envolve toda divisão e agenciamento do trabalho familiar para produção da cana enfeixada para o transporte.

Esbarrando na proposta cronológica e considerando a ausência de fontes para trabalhar sobre essa primeira etapa da Usina Açucareira Paredão, restringir-se-á esse capítulo às

<sup>28</sup> *Jornal Prevencionista*. Edição 10, novembro de 1983

<sup>29</sup> José Nery: Homem, preto, nasceu na Usina em 1963, morou nas colônias até 1994, trabalhou como amarrador de feixe de cana, bituqueiro, cortador de cana e operador de carregadeira hidráulica.

características da forma trabalho empregada em suas lavouras canavieiras. Quanto às outras características que envolvem os modos de vida, serão abordadas nos capítulos posteriores em caráter de retrospectiva a estes anos iniciais da Usina.

Cabe nesse capítulo, concluir que as primeiras os primeiros anos da Usina Açucareira Paredão envolveram não só a produção de agroindustrial, mas também o desmatamento e produção de outros gêneros na propriedade. Outrossim, a remuneração por peça e o agenciamento familiar em suas lavouras da persistiram até os anos 1970. Esta década marca a implantação das carregadeiras hidráulicas, a transformação na remuneração por feixe para a tonelada de cana cortada e a contratação cada vez maior de trabalhadores temporários externos.

## CAPÍTULO 2: OS INDUSTRIAIS VÃO AO CAMPO

Percorrendo as ações dos administradores da Usina Açucareira Paredão e considerando as perspectivas do colonato canavieiro paulista, este capítulo busca destacar como a gestão do Grupo Giorgi<sup>30</sup> expandiu a capacidade produtiva do complexo agroindustrial e como interviu sobre a moradia, o lazer e o roçado de subsistência para as famílias trabalhadoras em suas dependências até 1969. Deste modo, busca-se analisar como essas ações compuseram os modos de vida das famílias trabalhadoras nesta Usina.

O marco temporal envolve a aquisição do complexo agroindustrial pelo Grupo em 1949 e o ano de 1968, data da troca de gestão quando sr. Guilherme Giorgi passa a administrar a Usina, que simboliza a superação dos enfrentamentos sociais da década de 1960. Este período corresponde à consolidação e posterior crise da gestão das moradias, das atividades de lazer e do roçado de subsistência na propriedade da Usina sob a gestão dos senhores Alfredo Giorgi e Sérgio Coló.

A Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945) é considerada como marco de transformação no setor sucroalcooleiro brasileiro, conforme destaca Moreira e Szmrecsányi (1991, p. 61):

Uma boa parte do comércio interno de mercadorias entre o norte e o sul do país ainda era feita por seu intermédio (navegação de cabotagem), e um dos produtos mais afetados pela guerra submarina foi precisamente o açúcar, cujo abastecimento interno dependia fundamentalmente da produção nordestina, enquanto que os seus principais centros consumidores se achavam localizados no Centro-Sul, mais particularmente nas cidades dos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo. Um dos primeiros e principais efeitos do conflito foi o de ter cortado o país em duas partes, com uma vendo-se repentinamente à frente de uma grande superprodução de açúcar, e a outra passando a sofrer uma crescente escassez do mesmo produto. Essa demanda insatisfeita dos principais centros consumidores criou as condições necessárias para a expansão da produção de açúcar em regiões que anteriormente o importavam de outras, basicamente do Nordeste. E foi essa expansão dos anos da Segunda Guerra que deu origem à definitiva transferência do eixo da produção canavieira e açucareira para os Estados do sudeste do Brasil, uma transferência que só chegou a se completar de fato na década de 1950, mas que já podia ser percebida ao término do conflito. MOREIRA e SZMRECSÁNYI, 1991, p. 61)

Sampaio (2010, p. 124) aponta que o estado de São Paulo no pós Segunda Guerra

---

<sup>30</sup> Propriedades do Grupo Giorgi: S/A Lanifícios Minerva, Brasil Viscose Ltda., Refinaria Nacional de Sal S/A – Sal Cisne, Fiação e Tecelagem Santo André S/A, Metalgráfica Giorgi S/A, Materiais para Construção Porto Ribeiro Ltda., União Industrial e Mercantil Brasileira S/A, Socinbra Ltda., Cotonifício Giorgi de Minas Gerais e Metalúrgica Aricanduva Ltda. Fonte: <http://www.gazetavirtual.com.br/cotonificio-guilherme-giorgi-sa/> (Acesso em: 13/10/2020)

mundial apresentava um grande potencial para a agroindústria canavieira por dispor de condições de solo e clima apropriados, uma estrutura agrícola bem definida em termos de produção e circulação, fruto da colonização citada no capítulo anterior e um mercado consumidor sub abastecido e em crescente expansão.

Neste cenário de lucro promissor, o Grupo Giorgi, referência na produção têxtil na capital paulista pelo Cotonifício Guilherme Giorgi, compra a Usina Açucareira Paredão Ltda. em 1949, e a transforma em sociedade anônima em 1951<sup>31</sup>. A narrativa do sr. Guilherme Giorgi revela a vinculação familiar com os proprietários da Usina Tamoio nesse processo:

*G.G: Bom, a vinculação familiar é o seguinte. Os meus antecessores, meus pais e tios, eram muito amigos dos Morganti, que eram donos da Usina Tamoio. O escritório de advocacia que servia às nossas empresas era o mesmo escritório que servia à família Wirth e provavelmente foi de interesse deles naquela época investir – porque eles eram do ramo têxtil – investir em uma coisa diferente. Pela amizade que eles tinham com a família Morganti que era dona da Usina Tamoio, eles então se interessaram em comprar a Paredão.*

Essa integração com a elite econômica canavieira também foi exposta pela participação da Usina Açucareira Paredão S/A como representante das usinas médias na ata de convocação da Associação dos Usineiros de São Paulo em 1953<sup>32</sup> e como Diretor e Gerente da Cooperativa Central dos Produtores de Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo (COPERSUCAR) em sua ata de constituição de 1959<sup>33</sup>.

Deste modo, a aquisição do complexo agroindustrial pelos industriais paulistas representa uma nova etapa de transformação local em três aspectos: no aumento da produtividade, na concentração de terras e na gestão local para com as famílias trabalhadoras. Os primeiros aspectos serão abordados com maior profundidade no próximo capítulo pela maior quantidade de fontes sobre o período pós década de 1960. Porém, cabe salientar algumas transformações em relação ao aumento da capacidade industrial e ao transporte da matéria-prima dos canaviais.

O sr. Guilherme Giorgi apresentou algumas contribuições sobre a ampliação do parque industrial e na compra de fazendas logo após a aquisição da Usina pelo grupo:

*G.G: A fábrica de açúcar existia, era uma fábrica pequena, muito pequena, quando nós compramos imediatamente, a família comprou uma moenda nova no Dedini e dois ternos, cada terno de moenda é um conjunto dos esmagadores*

<sup>31</sup>DIÁRIO OFICIAL Estado de São Paulo (Estados Unidos do Brasil) Terça-feira, 26 de junho de 1951. num. 139 - ano 61. página 41

<sup>32</sup>Sábado, 18 de Abri de 1953 Diário Oficial do Estado de São Paulo – E. U. do Brasil Núm.86 Ano 53.

<sup>33</sup>DIÁRIO OFICIAL Estado de São Paulo (Estados Unidos do Brasil) Ano LXIX- Nº 168 Quinta-feira, 30 de julho de 1959

*e dois foram comparados da Usina Tamoio que era uma moenda inglesa. Naquele tempo as maquinas eram acionadas a vapor, como ainda é hoje, mas o sistema igual locomotiva, de puxavante. Tinha uma maquininha menor, que era de dois ternos e a de quatro ternos que foi comparado Dedini.*

*Aliás, deixa eu te falar uma coisa, nos anos 50, foram compradas 3 fazendas: Santa Maria, Santa Branca e Guataporanga... 4: Santa Maria, Santa Branca, Guataporanga e Aparecida. Realmente, você falou, foi uma expansão foi feita também nessa época. Agora, a expansão maior foi feita a partir dos 70, tá, aí nós compramos... foram 27 escrituras<sup>34</sup>.*

A ampliação da capacidade produtiva da neste complexo agroindustrial pela concentração de terras e novos maquinários durante os anos 1950 e 1960 mostrou-se evidente pelo aumento de açúcar manufaturado a partir de dados recolhidos na revista Brasil Açucareiro, impressa pelo Instituto do Açúcar e do Alcool. Se na primeira safra, a produção de açúcar pelos suíços chegava a 8.887, sacas, na de 1955/56 passa a produzir 97.320 e em 1961/62 atinge 207.675 sacas de açúcar de 50 kg<sup>35</sup>.

Conforme destaca Sampaio (2010, p. 128):

*Ao longo dos anos 1950 e 1960, mecanizar o cultivo canavieiro, preferencialmente em todas as suas etapas, era visto como mais do que simplesmente cortar custos. Era também entendido como única forma para se manter o ritmo acelerado de ampliação da área canavieira, pois apenas substituindo-se um modo de trabalho vagaroso (amparado no esforço manual com assistência de ferramentas menos elaboradas e veículos de tração animal) por um sistema mais veloz, é que seria possível gerar uma quantia de tempo sobressalente, a ser aplicada justamente no aumento do volume produzido. Além disso, a intensificação do processo produtivo na parte fabril oferecia duas opções para se proceder na parte agrícola: aumentar a área, ou aumentar o rendimento por área.*

Na Usina Açucareira Paredão, o transporte por tração animal perdurou até 1959 conforme destacado no capítulo anterior, sendo substituído paulatinamente pela utilização de tratores com reboque e posteriormente por caminhões de médio porte. “Se os veículos de tração animal se deslocavam a cerca de 5 km/h, os movidos a gasolina ou diesel podiam atingir 30, 40, até 50 km/h dependendo da situação e da qualidade das estradas por onde circulavam” (SAMPAIO, 2010, p. 135). Sr. Carlos Roberto Francisco rememora esse processo de transformação:

*C.F: Aí eles começaram a transportar com trator, na época do Sermag, aí*

<sup>34</sup> Não se pode quantificar ao certo a extensão dessas terras nos anos 1950, porém, conforme ata de criação da Agropecuária Santa Maria do Guataporanga, que compôs outro negócio do grupo, as fazendas nominadas compunham em área: Fazenda Santa Maria 257,20 alqueires; Fazenda Guataporanga 233 alqueires; Fazenda Santa Branca 215 alqueires; Fazenda Aparecida 168 alqueires. Diário Oficial do Estado de São Paulo dia 23 de setembro de 1978. página 52.

<sup>35</sup> IAA. Anuário Açucareiro Safras de 1960/61 e 1965/66. Rio de Janeiro. 1967.  
IAA. Revista Brasil Açucareiro. Ano XXIII - VOL. XLVI - JULHO, 1955 - N. 1.  
IAA. Revista Brasil Açucareiro. Ano XV - VOL. XXIX. N. 4. Abril - 1947

*fizeram uma carreta com 4 rodas, que elas tinha as duas da frente tinha um eixo, então era engatada no trator e quando o trator começasse a girar aquelas duas da frente ia virando. Aí começou ter muito acidente, acabou morrendo, várias pessoas morreram ali. Então aí depois inventaram uma outra, na época do Coló já, aí trouxeram pneu de avião<sup>36</sup>, aí fizeram aquelas carretas pra 15 toneladas de cana, era 2 pneus, o carretão, e ela virava no próprio engate, então você estava virando pra cá, trator tá virando, ela tá virando acompanhando, e conforme... se fosse tombar, só tombava ela, o trator não. Foi aí que diminuiu os acidentes com trator. Aí foi a época dos tratores mais potentes também, foi do Sermag, depois veio o CVT 1020, e o 1090, o 1090 foi o trator que eu não sei nem se eles tem ainda, é um trator que ele tinha duas caixas, tinha 8 marchas, e os cara engatava aquilo no pé, pra você ver como tinha tratorista bom, era meio encapetado.*

Para localizar a Usina Açucareira Paredão na ampla discussão sobre aglomerações habitacionais para trabalhadores no território brasileiro, recorre-se a Telma Correia (2001). Esta autora diferencia em escala essas aglomerações e enfatiza a autonomia das populações residentes em relação à propriedade imobiliária das residências para categorizá-las em: fazenda, vila operária, bairro operário, cidade operária, núcleo urbano, núcleo residencial e núcleo fabril.

Nas palavras da autora:

A palavra fazenda enfatizava a condição de inserção dos grupos de moradias em uma propriedade rural particular. As formas vila operária, bairro proletário e cidade operária deslocam o foco para a ocupação e classe social da população residente. Diferenciam-se entre si por indicarem variações de escala: vila operária diz respeito a pequeno grupo de casas em cidades ou no campo; bairro operário refere-se a um conjunto de casas de maiores proporções situado em uma “cidade-aberta”; cidade operária aplica-se a uma localidade isolada com um conjunto de moradias e serviços complementares e uma certa autonomia na vida local, tanto em relação a outros centros urbanos, quanto à própria empresa que gerou a aglomeração.

Os termos núcleo urbano, núcleo residencial e núcleo fabril referem-se a pequenas aglomerações isoladas, diferentes de uma cidade em termos de escala e do grau de autonomia dos moradores e da vida local em relação à empresa. A denominação núcleo fabril expressa o vínculo do lugar à indústria que o gerou. Assim, julgamos pertinente nomear “vilas operárias” os grupos de casas – algumas vezes acompanhados de equipamentos coletivos, como escola, igreja ou clube – localizados dentro de cidades ou em subúrbios.

Em se tratando de assentamentos isolados criados por indústrias, dotados de moradias e serviços essenciais, consideramos adequado chamá-los “núcleos fabris” ou “núcleos operários”, quando conservam uma dimensão reduzida e as empresas mantêm o controle sobre a vida econômica e política do lugar e, sobretudo, o monopólio sobre a propriedade imobiliária. Embora em termos de tamanho possam não se diferenciar das “vilas operárias”, afastam-se delas pelo isolamento em relação a outras aglomerações – com repercussões sobre o cotidiano local – e especialmente pelo grau de autonomia da empresa na

<sup>36</sup>Como as normas de segurança vigentes na aviação tornavam obrigatória a substituição dos pneus das aeronaves a cada x número de pousos e decolagens, algumas usinas paulistas chegaram a se beneficiar desse material que era de segunda-mão, porém de alta qualidade. Foi o que ocorreu na Usina Paredão, localizada nos solos arenosos da região de Marília (SAMPAIO, 2010, p. 136)

gestão do lugar (CORREIA, 2001, p. 94 e 95).

Conforme destacado, a autonomia das habitações para trabalhadores no território brasileiro está relacionada à capacidade de reivindicação dos habitantes pela gestão do espaço e na garantia de serviços essenciais. Inserida de maneira distinta em territórios amparados pela atuação do poder público, o amplo espaço privado que envolvem as habitações anexas ao núcleo fabril usineiro conduz a gestão do espaço à direção da empresa como proprietária autoridade próxima.

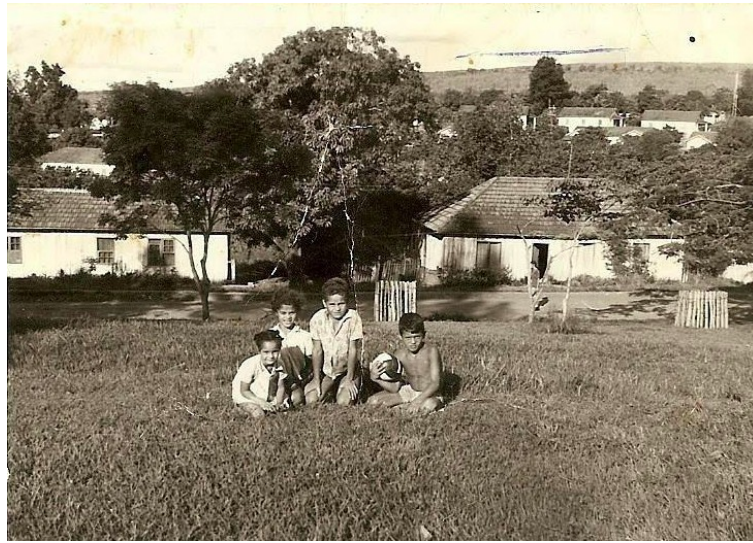
A partir dessas conceitualizações, sob a tutela do Instituto do Açúcar e do Alcool, o núcleo fabril e as fazendas da Usina Açucareira Paredão mantiveram e ampliaram as estratégias do colonato para além do trabalho familiar com remuneração por feixe de cana nas lavouras percorridos do primeiro capítulo. No inquérito<sup>37</sup> realizado pelos pesquisadores do Instituto, buscando investigar o padrão de vida entre os colonos da cana de São Paulo, De Carli, (1943, p. 107) defende o que seria *standard* do colono canavieiro paulista. Deste modo, explicita sobre as moradias:

A primeira observação reside no tipo de moradia. Casas confortáveis e higiênicas, geralmente agrupadas em colônias. A plantação de cana a cargo do colono nem sempre fica nas imediações da colônia, porque se busca sempre o agrupamento a-fim-de melhor se fiscalizar a atividade do colono, bem como facilitar a assistência escolar e médica. As casas ora são isoladas, ora geminadas, porém todas com pequenos quintais ao fundo, para criação de aves e pequena horta. Independente desse pequeno terreno, em terras não canavieiras, o colono possui suas plantações de cereais, leguminosas alimentícias e até de algodão (DE CARLI, 1943, p. 107)

Evidentemente que o *standard* do colono canavieiro paulista descrito pelo autor se restringe às condições das habitações e à concessão da assistência social e dos roçados a um grupo restrito de colonos de São Paulo. Ou ainda, representa a busca pela aplicação e ampliação desses direitos às famílias trabalhadoras residentes colônias, cujas condições de vida divergiam da regulamentação do IAA ao qual o estudo foi direcionado.

Da pesquisa realizada durante administração da família Wirth à gestão do sr. Alfredo Giorgi, as práticas do colonato canavieiro paulista e os direitos adquiridos pelo Estatuto da Lavoura Canavieira foram sendo desenvolvidos na Usina. Inclusive a descrição de De Carli (1943) se assemelha bastante à composição física e espacial das colônias que compunham o núcleo fabril da comunidade, considerando a localização e formatação da Colônia Roxa, Colônia Nova, Colônia do Bosque, Colônia da Usina, Colônia do Chapadão e Colônia do Paredão.

<sup>37</sup> Inquérito procedido pela Secção de Estudos Econômicos do I.A.A., em Novembro de 1942.



**Figura 5:** Vista do gramado da Igreja. Ao fundo Colônia Roxa. Mais distante, Colônia do Bosque, anos 1950.  
Disponível em: <https://www.facebook.com/usinaparedaoorienteoficial/photos/3472737576073554>  
Acesso: 25/08/2021



**Figura 6:** Vista da margem da represa de resfriamento. Ao centro Dona Naíza. Ao fundo Colônia da Usina, anos 1960.  
Disponível em: <https://www.facebook.com/usinaparedaoorienteoficial/photos/6329464787067471>  
Acesso: 25/08/2021



**Figura 7:** Carroça e tropa de bois, ao fundo, colônia da usina, anos 1950. Disponível em: <https://www.facebook.com/usinaparedaoorienteficial/photos/4555554991125135>  
Acesso: 25/08/2021



**Figura 8:** Colônia do Bosque. Julho de 1982: Disponível em: <https://www.facebook.com/usinaparedaoorienteficial/photos/3805170632830245>  
Acesso: 25/08/2021



**Figura 9:** Missão religiosa colônia do chapadão, anos 1980. Disponível em: <https://www.facebook.com/usinaparedaooorienteooficial/photos/3479022758778369>  
Acesso: 25/08/2021

Porém, como destacou De Carli (1943, p. 107), o critério de concessão das moradias estava relacionada a fiscalização e proximidade das funções aos quais os trabalhadores exerciam. A limitação na quantidade de casas no núcleo fabril e nas fazendas, o controle da administração quanto à reformas e construção de novas moradias e a rotatividade e vigilância nas habitações das colônias correspondem à capacidade de gestão e autoridade da direção no território usineiro do cotidiano operário.

Deste modo, a própria cadeia produtivas que envolve o complexo agroindustrial usineiro e a grande quantidade e diversidade de trabalhadores, que compõe seu processo produtivo, refletiam na distribuição das casas e na amplitude dos direitos sociais entre as famílias trabalhadoras do núcleo fabril e da fazendas.

Ianni (1984, p. 60) sintetiza bem o amplo cenário social que compõe a sociedade usineira para conformação espacial da distribuição das habitações às famílias trabalhadoras:

Na usina, entendida como um complexo produtivo que engloba fábrica e plantações, as pessoas se dividem em operários industriais, operários agrícolas, capatazes, feitores, fiscais, técnicos, engenheiros, químico, empregados de escritório e outros, além da diretoria, que engloba os proprietários. Há também médicos, enfermeiros, dentistas, professores, assistentes sociais, guardas, vigilantes, porteiros, mensageiros e outros trabalhadores. No conjunto, a população que trabalha na usina e nas plantações está organizada segundo as exigências da reprodução do capital agroindustrial, da divisão social do trabalho, das hierarquias das posições de mandos, das formas e níveis de participação no produto do trabalho coletivo do operários agrícolas e industriais. Tudo sob o comando do usineiro e seus propostos. Essa humanidade, que vive e se compõe de famílias completas, às vezes de três gerações. Distribuem-se em operário agrícolas, operários

industriais, empregados etc.

Em contrapartida, o *standard* (De Carli, 1943) do colono canavieiro paulista privilegia perspectivas que negligenciam as experiências de classe e compõem os modos de vida (Thompson, 1987) das famílias trabalhadoras na Usina Açucareira Paredão. Essas divergências acontecem tanto pelo direcionamento do estudo realizado pelo pesquisador governamental quanto às constantes transformações pelas quais o setor atravessou posteriormente ao estudo.

As experiências narradas pelas pessoas entrevistadas e pelo recolhimento das fontes citadas na introdução demonstram essas divergências e preenchem as lacunas locais sobre a gestão das moradias, lazer e roçados de subsistência incorporando conteúdo historiográfico a essas questões. Williams (1989) e Thompson (1987) defendem a possibilidade de análise das experiências de classe a partir de obras literárias considerando seu conteúdo e condições de produção para fundamentar análises da classe operária.

Deste modo, além das entrevistas, destaca-se a autobiografia publicada em 2013 por Jaime Bortolotti intitulada *Usina Paredão Futebol Clube*. Além do caráter autorreferencial da escrita e da referência presente no título ao time da empresa, Bortolotti (2013) contribui com descrições e análises sobre as condições de vida das famílias trabalhadoras nesse complexo agroindustrial que são de grande proveito para essa pesquisa.

A primeira contribuição em destaque é sobre a centralidade e composição do núcleo fabril. As funções anexas e as colônias próximas ao parque industrial compreendem

‘(...) a padaria, a sorveteria, o armazém, a máquina de beneficiar arroz, o cinema ao ar livre, o hospital [enfermaria], o escritório central, a pensão do Porém, próximos da destilaria de álcool, [e] formavam o que seria o centro da comunidade’ (BORTOLOTTI, 2013, p 53).

A distribuição das colônias próximas às funções anexas, à igreja e ao parque industrial conformavam o centro da comunidade usineira e compunham o cotidiano das famílias trabalhadoras nas adjacências da atividade industrial. As edificações envolviam espaços e atividades operadas pelas famílias trabalhadoras, contudo promovidas pela administração.



**Figura 10:** Vista aérea colônias núcleo fabril. Disponível em: <https://www.facebook.com/usinaparedaodoorienteoeficial/photos/3471968856150426>  
Acesso: 25/08/2021

Durante a entrevista com sr. Roberto Francisco em colaboração com Fabiano Carvalho, indagados sobre a evolução das casas das colônias obteve-se que algumas habitações próximas ao núcleo fabril passaram pelo processo de transformação, sendo reformadas ou construídas em alvenaria durante os anos 1950:

*C.F: a moradia era simples, né, casas simples, não pagava água, não pagava luz, era tudo por conta da empresa, da Usina Açucareira Paredão e eram casas de família, casas de madeira e depois começou as de alvenaria.*

*C.F: não, tudo ali foi feito. Só os prédios que eram dos suíços ali, agora as casas da Colônia da Usina, que é de alvenaria, foi tudo feito pelos empregados da usina, era a própria usina que fazia as casas.*

*F.C: se você for quebrar uma parede daquela lá hoje você acha bagaço, pedaço de cana. Um dia nós foi naquela casa do bosque onde morava o Dilão, tacou uma bola de ferro assim, só saiu os pedaço de bagaço de cana.*

*C.F: e outra em, ali naquelas casas de alvenaria, no bosque também, tudo aquilo foi construído, praticamente nós viu construir tudo daquilo lá. Barracão de açúcar, aquele barracão de baixo, é um dos mais novos, nós vimos começar a construir aquele barracão ali, porque ali era o lugar da gente jogar bola.*

Esta perspectiva de construção das casas de alvenaria em contraste com as moradias de madeira também foi explicitada por Bortolotti (2013, p. 44) na narrativa de sua infância nos anos 1950:

A casa foi sendo erguida de tijolos e alvenaria, ampla com grande quintal cercado de balaustres brancas pégola na entrada com primavera e grama

abundante. Do alto da varanda, tinha-se visão de toda a Colônia da Usina e do complexo industrial com as luzes da destilaria de cinco andares destacando-se.

Porém, cabe destacar que nem todas as moradias passaram por esse processo transformação, grande parte delas mantendo-se em madeira até o encerramento das atividades industriais nos anos 1990.

Dona Aparecida Silva<sup>38</sup>, José Nery, Dona Naíza<sup>39</sup> e sr. Hermínio Camargo<sup>40</sup> também contribuíram para qualificar as moradias nas quais habitaram e o processo de reforma e construção das casas das colônias:

*A.S: era tudo de madeira, não tinha nada de... [alvenaria] na minha época [anos 1950].*

*A.S: eu morava naquela colônia do clube. Gostava dali tanto, gostava da colônia, como gostava do clube que era de frente, como eu gostava da casa. Minha casa era uma casa velha, feia, de taboa, mas por dentro era limpinha, aí eu adorava a minha casa gente!, como eu adorava a minha casa. Aí quando fez as casas de tijolo, que tem lá ainda, sabe? Naquela colônia de tijolo.*

*A.S: é, depois da usina, não tem uma colônia que vai? A primeira casa ali, o sr. Guilherme falou para ele: ‘essa primeira casa é do Baianinho’. Aí diz que eles andaram lá, quando terminou a casa, passou três dias, sr. Guilherme chamou meu marido ‘Baianinho, pega um caminhão aí, vai lá na sua casa, e começa fazer sua mudança’. Nossa, diz que ele virou um bicho, não, não queria.*

*J.N: Colônia do Chapadão, depois que nós mudou para a Colônia da Usina, vivemos lá muitos anos, depois descemos para baixo, para uma casa melhor.*

*J.N: casa já era de tijolo, primeiro morou em casa de tábuas, depois casa de tijolo, mas não era confortável assim, não tinha água encanada direto na casa...*

*N.H: E a Dona Júlia foi toda vida minha vizinha, toda vida, eu só mudei de casa, mudei em três casa lá no Bosque, eu morei na primeira casa, que era da Dona Júlia antes, lá em cima. Aí depois eu mudei mais pra cá da ponta da colônia, perto da escola. Aí depois eu voltei um pouco pra trás, fiquei no meio, sabe? As duas casas, primeira casa, era só quarto cozinha, sabe? Quarto, cozinha e sala. Aí depois, nesta última que eu mudei, quando o Bôla casou, aí já era três quartos, sala, cozinha, aí desta que eu vim embora pra Oriente.*

*H.C: a casa que eu morei no campo era boa, casa de tijolo. Depois eu mudei, eu saí do campo, a família foi crescendo, no campo a casa era pequena, aí eu saí do campo e fui morar na colônia, mudei na Colônia da Usina, aí saí da Colônia da Usina, fui para o Bosque. Casa grande, aonde eu morei era de tábuas, tinha outras, teu avô morou em casa de tijolo, mas era casa grande, boa, era bem conservada as casas.*

<sup>38</sup> Aparecida Silva: mulher, branca, nascida na colônia do Paredão em 1941. Trabalhou como faxineira dos escritórios da usina por 8 anos. Morou nas colônias até 1980.

<sup>39</sup> Naíza Garcia Hurtado: mulher, branca, nascida em Santo Anastácio em 1937. Mudou-se para Usina em 1957 com seu marido permanecendo até 1989. Dona de casa, trabalhou como faxineira do escritório por 5 anos e 10 meses.

<sup>40</sup> Hermínio Camargo: homem, negro, nascido em São Carlos em 1938. Mudou-se com sua família para Fazenda Paredão em 1945 e para Usina Paredão em 1962. Trabalhou na indústria e como soldador até 1998.

Indagados sobre a cobrança de aluguel das moradias, assim como dos encargos sobre água e energia elétrica, os entrevistados foram enfáticos ao afirmar que esses encargos não aconteciam nas colônias da Usina. No jornal *previdencionista*, também há matérias reforçando a gratuidade das habitações e dos serviços de abastecimento.

Porém, em um holerite resgatado durante trabalho de campo, datado do ano de 1989, faz-se presente a cobrança de aluguel a baixo valor. Essa taxa simbólica foi abordada por Leite Lopes (1978) como estratégia para não acarretar propriedade dos moradores sobre os imóveis em possíveis processos futuros de usucapião.

Por outro lado, encontrou-se no Diário Oficial do Estado de São Paulo, Ano LXXI – Nº 139 – Sexta-feira, 23 de junho de 1961, a fala à tribuna de João Louzada, então vereador da Câmara Municipal da capital paulista, sobre a prática de cobrança de aluguel nas dependências da Usina Açucareira Paredão:

É de cortar o coração ouvir o que disse uma senhora já idosa: “Não tenho marido. Todas as minhas cinco filhas são analfabetas. Trabalham aqui das 5 às 18:30 horas para ganhar um salário miserável”. Sim porque ali não se cumpre a Lei do Salário Mínimo. A senhora ganha, como maior, Cr\$ 175,00 por dia; mas suas filhas, que também são maiores, ganham Cr\$ 120,00. A lei diz que neste caso, para o pagamento do aluguel é descontado 35% do salário. Vejam, no entanto, o que faz o magnata explorador: desconta não só 35% do salário da mãe como também do salário de todas as suas filhas. Então o aluguel de um cômodo e cozinha de um barracão chega a custar Cr\$ 12.000,00 a Cr\$ 15.000,00. Vejam V. Exas. o que se passa no Estado mais industrial de nossa pátria.

Os trechos destacados a seguir compõe a narrativa transcrita a partir da entrevista com sr. Roberto Germano<sup>41</sup>. Suas palavras expressam como o assentamento das famílias nas colônias da Usina acompanham suas trajetórias laborais em diferentes gerações. A permanência pela sociabilidade nas mediações das funções anexas ao núcleo fabril, a estabilidade e ascensão nos cargos internos e a inserção no núcleo comunitário usineiro contrastam com o passado migrante de sua trajetória.

*(...) meu pai era carreiro, mas nunca puxava cana com boi, ele arrastava tora, tombava terra, o que mais ele fazia com boi lá? Eu era caminheiro também, sabe o que é caminheiro? (...) caminheiro é o molecão, ou molequinho que seja, era pequeno, que era na frente dos bois. O que você faz na frente dos boi? Você fala ‘ou’, ele para, ‘vamo embora’, ele continua, e quando eu cansava, meu pai punha eu em cima do carro, em cima das tora, em cima do carro, e nós continuava a viagem. Ia buscar tora, buscar esterco. O que mais a nós carregava? Arroz, feijão, o que precisava nós ia buscar, na roça. Meu pai também fazia queijo na porteira, já que ele trabalhava ali, ele [consertava, cortava], pedia o material, ele fabricava queijo. Tem um queijo*

<sup>41</sup> Roberto Germano: homem, negro, nascido em Serrana – SP em 1935. Mudou-se para Usina em 1946. trabalhou como cortador de cana, pedreiro e eletricista. Morou nas colônias da Usina até 1994.

de antigamente que vocês não conheceu, é um queijo duro, que ficava nas prateleira do armazém, aquilo ficava que nem um pau, você só ralado, para você usar ele [inaudível].

Eu cheguei na usina no dia 9 de setembro de 1948. E não gostava muito de Oriente, da Usina até gostava, aí da cidadinha aqui não. Mas aí trabalha hoje, trabalha amanhã, na escola não quis ir mais, arrependo até hoje, que eu devia ter voltado para a escola. Eu fui para a escola até o dia 30 de agosto, no dia 1 de setembro já não fui mais, aí nós chegamos no dia 9 de setembro de 1948, às 10 horas do dia já estava descendo trem aqui. Aí descemos de pé de bode para a usina, Venâncio Escanaverra era o motorista, descendo e só indo descendo 'ai meu Deus, que lugar que eu estou'. Mas meu pai também não conhecia. Meu primo que foi lá em Serrana e convidou meu pai para vir para cá, ainda mandou o dinheiro para nós lá em Serrana, e meu pai também não conhecia aqui, só meus primos que conhecia a Usina Paredão. E aqui sempre foi uma festa. Aí acostumei, né, acostumei bem com a usina. Aí já comecei a pescar, eu tinha 12 anos, já comecei acompanhar os caras velho aqui pro rio. Aí fui gostando, fui gostando. Trabalhei de... cortei cana, arrastei toco da lavoura, porque era um mato, vai cortando a madeira os toco vai arrancando para plantar cana. E aí deram um burro para mim arrastar toco lá da lavoura para o carregador, para os caminhão pegar e por fogo. Aí daí desses toco eu fui cortar cana, estava gostando também.

[Morei na] Colônia da Usina, eu só não lembro o número da casa, mas foi na Colônia da Usina. Primeiro naquela da frente, depois meu primo foi embora para Osvaldo Cruz... a Núbia? É, Núbia, aí nós ficamos na casa dele que já era maior. Aí a molecadinha foi crescendo e a casa tinha que ser maior mesmo.

(...) naquele tempo era tudo pequeno. Depois sim, foi criando uma idade, foram para a escola, depois começaram a trabalhar. Meu irmão trabalhou na destilaria, o outro meu irmão era carregador de cana.

Aí tinha um chefe do escritório, que não queria ver eu na usina [indústria], falou que lá só aprendia abrir e fechar torneira. Falei 'mas não é possível', aqui tem o Lirão que foi um grande torneiro, teve meu sogro também que era torneiro, que tirou o Lirio. Porque a Usina também foi uma escola, viu. Quem trabalhou lá e não aprendeu alguma coisa, porque não quis, porque era vagabundo, porque era uma escola. Daí um pouco eu pulei para a lavoura outra vez. Falei 'para a lavoura eu não vou, vou sumir daqui, mas não vou'. Aí entrei na construção, aí entrei 'sr. José, eu estou trabalhando na construção', 'aí é bom, aí eu gostei, você vai ser um grande pedreiro'.

Rapaz, quando eu estava pondo o canteiro [inaudível crianças]... quando eu estava bom de parede mesmo, o que fizeram?

Você conheceu o barzinho da usina, lá no canto, que vendia sorvete? Aquilo ali vinha o José Popo, Baiano, Pebéia, o chefe da construção que foi meu grande amigo também, Zacarias, estava tudo ali tomando cerveja, e o sr. Jorge, que foi o chefão meu 'eu estava precisando de um molecão, para trabalhar comigo, e não acho, não tem'. Aí esse Baiano, que é um dos chefes do armazém, passou 'eu tenho um molecão', não foi o Zacarias 'tem um molecão que trabalha lá, eu vou passar ele para você', ele falou 'está bom'.

Aí quando ele chegou na oficina, na carpintaria, no lugar dos pedreiros, ele falou 'olha, amanhã você vai com o eletrícista da usina, o Alemãozinho'.

Eu falei 'e o choque? [riso] Mas não tem nada não, vou aprender alguma coisa'. [risos]. Aí meu primo já chegou com uma carroça de cana, Firmino. Falei 'Firmino, vou trabalhar com o eletrícista da usina, um dia vou ser eletrícista' ele falou 'vai lá bem' foi eles quem mandou o dinheiro para nós, lá

*em Serrana, para vir para Usina Paredão. Aí eu fui, né.*

*Parece que o Alemão abriu minha cabeça, cortou papel, escreveu, igual você me deu isso aqui, dobrou e pois dentro aqui. Tudo que ele falava para mim ele falava uma vez só.*

*Depois [que foi embora] de Pompeia ele me chamou, mandou um recado para a Usina perguntando se eu não queria ir para São Paulo com ele. Aí eu pensava no meu pai, né, meu pai não sabia ler, não sabia escrever, e eu tinha que está junto com meu pai. Aí eu falei 'sr. Jorge, eu não vou não, porque tenho que cuidar do meu pai' senão ia, porque sair dessa para ir trabalhar em São Paulo era uma beleza.*

*É, rapaz, a usina foi ótimo, quem não aprendeu ali... quem conheceu outras usinas, conheci a Usina da Pedra, eu era pequeno, conheci a Usina Martinópolis, eu já tinha 12 anos, quando nós viemos embora, e a Paredão.*

As perspectivas de ascensão social e estabilidade são ampliadas no livro autobiográfico de Jaime Bortolotti (2013). Na obra, o autor contrasta seus esforços entre estudar e trabalhar em Marília, fora das mediações da Usina, para ultrapassar as limitações da comunidade fabril e as contingências na permanência local.

(...) contingência involuntária para os moradores da usina determinava que os filhos, após obtido o diploma primário, se destinassem a colaborar no orçamento familiar, trabalhando nas escassa ocupações oferecidas naquela agroindústria de açúcar e álcool. A maioria enfrentava primeiro as agruras do trabalho na lavoura de cana para depois, com muita sorte, conseguir vaga em algum outro setor (Bortolotti, 2013, p. 30)

O emprego colocava ponto final nas viagens, nos sacrifícios, nas desilusões e na falta de recursos que sufocavam o jovem. Mesmo que circunscritas à terra natal, a nova situação criava perspectivas de projeção, segurança e "status". Era um consolo. E havia o futebol: Integraria o grupo de jogadores que tinham o privilégio da dispensa do trabalho nos dias de treinamento (Bortolotti, 2013, pp. 73 e 74).

Entre as possibilidades de projeção, segurança, *status* e a inclusão na comunidade, o pertencimento territorial no assentamento das famílias trabalhadoras nas colônias da Usina Açucareira Paredão estão expressas nas narrativas destacadas pelo envolvimento cotidiano com a vizinhança e compadrio formada no entorno da atividade industrial e dos benefícios da assistência social. O contraste nos trechos destacados entre a condição pertencimento, o passado migratório e a atual situação após o fechamento da Usina, nas quais foram produzidos, expressam suas perspectivas de estabilidade e ascensão social que compuseram suas trajetórias familiares.

Conforme destaca Campagnol (2008, p. 451) o investimento das usinas em cenários de escassez ou aumento de demanda de força de trabalho direcionava-se em atividades de entretenimento promovidos pela administração. Deste modo, a atenção dos usineiros nas

atividades cotidianas das famílias trabalhadoras para além das condições de emprego e moradia envolviam o comando sob a concessão dos roçados e de atividades de lazer pelo isolamento geográfico que os núcleos fabris e as fazendas canaveiras estavam inseridas.

Na Usina Açucareira Paredão dos anos 1950 e 1960, reconheceu-se a atuação da gerência nas atividades de lazer durante esse período em dois grandes eixos: o religioso e o futebol.

A atuação da Igreja Católica nas áreas do serviço social no campo durante o século XX, fez-se presente na Usina pela atuação do Padre Isidoro Stênico<sup>42</sup> até o meados dos anos 1960. Importante salientar a congregação religiosa dos estigmatinos na qual Pe. Isidoro pertencia.

A Congregação dos Sagrados Estigmas, fundada em 1816 por São Gaspar Bertoni está centrada nos estigmas de Jesus Cristo, ou seja, nos sinais deixados pela crucificação, representando as marcas que os desafios da vida na terra deixa nos corpos dos fiéis. Focada principalmente na evangelização de jovens e no auxílio dos bispos da Igreja Católica, esta congregação de caráter missionário atuou em várias partes do mundo na propagação da fé católica entre jovens, exortando o lazer e ocupações sadias<sup>43</sup>.

Recorre-se a Bortolotti (2013, p. 41 e 49) para dimensionar a centralidade da Igreja e do clérigo no cotidiano usineiro dos anos 1950:

Era praxe a ida à missa dominical. A celebração pelo Pe. Izidoro às 07h00 e às 09h30 na capela branca rodeada pelo gramado verde do imenso jardim que se espalhava logo acima da Colônia Roxa. Pe. Izidoro pertencia à Congregação dos Padres Estigmatinos, que formava religiosos dentro de rígidos padrões, caracterizando-se pelo zelo à tradição e à ortodoxia da liturgia católica.

O clérigo se autoconcedia uma liberalidade: o apego ao cigarro. de preferência os de marca "SIR". Adquirira o vício em missões no Estado de Goiás, no exercício do apostolado em regiões infestadas de mosquitos e pernilongos. A fumaça do cigarro espantava os insetos e assim conseguia algumas horas de sono no clima quente e úmido do Araguaia.

Era a justificativa que dava às pessoas mais próximas de sua convivência entre os quais o Domingão, o Tonon, o Zezinho, Da Idalina, Jaime Silva, Luizinho Mateus e integrantes das famílias Porém, Fassina, Bortolotti, Giovanetti, Viana, Pereira, Inghieri...

<sup>42</sup>Pe. Isidoro, nasceu aos 17 de novembro de 1914, no bairro de Santa Olímpia, município de Piracicaba-SP. Ali passou sua infância simples e alegre. Em 1925, com 11 anos de idade, ingressou no Colégio Santa Cruz de Rio Claro - SP, onde iniciou os estudos. Em 21 de setembro de 1930 entrou para o noviciado e emitiu os primeiros votos em 22 de setembro de 1931. Em seguida foi para a Itália, onde cursou filosofia em Verona. Cursou teologia no "Angelicum" de Roma. Em 1935 retornou ao Brasil. Fez a profissão perpétua aos 19.11.1935 e foi ordenado sacerdote aos 11 de julho de 1937. Como sacerdote desempenhou várias tarefas em diversos locais como Casa Branca - SP, Morrinhos - GO, Marília - SP, Uberaba-MG. <http://estigmatinos.org.br/wp-content/uploads/2021/05/PE.-ISIDORO-STENICO.pdf> (Acesso em 29/04/2021)

<sup>43</sup><http://www.estigmatinos.com/congregacao/historia> (Acesso em 29/04/2021)

Numa empresa cujos operários trabalhavam aos domingos e o distanciamento entre patrões e empregados, a função de pastor desse rebanho exigia do Pe. Izidoro, sacrifícios, resignação e muita disposição física e psicológica.

Pe. Izidoro era o mentor espiritual daquela coletividade. Procurava de movimentos que os levassem a atuar junto à população carente das diversas colônias como portadores de palavras de conforto e solidariedade.

Duplas juvenis e adultas do grupamento católico Legião de Maria testemunhavam a realidade dessas famílias, nas visitas que semanalmente realizavam em casas sem forros, móveis, sem comida, sem agasalhos, cujos moradores acordavam 04h00 para apanharem o caminhão da turma que os levariam ao cenário fantasmagórico de um talhão de cana retorcida, queimado na véspera (BORTOLOTTI, 2013, pp. 41 e 49)

A entrevista com sr. Carlos Roberto Francisco e sua esposa dona Lurdes Francisco também demonstram a atuação do clérigo junto à comunidade usineira:

*C.F: era gostoso de mais. E ir na missa? Você ia pra missa, você parece que ia para uma festa, você não ia para a missa, você ia para uma festa. A gente chegava lá... vocês acho que não pegaram material da época da primeira comunhão feita na usina, né?*

*L.F: a eu lembro em, fazia tudo igual as roupas, a usina que dava, vestido para as meninas... a Marlene deve ter foto. Confeccionava tudo igual para a meninas e tudo igual para os meninos.*

*C.F: os meninos tudo de short azul, tipo de uma bermuda azul, camiseta branca, e o tenis branco. Tudo doado pela usina paredão.*

*L.F: eu dava catequese na época, todo domingo eu ia nas fazendas buscar as crianças, ia de pau-de-arara buscar. Chegava lá, batia o sininho, chegava tudo 'ai, tia, vamos tia'. Tinha uma menina, Andreia, ela nunca vinha, sabe. Eu dava catequese de quarta-feira a noite, aí em fale 'Andreia, por que você não vai na missa?'; 'eu não tenho sapato, tia'. [lamentações]. Aí fui lá, comprei o sapato, levei para ela, no outro domingo ela estava lá.*

*C.F: então, tinha as primeira comunhão, primeira eucaristia e era a usina que pagava. Formava os meninos lá, tinha o Padre Isidoro... Padre Isidoro Stênico. Pergunta para o seu tio Toninho, o que o Padre Isidoro fazia para nós lá, levava para casa para jogar ping pong, jogar dominó, e a gente ia praticamente...*

*F.C: ele visitava as casas, né.*

*C.F: igual esse padre que está tendo na novela. Passava nas casas com uma sacolinha do lado, aí falava 'vou almoçar na sua casa domingo'; 'mas padre, não tem nada'; 'não, não, só faz um arrozinho, feijão, corta uma cebola, faz uma saladinha de cebola para mim, e se tiver mais alguma coisa, só colocar uma sardinha e está bom demais. Agora hoje os padres são todos cheio de pompa.*

Os trechos destacados anteriormente ajudam a compreender a atuação desse missionário e compor o cenário da religião na Usina: na proximidade com as famílias trabalhadoras, busca disposição para atenuar as dificuldades da vida da 'população carente' das colônias e de evangelizá-las. Sobre esta, a catequização de jovens foi uma das grandes

ações do padre que perseverou até o fechamento do complexo industrial nos anos 1990. As fotos citadas pelo sr. Roberto, encontradas durante trabalho de campo, que também compõe o acervo da página no Facebook gerida por Fabiano Carvalho, expõe a atuação do Pe. Isidoro nessa área nos anos 1950



**Figura 11:** Primeira comunhão, 15 de agosto de 1954. Acervo pessoal.



**Figura 12:** Primeira comunhão. 29 de maio de 1955. Acervo Pessoal

Sobre o segundo ponto destacado anteriormente, o futebol foi central na atuação da gerência da Usina em atividades de lazer nas dependências da propriedade e correspondia a uma ação frequente nas usinas no Estado de São Paulo. Conforme destaca Campagnol (2008, p. 453):

um dos principais incentivos das usinas era voltado à formação de times de futebol, o que, pela sua popularidade e campeonatos, permitia divulgar o nome da empresa, além de desenvolver a disciplina e o sentido de coletividade e colaboração entre seus jogadores. Muitas usinas mantiveram times de futebol que participavam de importantes campeonatos regionais.

Na Usina Açucareira Paredão, o futebol compôs o cenário usineiro desde as primeiras safras. A ata de formação da Grêmio Recreativo Usina Paredão, encontrada na edição do Diário Oficial do Estado de São Paulo<sup>44</sup> remete a 1938 a criação do Usina Paredão Futebol Clube.

Porém, foi no ano de 1959 que o futebol passou a ter maior atenção da administração. Pela influência do sr. Nilo, a direção construiu o Estado Alfredo Giorgi nas dependências da propriedade usineira e o ginásio com quadra poliesportiva. Esta ampliação esteve fundamentada pela promoção de jogos entre os setores internos do parque industrial e das colônias em várias faixas etárias, conjurando a disciplina do futebol ao do trabalho, conforme relata Bortolotti (2013, p. 25 e 26) :

Corria o tempo. Numa tarde, a sirene que anunciava as horas na indústria começou a apitar seguidamente. As mulheres da Colônia saíram de suas casas e indagavam umas às outras o que havia acontecido, quando um grosso rolo de fumaça negra se destacou nos céus da unidade industrial.

Dentre elas, o Cine Paredão. "João Palito", operador de projeção, com alguns ajudantes, lutava para liberar a máquina de 16 mm, discos, ventiladores e o que mais fosse possível retirar da cabine enquanto o fogo se aproximava. Concluída a operação e a aparelhagem a salvo, o teto da cabine desabou.

Não houve mortos, mas o prejuízo foi grande para a indústria. Sem cinema na Usina, o futebol dominava os assuntos das conversas daquele pessoal humilde e trabalhador que aos domingos assistia aos jogos amistosos realizados com times das cidades vizinhas. A direção do Usina Paredão Futebol Clube era agora do dr. Nilo, engenheiro agrônomo que intentava implantar regime de disciplina conjugado à educação física para a equipe que assumira. A primeira regra era simples: jogador não poderia frequentar os bailes que aconteciam nas noites de sábados, em casas das colônias ou na pensão do Porém.

Dr. Nilo promovia campeonatos entre as várias colônias, esperando encontrar elementos que pudessem pertencer ao plantel que idealizaria. As rodadas envolviam as colônias da Usina, do Chapadão, do Paredão, do Bosque, Nova,

<sup>44</sup> DIÁRIO OFICIAL Estado de São Paulo (Estados Unidos do Brasil).Ano LXXVI – Nº 34 – Terça-feira, 22 de março de 1966

do Barro Preto, do Laranjal, da Sta. Maria e da Guataporanga. Realizava ainda torneios entre os setores da Indústria, da Lavoura, do Transporte, do Armazém, da Mecânica, da Administração, do Transporte, do Armazém, da Construção, da Administração, além de cuidar da equipe juvenil, preparando os jovens para o aspirante e titular da sua esquadra.

O infantil era comandado por Joaquim Florentino, ex-jogador que exercia a função de caseiro no recém inaugurado Estádio Dr. Alfredo Giorgi. "Dr." Nilo havia conseguido convencer os mandatários da empresa para tal investimento. Em troca, homenageara o superintendente do grupo, colocando seu nome no "Estádio".

Sr. Roberto Francisco e Antônio Francisco Porém Filho<sup>45</sup> também descreveram a partir das suas experiências de como foi o processo de construção do time principal do Usina Paredão Futebol Clube:

*C.F: ah, isso foi em 1959, que a usina começou a melhorar o time, então em 1960 a usina começou a trabalhar com o pessoal, né, começou a trabalhar com um time totalmente diferente que veio... os caras vieram do Paraná. Aí já tinha um treinador também, que era um cara do exército, mas um cara afastado, sr. Nilo, ele era do exército, se não me engano ele era terceiro sargento na época. Ele veio para cá para morar na usina e morando na usina ele começou a mexer com esporte, que ele era engenheiro. Aí ele começou a mexer com esporte e montaram um time. Mas aí diz que ele queria montar um time, mas um time para disputar (...) um amador, mas um amador de homem. Aí quando eles foram campeão em 61.*

*E dali de dentro do escritório tinha um pessoal que... e eu não trabalhava ainda, mas tinha um pessoal dentro do escritório que era muito conhecedor, que era muito fã de time de futebol que gostava mesmo, que mexia. Tinha o Silvio Ferreira Nogueira, está vivo até hoje. O Silvio, no lugar, depois do Ezequiel, passou a ser o tesoureiro da usina, aí o Silvio montou, ajudou a montar o time da usina nessa época, quando a usina disputou a terceira divisão, o Silvio é o que fazia o pagamento, era tudo pela federação, tudo pela federação.*

*A.P: O dr. Nilo queria montar uma equipe muito boa na Usina Paredão, e foi buscar vários jogadores no Paraná, como o Safra, o Joel, o Chileno, o Manoel Preto, quem mais? Tião Moreno, Portuguêsinho, Pedrinho, eu sei que veio uma turma. E eu era da usina, menino da usina, e tal, e montaram esse timaço, o goleiro era o Veludo, eu não era goleiro. E comecei brincar, o Egídio passou a ser técnico e um dia ele põe eu na ponta esquerda, e eu comecei jogar na ponta esquerda. E comecei, um dia, comecei brincando no gol, brincar no gol, Girdão falou assim para mim 'você vai ser bom goleiro', e comecei treinando, treinando, e um dia o Girdão já me punha no gol e falou assim para mim 'vai treinando que um dia você vai jogar no gol'. O que aconteceu, foi numa época que a Usina trazia, São Bento de Marília, Noroeste de Bauru, o Rinópolis, que nós... terceira divisão, campeão da região. E um dia que o São Bento vinha jogar na usina, o Veludo se machucou, olha como que é o destino da pessoa, o Veludo se machucou, e o Girdão começou a treinar eu no time titular, ainda falei 'mas eu?', 'é, você com 17 anos' e treinamos mais uns 15, 20 dias, ele falou 'olha, o São Bento vem jogar aqui, São Bento*

<sup>45</sup> Antônio Francisco Porém Filho: homem, branco, nasceu em São Paulo-SP em 1943. Morou na Usina dos três meses de idade até 1994.

*tinha um timão, Bianco, jogava Silvam, tinha um monte de jogador bom, o Jurandir, o Suingue, tudo jogador de qualidade, e o Girdão falou para mim ‘você vai jogar no gol, em, você vai ver’. Não tinha outro goleiro, perto de começar o jogo, Bianco, tinha lá aqueles coronéis da Usina, sr. Lazinho sr. Antoninho, próprio Nilo, próprio sr. Guilherme... sr. Guilherme não sei, não lembro disso, mas aí, na véspera do jogo ‘não pode por o Toni com 17 anos, não pode, como é que vou botar esse menino de 17 anos para jogar contra um time como o São Bento de Marília, aí o Girdo virou pro sr. Antoninho e falou ‘se o senhor trouxer algum outro goleiro para jogar e não por o Toni no gol, eu jogo minha camisa aí e você fica com ela’, não buscaram. Bianco, você não vai acreditar, foi a maior partida que eu fiz na minha vida. Eu fui cumprimentado pelo Jurandir, que foi campeão do mundo, ele pegou 3 sem pulo, das 18 jarda para cima de mim, e nós estava ganhando de 1 a 0 o jogo, estava ganhando de 1 a 0 do São Bento, para você ver o time que a usina tinha, em. Ele veio me cumprimentar.*

Assim como foi destacado anteriormente por Campagnol (2008), o investimento das usinas brasileira no futebol como entretenimento aos seus funcionários extrapolava essa finalidade interna para seus trabalhadores e envolvia também a promoção do nome da empresa externamente. Deste modo, o contratação de trabalhadores de outros lugares do país para atuarem como jogadores no times empresariais, recorrendo até a profissionais, foi uma das formas dessa atuação.

O Usina Paredão Futebol Clube arregimentou jogadores na região e foi mais além ao contratar trabalhadores na Usina de Jacarezinho, no Paraná, conforme relatou o sr. Servilho Amorim<sup>46</sup>. Assim também ocorreu com o sr. Hermínio, popular Jaú, que explicou como esse processo ocorreu em seu caso particular, mas com contribuições na maneira geral da atuação da administração.

*H.C: a usina, em 62, em 62 eu fui para a usina. Então eles iam buscar jogador fora, jogador do Paraná. 61 a usina foi campeão do amador do Estado, mas eu não estava lá, porque eu fui depois no outro ano, 62 eu estava em Oriente, disputei por Oriente.*

*H.C: eu cheguei na usina, para trabalhar, por intermédio do futebol, jogava para o time de Oriente, aí eles gostaram do meu futebol e vieram me chamar para a usina para jogar no time deles.*

*H.C: trabalhava na indústria, morava no campo, riscava o campo no domingo. Eu fui mais lá para cuidar do campo, né. Trabalhava na indústria, mas saía cedo para arrumar o campo, arrumar as camisas, ia buscar na lavadeira. Aí me puseram lá para o campo, porque eu gostava disso, né.*

*H.C: eu joguei muito tempo no time da usina, aí comecei de jogar com 25 anos, parei com 62 anos. Jogava assim, veteranos. O time da usina estava com 42 anos já parei pro time da usina. Aí fui jogar pro veteranos. Depois a idade que foi chegando e foi encerrando a carreira.*

---

<sup>46</sup>S.A: da cidade de Jacarezinho. Tinha um povo bom de bola. Trouxeram para cá, fizeram um time.

Não se pode deixar de interligar o ano de 1959, na qual a administração buscou projetar o Usina Paredão Futebol Clube no futebol amador, com as articulações a nível nacional dos trabalhadores rurais por melhores condições de emprego. Conforme destaca Octavio Ianni (1984, p. 66) neste mesmo ano, foi reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal o amparo dos trabalhadores rurais dos estabelecimentos agroindustriais à Consolidação da Legislação Trabalhista. “Iniciou-se por essa época um movimento de arregimentação dos trabalhadores rurais das usinas e engenhos de açúcar paulistas, por iniciativa de lideranças dos sindicatos de trabalhadores industriais.”

O movimento centralizou-se desde o início em torno de assistência judicial para efeito de reclamações de salários não pagos, diferenças de salário, regularização das cadernetas de trabalho, indenização por estabilidade em caso de rescisão de contrato de trabalho, indenização por benfeitorias realizadas nas terras alheias, falta de prestação de contas decorrente do sistema de fornecimento por meio de ‘vales’ nos armazéns de gêneros de propriedade das usinas, descontos ilegais, etc (IANNI, 1984, p, 67).

Deste modo, o investimento da administração no futebol no começo dos anos 1960 concorria com as atenções das famílias trabalhadoras à suas condições de vida e trabalho no intenso momento de agitações sociais que eclodiram no Brasil dos anos 1950 e 1960. Em meio à articulação dos sindicatos rurais no Estado de São Paulo, Sérgio Coló Moore assume como diretor-assistente da Usina para conter as reivindicações trabalhistas a ferro e fogo (em alguns casos, literalmente).

Neste ano [1961]<sup>47</sup>, também chegou na Usina um baixinho atarracado, calvo e de cavanhaque, com forte sotaque italiano, para reorganizar a economia da empresa. Sérgio Coló Moore era o temível chefe que já trabalhara na África e viera para demitir, contratar, promover, criar equipes, redistribuir funções, organizar setores, fixar normas, quebrar resistências, enfim mexer em todas as áreas numa autêntica revolução, com plenos poderes pelos Giorgi, que viam seu patrimônio diminuir nas mãos de chefes incompetentes, conforme rotulados nas reuniões. (BORTOLOTTI, 2013, p. 68)

*R.G: o Coló ficou... você quer saber da história do Coló mesmo? O Coló chegou na Usina, porque tinha um parente em São Paulo, padre, Coló tinha um padre. Esse padre era amigo da família Giorgi. Então, dr. Alfredo precisava vim embora para São Paulo, então acharam esse Coló, pensando, porque era parente do padre, que era gente boa. Aí ajustaram esse Coló como diretor da usina. Chegou aqui começou inventar, ele não punha adubo na cana, mandava por uma cinza, que saiu da caldeira, cheio de pedrinha, acabou com o canavial.*

Destaca-se a fala do então vereador na Câmara Municipal de São Paulo João Louzada em Julho de 1961, retirado do Diário Oficial do Estado de São Paulo, relatando as opressões

<sup>47</sup> O livro de Bortolotti (2013) não especifica claramente as datas em que os acontecimentos ocorreram, afirma-se o ano de 1961 a partir dos documentos em anexo no final do livro que se articulam com desenrolar da história.

de classe e a articulação do nascente Sindicato Rural de Marília com os trabalhadores da Usina Açucareira Paredão:

Neste ultimo domingo estive numa assembleia de trabalhadores da Usina Paredão, da cidade de Oriente, cuja realização foi impedida porquanto o Prefeito local é também o gerente dessa Usina e esta foi quem o elegeu.

As autoridades não permitiram essa assembleia. Ela foi realizada na cidade de Marília, para o que tivemos que ir buscar os trabalhadores da Usina assim como os cortadores de cana situados a 22 quilômetros de distancia do local da reunião.

Foi proibida pelo dono da empresa, qualquer propaganda a respeito da assembleia. Estivemos no Aéro-Clube de Marília e quisemos alugar um “teco-teco” a fim de lançar os panfletos sobre a Usina. Nem mesmo sendo pagos quiseram prestar serviço.

O que presenciamos naquela assembleia? A mesma política tomando os nomes dos oradores, tentando intimidar os que dela participavam. Mas, em Marília, na assembleia daqueles plantadores de cana, o que aconteceu? Isto quero contar para os homens que se dizem cristãos. Onde está o cristianismo? Que cristianismo é esse? Lá estava um homem com 78 anos de idade, mal se podendo deter em pé, não sendo necessária a presença de nenhum médico para dizer que o mesmo estava gravemente enfremo, às portas da morte.

Não obstante, o homem pedia: “Quero falar ao microfone”. E lhe demos o microfone. E ele dizia: “Com 78 anos, não posso mais trabalhar e sou espancado pelo administrador”. Cristianismo!... Perguntei ao ancião: “O patrão é Cristão?” Respondeu-me: “É, porque anda com uma correntinha no pescoço com uma santa”. Falso cristão! Na Sexta-feira Santa os trabalhadores pediram a ele dispensa do trabalho para irem à Igreja rezar. E o que diz o patrão? “Ninguém sai daqui, todo mundo tem que trabalhar”. A religião do patrão é o dinheiro. Esta é a realidade.

No Estado de São Paulo, a sindicalização dos trabalhadores rurais começa a ganhar força com a criação da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas (ULTAB) em 1954 tendo como principal reivindicação a extensão do salário mínimo no campo. O sr. João Louzada, membro do Partido Comunista do Brasil (PCB) e associado junto à ULTAB, foi uns dos articuladores da criação do Sindicato Rural de Marília na assistência jurídica e política junto aos trabalhadores do campo na região.

O Estatuto do Trabalhador Rural (ETR) aprovado em 1963 é fruto das pautas defendidas pela ULTAB por direitos sociais no campo. Segundo Maria Aparecida Moraes Silva (1999, p. 62):

A criação do ETR que estendia as leis trabalhistas aos trabalhadores rurais e regulamentava os sindicatos rurais, segundo linhas corporativas tradicionais, dentre elas, o registro burocrático da unidade sindical pelo Ministério do Trabalho. Em tese, desde 1943, os trabalhadores rurais haviam adquirido direito a salário mínimo, férias anuais pagas e aviso prévio, pela CLT, mas estes direitos permaneceram letra morta. O ETR acrescentou alguns elementos

importantes: concessão de indenização por demissão sem justa causa, estabilidade no trabalho, regulamentação do trabalho da mulher e da criança.

Durante as entrevistas, os senhores. Servilho Amorim e Carlos Roberto Francisco narraram como sucedeu o grande levante na Usina Açucareira Paredão no ano de 1962. Segundo eles, a pauta da greve esteve centrada no aumento de salários na lavoura. Articulada externamente com o Sindicato Rural de Marília, associada à ULTAB, a movimentação obteve apoio interno com os trabalhadores das colônias; foi dissuadido pela intervenção da Força Nacional e mantido em regime de exceção pela administração de Coló conforme relatado a seguir:

*S.A: A greve foi em 62, pegou a greve lá. Quem chefiou a greve lá foi a turma da Colônia Nova. Povo da Colônia Nova não deixou nós trabalhar de jeito nenhum.*

*O povo do campo, da lavoura. A turma veio aí no escritório, cercou e não deixou ninguém trabalhar, nem da indústria. Foi uma revolta danada em 62. O caminhão da cana passou com a turma, pessoal parou caminhão... tinha um tal de Afonso lá e a dona... esqueci o nome dela agora, era uma velhona preta, e boa de briga a mulher, ela agitava mesmo. Esse era um moreninho forte, filho dela. Nego tinha um medo dele da porra, qualquer coisa ele batia no peão, aí ele encabeçou a greve. O rapaz esqueci o nome da mulher, não lembro, agora não lembro.*

*S.A: foi pelo sindicato de Marília [Sindicato Rural]. A turma do sindicato de Marília veio aí para ajudar.*

*C.F: na revolução que teve lá... quando teve a greve na usina em 1962, minha mãe trabalhava no escritório, e aquela greve foi uma greve pesada, já era o começo dos sindicatos, né, e minha mãe chegou lá e falaram 'dona Rita, a senhora não vai trabalhar hoje aí', 'ah, mas vocês estão me mandando embora?' 'não'. Tinha 70 soldados que era da Força Pública na época, não era PM não, Força Pública, 70 soldados, aí eles falaram para minha mãe 'a senhora não vai fazer nada hoje não, porque nós vamos tomar conta disso daqui' aí eles ficaram em cima daquela laje que tem lá na guarita, todo mundo equipado, fuzil, baioneta, aquele negócio todo, bomba de gás lacrimogênio. E hora que os caras chegaram com o ônibus, para poder entrar dentro da usina, e os grevistas... quando o ônibus entrou, os grevistas iam entrar juntos. A polícia meteu bomba, para não entrar. E outra coisa, nego sumiu, tem gente correndo até hoje, porque não sabe de onde saiu a bomba.*

*E na época, foi a época que saiu o Aero Willys 2600, o AeroWillis e um dos camaradas que era encarregado do escritório da parte de tesouraria, Ezequiel Guerra o nome dele, ele vinha chegando para trabalhar e ali onde é aquela entrada da Usina ali, os caras atravessaram uma corrente ali, atravessaram uma corrente ali, dos dois lados, a corrente atravessou os dois lados, amarraram nos dois lados, então não entrava e não saía.*

*E: os grevistas.*

*C.F: é, os grevistas, mas eles atravessaram para não deixar ninguém entrar e ninguém sair. Aí quando chegou esse Aero Willys, que chegaram para trabalhar, eles fecharam em cima do Aero Willys, com facão, pedaço de pau, e os cara falaram 'vão arregaçar o carro do cara, vão matar o cara' não sei*

*quem foi o cara que interferiu lá que não deixou, senão era uma carnificina. Eles estavam em quatro no carro.*

*E: e qual era a pauta da greve?*

*C.F: a pauta da greve era melhores salários, que estava trabalhando como escravo, queria que... vamos supor, cara ganhava 50 cruzeiro, queria que dobrasse o salário... isso através do sindicato.*

*E: o sindicato rural ou o da usina?*

*C.F: não existia ainda, estava fundando o sindicato, então veio de fora para Usina Paredão dois camarada, um chamado Tenório e outro chamado Adelino, eles eram os responsáveis pela greve.*

*E: e veio de onde?*

*C.F: foi através dos camaradas que encabeçaram a greve na usina, chamava-se Alvino e Petrônio e um que era de uma colônia da usina chamado Barro Preto, chamava Abel, esses três encabeçaram a greve. Eles encabeçaram a greve e acionaram esses caras para dentro da Usina. Só que os caras, vamos supor, ali onde está aquela... você chegando ali antes da entrada lá, onde tem a cancela ali, naquela curva tem uma placa, e não tem aquelas árvores ali? Ali não era asfaltado, ali era o barranco, as árvores continuam vivas ali e ali os caras ficaram de baixo daquelas árvores. Então, até um dia... molecão você já viu como é que é, você sempre está passando no meio, aquela curiosidade danada, e os caras de terno, aquele puta ternão preto, gravata, os cheio de... aquelas caras lá. E tinha um senhor chamado Lidugério o nome dele, ele trabalhava dentro da usina e a mulher de chamava-se dona Luzina, eles faziam a comida e ele colocavam na vasilha, amarrava assim com pano e o negócio, e ele ia levar comida para os dois caras lá, né, o velho estava cuidando bem dos caras. Ele fazia parte lá, porque ele tinha um filho chamado Joaquim, que também era boca quente lá. Aí o que eles fizeram? Ficou ali... aí um dia passou um carro ali, um táxi, tinha aqueles carrão velho de taxi, passou lá espirrou barro assim, pegou na... e falou 'está vendo? Está ficando marrom, meu terno é preto está ficando marrom, estamos ganhando a greve' no outro dia explodiu a greve, acabou tudo [riso].*

*E: eles interviram antes de fazer o levante?*

*C.F: antes de fazer o levante, aí teve a intervenção.*

*E: eu pensei que estava o barulho e aí chegou o exército.*

*C.F: não, a polícia chegou lá, a polícia foi preparada para não deixar acontecer o pior, então ficaram lá dentro onde é o primeiro salão de açúcar ali, aquele encostado no escritório, ali não tinha nada ainda ali, era só o salão, era novo, a polícia ficou hospedada ali, 70 soldados.*

*E: 70 soldados no salão.*

*C.F: aí eles faziam, como que chama, o aquecimento da manhã, sabe, tudo de short, camiseta e os caras lá, prestando atenção.*

*C.F: e a gente quando vinha estudar aqui em Oriente, na época eu vinha estudar aqui, era quinto ano, né, então saia o ônibus lá da Usina, com soldado com fuzil e baioneta atrás do ônibus e o outro na porta do ônibus, e nós sentados... vinha trazer nós e buscar a tarde, aqui dentro da cidade.*

*E: e por quanto tempo ficou isso?*

*C.F: ah, por mais de um mês.*

As pautas dos trabalhadores da Usina por melhores condições de trabalho e aumento salarial se estenderam pelos anos 1960 pelas vias jurídicas. Conforme resgate feito no Diário

Oficial do Estado de São Paulo Ano XXXVII – Nº - sexta-feira, 4 de outubro de 1968 – Página 52, o processo de dissídio coletivo envolvendo a Procuradoria Regional da Justiça do Trabalho da IIª Região, a Federação dos Trabalhadores nas Industrias de Alimentação do Estado de São Paulo (Sindicato dos Trabalhadores na Industria do Açúcar de Oriente) e a Usina Açucareira Paredão S.A. obteve acordo com vitória de causa aos trabalhadores com aumento de 30% dos salários a 205 empregados, tendo como data-base os anos de 1967 e 1968.

O sr. Guilherme Giorgi deixou algumas contribuições sobre esse período de negociações entre a empresa e os trabalhadores em constantes reivindicações:

*Eu estava aqui em São Paulo, chegou lá em coisa [Oriente], dois vendedores de trator, eram dois tenentes do exército - naquele tempo, né, ditadura, Médici presidente da república, não podia ter greve – foram lá. Ai o pessoal logo descobriu que não eram nada de vendedor, eles tinham ido lá sondar como que tava a coisa. E aí, eu fui [risos], peguei o carro fui pra Lins [onde fica o batalhão de infantaria leve no interior de SP] falar lá com... você sabe que o exército tem o fulano que cuida da comida, fulano que cuida do não sei o que, fulano que cuida do armamento, e tem o fulano que é de inteligência, chama S4. E eu fui lá, bati na porta: “quero falar com o S4”. (risos) sozinho, sem ninguém. E cheguei “olha, aconteceu isso, isso, isso, tá acontecendo isso, isso e isso, eu estou fazendo acordo com todo mundo, quem quer fazer acordo faz, quem não quer fazer acordo não faz”, aí, tá bom, sossegaram. Acho que parte deles continuaram investigando pra ver se era verdade, mas aí (riso) o sindicato foi no promotor público lá de Marília dizer que eu estava fazendo pressão dentro do processo, aí ele queria me prender (risos). Então foi lá conversar comigo. Aí e falei “não, não to forçando ninguém, pode perguntar pra quem quiser: quem quiser, faz, quem não quiser, não faz, mas eu não obrigo ninguém nem exijo nada de contrapartida se não quer fazer”. E aí passou, acabou esse negócio aí.*

O Sindicato dos Trabalhadores na Industria do Açúcar de Oriente foi criado em meios às agitações sociais em 19/08/1962 conforme ata publicado no Diário Oficial da União. Associado à Federação dos Trabalhadores nas Industrias de Alimentação do Estado de São Paulo, não se obteve maiores informações sobre sua atuação em defesa dos trabalhadores da Usina para além dos interesses patronais da Federação à qual fez parte.

As únicas informações que se adquiriu foi em contraste com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Oriente, associada à época à ULTAB e posteriormente, pela extinção desta, à Confederação Nacional do Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), no qual atuava com maior empenho às causas trabalhistas em contraste com o primeiro, mais próxima à administração<sup>48</sup>.

Outras informações retiradas do Diário Oficial do Estado de São Paulo, foram as sentenças das ações trabalhistas de Alvino Aureliano Macedo e Petrônio Santana Matos, citados pelo sr. Roberto Francisco como frente dos grevistas na Usina. Na sentença em favor dos trabalhadores, ficou acordado por unanimidade pelo tribunal para o primeiro em outubro de 1963 ‘o pagamento de horas extras, além oito horas normais e domingos e feriados’. Para o segundo, em maio de 1964, determinou-se o ‘pagamento em dobro e os salários dos dias de suspensão’ pelo envolvimento na greve.

Durante estes anos de negociação, as ações violentas de Sérgio Coló na Usina Açucareira Paredão buscaram manter a coesão interna e o afastamento de conturbações externas por meio de práticas que envolveram: a construção de uma prisão no interior da Usina, detenções arbitrárias, ameaças e exhibições com armas de fogo e represália às atividades de lazer comprometendo até o futebol e as ações da igreja. Destaca-se as experiências narradas pelos senhores Servilho Amorim, Roberto Germano, Carlos Roberto Francisco e Aparecida Souza sobre as ações desse administrador:

*S.A: quer saber uma? Era pra eu ter casado na igreja da usina, precisei vir casar aqui em Oriente porque o Coló expulsou o padre de lá. O Coló chutou a bunda do padre e tudo, fez o Padre Domingos vir embora corrido de lá, aí o Padre Domingos fez questão de fazer meu casamento em Oriente para falar mal da usina. Ele até falou ‘olha, Nico e Nica, vocês não criem seus filhos na usina, que aquilo lá vai acabar, vai virar um deserto’. E acabou virando mesmo. Praga de padre pega [risos].*

*S.A: só andava com o revólver na cinta. Para dar tiro era... tinha até um lugar que ele treinava, dava tiro. Uma vez eu era bombeiro da turma lá, ele falou ‘o Nico, joga essa caneca para cima que eu vou dar um tiro’, falei ‘e eu vou beber água no que? Não sr. Sérgio, vou jogar não’, ‘pode jogar, eu arrumo outra’, eu falei ‘já que você está mandando’ eu joguei, ele pah, furou a caneca [risos]. Ele falou, vai lá no escritório pede uma para o Lobato [risos]. Cheguei lá, falei para o Lobato ‘quero uma caneca que ele furou minha caneca’. Aí o Lobato ‘que caneca, não tem caneca nenhuma’, falei ‘tem sim, Coló mandou buscar’. É gozação, rapaz.*

*E ele que arrancou o revólver assim para mim. [risos]. Eu com as ferramentas assim, com as duas mãos ocupadas, chutar eu não posso chutar essas ferramentas, numa escada, não sei se você entrou na usina, naquela escada que vinha para o salão de açúcar, ali rapaz... eu falei assim ‘o senhor como diretor’ meu coração estava ‘filho da puta’ [riso] ‘com arma não se brinca, arma quando arranca, tem que atirar e para arrancar uma arma, tem que saber o que vai fazer’. Ele chegou no escritório, falou assim ‘esse Robertinho, o que é, o que foi?’, ‘ah, o Robertinho esteve no exército, é isso que nós sabe, o que ele fez lá nós não sabe’, ‘é que ele me falou umas coisa certa aí’. Coló sabia. Ele pegou numa mulher, a mulher tacou a mão na cara dele.*

*A.S: lembro, você lembra? Não, você não lembra [riso] eu lembro de uma vez que o Coló, usava uma barbinha aqui, [mostra o queixo] e eu fui para o ambulatório, aquele tempo eles pincelava a garganta, né, eu fui no*

*ambulatório pincelar a garganta, o Coló estava com um negócio, não sei o que é aquilo, fala que é espingarda, sei lá, apontado assim, dando tiro adoidadamente na usina, virado para baixo, aí eu vi assim, parei, fiquei olhando, aí uma enfermeira que tinha lá, chamava dona Tereza, uma japonesa velha, muita velha, ela pegou e gritou, fala mais o japonês, né, gritou 'sai, sai, sai, perigo, perigo, perigo', Coló que nem um louco.*

*C.F: o cara matou um burro e fez linguiça do burro lá pra dar pro povo da usina, rapaz. E teve uma quermesse lá, ele mandou assar as linguiça de burro lá para o povo comer, povo zarpou fora [risos]. Cara era louco.*

*F.C: povo diz que ele acabou até com o futebol.*

*C.F: ele acabou. E outra coisa, no futebol tinha horário para sair, para entrar aquele negócio todo, ele acabou com tudo. Não, se você quiser jogar futebol pode jogar, mas treina cedo e joga a tarde, treina no domingo de manhã e joga no domingo de tarde.*

*C.F: o cara era tão ditador, que na época tinha uma Rural, que na época era o carro chefe la dentro, ele pegava a rural dele, do jeito que ele pegava ela lá dentro, daquele portão lá perto da guarita, ele saia de ré ali ele subia até la na sede de ré. Um puta de um charutão na boca aqui assim [simula charuto no canto da boca]. De vez em quando, um chapéu daqueles de guerra, botava aquilo meio de lado assim...*

*C.F: eles fizeram, fizeram uma demonstração de arma lá. Teve uma exposição de arma no clube, tinha granada, lançador de granada, tinha de tudo lá fi, [riso]. E outra ,o Coló trouxe umas armas lá, trouxe fuzil, ele tinha de tudo.*

*R.G: O Coló quis fazer uma cadeia na Usina. Essa cadeia na Usina não pode, porque tem uma em Oriente. Para fazer uma cadeia na usina, precisava ser uma distância... daqui de Oriente até Bauru, porque lá era a primeira cadeia... mas assim mesmo, essa cadeia é para prender o cara, não prender, deixar o cara ali até comunicar a polícia lá, e a polícia vir aqui saber do caso. Mas o Coló queria fazer uma cadeia lá. E ele conseguiu, dar parte aqui... porque o que o Coló falava, estava falado, né.*

*S.A: queria não, ele fez até os alicerce. Meu cunhado Amaro morava lá, aí teve que tirar meu cunhado de lá para fazer a cadeia. Tiraram o Amaro, e mandaram o Amaro lá para o Chapadão, e botaram o Japozão para morar lá, lembra do Japozão? Japozão ia ser o chefe da polícia. Está lá o alicerce feito até hoje, o dia que você for lá, você olha lá. Tinha barra de ferro infincado até... Você vê a ideia do homem, rapaz? Os nego que aprontava no campo, no clube, mandava para a cadeia lá.*

Porém, as famílias trabalhadoras na Usina também foram de encontro às ações de Coló para garantir seus direitos. Além dos processos trabalhistas que começaram a ocorrer durante o período, a criação do Grêmio Recreativo Usina Paredão Futebol Clube em 22 de março de 1966, durante a intervenção deste administrador, buscou resistir aos seus mandos por meio deste amparo jurídico<sup>49</sup>. Entre os anos de 1960 e 1963, o Usina Paredão Futebol Clube conseguiu o tricampeonato na Copa de Futebol Amador do Interior do Estado de São Paulo,

<sup>49</sup> GRÊMIO RECREATIVO “USINA PAREDÃO” FUTEBOL CLUBE - EXTRATO DE ESTATUTOS. Fundado a 9 de março de 1938 e com uma sede na Usina Açucareira Paredão S.A., no município de Oriente, o Grêmio Recreativo “Usina Paredão” Futebol Cube é uma entidade destinada a práticas sociais e desportivas dos seus sócios, estas últimas amadoristas. DIÁRIO OFICIAL Estado de São Paulo (Estados Unidos do Brasil) Ano LXXVI – No 34 – Terça-feira, 22 de março de 1966

tendo sua continuidade comprometida pelo diretor-assistente a partir vitória do último campeonato.



**Figura 12:** Usina Paredão Futebol Clube. Campão Futebol Amador 1960.  
Fonte: Jornal Prevençionista. Edição 11. dezembro/janeiro de 1983/1984. Acervo Pessoal

Conforme foi destacado no capítulo primeiro, o roçado de subsistência engendrou papel central na conformação do colonato nas regiões às quais foi utilizado como sistema de trabalho. Assim como nas plantações de café da sua irmã fundadora Fazenda Paredão, na Usina Açucareira Paredão, esses roçados foram implementados primeiramente como cultura intercalar nos canaviais, com plantações de milho, feijão, mandioca e abóbora. Essa prática foi substituída pela concessão de lotes de terra em áreas impróprias para o plantio da cana-de-açúcar, onde as culturas desses gêneros alimentícios passaram a ser feitas. Os trechos destacados das narrativas de sr. Hermínio Camargo, Servilho Amorim e Roberto Francisco compõem essas perspectivas:

*H.C: [Na Usina] o pessoal plantava, inclusive na usina o pessoal tinha terra, eles davam terra para o pessoal plantar. Esses terreno é terreno de muito buraco, então eles não plantavam cana. Aí o pessoal limpava e plantava abóbora, mandioca*

*S.A: podia plantar, eles davam terra para você plantar. Tem lugar que era pirambeira assim, que não dá para plantar cana, eles dava... geralmente perto da pedreira, lá tinha as roças, então ali usava para plantar. Plantava milho, feijão, essas coisas, você tinha fatura. Quem tinha coragem de trabalhar não passava fome lá não.*

*C.F: Eu era moleque, ele levava nós para lá que ele cansou de fazer isso aí. Plantava feijão, plantava essas coisas para poder tirar o sustento dali, no meio da cana. Depois passou e a usina fez diferente, começou a dar um... dentro dos lugares que não dava para plantar cana, nos terrenos, eles começaram a liberar um pedaço de terra para cada um plantar a sua própria roça, aí nós fizemos muito disso. Tinha um... Amadeu tinha, todo mundo tinha, e a gente subia para lá e estava lá 'estou carpindo o feijão aqui', 'eu estou carpindo milho' e não sei o que, você entendeu? E depois você tirava o*

*sustento dali. Aí teve uma época, na chegada, na chegada do Sérgio Coló, aí as coisas começaram a modificar.*

*A.S: imagina, a gente... olha, eu mesmo, tinha um corgo que passava no fundo de casa, eu morava de frente ao clube, eu plantei umas mudas de banana lá em baixo, mas bem lá embaixo mesmo, deixei lá, quando foi um dia cedo, escuto tu, tu, tu, tu [barulho de trator], aí levantei, as bananeiras estavam tudo no chão, não tinha uma, todo mundo que plantou perdeu.*

Os roçados de subsistência em áreas impróprias para o plantio da cana-de-açúcar conformaram os modos de vida das famílias trabalhadoras na Usina Açucareira Paredão até os anos 1960. Conforme salientado pelo sr. Roberto Francisco, a extinção dos roçados, remete à gestão de Sérgio Coló e suas atitudes de austeridade. Essas determinações conformaram ações de represália às intervenções por direitos dos trabalhadores pelos sindicatos conforme argumenta o sr. Hermínio:

*H.C: é, aí mudou muita gente da administração, né. Tinha a administração quando fui para lá, que era diferente, era gente boa, deixava... o outro também foi, mas dali para cá, ia mudando, foi mudando, depois veio esse problema do sindicato, sindicato começou a cortar muita coisa, pra pagar os empregado, aí eles foram cortando o que eles davam para a gente fazer, roça, terra para plantar, eles também ficaram com raiva de exigir tudo, então foi cortando também.*

*H.C: isso, porque a usina antigamente não tinha, os homem pagava o que podia, você não ia lá... porque estava ganhando aquele ordenadinho, estava bom. Você precisava dele, você ia no escritório, arrumava dinheiro, arrumava tudo. Então depois começou vim esse sindicato, o sindicato começou exigir de pagar tanto pro empregado, fazer isso, fazer aquilo, então mudou. Então os patrão falou 'já que nós tem que pagar tudo, então...' as regalia que nós tinha, eles cortaram tudo.*

Por outro lado, suas arbitrariedades, não acarretaram no fim da cultura hortigranjeiras nos quintais das casas que persistiu até o encerramento das atividades em 1991. As falas dos senhores Servilho Amorim, Roberto Francisco, José Nery, Hermínio Carmargo e Dona Naíza expressam a continuidade dessas culturas:

*S.A: todo mundo plantava, olha, eu vim comprar chuchu, abóbora, depois que eu vim para Oriente, porque todo mundo tinha. Os quintal era grande, só não plantava quem não queria, porque era preguiçoso. Mas pode perguntar para a Nica sobre para você vê, eu tinha horta lá em casa, eu criava galinha de granja, tudo. Até porco você criava no fundo de casa.*

*C.F: cada colônia daquela, os fiscais que prezavam, que gostavam da usina mesmo mandavam fazer uma horta lá e ficava comunitária, todo mundo a tarde ia buscar sua verdurinha pra comer lá.*

*J.N: tinha, fundo de casa tinha horta, meu pai ainda falava assim: 'vocês vão encher o tambor de água aí para molhar a horta, todo dia'. Hora dessa nós já estava começando pegar os balde para molhar de noite, a horta lá em baixo, porque não tinha água encanada, não tinha mangueira, aí sobe no poço, enchia os tambor, meu irmão e o Tanaka, e outro meu irmãozinho aí nós ia lá enchia os tambor de água... estou com 56 anos.*

*N.H: plantava, eu tinha uma hortona, menino do céu; tinha chuchu, tinha agrião, tinha cebolinha, tinha de tudo; tinha pé de manga, aquela manga bourbon grandona, né, plantava abobrinha...*

*H.C: você ia comer uma verdura, alface, almeirão, era tudo no fundo da casa, tinha horta, não tinha veneno. Você pegava mamão no fundo da casa, abóbora tinha. Pessoal antigamente dava abóbora para porco, hoje tem que comprar.*

A superação do regime de exceção instaurado por Coló só aconteceu com a sua saída do complexo agroindustrial em 1968, quando sr. Guilherme Giorgi passou a comandar pessoalmente a Usina. O processo mais amplo de conflitos sociais na região também foi apaziguado com a eleição de Padre Nivaldo à prefeitura de Oriente<sup>50</sup> neste mesmo ano, que implementou uma política de promoção social na cidade, conforme análise parcial das atas da Câmara Municipal de Oriente.

*G.G: e aí, então você... ninguém... ou ele conseguia pessoas pra trabalhar com ele na base do medo, ou ele conseguia que 99% das pessoas estavam contra ele, mesmo aquelas que trabalhavam... isso foi muito ruim, tivemos uma seca muito ruim em 1967, e a produção da usina caiu muito. E aí, por varias razões, o diretor que era responsável pela Usina, da família, não quis mais saber daquilo e eu acabei indo pra lá em 68 pela primeira vez para tocar. E aí o que aconteceu, esse Sergio Coló já não estava mais lá, né devido a tudo que tinha acontecido, mais essa perda de produção muito grande.*

*S.A: levaram ele embora para São Paulo, ele estava acabando com a Usina. Ele era doido, quando ele passava num talhão de cana, olhava ‘esse está bom para cortar’ e tacava fogo na cana [risos]. Você lembra que ele fez a equipe de bombeiro para poder queimar cana? E nós que era guarda tinha que pertencer aos bombeiros na marra, você tinha que ir por fogo em cana também.*

*R.G: ah, não contei essa do Coló, que para arrancar ele daqui da Usina, precisava dar um jeito nele lá em São Paulo, né, que os patrão daqui, que é os mesmo de São Paulo, tinha que mandar ele para lá, para chegar lá dar um aperto nele para ele [recuar], mas queria que ele pedisse a conta, mas ele não pediu. Transferiu ele daqui da usina para lá, ele pensou que ia ser diretor na Astro Bilaires. Astro Bilaires era uma grande firma. Mas chegou lá foi para o almoxarifado. Caiu a produção dele. Aí foi indo, foi indo, acho que ele ficou doente, acho que a doença dele pra Deus tem cura, é só ter fé em Deus que tem cura, mas o doutor falou que não tem cura, que é a brava mesmo e não querem saber [riso], deu um tiro na cabeça.*

*C.F: não, e outra, quando ele saiu da usina, ele foi trabalhar em São Paulo. Ele trabalhou em São Paulo como instrutor de tiro da Taurus. Ele mandou uma revista<sup>51</sup> para o Cridão, eu na época vi a revista. Instrutor de tiro da Taurus. Só que ele teve um final triste, né, ele contraiu um câncer e deu um tiro na cabeça.*

A ascensão de Padre Nivaldo à prefeitura de Oriente é indicativo importante de outra

<sup>50</sup> G: Nesse processo de litigio entre a direção e a comunidade, o padre foi eleito prefeito. E até por aí foi tudo bem, nós víamos a missa todo domingo.

força social da época que permeava a organização dos trabalhadores rurais no Estado de São Paulo. A atuação da Igreja Católica nas áreas de Serviço Social, impulsionada desde a *Rerum Novarum* do Papa Leão XIII no século XIX, preconizava sobre as condições da classe trabalhadora e a evangelização dos sindicatos. Operou pelos preceitos da paz social e intervenção do Estado, sem, contudo, questionar no princípio da propriedade privada.

No Brasil pós Segunda Guerra Mundial, destacam-se essas diretrizes da Igreja que denunciavam as condições de vida dos trabalhadores agrícolas, bem como exaltavam características e valores resgatados nas áreas rurais – como o trabalho em comunidade e a cultura popular. A tônica do trabalho da Igreja no campo seria educar os trabalhadores para a democracia, afastando-os de ideias comunistas (PAIVA, 1985)

A articulação eclesial com os operários resultou em outra frente de articulação em concorrência com os sindicatos vinculados ao PCB e às movimentações das Ligas Camponesas. Leonilde Medeiros atesta que

das forças que procuraram articular o movimento camponês, quatro grandes linhas se configuram: o PC, que colocava a luta pela terra como componente para a revolução democrático-burguesa, as Ligas que realçavam o potencial revolucionário da luta pela terra enfatizando o papel do campesinato, os setores moderados da Igreja que viam na luta pela reforma agrária moderada as condições para ‘se fazer a revolução antes que o povo a faça’, e, finalmente, os católicos radicais, que surgiram no movimento camponês já em seu período final e que tinham como proposta tentar buscar o ‘ideal histórico’ do movimento (MEDEIROS, 1982, p.141).

Além dessas frentes, há que destacar a Confederação Rural Brasileira (CRB) entidade ligadas às classe dominantes, que buscaram influir na construção do sindicalismo rural de base corporativista. A atuação da CRB engendrou projetos de assistência social no campo, defendendo a educação do trabalhador rural para a sindicalização. Deste modo, atuou com certa proximidade com setores moderados da Igreja Católica que pregavam a paz social no campo.

Estas considerações são importantes para discorrer sobre como as moradias destinadas as famílias trabalhadoras na Usina Açucareira Paredão sobreviveram ao amplo cenário dos anos 1960 de extinção do colonato e destruição das colônias nas propriedades usineiras no Estado de São Paulo.

Conforme destacado anteriormente, a discussão bibliográfica remete aos anos 1950 e 1960 o processo de fim deste sistema de trabalho nos canaviais paulistas por dois motivos: o primeiro diz respeito ao desenvolvimento tecnológico que envolveu o setor, tanto na indústria com a utilização de maquinário avançados como no campo com caminhões de grande porte,

diminuindo o contingente de trabalhadores necessários para as empreitadas. O segundo motivo envolve a represália dos usineiros às reivindicações por melhores condições de vida e da aplicação dos direitos trabalhistas adquiridos durante esta época com a expulsão e destruição das colônias.

O processo de desenvolvimento tecnológico e transformação das relações de trabalho serão trabalhados no capítulo posterior. Neste capítulo, cabe sinalizar como a administração da Usina buscou manter as famílias trabalhadoras no interior de sua propriedade. A primeira consideração diz respeito ao próprio esforço das famílias trabalhadoras em garantir suas condições de vida.

Durante trabalho de campo, na residência de ex-moradores e trabalhadores da Usina, encontrou-se 75 fichas elaboradas pelo “Grupo Beneficente dos Funcionários da Usina Paredão” datadas de 1967 a 1969. Essas fichas contém listas com produtos básicos como arroz, feijão, óleo, sal, açúcar, café, batata, e sabão, e seus respectivos preços, destinados a 71 pessoas e suas famílias, tanto das colônias do núcleo fabril, quanto das fazendas.

A interpretação que se fez desses documentos remete ao fim dos roçados de subsistência e à situação de vulnerabilidade alimentar decorrente da ausência dos produtos cultivados pelas famílias trabalhadoras nas terras disponibilizadas pelo usineiro. Ademais, ao compor à lista de produtos os valores das mercadorias, infere-se que estavam vinculadas à venda pelo armazém.

Importante salientar também o caráter único destes documentos a este período, por estarem arquivados em conjunto e por não se reconhecer a atuação desse Grupo em outros momentos, pois as ações de assistência social passaram a ser realizadas pela administração após a saída deste administrador.

Sobre este último ponto, a articulação dessas duas frentes sociais, a da Igreja e do sindicato patronal, despontam como resposta à manutenção das colônias nas propriedades da Usina Açucareira Paredão até os anos 1990. O regime de exceção instaurado pelo diretor-assistente Sérgio Coló, logrou afastar a atuação do sindicalismo da ULTAB por meio da violência e do medo, criando um cenário de afastamento para lideranças não autorizadas pela administração. Inclusive o sr. Alvino apontado anteriormente pelo sr. Roberto Francisco como uma das lideranças internas das movimentações grevistas na Usina sofreu processo de demissão por justa causa por abandono das atividades laborais, conforme diário oficial<sup>52</sup>.

Por outro lado, a criação do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Açúcar de

---

<sup>52</sup>DIÁRIO OFICIAL Estado de São Paulo Ano XXXIX – Nº 4 – Terça-feira, 7 de janeiro de 1969

Oriente em 1962, associada à Federação dos Trabalhadores nas Industrias de Alimentação do Estado de São Paulo de base patronal assume o espaço da sindicalização exclusiva dos trabalhadores rurais, dividindo as pautas com os operários da industria. Outro sim, distancia o Sindicato do Trabalhadores Rurais de Oriente das dependências do complexo agroindustrial pelo menos até o fim do regime de Coló. E ainda, a ascensão de Padre Nivaldo à Prefeitura de Oriente e sua política de promoção social demonstra o poder do discurso assistencialista que manteve as colônias nas propriedades da Usina até o fechamento.

### CAPÍTULO 3: A URBANIZAÇÃO DO CAMPO

Este capítulo busca dar continuidade à compreensão dos modos de vida das famílias trabalhadoras na Usina Açucareira Paredão nesta nova etapa administrativa comandada pelo sr. Guilherme Giorgi, tendo como diretor adjunto sr. Jayme José da Silva. Este período de 1968 a 1990 representa a superação dos enfrentamentos sociais dos anos 1960 pela atenção da gestão na área de assistência social na propriedade usineira. Também neste capítulo, busca-se salientar as transformações das relações de produção que envolveram o setor com o desenvolvimento tecnológico na indústria e no campo, transformando as relações de trabalho nestas duas áreas.

Não se pode deixar de vincular as transformações no setor agroindustrial a partir dos anos 1970 sem citar políticas e econômicas pelas quais o Brasil atravessou nessa década. O Programa Nacional do Alcool (Proálcool), estabelecido pelo Governo Federal em 1975, segundo Sampaio (2010), tinha dois intuitos fortes: o primeiro, era amparar em caráter emergencial os produtores de açúcar; o segundo, visava uma solução à questão energética que se agravava com o aumento brusco do preço petróleo que era importado pelo país.

Dentre os principais argumentos de defesa para a instalação das destilarias anexas ou autônomas previstas pelo Programa em determinada porção do território, considerava-se, além da geração de mais combustível para a própria região, evitar o acirramento da concorrência pelo arrendamento de terras nas zonas tradicionais, promover a “interiorização do desenvolvimento” e a “redução das disparidades regionais de renda”. Como resultado a área canvieira do estado quadruplicado-se nos dez primeiros anos do programa. (Sampaio, 2010, p. 64).

A partir de meados da década de 1980, o Proálcool começa entrar em crise. O financiamento federal decaiu junto com o preço do petróleo no mercado internacional, enquanto as cotações açúcar ascendiam. As usinas açucareiras dotadas de destilarias anexas passam voltar sua produção para o açúcar, e o Programa, que até dez anos era estratégico e prioritário na política nacional passa a ser mais seriamente questionado (Sampaio, 2010 p. 66).

Conforme destacado no capítulo anterior, a superação do regime de exceção instaurado por Coló e a manutenção das colônias nas propriedades da Usina aconteceram pela

atuação das forças sociais de cunho assistencialista, a Igreja e o Sindicato patronal. As legislações aprovadas a partir das reivindicações sociais dos anos 1960 estabeleceram aos trabalhadores rurais certa cobertura de direitos trabalhistas e de assistência social. No caso das usinas de açúcar e álcool, esta legislação esteve sob fiscalização do Instituto do Açúcar e do Alcool e dos outros órgãos governamentais responsáveis como

Octávio Ianni (1984, pp. 58 e 68) reúne as principais exigências estabelecidas pela legislação de assistência social a partir dos anos 1960:

No caso do proletariado industrial e rural que trabalha no setor da cana-de-açúcar, essa política está presentemente regulada pelo artigos da Lei n. 4870 de 1965 e pelo Ato n.3 de 1968. o artigo 36, da referida lei estabelece o seguinte: “Ficam os produtores de cana, açúcar e álcool obrigados a aplicar, em benefício dos trabalhadores industriais e agrícolas das usinas, destilarias e fornecedores, em serviços de assistência médica, hospitalar, farmacêutica e social, importância correspondente, no mínimo às seguintes porcentagens: a) 1% (um por cento) sobre o preço oficial do saco de açúcar de 60 (sessenta) quilos, de qualquer tipo...; b) de 1% (um por cento) sobre o valor oficial da tonelada de cana entregue, a qualquer título, às usinas, destilarias anexas ou autônomas, pelos fornecedores ou lavradores da referida matéria; c) 2% (dois por cento) sobre o valor oficial do litro de álcool de qualquer tipo produzido por destilarias. Os recursos previstos neste artigo serão aplicados diretamente pelas usinas, destilarias e fornecedores de cana, individualmente ou através das respectivas associações de classe, mediante plano de sua iniciativa, submetido à aprovação e fiscalização do IAA”. O ato n. 3 reafirma a obrigatoriedade das associações ou cooperativas de fornecedores de responsabilizarem-se pela aplicação do dispositivo na alínea ‘b’ do artigo 36 da Lei n. 4870 “obrigatoriamente em benefício dos trabalhadores agrícolas dos fornecedores de cana e dos pequenos fornecedores e de seus familiares”. O mesmo ato de 1968 especifica que as usinas e destilarias estão obrigadas a aplicar os recursos estipulados nas alíneas ‘a’ e ‘c’ do artigos 36 da referida lei, nas seguintes áreas: assistência médica (hospitalar, maternidade, ambulatório, enfermagem), medicina preventiva e higiene; assistência farmacêutica; assistência odontológica, auxílio-funeral e pré-natal; assistência educativa; e assistência recreativa. A Lei Complementar n. 11, de 25 de maio de 1971, instituiu o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (PRORURAL) que por sua vez criou o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL). O FUNRURAL passou a prestar os seguintes benefícios ao trabalhador rural: aposentadoria por velhice e invalidez, pensão, auxílio-funeral, serviço de saúde e serviço social. Ao mesmo tempo, continuou válido e obrigatório o artigo 36 da Lei n. 4870, conferindo às usinas e fornecedores a faculdade de pôr em prática a assistência social exigida pelo governo, através do IAA.

Com essa ampla legislação em assistência social que exigia a destinação dos valores arrecadados a partir da produção de açúcar e álcool, a Usina subdividia a gestão destes valores

em cinco grupos de atuação, conforme matéria do Jornal *Prevencionista*, edição 34 de abril de 1986:

Saúde (assistência médica, farmacêutica e odontológica); Educação (bolsas de estudo, merenda escolar, material escolar, etc.); Habitação (conservação das casas das colônias e saneamento básico); Alimentação (fornecimento de ovos e leite com subsídio para os empregados); Recreação (manutenção de equipes de futebol, conservação de clubes e campos de futebol); Espiritual (capela, dizimo, movimento religioso, coral, etc.)

Conforme abordado no capítulo 2, a questão das moradias para os trabalhadores residentes despertou a atenção da administração nos anos 1950 pela construção de casas de alvenaria em contraste às de madeira dos anos iniciais. Passados os anos de exceção de Coló, os anos 70 representam o início de reformas das edificações, no processo de instalação de energia elétrica e água encanada com o contingente da assistência social. Destaca-se o diálogo com sr. Guilherme Giorgi e dona Maria Alice Giorgi sobre a visão patronal sobre as moradias

*G.G: Então, de lá foi esses trabalhos nas casas foi, eu acho que foi um trabalho que o pessoal reconheceu como uma coisa boa, porque não teve mais o queridinho que recebia e o outro, o vizinho não recebia nada, então foi uma coisa que foi feita universalmente, todos tinham o direito de ter a casa reformada, arrumada, e quem fez esse serviço foi a dona Maria Alice.*

*M.G: O que eu me preocupava era com a higiene, com, é, com a higiene basicamente. Aquele açougue bagunçado, sujo, lugar que as pessoas punham as coisas. É sujo durante o serviço, porque depois era a mangueira, que seu André lá lavando tudo, nessa parte depois ficava limpo. (...) então essa parte é que eu via mesmo, da higiene, se tinha lata de lixo, se tava dentro, se não tinha mosca, essas coisas como mulher da cidade me impressionava muito, né. E em relação às casas, a primeira coisa que eu vi, quando eu cheguei lá, estava um impasse. A administração era muito pressionada porque pediam reforma, pediam puxadinhos, puxadinhos... Aí eles começaram a me falar, eles também reclamaram. Ah, eles querem que faz um puxadinho assim, depois no mês seguinte reclama que tá chovendo dentro. Claro, não tem caída. Vai lá, o Jaime manda fazer o puxadinho, não tem condição, vai ficar ruim, no mês seguinte vai ter que demolir o puxadinho e o fogão de lenha ficou na chuva. Olha, era realmente uma confusão. Então eu ia com eles e víamos o que dava pra fazer, o que não dava pra fazer, o que... não adiantava chover em cima do fogão, né. E assim que começou e... Eu que estabeleci meu poder lá: quando for pedido de reforma, tem que falar comigo, daí nós vamos ver o que é.*

*G.G: Mas principalmente e mais importante é que acabou aquele negócio de fazer pra um e não fazer para os outros.*

*M.G: É, começava de uma ponta da colônia e ia toda colônia, né. Ia ver onde tomava banho, telhado, onde que chove; a minha preocupação era o banho, como que o pessoal chegava da lavoura e tinha que tomar banho de bacia? Isso não é possível. Então eu dava prêmio pras casa, um prêmio que hoje em dia eu diria acho que realmente eu [risos]. Era um enxoval, um verdadeiro enxoval: meia dúzia de lençóis bons, de solteiro, não sei quantos de casal, devia ser uns quatro né, pra fazer dois jogos, e cobertor, e... olha, tanta coisa que vinha lá da fábrica, claro, que pra nós era um preço melhor, não era um*

*preço de loja, né, mas eu achei que era o que mereciam. Mas aí comecei ficar, assim, preocupada porque quando comecei a repetir as casa, eram sempre as mesmas pessoas que ganhavam, eu acho isso... não servia de muito incentivo pras outras, eu estava atenta, não queria dar sempre para as mesmas pessoas, né. Esse premio, pra mim, tinha objetivo de estimular outros a ganhar, mas era problema não sei do que, né.*

Sr. Roberto Germano comenta sua experiência no processo de instalação de energia elétrica na colônias nos anos 1970.

*R.G: eu fiz instalação, eu coloquei luz na Fazenda Aparecida, na Colônia Nova, na Santa Branca, no Chapadão não tinha, não tinha força no Chapadão. No Chapadão foi eu e o Zé da Dina, não era da Dina, ele tinha o nome dele, mas era Zé da..., que ele casou com a viúva e ficou Zé da Dina. Então foi Paredão, Chapadão, Colônia Nova, Santa Branca, Aparecida, cinco lugar foi. É, gostoso de trabalhar mesmo. Fazia com gosto, tinha aquele povo no escuro, lamparina.*

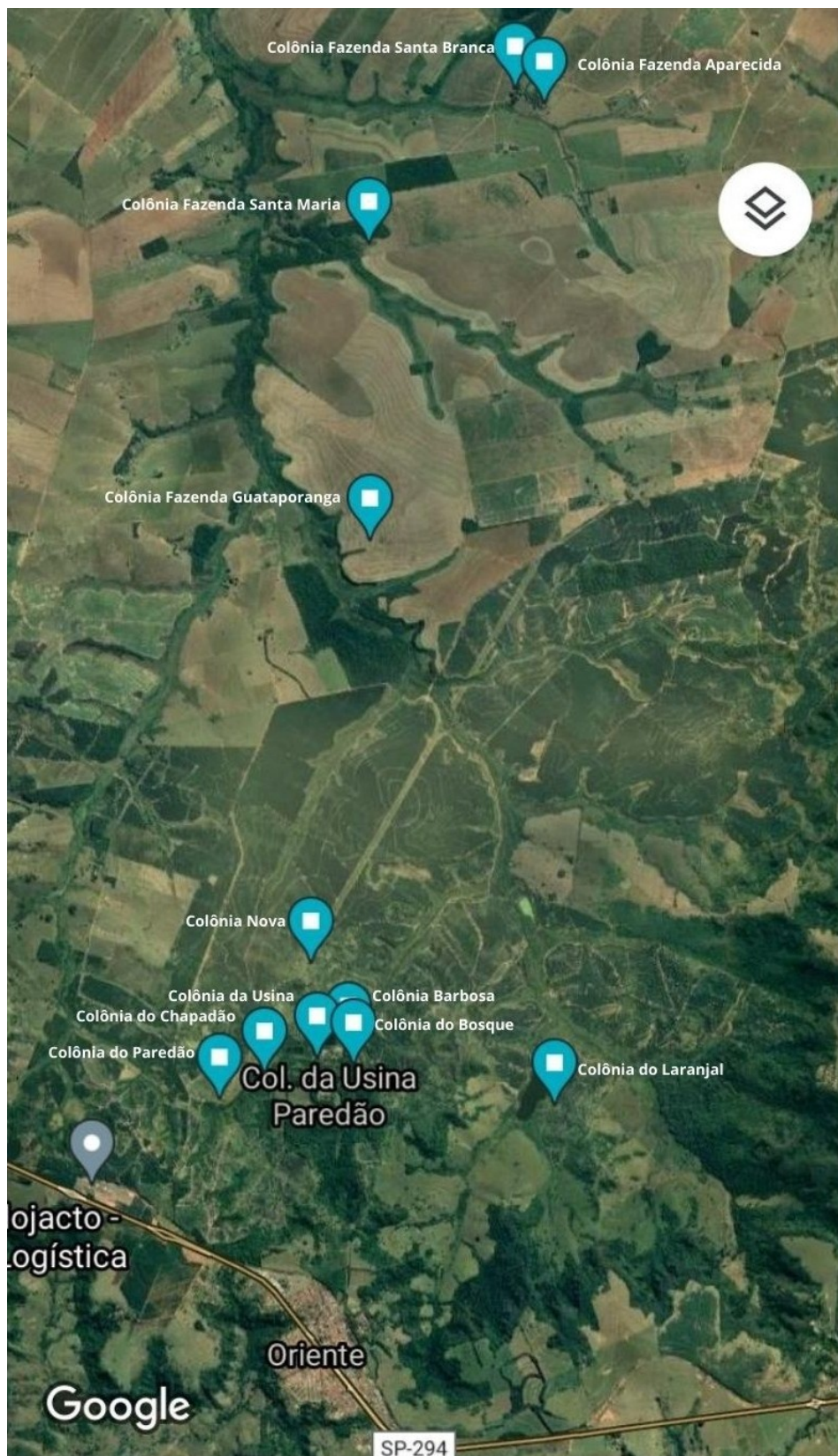
Sr. Roberto Francisco contribui para com informações sobre a quantidades de moradias e residentes. Segundo ele, a Usina chegou a ter cerca de 500 casas com aproximadamente 2000 pessoas residindo na propriedade usineira até 1990 quando começou o processo esvaziamento das colônias:

*Bosque, Colônia da Usina, Chapadão e Paredão, que era dentro da usina. Vamos supor que ali dentro tinha o que? Umas 40 casas no Bosque, Colônia da Usina mais umas 30 são 70, Chapadão mais umas 40, 110, umas 150 casas, dentro da usina. Depois vinha o Barro Preto que tinha mais umas 20 casas, Colônia Nova com mais umas 30, são 50, são 220. Depois Santa Branca, Aparecida, Santa Maria, todas elas com uma média de 20, 30, a usina chegou a ter umas 500 casas. É, quinhentas casas de família. Então, o que acontecia? Cada casa daquela tinha uma média de 4 pessoas. Isso era a Usina na época.*

Pela ausência de informações mais precisas sobre a quantidade de residências e moradores nas propriedades da usina e como forma de averiguar sobre a fidelidade dessas informações levantados, recorreu-se aos censos populacionais de 1991 e 2000 do município de Oriente realizado do Instituto Brasileiro de Estatística e Pesquisa (IBGE) para averiguar o êxodo rural provocado pelo fechamento da Usina nesse intervalo.

De um total de 6803 residentes no município em 1991, com 3801 na área urbana e 3002 na área rural, em 2000 a população total passa para 5884, com 5062 citadinos e 822 rurais. Deste modo, pode-se observar o êxodo de 2180 pessoas da área rural, o aumento de 1261 da área urbana e o saldo de emigração do município de 919 pessoas durante este período. Sendo assim, considerado este saldo de êxodo rural entre os censos, considera-se a aproximação com a informação apresentada pelo sr. Roberto.

Os pontos fixados no mapa a seguir a partir da colaboração de José Fernando Giovanetti inserem a localização das colônias citadas nas terras da Usina Açucareira Paredão.



**Figura 13:** Localização colônias Usina Açucareira Paredão a partir da ferramenta Google Maps. Acervo Pessoal.

O segundo grupo a ser abordado será a Educação. Conforme diário Oficial do Estado de São Paulo<sup>53</sup> foi criado, nos termos dos artigos 201 e 205 do Decreto 17.698, de 26-11-1947, o Grupo Escolar da Usina Açucareira Paredão S. A., de 2.o estágio, com quatro classes, em Oriente. Com a construção do novo prédio para a escola<sup>54</sup> e pelo Decreto nº 29.075, de 20 de setembro de 1957, o Grupo Escolar da Usina Açucareira Paredão S. A. em Oriente, passa a denominar-se: “Maria Milanesi Giorgi”.

A nova edificação construída nos anos 1950, localizava-se nas mediações do núcleo fabril, atendendo principalmente as crianças das colônias próximas. Além desta edificação, existiam também escolas rurais nas fazendas Santa Mercedes, Santa Mariana, Nossa Senhora Aparecida e Santa Maria sob comando administrativo da EEPG Maria Milanesi Giorgi.

Em correspondência à Associação de Pais e Mestres, criada em 1978<sup>55</sup>, as principais atuações do montante destinado à assistência social e direcionado às escolas girava em torno da concessão de material escolar, merenda e transporte aos alunos, além de bolsas para os funcionários interessados à formação universitária.

Segundo matéria do Jornal *Prevecionista*, edição número 11 de janeiro de 1984, a capacidade das instalações com 6 salas funcionando em três períodos para o primeiro grau, e uma sala da pré-escola funcionando em dois períodos era de 630 alunos. Após passar por um processo de ampliação e reforma, a edição 72 de dezembro de 1989, destaca a unificação das escolas rurais com a central, totalizando 800 aluno. Deste modo, estima-se que a população estudantil das escolas rurais nos anos 1980 girava em torno de 150 crianças.

As preocupações da direção deste grupo escolar de primeiro grau envolviam principalmente a permanência escolar. Considerando dados de aprovação em 1983 que chegavam a 30%<sup>56</sup>, partir de ano 1984<sup>57</sup>, a diretoria passa ‘a não permitir as crianças em idade escolar (7 a 18 anos) a trabalharem na lavoura ou indústria sem que estejam matriculados e

---

<sup>53</sup> DIÁRIO OFICIAL do Estado de São Paulo (E. U. do Brasil) Terça-feira, 21 de Março de 1953 Núm. 67 – Ano 53

<sup>54</sup>1957 - O proprietário da Usina, Dr. Alfredo Giorgi, construiu um prédio novo para a escola, agora com o nome de G. E. Maria Milanesi Giorgi. Para a inauguração, em 14/12/57, houve uma grande festa com a presença do Bispo D. Hugo Bressane de Araújo, o Secretário da Educação Vicente de Paula Lima e o Padre Isidoro Stênico 16 – São Paulo, 115 (55) Diário Oficial Poder Legislativo quarta-feira, 23 de março de 2005

<sup>55</sup>DIÁRIO OFICIAL Estado de São Paulo 25 de julho de 1978:. Extrato dos Estatutos. A Associação de Pais e Mestres – APM da EEPG “Maria Milanesi Giorgi”, situada na Usina Açucareira Paredão S.A., em Oriente, é uma instituição auxiliar da escola cujo objetivo primordial consiste em favorecer a integração do trinômio família-escola-comunidade na obra comum de educação da infância e da juventude. Para a consecução de tal fim, a Associação propõe-se desenvolver atividades culturais, assistenciais, recreativas e esportivas.

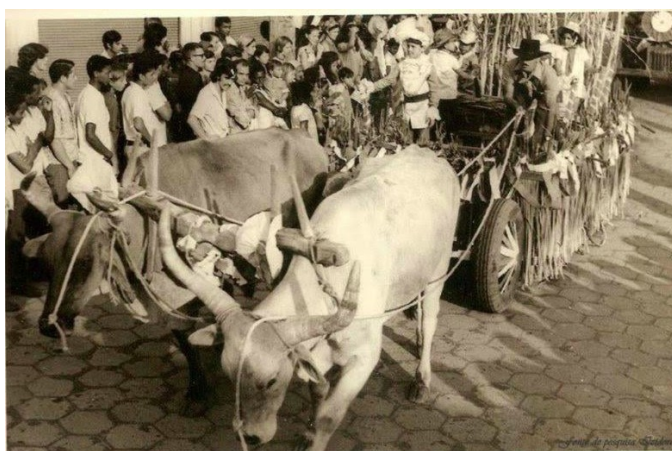
<sup>56</sup>Jornal *Prevecionista*: Edição 11 anos 1983/1984 dezembro/janeiro.

<sup>57</sup>Jornal *Prevecionista*: Edição 12 ano 1984 - fevereiro/março

frequentando as aulas'. Conforme destacado anteriormente, a existência de três períodos para o primeiro grau, engendrava o período noturno para absorver estudantes-trabalhadores envolvidos no processo produtivo da Usina.

Cabe destacar ainda sobre os 'estímulos' à permanência escolar estabelecendo 'critérios de aprendizado, interesse, assiduidade, higiene, disciplina e capricho'<sup>58</sup>, destacando os alunos com maior desempenho<sup>59</sup> (assim como feito com a produção dos trabalhadores durante as safras) e apontando a contratação dos melhores estudantes aos cargos internos da Usina<sup>60</sup>.

Assim como destacou Ianni (1984, p. 60) o mundo social usineiro "(econômico, político e cultural) está influenciado, marcado, identificado e movimentado pelos valores, padrões, normas, relações vigentes e predominantes na sociedade brasileira" (Ianni, 1984, p. 60). A educação das escolas na Usina estiveram centradas na educação moral e cívica característica dos anos do regime cívico militar (1964 -1985) com forte caráter regionalista e nacionalista expressos principalmente nos desfiles cívicos de 7 de setembro conforme imagens coletadas:



**Figura14:** Desfile 7 de Setembro, Oriente, São Paulo, década de 1970. Disponível em: <https://www.facebook.com/usinaparedaooorienteoficial/photos/3805209499493025>

Acesso: 25/08/2021

<sup>58</sup>Jornal Prevencionista: Edição 38 ano 1986 novembro

<sup>59</sup>Jornal Prevencionista: Edição 38 ano 1986 novembro

<sup>60</sup>Jornal Prevencionista: Edição 37 ano 1986 outubro



**Figura 15:** Desfile 7 de setembro, Oriente, São Paulo, década de 1960. Disponível em: <https://www.facebook.com/usinaparedaoorienteoficial/photos/3805213796159262>

Acesso: 25/08/2021



**Figura 16:** Desfile 7 de setembro, Oriente, São Paulo, década de 1960. Disponível em: <https://www.facebook.com/usinaparedaoorienteoficial/photos/3805219059492069>

Acesso: 25/08/2021



**Figura 17:** Desfile 7 de setembro, Oriente, São Paulo, década de 1960. Disponível em: <https://www.facebook.com/usinaparedaoorienteoficial/photos/3805219642825344>

Acesso: 25/08/2021

Nesse mesmo sentido, o movimento religioso católico que foi característica dos anos 1950 persistiu com os valores da assistência social pela manutenção e reforma da Capela

Nossa Senhora das Graças, do coral dos trabalhadores residentes e dos festejos como folia de reis e festas juninas. Conforme destacado no capítulo anterior, pela narrativa do sr. Roberto Francisco “*Você ia pra missa, você parece que ia para uma festa, você não ia para a missa, você ia para uma festa*”.



**Figura 18:** Festejo de Folia de Reis, Usina Paredão, Década de 1970. Disponível em: <https://www.facebook.com/usinaparedaoorienteoficial/photos/6625360224144591>

Acesso: 25/08/2021



**Figura 19:** Cortejo para missa de domingo, Usina Paredão. Disponível em: <https://www.facebook.com/usinaparedaoorienteoficial/photos/6269275583086392>

Acesso: 25/08/2021

Considerando os valores das assistências sociais destinados à recreação, o Jornal Previsionista trás mais algumas contribuições. Amplamente divulgado pela redação, os festejos promovidos pela direção estavam restritos ao ciclo produtivo da entressafra e envolviam carnaval, Festa de Primeiro de Maio (que representava o início da safra), festa de encerramento de safra, pescarias e atividades de desportos com enfrentamento entre os times dos setores e das colônias.

Estes festejos repercutiam a empresa na mídia local conforme matéria do Jornal de Pompeia<sup>61</sup> de 23 de novembro de 1979 em cobertura feita sobre o churrasco de final de safra:

Uma festa que se tornou tradição na Usina Paredão

Churrasco que contou com 2.000 pessoas, encerrou a safra canavieira de 1979. À sombra de belo seringal composto por cerca de 3.000 árvores, sábado último a direção da Usina Paredão ofereceu muito bem organizado e concorrido churrasco, que teve início por volta das 10 horas e prolongou-se até à noite, reunindo cerca de 2.000 pessoas, redundando em perfeita e harmoniosa festa de confraternização entre dirigentes e dirigidos.

Para se ter uma ideia da profundidade e alcance dessa festa que se tornou tradicional na Usina Paredão, basta ser citado que foram consumidos 1.252 quilos de carne (10 bois), 1.400 litros de chopp, 200 caixas de guaraná, 5.000 pães e 116 caixas de laranja.

Um acontecimento que reúne o que de mais expressivo em Oriente

Estiveram presente e compartilhando dessa belíssima festa de confraternização, pessoas de representatividade social orientense, como: dr. Caibar Moris, Prefeito Municipal; Francisco Teixeira Forte, Vice – Prefeito; dr. Antonio Aparecido Moris, Presidente da Câmara Municipal; dr. Joaquim Olimpio Garcia, Delegado de Polícia que se fazia acompanhar de seus familiares; Cônego Mauricio Pillon, Vigário de Oriente; dr. José J. Madeira, médico; Vereador Antonio Monteiro Lobato, antigo funcionário da Usina Paredão; José Luarindo dos Santos, Almir Soares, Rolando Moris, além de muitas outras pessoas que nos foi impossível anotar.

Da parte da direção da Usina anotamos: dr. Guilherme Giorgi, dr. Roberto Giorgi e dr. Jayme José da Silva, diretores; Orlando Bombini aviador e amigo da direção; dr. Julio Giorgi; o agrônomo Paulo Maeda; os técnicos agrícolas Antonio Carlos de Olivera, José Egidio de Mello Filho, Francisco Carlos Guimarães e Jairo Acauy Ribeiro, além de outros funcionários da Usina Paredão.

A parte bancária esteve presente

Para uma festa de tamanha importância regional, seria uma falha se o setor bancário não estivesse muito bem representado. Estiveram presentes Adércio gerente e Odellio sub-gerente do Banco do Brasil de Marília; Milton e José Francisco, gerente e sub-gerente do Bradesco de Oriente; da agência do Banco Auxiliar de Marília, anotamos Laurindo gerente, Osmar gerente 3, Ailton,

<sup>61</sup>JORNAL DE POMPÉIA, 5ª feira, 23 de novembro de 1979 – Redator-chefe: Nelson Sant’Ana – ANO II - Nº 89 – Tiragem 3000. página 4.

Chefe da Carteira Agrícola e Jarbas, auxiliar técnico regional; Moacir, chefe da Carteira Agrícola do Banespa de Pompéia e Julio, eng.o agrônomo do Banespa de Pompéia.

#### Um encantamento paralelo

A ala jovem esteve muito bem representada por uma juventude alegre que soube divertir-se e ao mesmo tempo encantar os presentes. Entre esses jovens encontravam-se: Guilherme Giorgi, Cristina Giorgi, Regina Teixeira de Barros, Deborah Cardoso, Graziela Thompson, Luciana Mello, Isa Campiglia, Luci Mendonça, Adriana Assad, Fernando de Campos, Beto Giorgi, Julio Giorgi e Paulo Giorgi. Esse conjunto, com outros jovens cujos nomes não conseguimos anotar, propiciou momentos de real encantamento, transmitindo alegria natural e comunicativa.

#### Musica a cargo dos próprios trabalhadores

Um conjunto formado por elementos que militam na Usina Paredão, se encarregou de encher aquele ambiente tão acolhedor, com música d vários matizes, o que prodigalizou momentos de cantoria, danças e outros festins aumentando ainda mais a confraternização existente, fazendo da reunião de patrões e empregados que foi enriquecida com tantos visitantes, um hiato de real grandiosidade, comprovando a fidalguia e a compreensão imperante nessa empresa admirável.

#### A produção de cana, este ano, foi menor

Aproveitando o ensejo, abordamos os direitos da Usina Paredão quanto à produção de açúcar e de álcool em 1979, cuja festa estava sendo realizada como fim de safra. Fomos informados que a forte estiagem que imperou desde fins de 1978, causou quebra da produção da cana em cerca de 22%. Que este ano foram colhidas 209.823.157 toneladas de cana, que devido aos fatores climáticos que sofreu, oferece a seguinte produção: 196.315 sacas de açúcar e 8.384.150 litros de álcool anidro.

Sr. Roberto Francisco comenta sobre a concerto dos Demônios da Garoa promovido pela direção:

*C.F: aquela foi boa. Demônios da Garoa foi uma aquisição que a usina fez com Jayme, né, ele trouxe Demônios da Garoa para a Usina, lá dentro daquele salão do clube, e uma das coisas que eles pediram, foi que recepcionasse quando eles chegassem, e geralmente quando chega o pessoal você vai saber o que eles tomam, o que deixa de tomar, se tem vontade de tomar uma bebida quente, ou se ele não quer tomar, única coisa que eles pediram: leite. Pediram leite, mas o leite não podia ser gelado, leite normal. Tomaram leite, os copos de leite, e fizeram a abertura no meio do povo, sem microfone, no meio do povo. Depois que eles subiram para o palco, antes eles fizeram essa demonstração. E jogo de vozes, aquele negócio todo, pessoal curtiu ao vivo, para depois ir para o palco. Foi bom, essa época do Demônios da Garoa foi a época que eles estavam no auge. Ali eram pessoas de... donos de empresa, médico, mas eles tinham esse grupo Demônios da Garoa que até hoje... foi fundado pelo Adoniram Barbosa e até hoje funciona. Porque eles que eram os caras, aqueles bailão que tinha, eles que organizavam, os bailão de banda. Nós chegamos fazer carnaval lá embaixo para 2500 pessoas.*

A criação da Associação Desportiva Classista Usina Paredão em 1982<sup>62</sup> representou o nome da empresa nos campeonatos regionais sendo campeã em 1982 e 1987, vice em 1986 e ficando em 4 lugar em 1990. Também era por meio da Associação a promoção dos jogos internos de entressafra entre os setores e as colônias. Durante o período de safra, essa atividade envolvia os times juvenis das colônias que eram premiadas nas festas de primeiro de maio conforme destacado pelo sr. Servilho Amorim:

*Futebol no campo era animado, principalmente primeiro de maio, era festa. E eu tomava conta da molecada lá, eu fazia a seleção da molecada, eu dava presente...o Guilherme comprava o presente e mandava eu distribuir. Dei bicicleta, dei rádio, quer dizer, ele que dava, mas quem fazia entrega era eu, os melhor moleque da seleção ganhava. Durante o ano, fazia campeonato da molecada lá, colônia contra colônia. Tinha o Bosque, tinha um time a Colônia da Usina tinha um time, Chapadão tinha, Paredão tinha, a Santa Maria tinha um time e a Colônia Nova tinha um time. Então eu mesmo que fazia as escalas da molecada, a tabela, eu que determinava os jogos. E eu era roupeiro no time da Usina também. Na parada eu era só campo de futebol. E o Guilherme Giorgi gostava de mim por isso. E depois no primeiro de maio eu era juiz, apitava jogo [risos]. Povo falava que eu roubava para a administração [risos]*

Em relação ao direcionamento de recursos da assistência social a área de saúde, a Usina contava, desde os primeiros anos da gestão Wirth, com edificações e serviços destinados à farmácia, ambulatório médico e odontológico. Pela falta de informações sobre a configuração desses serviços aos anos anteriores à década de 1980, a análise restringir-se-á aos anos desta década.

Antes, contudo, há que pontuar como funcionava a atuação Estatal antes do Sistema Único de Saúde (SUS):

A grande atuação do poder público nessa área se dava através do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) que depois passou a ser denominado Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS), autarquia do Ministério da Previdência e Assistência Social.

O INPS foi o resultado da fusão dos institutos de aposentadorias e pensões (os denominados IAPs) de diferentes categorias profissionais organizadas (bancários, comerciários, industriários, dentre outros), que posteriormente foi desdobrado em Instituto de Administração da Previdência Social (IAPAS), Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) e Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS).

A assistência à saúde desenvolvida pelo INAMPS beneficiava apenas os trabalhadores da economia formal, com “carteira assinada”, e seus dependentes (...)

Também, nessa época, o INAMPS passa a dar aos trabalhadores rurais, até então precariamente assistidos por hospitais conveniados com o FUNRURAL, um tratamento equivalente àquele prestado aos trabalhadores urbanos. Mesmo com a crise que já se abatia sobre o INAMPS, essa medida significou uma

<sup>62</sup>DIÁRIO OFICIAL Estado de São Paulo. Sexta-feira, 21 de maio de 1982

grande melhoria nas condições de acesso dessa população aos serviços de saúde, particularmente na área hospitalar (SOUZA, 2002, p. 11 e 12).

Conforme destacado pela citação acima, a assistência à saúde promovida pelo INAMPS esteve atrelada aos trabalhadores de economia formal e aos seus dependentes. No caso da Usina Açucareira Paredão, além desses recursos, a atuação do IAA destinava certas porcentagens da produção à assistência social, de acordo com apontado anteriormente por Ianni (1984).

Deste modo, a atuação da direção aos trabalhadores registrados aos seus dependentes, contava com aplicação de vacinas, consultas e atendimentos emergenciais de 3 profissionais médicos e 1 dentista em 1988<sup>63</sup>. Com levantamento feito no Jornal Prevencionista, as consultas giravam em torno de 600 atendimentos diários na primeira metade dos anos 1980, chegando a casa de 1000 atendimentos entre estes dois grupos no ano de 1990. Porém, nem todas as despesas ficavam no encargo da direção. Conforme holerites encontrado durante trabalho de campo datados de 1985 a 1994, os medicamentos disponíveis na farmácia eram vendidos aos trabalhadores e descontados na folha de pagamento.

A alimentação com subsídio aos trabalhadores residentes e a seus dependentes foi outra área de atuação das quantias da assistência social na Usina. Os recursos eram destinados a leite, carnes e ovos. Estes itens que compunham a produção das fazendas do Grupo, em valores proporcionais a cada colônia<sup>64</sup>.

Conforme destacado no capítulo anterior, com a extinção dos roçados de subsistência, o armazém de compras nas mediações do núcleo fabril passou a assumir papel cada vez mais central na alimentação das famílias trabalhadoras.

Destaca-se as falas de Dona Naíza e Dona Aparecida e Dona Maria Alice para apontar como o armazém passou a absorver a venda de produtos, envolvendo de lenha a produtos das fazendas como legumes, ovos e laranjas:

*N.H: O armazém quando eu mudei para a Usina [década de 1950] já tinha, já tinha o armazém, só que a gente tinha que ir, chegar lá, acho que eles escreviam o nome da gente lá e punha lá, acho que tinha que ficar esperando lá, mas já tinha o armazém da Usina. Os preços eram variados, mas a gente comprava lá sim. Acho que a gente só comprava pra fora o que não tinha lá no armazém, né. Antigamente, no começo quando a gente chegou lá não tinha gás, não tinha fogão a gás, era fogão a lenha, a usina vendia lenha, a usina*

<sup>63</sup> Jornal Prevencionista: Edição 61, ano 88 dezembro

<sup>64</sup>Em documento digitalizado em trabalho de campo pelo acesso a parte do arquivo morto do armazém da Usina Pela presente comunicamos que a partir de 01/01/89 passaremos a vender o litro de leite aos seguintes preços: Empregados residentes: Colônia Usina, Bosque, Sede e cidades – 0,53. Empregados residentes: Colônia Nova, Chapadão, Paredão – 0,42. Empregados residentes nas fazendas – 0,27. Observação: A diferente entre o preço pago ao fornecedor com o debitado aos empregados deverá ser debitada na conta Assistência Social Usina e Taxa Fornecedores de cana para empregados rurais.

*mandava a gente comprar por metro, né, levava a lenha... não tinha água encanada, era poço, aí depois encanaram a água, né.*

*A.S: o Rafael, que nem essa semana agora, é a semana deles passarem, eles iam lá nas coisas, enxiam aqueles caminhão de laranja, vinha uns homem em cima e uns balde, e passava nas colônias, uns que tinha mais família, era um balde cheio, outros que tinha menos, era meio balde. Assim, eu sei que no fim todo mundo chupava laranja.*

*N.H: Dona [nome suprimido], minha filha, chegou lá, cortou... ela foi andar lá no Chapadão, nas casas do povo lá do Chapadão, disse que chegou na casa do finado Daniel, que ele era parente do Bil, disse que chegou lá, disse que ela falou assim [imitação]: é, por que que vocês não plantam verdura no quintal?’ diz que a Rita falou assim [imitação]: ‘a Usina dá’. [risos]. Aí ela cortou, não deixou mais, o povo trazia laranja lá da Santa Maria pra lá e partia, ela cortou tudo. E pôs no armazém pra vender.*

*M.G: E as galinhas então, isso é uma coisa que você pode traduzir para palavras sérias. Era uma briga, das vizinhas, porque eu sugeri, mandava, né: “aqui tem erosão” casa ficava lá em cima e depois jogava água na calçada pronto, aquela terra de areia ia indo embora; “precisa plantar grama, planta grama em volta de casa, não fica desse jeito, planta grama” era uma coisa que eu não cansava de repetir, todas as casas; “ah, mas as senhora precisa dar um jeito, porque aqui eu planto grama, eu faço canteiro de flor, vem as galinhas da vizinha come tudo. [Risos]. Estraga tudo, era uma briga das senhoras sempre discutindo isso. “então, olha aqui, galinha presa.” Eu não sabia que galinha presa custava mais caro, porque tem que dar ração, pra mim galinha comia qualquer coisa [risos] que você desse né. “Galinha, só presa, a galinha que foi passear aí o Sr. Euclides vai pegar e vai pra sede, acabou.” Eu não falei isso pra elas, mas “acabou galinha, vai, vou prender as galinhas.” Então o Sr. Euclides recebeu esse encargo meu: pegar todas as galinhas, achou galinha passeando lá nas estradas, no caminho, pega; “que vou fazer com as galinhas?”; “leva pra sede, fica lá solta as galinhas, quem aproveitava da galinha era eu, nunca comemos um ovo da galinha, né.*

*M.G: Pra acabar a briga, então uma coisa que modificou lá por causa da briga que ela não conseguiu resolver entre elas, foi tirar as galinhas delas. Uma coisa que eu achei, quando eu penso nisso, foi umas das modificações que morar perto, né, a civilização dizer assim. E hoje em dia a mulher cria galinha solta lá, e sobe na árvore e não sei mais o que apronta.*

A ampla literatura sobre o processo de endividamento das famílias trabalhadoras submetidas ao regime de trabalho do colonato no Estado de São Paulo, desde as primeiras famílias de imigrantes em meados do século XIX, suscitou questionamentos sobre a existência de condição de servidão por dívida na Usina Açucareira Paredão.

Conforme destacado no capítulo 1, a caderneta de débito e crédito instaurada a partir de legislações no começo do século XX, buscou conter esta condição pelo registro dos provimentos dos colonos junto aos armazéns dos fazendeiros. No caso analisado, as compras representavam descontos diretos nas folhas de pagamento dos trabalhadores.

Questionados sobre os valores dos produtos vendidos no armazém, observou-se uma dupla interpretação por parte dos entrevistados: por um lado, os valores dos itens vendidos

configuravam preço de custo ou subsidiado pela empresa; por outro, os preços eram mais caros e restringiam o poder de compra à ordem concedida pelo escritório central. As falas destacadas de Lurdes Silva, senhores Roberto Francisco e Hermínio Camargo e Dona Naíza apontam como era seu funcionamento:

*L.S: As famílias tinham a fichinha, chegava, comprava, você ia lá, anotava, você entendeu? As famílias mais de longe, eles mandavam uma lista, aí passava o dia inteiro montando compra, aí eu subia no caminhão ia entregar nas portas, você entendeu? 'ah, mas como que fazia?', descontava no salário, aí a gente, tinha uma vez no mês, a gente parava, fechava o armazém, aí a gente ia fazer toda a soma, direitinho, de quem gastou, quem era, aí mandava para a outra parte, que era o escritório, aí descontava no pagamento. Todo o dia a gente fazia entrega de pão, de leite, o gás. Cada dia era o dia de uma colônia, aí a gente montava, hoje vai ser a Colônia do Paredão, aí a gente passava o dia inteiro montando, sabe, e colocando nos sacos, era tudo no saco de açúcar, saco de estopa, aí a gente montava, eu já até sabia, até decorava, tinha vez que decorava porque já sabia o que a pessoa ia pedir, era arroz, feijão, açúcar, batata, cebola, detergente, cândida, sabão... Agora, ovo era uma vez na semana que pegava, aí o ovo vinha uma vez na semana, toda terça feira era dia de pegar ovo, aí formava aquela fila e ficava nós lá, contando e dando.*

*C.F: Mais Caro. Olha, o armazém ele funcionava ali, vamos supor, aqui na cidade hoje, um pacote de arroz você paga 15 reais aqui, lá na Usina, eles vendiam a 10 reais. Tinha coisas que parava, e tinha coisas que era um pouco mais rápido, né. A carne era mais baixa, a carne era um valor menor, o leite era também, porque era produção dali, e no armazém o que era mais caro é aquilo que era adquirido, vamos supor, mortadela, queijo, aquilo que eles compravam, que vinha de fora, aí o cara colocava uma margem em cima e revendia pro pessoal. E o descontrole do povo, principal descontrole do povo, você tem direito a 1000 por mês todo, com 15 dias você foi 1000 e quer mais. Porque esse controle era feito em cima do ganho, mesma coisa de um consignado aí, né, você tem direito a 30%, do valor do salário, então eles faziam isso, o controle, vamos supor, o cara ganha 2000 ele tem direito a da 40%, tem direito a 800 reais, o que exceder isso daí já vai ter que ir pedir autorização no escritório,*

*C.F: mas tinha gente que... não tava nem aí, todo mês tava aí... tinha uma família grande, dois ou três trabalhando o cara comia... os cara comprava de saco de arroz, saco de açúcar... o óleo era lata de 20 litros, gordura lata de 20 litros, pra comprar você falava 'me da uma lata de gordura e uma de óleo', entendeu? Tinha, o cara fumava na época, tinha o fumo de corda, tudo lá. E a cachaça, vendia as cachaças também, povo não ficava sem nada lá embaixo não.*

*H.C: não era muito caro, é que o pessoal ia e comprava a vontade, não tinha esse negócio de regular. Cara chegava lá 'quero um quilo de arroz, meio de açúcar'... carne no sábado e na semana tinha, então você ia no açougue, me da um quilo de carne, dois, três e aquilo lá... tinha vez que não recebia pagamento, ficava devendo. Agora tinha muitos que tinha controle, marcava e tal, levava controlado, outros não.*

*H.C: tinha gente que tinha o dinheiro, que as vezes vinha para Marília fazer compra, comprava aqui em Oriente, não comprava na usina. Igual outros coitado que não tinha onde, comprava lá, outros ganhavam bem, tinham o dinheirinho, controlava, no pagamento recebia o pagamento, comprava aí,*

*comprava em Marília. (...) quando a gente não era funcionário da usina, a gente podia pegar as coisas, mas era tudo controlado, entendeu? Aí tinha gente que gastava muito, depois chegava no armazém não podia comprar e tinha que ir lá no escritório pedir ordem, né. Eu nunca fui graças a Deus, nunca, nunca.*

*L.S: aí tinha uns que chegava na hora, aquele detalhe, não podia mais vender. Ah, era triste! Mas eu, filho... teve uma época que o Tião até me tirou da fila 'você não vai mais não, você vai vir para cá'. Ah, coitado do cara, trabalhou a semana inteira e não pode comer um ovo. Tem coisa ali dentro que a gente fazia de coração partido, mas você tinha que fazer. Eu por exemplo era... chegava pro Tião e falava 'vou vender, vai levar'. Ih, eu deixava para o outro mês, não lançava naquele mês, lançava no outro, tanto que tem gente que me encontra até hoje que fala 'ai Lurdinha, como eu sou grata a você, a Lurdinha me ajudou tanto', eu não lembro da pessoa, mas a pessoa se lembra disso, porque eu ajudei a pessoa, porque, meu, como uma pessoa que trabalhava na roça, ia pra roça sem por uma mistura... eu via o que a pessoa comprava, era só arroz, feijão... Eu lembro, Rafael, de uma parte, quando eu trabalhava no armazém, que me dava dó, sabe esses cobertor que eles tinham lá em São Paulo, que eles não vendia? Eles catava e trazia tudo para cá. Nossa, o povo ficava tudo empovorado 'nossa, vou comprar cobertor', enfiava tudo no povo, sabe, Rafael, depois o povo não tinha o que comer. Eu ficava o dia inteiro ali sentada, fazendo coisinha para descontar, quando vinha o povo comprar comida, não podia comprar, Rafael, porque comprou o cobertor.*

Sobre a restrição de compra através de *ordem* concedida pelo escritório, é necessário fazer algumas considerações. Como será abordado posteriormente, o salário mínimo que era concedido à maioria dos registrados, era consentido pelos benefícios sociais e ganhos por produção durante a safra. Deste modo, considerando o livre custo de aluguel, água e energia elétrica, seria esperado certa segurança alimentar para as famílias trabalhadoras residentes.

Porém, conforme os relatos, a restrição de compra por *ordem* também esteve relacionada ao volume das famílias. Não foi possível questionamentos mais aprofundados ou acesso aos valores dos produtos, salários e contingente familiar para uma conclusão mais precisa sobre o rendimento salarial em relação aos custos do armazém. Por outro lado, há como arriscar uma estimativa a partir dos holerites citados anteriormente.

Datado de setembro de 1986, o ordenado de Amadeu Giovanetti, mecânico chefe da sessão de tratores, foi de 4449,60 cruzados, e correspondia a cinco salários mínimos, estipulado à época em 804 cruzados<sup>65</sup>. Com contingente familiar de 4 dependentes, os gastos com mercadorias no armazém chegaram a 812,32 cruzados, que somados aos custos com farmácia, 60,20 e 'outros descontos', 119,08, atingiam 991,71 cruzados<sup>66</sup>. Considerando o

<sup>65</sup>Decreto-Lei nº 2284, de 1986

<sup>66</sup>Considerando os salários base de cada mês envolvidos no período de forte inflação, a análises dos outros holerites apresentavam, em média, valores semelhantes ao apresentado, tendo este a função de desenredar conclusões sobre o custo de vida a partir do armazém

poder de compra constituído de boa segurança alimentar à família deste trabalhador, os custos das mercadorias do armazém envolveriam a totalidade do salário mínimo de uma família com o mesmo contingente de pessoas.

Se por um lado, as legislações aprovadas a partir da década de 1960 ampliaram os direitos dos trabalhadores rurais para proporcionar melhores condições de vida no campo, por outro, as usinas passaram por um amplo processo de transformação das suas relações de produção e trabalho para suprir os novos encargos estipulados. Caio Prado Júnior, ao escrever sobre o Estatuto do Trabalhador Rural no mesmo ano de sua promulgação, foi assertório ao afirmar:

pressionados pelos seus trabalhadores e leis que valorizam a mão-de-obra, deverão necessariamente recorrer a um aumento de produtividade, o que importará uma substituição dos deficientes e onerosos processos de produção que hoje empregam, por outros de padrões mais elevados (PRADO JR., 1963, p. 10)

Para dimensionar o processo industrial que compõe uma usina de açúcar e álcool, Octavio Ianni (1984, p. 51 e 52) faz importantes considerações sobre a composição central das maquinarias:

A usina é uma fábrica fora do lugar, da cidade, no campo. Parece inserida no processo de reprodução do capital agrário. Na usina, o capital “agrário” e o capital industrial aparecem conjugados, um subsumindo o outro. De longe, vista no campo, a usina parece engolida pelo canavial; a fábrica pela planta; a indústria pela agricultura. Mas o que ocorre é o inverso, reverso. Na agroindústria açucareira, o capital industrial instalado no campo confere ao capital “agrário” as suas cores e os seus matizes. Na usina, a cana-de-açúcar é industrializada, transformada em açúcar e álcool, seguindo as exigências e a lógica da produção industrial. Aí comandam os processos físicos e químicos, mas sobressaem a máquina e o andamento maquinizado. Na usina, a força de trabalho e a divisão social do trabalho organizam-se produtivamente segundo os movimentos e os andamentos do capital industrial. Pouco a pouco as exigências da usina se estabelecem e se impõem nos canaviais, sobre os fazendeiros, os plantadores e os operários rurais. É verdade que a cana-de-açúcar se faz segundo o andamento da natureza, nas suas estações. Mas esse andamento pode acelerar-se algum pouco e aperfeiçoar-se, segundo determinações provenientes da usina. É nesse movimento que se aplicam e propagam o fertilizante, o defensivo, o caminhão, o trator, a queima das folhas, a intensidade do corte, a velocidade do transporte, a intensificação da força de trabalho. Ao desenvolver-se no campo, a usina incute no verde dos canaviais uma vibração e uma aspereza que nada tem a ver com a doçura da cana madura.

A perspectiva do autor sobre o lugar estranho das usinas açucareiras no campo diz respeito ao processo produtivo na qual a indústria, espaço eminentemente urbano, impõe ao campo pelas suas maquinarias. A matéria encontrada na Revista Brasil/Açúcar de 1972,

promovida pelo Instituto do Açúcar e do Alcool, sintetiza os processos industriais necessários para a produção do açúcar e demonstram a complexidade do parque industrial:

Depois de esmagada a cana nas moedas, o caldo é submetido a uma série de processos físicos e químicos de purificação, para retirar as impurezas que impedem ou prejudicam a cristalização do açúcar. Logo após, o caldo beneficiado é concentrado em aparelhos de evaporação, de efeitos múltiplos, de acordo com o número de vasos evaporadores, transformando-se em xarope. O açúcar contido no xarope é cristalizado, inicialmente, no aparelhos do cozimento a vácuo, passando a massa cozida aos cristalizadores, para esfriar lentamente, tornando-se viscosa e esgotando o líquido-mãe pelo depósito de novos cristais. Em continuação, a turbinagem cuida de preparar os cristais das águas-mães que os envolvem. O açúcar retirado pelas turbinas da massa cozida de primeiro jato. O mel rico volta a ser utilizado, ainda, para a obtenção de açúcar de primeira, ao passo que o mel pobre destina-se à obtenção de açúcar de segundo jato. Em algumas usinas as instalações permitem chegar à fabricação de açúcar de terceiro jato. O mel residual da última centrifugação é chamado melaço ou mel exausto, a ser utilizado como matéria-prima para a fabricação de álcool ou aguardente. As operações acima indicadas obedecem ao seguinte escalonamento: 1) esmagamento da cana e extração do caldo; 2) purificação do caldo – sulfitação, colagem, preaquecimento, decantação e tratamento dos resíduos; 3) evaporação; 4) cozimento; 5) cristalização; 6) turbinagem; 7) secagem e ensacamento. O processo sofre determinadas alteração, conforme o tipo de açúcar que se deseja obter: açúcar branco tipo usina ou açúcar escuro, tipo demerara. O cristal tem alta polarização e sofre um descoramento mais completo, ao passo que o demerara apresenta os cristais envolvidos por uma película aderente de melaço. Finalmente, o açúcar cristal, antes de ser entregue ao consumo é, via de regra, submetido a um processo de refinação, destinado a torná-lo impecavelmente alvo, diminuir-lhe o grau de umidade e retirar-lhe o cheiro que, por vezes, se apresenta como decorrência de defeito de fabricação ou por alteração subsequente do açúcar bruto. Brasil/açúcar, Rio de Janeiro, instituto do açúcar e do álcool, 1972 pp. 107 e 108

Conforme destaca Prado (2011), as empresas nacionais Dedini e Zanini, metalúrgicas especializadas na fabricação de equipamentos para usinas de açúcar e álcool assumem papel central na expansão e constituição das usinas paulistas a partir da década de 1960. A atuação desse centro tecnológico da região de Piracicaba com a Usina Açucareira Paredão foi destacada pelo Sr. Guilherme Giorgi:

*G.G: E então eu fui pra lá em 68, em 69 teve o desastre lá do estouro da coisa. Eu nunca tinha estado em Piracicaba pra falar com Dedini, pra falar com Mausá, falava Dedini todos os fabricantes daquele tempo que faziam as coisas para a usina, né. Tanto que quando estourou a máquina, o diretor, que era meu tio, que tomava conta de lá, ele foi comigo pra Piracicaba pra me apresentar pro pessoal das fabricas.<sup>67</sup>*

A composição do parque industrial na Usina Açucareira Paredão esteve ordenada pela tecnologia nacional até os anos de seu fechamento, conforme matérias dos Jornal

---

<sup>67</sup>Entrevista com Sr. Guilherme Giorgi e Dona Maria Alice concedida na residência deles em São Paulo dia 24 de outubro de 2017 realizada por Rafael Giovanetti Teixeira.

Previsionista edições números 37 e 38 de 1986, os maquinários Dedini, Zanini e Maus, constituíam quase a totalidade do parte da indústria:

Recepção de Cana: Duas pontas rolantes MAUSA, com capacidade para 15 toneladas cada, para alimentação e descarga.

Lavagem da cana: A cana é lavada em uma mesa alimentadora de 45° com tombador mecânico, utilizando um volume de 16 m<sup>3</sup> / TC de água, que após ser utilizada é enviada para um pré-decantador e um decantador circular “COPERSUCAR” de 30x2,5 Mt. A água é reciclada então em circuito fechado.

Alimentação das Moendas: Para a alimentação, a cana é enviada à moenda através de esteira metálica com taliscas, acionada por motor e varimot.

Preparo de Cana: O preparo da casa é feito por um picador duplo “DEDINI” de 650 HP, com 2 jogos de facas com 32 laminas fixas e retas, e por um desfibrador COP-6 com 60 martelos oscilantes, acionado por turbina DEDINI de +400 HP e pressão de vapor de 15kg/cm<sup>2</sup>.

Após o preparo no final da esteira, um espalhador distribui cana preparada sobre um transportador rápido de borracha “MERCÚRIO” com 60” de largura, sobre a qual está instalando um eletro-ímã marca Amagnaman.

Moagem: O conjunto de moagem é constituído por 6 ternos de moenda DEDINI de 1000 HP, e do quinto ao sexto por turbina DEDINI de 650 HP. A moenda está regulada para 115 TCH à 7,0 RPM e com uma embebição de 25 por cento.

A alimentação do primeiro terno é realizada por uma calha de alimentação por gravidade (CHU TE DONNELLY). Todos os ternos possuem “PRES-ROLLER” engrenados, e a partir do segundo terno possuem o rolo de alimentação, (TOP-ROLLER).

Automoção: Um painel central de moagem marca FERTHON – THM – 2750, faz o controle eletrônico automático da alimentação em função da altura da cana na calha e das rotações do picador e desfibrador, contém o intertravamento das esteiras e comando dos motores elétricos.

Peneiragem: Duas Peneiras Estáticas com espaçamento entre barras de 1mm. (continua no próximo n°)

Tratamento do caldo: O caldo misto, após passar pelas peneiras estáticas, é conduzido a uma trocador de calor regenerativo tubular em Inox, com capacidade par 33,36m<sup>2</sup>, onde sua temperatura é elevada para 60°C. Uma parte desse caldo é desviado para a destilaria, passando antes por dois pré-aquecedores tubular vertical com capacidade para 80m<sup>2</sup>, elevando sua temperatura para 105°C, e um decantador tipo SRI Copersucar com 60m<sup>3</sup>.

O caldo utilizado para a fabricação do açúcar é enviado para um multi-jato onde recebe enxofre e leite de cal. O controle do P.H. é feito manualmente através de indicadores próprios fabricados na Usina.

Aquecimento: Três aquecedores vertical tubular em aço carbono com capacidade para 100m<sup>2</sup> cada, faz o aquecimento, sendo 2 para operação normal e 1 na limpeza.

Decantação: Dois decantadores, sendo um de marca “ Door Oliver” 4x4 com 160m<sup>3</sup> de capacidade e outro tipo MAUSA com 200m<sup>3</sup> de capacidade útil.

Filtração: Um filtro rotativo à vácuo tipo MAUSA com 8x16 Pés.

Evaporação: Um pré-evaporador COPERSUCAR com capacidade para 2.000m<sup>2</sup> concentra o caldo de 13 para 18 BRIX. Dois jogos de evaporadores, ambos com 4 caixas elevam o BRIX de 18 para 60.

Cozimento: Quatro tachos à vácuo tipo clássicos DEDINI, sendo 2 250, um de 200 e um de 120 hectolitros.

Cristalizadores: Quatorze caixas tipo “mexedor” com capacidade média de

140 HI.

Centrifugação: Sete centrífugas, sendo uma automática marca BMA MAUSA, para massa de 1°. Duas semi-automáticas marca Hins para massa de 1°, e duas automáticas contínuas marca MAUSA CONTI. 6 para massa de 2°.

Secagem: Um secador horizontal DEDINI com capacidade útil por dia de 4.500 sacas de 50 kq, com sentido de ar em horizontal e acionado por motor.

Elevadores de açúcar: Quatro elevadores tipo canecas em sentido vertical, fabricados na Usina.

Pesagem do açúcar: Duas balanças marca CORTBAL com capacidade para 100kg e duas máquinas de costurar sacos marca UNION SPECIAL.

Geração de vapor: Duas balanças marca CORTABAL com capacidade para 100kg e duas máquinas de costurar sacos marca UNION SPECIAL.

Geração de vapor :Três caldeiras que geram 69,5 t/h, sendo uma ZANINI com 1000m<sup>2</sup>, uma DEDINI com 500m<sup>2</sup>, e uma CONTERMA com 1010m<sup>2</sup>. Tipo de combustível, lenha e bagaço.

Geração de energia elétrica: 2.500 KWA em 2 turbos geradores, um de 1.000 KVA marca DEDINI-MAUSA e outro de 1.500 KVA marca SCHOOL-MAUSA.

Sobre a rotina de trabalho envolvendo esse complexo maquinário industrial, não há grandes observações a fazer. A jornada de trabalho dos operários da indústria durante as safras era dividida em três turnos de oito horas anunciados pelas sirenes da fábrica - das 6 horas da manhã às 14 horas; das 14 horas às 22 horas e das 22 horas às 6 horas - regida pelo ritmo de urgência da safra e das máquinas.

*C.F: você tem que abastecer, ela não pode ficar sem a matéria-prima, então vamos supor, ela divide em encarregado, era o turno das 6 da manhã, das 6 as 2 e das 2 as 10. então quem trabalhava das 10 as 6, barracão tinha que estar quase que vazio, porque dali começava o transporte de novo. Então durante o dia aquilo tinha que ter cana para o camarada que trabalhava das 6 as 2, e das 2 as 10, pra ele trabalhar com folga e já entregar para o outro que começava as 10, o outro entregar o barracão vazio de novo.*

*C.F: Acelerado, nada de ficar ali... a não aqueles que tem controle de máquina, aquele negócio todo, se ele tem controle de uma máquina ele não vai poder sair dali, tem que estar ali. Mas o cara que está no movimento, na limpeza, produção, aquele negócio todo... o cara que está na dosagem, cara que está na turbina, turbinando açúcar, o negócio é rápido.*

Outro grande avanço tecnológico que arquitetou a cadeira produtiva da Usina Açucareira Paredão foi a computadorização em parceria com a EXATEC – processamento de dados Ltda<sup>68</sup>, outra empresa propriedade do grupo Giorgi. A trajetória laboral do sr. Roberto

<sup>68</sup> Jornal Prevencionista: Edição 61, ano 88 dezembro: A Exatec foi criada em 1970 com a finalidade de prestar serviços de processamento de dados para as empresas do Grupo Giorgi. No final de 1972 seu primeiro equipamento, o computador “IBM/3” começou a executar a folha de pagamento, contabilidade, contas a receber e controle de ativo fixo. Em 1976 a Usina Paredão e a Agropecuária Santa Maria do Guataporanga passaram a mandar variáveis e o cadastro de funcionários para serem processados pela Exatec em São Paulo. Mas, foi só em 1983, com a compra do supermicro. “SISCO MB 8000/SM”, que o serviço se concentrou na Usina, constituindo o seu “CPD Cento de Processamento de Dados”. Primeiro com o programa do “tarefeiro”, que calcula o corte e o transporte de cana; em 1985 foi a vez da folha de pagamento. Hoje “IBM/3” em São Paulo e o “Sisco MB 8000” na Usina, estão se aposentando. Aqui na Usina o microcomputador “ADDON AT286” está suportando um sistema de multiusuários com 6 terminais, que pode ser ligado a um conjunto de computadores em São Paulo

Francisco se entrepõe à introdução dos computadores nos cálculos de produção e folha de pagamento:

*A minha função lá, em 1975, era fazer cálculos de corte, transporte de cana, cálculos de carpa de cana, e também já naquela época começamos a dar início a formações para folha de pagamento que era feita em São Paulo, através de computadores, mas daqui só saíam as informações em planilhas. As planilhas você preenchia no sistema que ele pudesse ser feito, o que, digitada em cartões perfurados, pra poder processar uma folha de pagamento, isso em 1975.*

*Aí já no ano seguinte eu fui pra São Paulo conhecer o primeiro computador da minha vida, que na época se chamava '1/3 (barra três)' era um computador inglês, e o que ele tinha? Ele tinha os perfuradores de cartão, três pessoas trabalhavam perfurando os cartões, e uma pessoa conferindo, três perfuradores e um conferente, depois já passava para o operador, o operador de sistema colocava esses cartões na impressora, e de ali começava a imprimir o trabalho. Ali aquele trabalho então... eu presenciei várias vezes isso ali em São Paulo, que sempre levava a folha de pagamento e eu já... eles começavam a fazer a folha de pagamento, acompanhava a perfuração, depois eles faziam a conferência e colocavam para processar, e de ali a gente verificava onde estava os erros, refazia, para trazer a folha de pagamento para a Usina Paredão, isso já em 1976.*

*Depois daí, então, trabalhando já nessa área, o sr. Guilherme Giorgi, comprou para a Usina Paredão, no final de 1982, ele adquiriu para a Usina Paredão, era um super micro, da sisco, que ele tinha 16 k de memória e 2 discos, um fixo de 5 mega e um removível de 5 mega.*

*Aí começou a tomar o jeito de uma folha de pagamentos, com registro do funcionário, e por enquanto, somente no departamento pessoal, só funcionários e folha de pagamentos. E daí começou a vida com computador na Usina Paredão. Aí foram adquirindo máquinas com mais potência, aí colocou dentro desse sistema, já começou a entrar além da folha de pagamento, começou o controle de estoque, controle de estoque chegou a ter dez mil itens, esse sistema era um sistema de digitação em formulações, depois as emissões de relatório, depois as emissões de relatórios de final de mês, as emissões de relatório diário, tudo isso era feito na Usina Paredão. Bom, já dentro desse sistema, dentro da folha de pagamento, veio mais um trabalho, qual trabalho? Fazer... o corte de cana e o transporte de cana, antes era cortado por feixes de cana, mas aí a usina começou a cortar por metros de cana, então como fazer essa transformação? Transformar metros em quilos. Então você digitava metros, o computador estava preparado para transformar em quilos...*

Sampaio (2010) destaca que o processo de transformação das forças produtivas que o setor sucroalcooleiro atravessou durante o século XX, decorreu-se, além do desenvolvimento do maquinário na indústria e na lavoura pela concentração de terras para suprir a crescente

---

rodando sistemas de custos, estoques, análises químicas, além da folha de pagamento e outros programas menores que controlam as várias atividades dentro da empresa. A EXATEC continuava fornecendo programas e controlando o andamento do "CPD" da Usina para que os programas e equipamentos funcionem de acordo. Sob a batuta do Robertão, com o programador Marquinho e o Fábio, o Pé, o Divaldo e os outros usuários, o "CPD" da Usina faz a ponte entre a Exatec, responsável pelo processamento de dados de todas as empresas do grupo, e o pessoal da Usina e da Agropecuária.

demanda dos maquinários industriais.

Conforme foi salientado anteriormente, o desenvolvimento do setor de transportes a partir da aquisição da Usina pelo Grupo Giorgi, perpassou a utilização de carroças a cavalo e carros de boi, para tratores com reboque e caminhões de médio porte entre os anos 1950 e 1960.

Considerando a fala do sr. Guilherme Giorgi, este desenvolvimento circundou uma primeira grande expansão de terras nos anos 1950 com a aquisição de quatro grandes fazendas: Santa Maria, Santa Branca, Guataporanga e Aparecida. Nos anos 1970, já com o desuso da tração animal a utilização de caminhões de grande porte com capacidade de 10 a 15 toneladas envolveu mais uma expansão de terras totalizando 27 escrituras de propriedades rurais:

*Aliás, deixa eu te falar uma coisa, nos anos 50, foram compradas 3 fazendas: Santa Maria, Santa Branca e Guataporanga... 4: Santa Maria, Santa Branca, Guataporanga e Aparecida. Realmente, você falou, foi uma expansão foi feita também nessa época. Agora, a expansão maior foi feita a partir dos 70, tá, aí nós compramos... foram 27 escrituras.*

Como base na análise do Diário Oficial do Estado de São Paulo, verificou-se essas informações sobre a quantidade de terras concentradas pela Usina Açucareira Paredão e se constatou alguns outros fatos. Na edição do dia 4 de maio de 1976 página,56 em ata da assembleia geral dessa sociedade anônima averiguou-se a propriedade das fazendas São João, Guataporanga e Rio Feio somando 625 hectares de terras.

A edição dia 23 de setembro de 1978 página 52 apresenta a Ata de Constituição da Agropecuária Santa Maria do Guataporanga S/A, que compunha a pecuária como outra atividade produtiva do Grupo Giorgi, abrangia as propriedades: Fazenda Santa Maria; Fazenda Guataporanga; Fazenda Santa Branca; Fazenda Nossa Senhora Aparecida; Fazenda Alvorada; Fazenda Santa Avelina; Fazenda Santa Ernestina; Fazenda São Carlos; Fazenda São José; Sítio do Ruy; Sítio Vianna; Sítio São José; Sítio Flandria; Sítio Rio Feio; Fazenda São Jorge; Sítio Santa Helena I; Sítio Santa Helena; Sítio Mil Alqueires; Sítio Santo Antônio; Sítio Irmãos Bueno; Fazenda Santa Terezinha e Fazenda Cachoeira totalizando 6.326 hectares de terras em nos municípios próximos de Oriente, Padre Nóbrega, Pompeia, Rosália e Marília. Há também o registro sobre a Fazenda Bataiporã, no município de mesmo nome em Mato Grosso do Sul somando 2.042 hectares de terras.

Porém, a partir de dados coletados no Jornal Previsionista, na Edição 11 de Janeiro de 1986, a área de terras destinada para safra naquele ano foi de 890,08 hectares, sendo 411

da Fazenda Guataporanga, 180 na Fazenda Cachoeira e 299,08 hectares nas Fazendas Sta. Ernestina, Sta. Branca, São João, Chapadão e Ariochi. A grande diferença da quantidade de terras destinadas ao cultivo de cana-de-açúcar em detrimento à pastagem pode ser explicada, em um primeiro momento, pela cota de produção de açúcar e álcool estipulada pelo IAA para as usinas em território nacional.

No caso estudado, a cota de produção estipulada pelo Instituto para o ano de 1988, por exemplo, foi de 246 mil sacos de açúcar e 12 milhões de litros de álcool. Pelo levantamento feito no Jornal Previsionista a produção média nos anos de 1980 girava em torno de 250 mil sacos de açúcar e 15 milhões de litros de álcool hidratado. Deste modo, a área destinada ao cultivo de cana corresponde à cota de produção pelo aproveitamento aproximado de 100 quilogramas de sacarose por tonelada de cana.

Por outro lado, a Usina Açucareira Paredão S/A, ao compor como acionista a Agropecuária Santa Maria do Guataporanga S/A, aumenta seu capital social e, conseqüentemente, a capacidade de obtenção de empréstimos bancários, este ponto será melhor abordado no final do capítulo.

A grande concentração de terras e seu máximo aproveitamento só foi possível pela atuação de profissionais especializados na área de gestão do solo. No caso da Usina Açucareira Paredão, esse processo começou a ocorrer a partir de 1969 com a contratação de um engenheiro agrônomo advindo de Ribeirão Preto, em substituição ao antigo funcionário de confiança do grupo, mas sem formação na área. Este profissional ‘revolucionou’, nas palavras do sr. Guilherme Giorgi, a parte agrícola do complexo agroindustrial onde, reestruturou os canaviais com processos de adubação química, pesticidas, seleção de espécies de cana-de-açúcar, desenvolveu as vias de acesso aos canaviais e destinou áreas de aproveitamento para gado, em áreas até então sem proveito para a cana.

*G.G: Pra você ter uma ideia, Sr. Antoninho era uma pessoa de muita confiança da família. Ele aqui em São Paulo era chofer de caminhão. Mas ele era extremamente, sabe uma pessoa que quer crescer. E ofereceram pra ele pra mudar pra Marília pra ser administrador. E ele aceitou e foi pra lá. Então de 49 até ele se aposentar, ele era o, vamos dizer assim, o gerente da parte agrícola. Se você disse se ele tinha uma formação de engenheiro agrônomo, não, não tinha. Mas ele criou uma prática muito grande, né. Pelo valor dele mesmo criou uma prática muito grande. Aí em 69 contratamos um agrônomo de Ribeirão Preto que revolucionou a parte agrícola. Realmente, muita coisa, que até hoje a gente aproveita na área de gado, foi feita por ele.*

O processo de extinção dos roçados de subsistência em áreas impróprias para cana-de-açúcar foi concluído a partir da ‘revolução’ feita na gestão da terra pelo engenheiro agrônomo e seus sucessores, que racionalizaram a utilização solo, além do plantio de cana, para as

pastagens da Agropecuária Santa Maria do Guataporanga S.A, conforme exposto pelo sr. Roberto Germano:

*R.G: eu tinha uma rocinha, eu comprei a rocinha do irmão do Domingão. Ele foi para São Paulo, embora para São Paulo, e me vendeu a rocinha por 200 cruzeiro, já estava plantada, milho já verde, colhi muito milho. Depois eu cheguei a plantar segunda vez, milho. Depois o dr. Eduardo chegou na Usina, resolveu pegar aquele terreno para fazer pasto, tudo ali até chegar no Laranjal, tudo virou pasto. Aí acabou com a rocinha do povo. Mas aqueles cara do Paredão, eles tinham um quintal grande, né, grande mesmo, descia e subia era tudo quintal, que acabou virando pasto também. Mas eles plantavam ali, tinha gente que tinha horta, morava na usina, mas tinha horta no laranjal, que também era da usina, Colônia Nova eles também plantavam, não muito, porque era só no rumo da casa, né.*

Todo esse avanço tecnológico na cadeia produtiva da indústria e a concentração de terras com seu manejo racionalizado para suprir a demanda desse maquinário compõe outras transformações nas relações de produção e trabalho no campo que dizem respeito aos setores de, carregamento, transporte e corte da cana-de-açúcar.

Conforme destaca Sampaio (2010, pp. 153 e 154) a partir dos anos 1960, as carregadeiras hidráulicas começaram ocupar as lavouras canaveiras paulistas em substituição aos trabalhadores que faziam manualmente a carga dos feixes de cana em tratores e caminhões.

A introdução desse maquinário, além de extinguir paulatinamente a função manual do carregamento e o emprego designado, também contribuiu para a transformação da remuneração dos cortadores de cana, substituindo o pagamento por feixes de cana cortada, amarrada e amontoada, para a remuneração por tonelada (Silva, 1999).

Assim como na remuneração por feixes, o salário por tonelada de cana cortada é constituído pela quantidade de peças produzidas pelo trabalhador ao longo do tempo de serviço. A esse tipo de salário por peça, atribui-se o aumento da intensidade de trabalho executado devido sua própria constituição. Ou seja, quanto mais se produz, mais se recebe. Segundo Maria Aparecida Morais Silva (1999, p. 86)

*Trata-se de uma forma de salário mais vantajosa ao capitalista uma vez que a intensidade do trabalho não depende dos investimentos em capital constante, mas do próprio trabalhador. É um salário que reforça as diferenças de habilidade, força, energia, perseverança dos trabalhadores individualmente, provocando diferenças nos seus rendimentos e o estabelecimento de concorrência entre eles. Esta competição estimula o aumento da intensidade do trabalho e, conseqüentemente, da produtividade.*

Esta autora salienta como essa mudança nas relações de trabalho aumentou produtividade média dos cortadores de cana pela constante exigência dos maquinários e seleção de trabalhadores mais produtivos:

As condições de trabalho são marcadas pela altíssima intensidade de produtividade exigida. Na década de 1980, a média (produtividade) exigida era de 5 a 8 toneladas de cana cortada/dia; em 1990, passa para 8 a 9; em 2000 para 10, e em 2004 para 12 a 15 toneladas! Isso considerando que o instrumento de trabalho dos cortadores de cana é o mesmo desde que essa atividade foi introduzida no Brasil no século XVI<sup>69</sup> (SILVA, 2006, p. 126)

Na Usina Açucareira Paredão, a introdução das carregadeiras hidráulicas e de caminhões de grande porte remontam a 1970, conforme informado pelo sr. Servilho Amorin. Por conseguinte, essas transformações tecnológicas também influíram nas relações de trabalho nos canaviais da Usina. O sr. Roberto Francisco trouxe boas contribuições sobre esse processo:

*E aí passou a ser só caminhão e passou a ter o caminhão de 15 toneladas, depois passou a ter o caminhão de balança, (...) depois começou a chegar, chegou duas carretas, e foi aí que foi mudando. É igual o feixe de cana, quando chegou a primeira carregadeira na usina, a demonstração que foi fazer lá, pessoal ficou boquiaberto, pessoal nunca tinha visto aquilo ali, não sabia como funcionava, cara meteu um tambor na boca da carregadeira, levantava pra cá, lá, pá, todo mundo assustava, ‘pô, você vai poder fazer isso daí carregando a cana, você vira, coloca no caminhão, volta, pá’. Aí ensinou o pessoal rapidinho.*

*Então nós tivemos lá na Usina cortador de cana, que chegou a cortar, por dia 26 toneladas de cana. O nome dele eu até posso informar quem é, Antônio Ferreira de Souza, filho do sr. Geraldo, ele cortava 26 toneladas de cana diário. Isso porque existia uma turma na Usina Paredão que tinha um programa diferencial, ele trabalhava com cana somente para 10 toneladas, o pessoal das 10 toneladas, então era um pessoal bom para corte de cana e conseguia ultrapassar, por mês as 10 toneladas de cana, se não conseguisse alcançar as 10 toneladas, o preço da cana deles seria o normal, então a cima de 10 toneladas ele estaria ganhando muito mais.*

A turma das 10 toneladas citada pelo sr. Roberto era um grupo selecionado de cortadores de alto rendimento nas lavouras envolvidos em um ‘programa diferencial’. Conforme abordado por Teixeira (2017, p. 35 a 37) o grupo das 10 toneladas existia em contraposição ao ‘bolo’, grupo de trabalhadores e trabalhadoras que produziam abaixo do rendimento deste ‘grupo de elite’ e recebiam uma remuneração fixa, por empreitada. É mister destacar a explicação feita por um ex-trabalhador especificando como funcionava esse ‘programa especial’ a este grupo, realizada para a referida obra:

E: As 10 toneladas era a cota, não podia cortar abaixo de 10?

C: Não, se você cortasse abaixo de 10, você ganhava igual o bolo, o valor que o bolão ganhava. O bolão a gente fala assim, o pessoal que cortava, 7, 8 tonelada. As 10 tonelada a gente cortava. As vezes cortava 12, 13 tonelada. Aí você estourava, quanto mais cortava, mais ganhava. Quando você estourava...

<sup>69</sup> A produtividade do trabalho no corte manual dobrou em relação há 20 anos, quando se cortavam de 4 a 6 toneladas de cana/dia, sem que houvesse mudanças substanciais na forma de corte e nos instrumentos de trabalho (NOVAES, 2007, p. 172).

a gente tinha que cortar 350 tonelada por mês, quando cortava 400 a gente ganhava mais.

E: E homem e mulher cortava cana?

C: Homem e mulher. No bolo era homem e mulher. Agora nas 10 toneladas, só homem. Mulher não conseguia cortar 10 tonelada nem sonhando

P: Ah, mas dizia que a mulher, dona coisa cortava.

C: Ah, no bolo. Quando você conseguia no bolo, atingia as 10 tonelada, aí ganhava 10 tonelada.

E: E como que era dividido?

C: Os 10 tonelada só pegava cana boa. O bolo só pegava cana ruim, só pegava cana boa quando não tinha cana ruim.

E: Como é cana boa cana ruim?

C: A cana boa é aquela empezinha, ela não deitava. Porque quando tinha aquela cana tudo deitada, colocava todo mundo, 10 tonelada, bolo, tudo junto. Porque não rendia. Dava pra trabalhar o dia inteiro para cortar os 20 metros. Dava um trabalho rapaz. A bicha era comprida, colocava tanto adubo que a bicha cresceu e deitou e cresceu de novo, deitou, e enrolou uma dentro da outra, que crescia tanto que tinha que cortar umas par de vez. Boa era aquelas cana grossa e empézona. Aquilo lá, pra nós das 10 toneladas era uma beleza, que só ia deitando e ia embora, delicia (TEIXEIRA, 2017, pp. 35 e 36).

Conforme salientado, a distinção entre o grupo das 10 toneladas e o 'bolo' constituía-se não só pela forma de remuneração, mas também pela qualidade do canavial destinada a cada grupo. Silva (1999, p. 202) argumenta como o salário por peça disciplina e hierarquiza os trabalhadores pela concorrência, às vezes latente, pelo melhor rendimento:

Da mesma forma que a matéria-prima (cana) é controlada técnica e cientificamente, portanto, socialmente, os trabalhadores são submetidos a uma dura disciplina, cujos resultados são o aumento dos níveis de produtividade. O manejo rápido do facão permite um corte rápido e ordenado. A postura ideal é conseguida no pico da safra, em geral. Neste momento, completa-se a fase de "treinamento" do corpo, desaparecem as dores da coluna, "a gente acostuma". O mecanismo de controle externo acaba sendo introjetado pelo próprio trabalhador, de tal forma que ele se transforma em autocontrole, deixando de ser um controle de atos para ser do próprio indivíduo. Isto é conseguido por intermédio da forma de pagamento (por tonelada) e também pela concorrência velada que se estabelece entre os trabalhadores, diferenciando-os, hierarquizando-os. Produz-se, assim, a figura do "bom cortador de cana", aquele que corta em torno de dez toneladas diárias. Aqueles que estão muito abaixo desta média sentem-se incapazes, envergonhados, inferiorizados. Pelo jogo desta quantificação, os aparelhos disciplinares hierarquizam, mediante a emulação, os "bons" e os "maus" indivíduos.

A produção da figura do "bom cortador" contém germes de uma verdadeira segmentação do emprego de homens, fortes, jovens e dotados de uma moral, que coincide com os desejos da usina. (SILVA, 1999, p. 206)

Na Usina Açucareira Paredão, o estímulo pela maior produção dos trabalhadores pelo salário por peça foi evidenciado em várias matérias do Jornal Previsionista nas quais destacam os cortadores, carregadores e motoristas com maior produção no mês, em alguns casos exibindo até os salários mensais pela produção individual.

**1) Corte de Cana:**

**Homens - 1.º lugar:**

**José Borges da Silva Filho**  
 (Turma do Hélio) 344,182 Tone-  
 ladas; Média diária de 16,008 To-  
 neladas Ganho total no mês:  
 Cz\$ 79.980,00.

**Mulheres - 1.º lugar:**

**Pedrina da Silva (Turma do Hélio)**  
 195 571 Toneladas; Média diária  
 de 8,175 Toneladas. Ganho total  
 no mês: Cz\$ 47.160,00.

**2) Carregamento de Cana:**

**Operador de Carregadeiras**  
**1.º lugar: Jovelino José dos Santos**  
 4.954,980 Toneladas de Cana  
 Ganho total no mês: Cz\$ 63.692,00

**3) Transporte de Cana:**

**a) Motorista da Usina - 1.º lugar:**

**Antonio Aparecido Venâncio**  
 (Carabina) 115 viagens: 1.655,440.  
 Transporte Médio p/Viagem;  
 14,390 Toneladas  
 Ganho total no mês; Cz\$ 104 710,00

**b) Motoristas Particulares 1.º lugar**

**Antonio Paula da Fonseca**  
 75 viagens: 1.162,500 Toneladas;  
 Média por Viagem: 15,50 Ton.  
 Ganho total no mês: Cz\$ 411.300,00

**Figura 20:** Destaques do mês de Julho. Jornal Preveccionista. Edição 57, agosto de 1988. Acervo Pessoal

A edição número 48 de novembro de 1987 faz um apelo aos cortadores e cortadoras de cana pelo seu rendimento. Ao mesmo tempo em que vangloria a turma de elite do time das 10 toneladas, chamando-os nessa questão de podões de ouro, também demanda uma maior produção do bolo.

Por outro lado, é interessante destacar também a “Competição Preveccionista”

realizada pela Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA). Veiculada no Jornal de circulação interna, a competição premiava a partir de sorteios os grupos de trabalhadores nos setores com mais de mil horas seguidas sem acidentes de trabalho.

Como o próprio nome sugere, o Jornal *Prevencionista* era utilizado como mecanismo informativo sobre segurança do trabalho e prevenção de acidentes aos trabalhadores e moradores. Informações sobre equipamentos de segurança, técnicas de trabalho, primeiro socorros, higiene, sobriedade compunham todas as edições.

Deste modo, há que destacar a contradição presente entre o ritmo acelerado que compõe as safras, o salário por peça e os acidentes de trabalho. Uma das principais características da agroindústria canavieira na produção do açúcar e do álcool é a sazonalidade da safra. É uma corrida contra o relógio. Além do período de maturação da cana-de-açúcar, esta matéria prima vai perdendo seu teor de sacarose logo após ser cortada e depende de grande quantidade e variedade de força de trabalho de todos os setores para chegarem na indústria.

Outra grande transformação nas relações de trabalho, que constituiu a remuneração por tonelada nos canaviais paulistas, foi o aumento da utilização de trabalhadores temporários, também conhecido como volante ou boia-fria:

O boia-fria é um trabalhador assalariado ocasional, temporário. Às vezes trabalha bastante, ao longo do ano, mas em períodos intermitentes. Outras vezes trabalha meses sucessivos, seguidos de semanas ou meses de inatividade, ou fazendo um ou outro biscoito de horas ou dias (...) E há incerteza de emprego para amanhã (...) Em resumo, o boia-fria é um trabalhador que recebe o seu salário com base na realização da tarefa ou empreita; é contratado (...) por tempo limitado, tempo esse que pode durar dias, semanas ou meses, mas não o ano todo. E pode ser arbitrariamente substituído por outro (...) E essa instabilidade se instaura no seu espírito, no seu modo de ser, na sua maneira de dedicar-se ao trabalho, induzindo-o a trabalhar bastante, intensamente, para realizar o máximo de tarefas e não perder o lugar. Para ele, trata-se de ganhar o máximo no menor tempo, isto é, no tempo em que se acha empregado; porque o amanhã é incerto (IANNI, 1984, pp. 132-133).

Para quantificar como o emprego de trabalhadores temporários passou a ocupar grande parte do contingente da força de trabalho utilizada nas safras da Usina, o Jornal *Prevencionista* apresenta mais uma contribuição. Na edição 24 de maio de 1985, a matéria da página 3 destaca a contratação de mais 550 funcionários temporários para a safra daquele ano, sendo 125 para a indústria, 10 motoristas e 400 na lavoura, sendo 160 de Marília, 36 de Júlio Mesquita, 28 de Herculândia, 100 de Oriente e Pompeia, 50 de Rosália e apenas 26 das

colônias da Usina. Segundo a matéria, haveria ainda um deficit de 200 trabalhadores a serem contratados com expectativa de somarem 800 trabalhadores temporários. Como forma de comparação, o sr. Roberto Francisco informou que na entressafra, a quantidade de trabalhadores residentes e registrados na Usina girava em torno de 700 pessoas, enquanto na safra chegava a 1800.

*C.F: bom, na entressafra na lavoura era plantio. Uma turma ia pro plantio, e a outra ia fazer serviço de carpa de cana, carpir a cana, outros iam fazer... ou então ficava lá muitos talhões com muita palha, os caras chamavam de melhorar talhão de cana, e esse era o trabalho, e trabalho dando manutenção nos córregos, essas coisas, tinha gente para todo esse tipo de coisa. E dentro da industria a manutenção do equipamento, que era desmontar, que estava muito corroído, porque vai corroendo, principalmente aquele negócio... desmontava tudo, colocava em cima dos caminhões e mandava para Piracicaba, para fazer o trabalho de encher, recuperar aquilo lá para a próxima safra.*

Porém, como afirma Silva (1999), não foi apenas pelo desenvolvimento tecnológico que se transformou as relações de trabalho nos canaviais. A autora destaca a figura do ‘gato’ ou agenciador de trabalhadores, como figuras centrais nas relações de trabalho ao intermediarem os cortadores de cana com o usineiro e receberem uma proporção pelo rendimento dos trabalhadores.

Na Usina Açucareira Paredão, a partir da análise do Jornal Previsionista, verificou-se a existência de três destes agenciadores além das turmas de trabalhadores registradas diretamente com a direção. Esta constatação ocorreu a partir dos destaques mensais dos melhores cortadores.

Para Maria Aparecida Moraes Silva (1999), o emprego dos trabalhadores temporários representa o fim do colonato nos canaviais paulistas devido à sua característica pendular, individualizada e inteiramente monetizada.

*A passagem do sistema de colonato ao de "bóia-fria" caracterizou-se, fundamentalmente, pela dissolução do trabalho familiar, com o desaparecimento da roça de subsistência e da indústria doméstica; a reprodução da força de trabalho passa a ser inteiramente monetarizada nas cidades. Essa monetarização implicou mudanças no seio da unidade familiar. O trabalho se individualiza e todos os membros da família passam a ser contratados sob valores diferentes pelo capital (SILVA, 1999, p. 101).*

Conforme abordado no capítulo primeiro, a variedade de tarefas que envolvia a remuneração por feixes de cana cortada, amarrada e amontoada, compôs o trabalho familiar característico do colonato na Usina Açucareira Paredão pela diversidade de tarefas que exigia. Com a introdução da carregadeira mecânica e da remuneração por tonelada de cana cortada, as tarefas se especializaram, e se intensificam, no corte.

Silva (1999) ainda defende que as reivindicações sociais por melhores condições de vida e direitos trabalhistas no campo nos anos 1950 e 1960 e a correlata a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural em 1963 e do Estatuto da Terra em 1964 foram fatores decisivos para a extinção deste regime de trabalho ao envolver os sindicatos e o Estado nas relações de trabalho no campo.

A expulsão dos trabalhadores da fazenda, mediante a regulamentação de um ato jurídico, o ETR, provocou sua concentração espacial nas pequenas cidades e nas periferias de outras maiores. Tem-se neste momento, que o mesmo ato que regulamentou a expulsão, regulamentou a inserção em novas condições de trabalho. As discussões anteriores acerca do ETR evidenciaram que os trabalhadores expulsos não foram reconhecidos pela lei. Na verdade, eram "fora-da-lei". As novas relações de trabalho, portanto, eram regulamentadas não pela deficiência do ETR, ou pelas suas falhas, mas, exatamente pela sua eficácia jurídica, para legitimar a negação deles (SILVA, 1999, p. 111).

Por outro lado, Octávio Ianni (1984) sustenta que o processo de extinção do colonato como regime de trabalho singular utilizado nas usinas paulistas foi entrando em desuso gradual, já a partir dos anos 1950, pelo processo transformação social que o autor denomina como 'urbanização do campo':

Seria enganoso pensar que a acentuada transferência de população do campo para a cidade significou um despovoamento do campo. Nada disso. O que houve foi a expansão da agroindústria açucareira, que modificou o mundo social do campo. Mais que isso, a expansão da agroindústria provocou a urbanização do mundo rural. A população que reside ou trabalha nas usinas e canaviais passou a consumir a produção material e espiritual do mundo urbano: desde o programa de televisão à pílula anticoncepcional; do sindicalismo assistencialista aos jogos e divertimentos programados pelo usineiro e seus prepostos; das deliberações do IAA às classes do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL). À medida que se reduz a população que habita o campo, este se urbaniza e redefinem-se as relações de produção na agroindústria canvieira. Tanto assim que se modifica a composição social da massa de trabalhadores envolvidos nessa agroindústria. Pouco a pouco, o colono deixa de ser a principal categoria de trabalhador. É transformado em trabalhador permanente ou temporário, em mensalista ou diarista. Muitos colonos são expulsos das colônias, dos núcleos habitacionais dispersos ao largo da casa-grande, da usina ou canaviais. As terras da colônias, suas hortas e quintais são tomados pelos canaviais ou construções de usinas. E os colonos transformam-se em assalariados residentes, alguns; e não residentes, outros, cada vez mais numerosos.

Na Usina Açucareira Paredão, em contraste com outras usinas no Estado de São Paulo que expulsaram as famílias trabalhadoras de suas terras, o colonato passa gradualmente a entrar em desuso, principalmente a partir dos anos 1970. Se por um lado, as famílias trabalhadoras não foram expulsas das residências nas terras usineiras, por outro as habitações não se expandiram à mesma proporção da demanda por força de trabalho, que passou a ser majoritariamente temporária.

Deste modo, a tese de Ianni (1984) sobre a urbanização do campo e da extinção do colonato pode ser aplicada à Usina considerando primeiramente a extinção dos roçados de subsistência nos finais da década de 1970. Outrossim, pela utilização de trabalhadores volantes nos canaviais e a individualização do salário pela remuneração por tonelada. E ainda, a atuação da direção nas áreas de assistência social destaca no começo deste capítulo, compondo o cenário urbanizado das relações sociais do núcleo fabril. Porém, há que se indagar, sob quais condições? A primeira consideração a ser feita diz respeito aos salários.

Conforme abordado no capítulo 1, o trabalho familiar característico do colonato foi evidenciado na Usina Açucareira Paredão como ‘trabalho no nome do pai’, resultado da divisão de tarefas necessárias na remuneração por feixes de cana. Conforme ‘Contrato Temporário por Safra a Prazo Determinado’ datado de 1972, encontrado durante trabalho de campo, essa prática persistiu com outras faces durante os anos 1970 apesar da legislação trabalhista que regulamentava o trabalho de menores de idade.

Em entrevista com Aparecida Silva e Lurdes Silva, o acesso à carteira profissional de um finado trabalhador ‘nascido, criado e casado’ na Usina, com primeira inscrição em 1977 como Auxiliar de Departamento Industrial, dirigiu a conversa ao processo de fiscalização em 1980<sup>70</sup> que resultou na ampliação do registro trabalhista em contraposição ao ‘trabalho no nome do pai’:

*L.S: eu era registrada no nome do meu pai, meu pai que recebia o nosso salário, eu só fui ser registrada no meu nome quando... eu me lembro que foi uma vez que teve uma fiscalização, teve isso e nesse dia quem trabalhou mesmo foi só o pessoal da indústria, mais velhos. (...) eu não me lembro bem falar como foi, mas parece que alguém denunciou uma situação e foram investigar, nessa época não funcionou armazém, não funcionou nada. [trabalhou] (...) só os registrados, aí depois disso o sr. Guilherme pegou, passou uma semana, aí eles pagaram, pegou a gente no caminhão, levou para Marília, tirou foto, essas coisas todas, aí registrou todo mundo, como auxiliar de departamento pessoal.*

*(...) trabalhou muitos anos sem registro, eu lembro que recebia o pagamento em um envelopinho, né mãe, envelopinho marrom, que vinha com o dinheiro dentro, no nome dele. (...) eu lembro disso até hoje, e aí eu ia com ele, quando ele ia receber, eu, minha irmã, porque a gente trabalhava tudo, a gente era tudo registrada no nome dele, eles falavam que era assim.*

Porém, conforme salientado pelas entrevistadas, o questionamento do registro trabalhista em contraposição ao exercício profissional executado, no caso, o trabalhador era

<sup>70</sup> A partir da ferramenta de busca da plataforma JusBrasil, foi possível acompanhar o encaminhamento do processo da Usina Açucareira Paredão S.A x Chefe do Serviço de Arrecadação do Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social (IAPAS) entre 1980 e 1981. Não foi possível maiores informações sobre o conteúdo do processo. Porém, a partir das atribuições de controle deste órgão e a proximidade com as datas do processo com relatos de Lurdes, induz-se que estejam relacionados.

carpinteiro de longa data, desperta outra consideração sobre os salários dos trabalhadores residentes na Usina.<sup>71</sup>

O sr. Servilho Amorim destaca a disposição da administração da Usina no registro trabalhista dos residentes a um salário mínimo:

*S.A: Eu sai por oportunidade melhor. (...) aconteceu o caso meu que o Toninho derrubou o caminhão meu lá, eu fiquei trabalhando por hora, né. Meu caminhão foi para a oficina, acabou com a frente do caminhão. Aí nesse meio termo, o Odair, meu sobrinho, mudou para Itu, ele passou a ser gerente da... subgerente da firma, gerente era o cunhado dele e ele era chefe de escritório. Aí ele veio passar aqui, falou para mim ‘o Biloca, larga de ser besta, fica sendo humilhado aí, nego toma caminhão seu, vamos para Itu’, eu falei ‘ah, mas fazer o que em Itu?’, ‘não, você vai trabalhar com caminhão lá’, falei ‘quanto vai ganhar lá?’, aqui eu ganhava 2 cruzeiro por hora, lá fui ganhar 4 e 12 centavos, o dobro! (...) se eu tivesse aposentado na usina eu estava ganhando um salário mínimo, porque eles não ponhava... porque quando a gente puxava cana, eles não ponhava o que você ganhava na safra, só ponhava o salário mínimo, que era bem menor. (...) então os coitados que se aposentaram lá, aposentou tudo com um, porque na carteira constava um salário só. Eu quando aposentei lá em Itu, aposentei com 5 salários mínimo. (...) só ganhava salário mínimo para todo mundo, para não pagar muito INSS, né (...) o povo não reclamava porque na safra a gente ganhava um pouquinho melhor.*

No trabalho de etnografia-social realizado por José Sérgio Leite Lopes (1978) em uma usina canaveira em Pernambuco, o autor destaca as hierarquias formadas entre os trabalhadores a partir das funções exercidas nos vários setores que compõe o complexo agroindustrial usineiro. Os operários que trabalham nas oficinas são chamados *artistas*, pelo fato de possuírem a “arte” de saber fazer peças e/ou reparações. Enquanto isso, os operários do setor da fabricação se classificam como *profissionais*; estes têm que operar as máquinas parcelares e cuidar do funcionamento de cada um dos aparelhos. Há ainda os *serventes*, que trabalham apenas no período das safras.

No caso da Usina Açucareira Paredão, considerando o amplo recorte temporal que envolve seu funcionamento e principalmente o período de exceção dos anos 1960, a permanência de algumas famílias trabalhadoras nas colônias apesar das arbitrariedades de Coló induz a algumas observações. Em 2017, sr. Guilherme Giorgi reconhece a existência de famílias-troco nas colônias da Usina. Estas famílias permaneceram por 3 gerações nas dependências usineira, ‘protegidos’ pela afinidade com a administração

*G.G: Existia uma série de famílias que eram as famílias tronco da Usina, entre eles mesmos, os Bortolotti eram, os Viana eram, os Giovanetti eram.*

<sup>71</sup>L.S: eles registravam todo mundo assim, eu também fui registrada assim.

A.S: eles nunca colocava, você é profissional,

L.S: todo mundo colocava auxiliar de departamento industrial.

(...) você sabe que nessas comunidades sempre tem aqueles que são mais protegidos, menos protegidos, né, tem mais afinidade, tem de tudo.

Lurdes Silva e dona Aparecida Silva destacaram a mesma ‘proteção’ de algumas famílias trabalhadoras, em contraste com outras que ‘passaram apertado’ nas colônias:

*A.S: Agora, não que eu estou falando por causa de mim, já eu era mais, tinha mais uma chance por causa do meu marido que era mais assim com o sr. Guilherme, tinha mais proximidade, foram criados juntos, eles davam valor um pouco, né.*

*L.S: seu avô, meu pai, eles tinham mais assim, sabe?*

*E: tinha umas famílias que eram mais próximas.*

*L.S: mais protegidas, vamos dizer assim.*

*A.S: o Jaú, essas pessoas assim, tudo tinha mais... Rubão, esses tudo tinha mais proteção, Alberto Porém, tudo tinha mais uma proteção. Agora esse que mora mais aqui, essa Dulce sofreu... tem um tal de... lá mora muita gente das colônia que morava para aqueles lado lá. Hoje mesmo passou um rapazinho aqui, e falou que se abrisse sol, era pra mim chamar ele para vir limpar aqui. Aquele menino lá, o pai dele morou lá no Chapadão junto comigo, eu morei pra cima dele pouca coisa, esses meninos foram criados tudo juntos lá. Pai dele chamava Daniel, eles passaram bastante apertado também.*

Os protegidos, como pode ser observado, conformavam um grupo de trabalhadores no interior da comunidade com ‘maiores privilégios’ em relação a outros. Esses privilégios consistiam na verdade ao acesso pleno aos direitos com as melhores moradias e serviços concedidos pela direção, assim também estavam relacionados aos melhores salários e cargos pelas quais os trabalhadores ocupavam na atividade usineira.

*A.P: a Colônia do Bosque era as melhores casas, ali só morava a turminha... os que eles chamavam de puxa saco, seu vô, meu pai, o Deda, Baianinho, era tudo puxa saco.*

*E: que era o pessoal responsável.*

*A.P: é, só quem trabalhava também, né, apesar que a gente não cortava cana, né, mas era.*

*C.F: (...) essa do Bosque já é uma colônia que é considerada uma colônia de maior posse, você entendeu? Mas não tinha nada a ver, que morava lá era trabalhador igual os outros, mas era um pessoal que trabalhava no escritório, que era encarregado de não sei o que... mas não tinha nada a ver. Mas lá, pessoal da Colônia do Paredão, Colônia do Chapadão, Colônia da Usina: ‘ó, aquele pessoal é tudo metido em’ [se referindo a Colônia do Bosque] [risos].*

Leite Lopes (1978) demonstra a partir do caso pernambucano como o caráter personalizado da obtenção de ‘privilégios’ envolve os operários dentro de uma rede de “favores” que impede qualquer associação horizontal, criando inclusive hierarquias entre eles próprios.

Não se pode deixar de destacar que direcionamento aos entrevistados, feito em

parceria com Fabiano Carvalho de Souza, buscando em Oriente as pessoas que viveram maior tempo na Usina, acabou levando justamente a estes ‘protegidos’. O relato do sr. Servilho Amorim expõe sua ‘proteção’ junto ao usineiro, ao descrever quando passou a integrar o setor de transportes e também quando conseguiu mudar para uma casa melhor: *Na parada eu era só campo de futebol. E o Guilherme Giorgi gostava de mim por isso.*

*S.A: seu pai que falava, ‘não dá caminhão para ciclano, fulano’, ele que determinava. Até quando foi dar caminhão para mim, o Zé Egídio não queria dar não, quem deu caminhão para mim foi o sr. Guilherme Giorgi. O primeiro caminhão que eu peguei, um caminhão a gasolina, 46 número. O Vindurico já estava arrumando para sair com ele, aí o Guilherme Giorgi ‘olha, está vendo aquele caminhão na porta da ferraria, pega ele e vai puxar cana’, falei ‘ah, mas aquele lá é do Vindurico’, ele falou ‘mas aqui não tem nada de Vindurico, quem manda aqui sou eu, eu sou o patrão, pode pegar o caminhão e ir trabalhar’ [risos]. Cheguei lá ‘oh, sr. Vindurico, senhor me dá licença, que esse caminhão é meu, Guilherme Giorgi deu para mim’ [risos]. O Vindurico ficou bravo, tirou a conta e veio embora [risos]. Ele ficou enfezado. Aí quando foi o outro ano eles ajustaram e deram outro caminhão para ele.*

*F.C: ficou bravo.*

*S.A: lógico que ficou bravo, peguei o caminhão no jeito para trabalhar. Aí foi quando comecei com caminhão.*

*S.A: ele gostava de mim. É lógico, eu ia no dono dos boi. [risos] Aí até o seu tio Jayme falou ‘essa aí eu já dei pro Dino’, ‘mas eu estou dando para o Biloca’. [risos]. Sabe aquela casa que o Bertinho morou no Bosque? Era do Felipe, né. Ele ia me dar aquela casa lá, e era de tábuas também, aí eu não quis, falei ‘não, no Bosque eu não moro não’, não gostava do Bosque, gostava da Colônia da Usina. Nascido e criado na Colônia da Usina. Aí falei pro Guilherme Giorgi ‘pode pegar a chave, fala lá para o Lobato’. [risos]. Depois quando o Minoro, lembra quando o Minoro morava perto do Tião Moreno? Era uma casa boa e já tinha água encanada, onde eu estava não tinha. Aí fui no Guilherme de novo ‘o sr. Guilherme, po...’, a mulher trabalha no laboratório e tudo... e nesse dia que ia entregar que eu ia pedir essa casa, estava a Maria Alice, que é a mulher do Guilherme Giorgi, aí a Maria Alice falou ‘não, dá a casa cinco para o Biloca, aquela casa que era do Minoro, Minoro saiu, da ali porque nós sempre precisa da Nica e ali é perto para nós pegar a Nica para trabalhar’ que a minha mulher era enfermeira lá, ela trabalhou pouquinho lá, só 30 anos.*

Por outro lado, os ‘privilégios’ de se viver nas colônias acarretavam em jornadas excessivas e ‘chamados de emergência’:

*L.S: Eu lembro do meu pai, eu pequena, mas eu me recordo, meu pai tinha noite que nem dormia, o seu avô, eu me recordo disso, era pequena, mas me recordo, eles nem dormiam, porque era fogo não sei aonde, e lá vai meu pai, ficava até de dia, aí daqui a pouco, tinha que levantar para ir trabalhar, não tinha o que fazer, ele era carpinteiro, tinha que fazer as coisas, qualquer coisa o sr. Guilherme estava lá na porta ‘Baianinho, vamos!’ eu lembro disso, meu pai não tinha vida não, meu pai viveu aquilo ali, meu pai...*

*F.C: Já vi muitas vezes, meu pai mesmo de madrugada, três horas da manhã,*

*tipo, porque naquele tempo não tinha telefone, celular, então chegava lá, batia palma, batia na porta, aí ele acordava, muitas vezes assustado, pensando que era alguma coisa séria e tal, ‘a, quebrou lá, não sei o que e tal, a tá precisando’, o pai pegava, se trocava e ia pra roça, pra resolver. E eles iam mesmo, vou falar pra você, os cara davam a vida mesmo, né cara. Dava a vida pela Usina. Tudo nascido ali. E eles não iam bravos não, eles iam mesmo...*

*R.G: mas olha, eu saía cedo, chegava de noite. O Roberto quando nasceu, eu tive que acordar esse moleque, porque eu não vejo ele acordado. Quando eu chegava, ele estava dormindo, quando eu saía, ele estava dormindo, eu não via ele acordado. Um dia falei ‘não, vou acordar esse molequinho para ver ele acordado’. Aí acordei ele...*

*S.A: o Deda gostava muito de mim porque quem acordava 3 horas da manhã e pegava os carregadores tudo era eu. Tirava nego da cama e levava para a roça. O primeiro da escala para trabalhar de madrugada era eu, eu que pegava os -carregador. E eles não falavam não para mim, eu chamava, eles ia.*

Da mesma maneira que os ‘protegidos’ assumiam posições de destaque no interior da usina, os serviços de assistência social também eram apresentados pela direção como ‘privilégios’ que seus trabalhadores residentes possuíam em relação ao mundo exterior à Usina. A mesma matéria do *Jornal Prevencionista* que foi utilizada no começo do capítulo para destacar as atuações da empresa na área de assistência social coloca um condicionante para seu acesso: “Só que antes de ajudá-lo, nós verificamos a sua conduta e indagamos a seu chefe sobre a sua aplicação no trabalho. Esta é a única condição que pode influenciar uma decisão contrária da administração”<sup>72</sup>.

A edição número 44 de outubro de 1987, exibe em sua manchete ‘Moradia/Casa Própria’, discutindo sobre os gastos sociais da direção com a reforma das casas. Contrapunha os preços dos alugueis nas cidades levantados pela matéria com o oportunidade de “ganhar” uma casa da Usina “veja como você é um privilegiado em relações a milhões de pessoas que sofrem por aí a fora esse problema de moradia”. A matéria ainda solicita a compreensão dos trabalhadores, sobre o andamento das reformas nas colônias, “pois na medida do possível a Empresa irá realizar o que for indispensável e necessário”.

Ao mesmo tempo, não se pode deixar de destacar as relações de vizinhança, compadrio, parentesco e ajuda mútua expressadas durante as entrevistas. Ianni (1984) e Silva (1999) apontam como essas relações sociais passaram a desaparecer com o colonato, considerando as novas características do trabalho cada vez mais individualizadas no registro profissional e no desterro das colônias.

A educação formal, a profissão, a carteira de trabalho, o salário regular e

<sup>72</sup>*Jornal Prevencionista*: Edição 34. Ano 86. Abril.

outros fatos da vida do trabalhador ganham preeminência sobre o compadrio, o parentesco, a confissão religiosa, a identidade étnica. (IANNI, 1984, p. 92)

A economia assentada nos valores de uso, em que o dinheiro era muito pouco utilizado, impedia qualquer tipo de indeterminação numa sociedade marcada por relações interpessoais de vizinhança e parentesco. Rompe-se a estrutura da solidariedade assentada nestes valores. (SILVA, 1999, p. 58)

Na Usina Açucareira Paredão, por outro lado, as relações vizinhança, compadrio e ajuda mútua assumem papel de proteção entre as famílias residentes junto a própria administração pelos ‘privilégios’ particulares que assumiam. Expressões como ‘todo mundo se conhecia’, ‘era uma família muito grande’, ‘ali o cara ficava doente, todo mundo ficava doente’ manifestaram a proximidade entre as famílias residentes que muitas vezes possuíam parentesco entre si.

A narrativa de Dona Naíza discorrendo quando assumiu a função de ‘aplicadora de injeção’ na comunidade compila essa relação. Há que salientar a forma como ela expressa a referência parentesco, compadrio e vizinhança entre as pessoas nas quais prestava esse serviço informal:

*N.H: O Liberto... A dona Leontina, ela morava pra cima da escola, aí ela chegou lá em casa um dia, com remédio, com a injeção dentro do aparelho, aquele aparelho que fervia lá na água, né. Chegou com aquele aparelho em casa pra mim aplicar injeção nela, falei: ‘falei não dona Leontina, eu não sei aplicar injeção’; [imitação] ‘não, vai aplicar em mim’, fez eu aplicar a injeção nela, o Liberto morava de frente comigo e ela morava pra cima da escola. Aplica a injeção na Dona Leontina, mas ela já tinha trazido preparado tudo lá, sabe. Aí, depois nisso meu marido pega gripe, peguei, fui lá na farmácia, e comprou aquela injeçãozinha verde de eucalipto, e comprou o aparelho e não é que eu apliquei a injeção nele, apliquei a injeção nele e começou todo mundo... Aí todo mundo lá em casa, e iam me buscar lá em casa, sabe. Nossa, aí virei... Aí depois a Nica que trabalhava na farmácia, aí ela começou a me dar o aparelho descartável, entendeu? Eu fui aplicar injeção no Neca, no marido da [inaudível] na cama, apliquei tanta injeção no Neca lá na cama, apliquei injeção no [inaudível] também. Ele foi fazer um serviço lá e ele caiu lá e se quebrou todo; eu ia lá aplicar injeção no Pinha, no Sr. Zecão, que é pai da Aninha ali que é enfermeira... O sr. Zecão ficou tão ruim uma época, gente, que a gente olhava no sr. Zecão, parecia que o Sr. Zecão tinha morrido e tinha voltado, sabe, coitado; amarelo, magro, mais... eu ia lá na casa dele aplica injeção nele lá pra cima da escola. E aí ficou, pra tudo quanto era canto, na filha da Marlene mesmo, do Fernando, lá irmã do Curuca, ela ficou doente, parece que deu pneumonia nela, aí o médico falou que ela deveria ficar internada, porque tinha que tomar injeção onze horas da noite, três horas da madrugada. Aí, a Marlene falou: ‘não, eu tenho quem aplica injeção a hora que precisar’, e eu morava lá perto da Dona Júlia e ela morava perto do clube da Usina, sabe? Mas quando dava a hora, eu chamava meu marido, nós ia lá na casa da Marlene, de madrugada aplicar injeção na menina. Mas apliquei tanta injeção lá no Bosque, no povão lá. Acostumou, né, o povo acostumou. Agora quando eu cheguei aqui em Oriente, aí eu falei: ‘não filha, aqui em Oriente não [risos] aqui em Oriente tem farmácia, aqui*

*em Oriente tem o posto, né, aí foi onde que eu parei. É, eu sei que a menina da Marlene era 3 horas da madrugada eu chamava meu marido pra gente ir aplicar injeção nela, não tinha horário, era só chamar que a gente estava lá. O Neca, acamado naquelas casa lá que vai para a Colônia Nova, aquelas casa de tijolo a vista, eu ia lá na casa dele aplicar injeção nele, o Kinha morava lá perto onde vocês moraram também, né, o Kinha Galego, apliquei... ele foi fazer um serviço lá em Piracicaba e caiu lá de cima dum barracão e se machucou todo. Aí eu ia lá ver, todo machucado, eu ia lá na casa dela aplicar injeção nele.*

Deste modo, a partir da condição de ‘fora-da-lei’ destacada por Silva (1999) sobre o trabalhador volante e da distinção feita por Octávio Ianni (1984) entre residentes e não residentes é possível conformar o cenário pelo qual o modo de vida das famílias trabalhadoras residentes na Usina Açucareira Paredão estavam compostos.

Ao mesmo tempo em que a safra conformava aos residentes um período pleno emprego e de maiores ganhos pelas horas extras e pelo trabalho por produção, também é conduzido como momento de exceção pelo rápido funcionamento do maquinário industrial e dos transportes. Outrossim, a grande movimentação de trabalhadores temporários, ‘fora-da-lei’, e aspirantes pelos direitos trabalhistas e de assistência social internos da Usina, colocam em condição de defrontação esses ‘dois estratos distintos no seio do proletário’ (IANNI, 1984, p. 83).

Sobre essa estratificação no interior da classe trabalhadora, Thompson (1987, p. 18) reconhece o caráter dinâmico que o “fazer-se classe” pode assumir através da interação de inúmeros fatores, envolvendo as tradições políticas, os costumes de trabalho, a formação religiosa, a legislação ou o combate a ela. Deste modo, ao mesmo tempo que

(...) a consciência da classe operária, que se constrói no enfrentamento e na percepção da exploração em relação às classes superiores, também é constituída através da diferenciação em relação às classes subalternas, com as quais os operários não querem ser confundidos (THOMPSON, 1987, Vol. III, pp. 418-419).

Esta perspectiva do autor sobre a divisão entre as classes sociais relacionadas a classes superiores e classes subalternas compõe a própria forma pelas quais a classe trabalhadora suporta sua condição de exploração:

(...) as classes não existem como entidades separadas que olham ao redor, acham um inimigo de classe e partem para a batalha. Ao contrário, para mim, as pessoas se vêem numa sociedade estruturada de certo modo (por meio de relações de produção fundamentalmente), suportam a exploração (ou buscam manter poder sobre os explorados), identificam os nós dos interesses antagônicos, debatem-se em torno desses mesmos nós e, no curso de tal processo de luta, descobrem a si mesmas como uma classe (...) (THOMPSON, 2001, p. 274).

Deste modo, o “traço distintivo da vida operária não se apoia exclusivamente no processo de trabalho, mas, especialmente para aqueles que não fazem parte de uma “aristocracia operária”, na “insegurança estrutural” vivida pelos trabalhadores nas sociedades capitalistas” (BILHÃO, 2010, p. 225). E, para tanto, “reforça a necessidade de olhar para os fatores contextuais que explicam como a própria carência geral dos trabalhadores em lidar com tal insegurança conduz a diferentes tipos de resultados culturais e políticos” (SAVAGE, 2004, p. 33).

Desta forma, perante cenário de insegurança que representa a safra e as ações de intimidação perpetradas pela administração de se perder tanto os “privilégios” obtidos quanto o próprio trabalho (implicando, inclusive, o desalojamento), a Usina acaba adequando as relações de vizinhança e compadrio à hierarquização de qualquer tipo de reivindicação e à ‘proteção’ de sua autoridade próxima.

Não se pode deixar de salientar ainda os benefícios que a ‘proteção’ fomentou no processo de fechamento da Usina, conforme Lurdes Silva

*L.S: o Rafael, na verdade foi assim, o sr. Guilherme, pelo que eu tendo hoje, na época a gente já percebeu, quando ele viu que a briga já estava muito grande, ele começou a preparar aquelas pessoas, tipo seu avô, meu pai, você entendeu? Já dando a oportunidade para eles virem e ir comprando alguma coisa, essa foi a parte boa do sr. Guilherme.*

*E: avisou antes.*

*L.S: ele não avisou, mas de uma certa forma, já começou a ‘não, vou comprar umas tantas casas ali em Oriente, tantos terrenos’, e ele foi beneficiando.*

*E: entendi, porque tinha uns que eram mais próximos, né.*

*L.S: sim, tipo o meu pai, seu avô, pagaram uma merreca por isso aqui, quase não pagaram nada. Então sr. Guilherme foi preparando a parte de alguns, mas não foi para todos, a grande maioria ou foi embora, muito foram embora, e hoje graças a Deus estão bem, agora os que ficaram, alguns aí que não consegue tocar a vida, parou no tempo. A gente que está de fora vê, parou no tempo. Na verdade tinha pessoas que não acreditavam que iam sair daquele lugar.*

Dona Leony salienta sua saída das dependências usineiras em 1986 pelo boato da possibilidade do fim da Usina

*L.O: da usina? Porque já estava aquele boato que ia acabar a usina, que o pessoal... então a gente não chegou a esse ponto da usina mandar a gente embora, como aconteceu para muitos coitados, né.*

Corroborando a alegação de dona Leony, a matéria do Jornal Previsionista de novembro de 1985 destaca uma parceria realizada entre a Companhia de habitação popular (COHAB), a Usina e a Prefeitura de Oriente para construção de 100 casas populares na cidade para serem vendidas aos empregados com renda familiar de 2 a 3 salários mínimos.

Fabiano Carvalho de Souza destaca a importância do projeto de assistência na construção de suas residências pela compra de materiais a partir da Usina:

*É, naquele tempo lá, o pai, o pessoal da Usina, já comprava, a maioria das pessoas já tinham terreno, já vinha comprando terreno. E a Usina, cara, ela tipo assim, é... você fazia, tipo, eles colaboravam. Você ia lá, conversava com o dono, eles tipo assim, ajudava e tals, você comprar e descontava bem pouquinho, sabe? Do pagamento, sabe? E eles ajudavam com material, eles sempre ajudaram com esse negócio de material. Você ia lá, comprar os tijolo, eles iam lá e descontavam bem pouquinho. Aí começou construir aqui em Oriente. Aí em 93 a Usina, foi fechar a Usina, foi mandando embora os funcionários, meu pai foi mandado embora, aí o pai já estava erguendo a casa, estava construindo a casa e nós mudamos pra Oriente.*

O ano de 1990 é crucial para a análise do fechamento da Usina Açucareira Paredão por envolver dois acontecimentos: a greve do setor industrial e o processo de concordata aberto pelo Grupo Giorgi. Sobre o primeiro ponto, infelizmente não foi possível maiores informações, valendo-se para análise a narrativa do sr. Roberto Francisco e do manuscrito produzido por José Fernando Giovanetti a pedido do pesquisador:

José Fernando Giovanetti: A greve dos funcionários do setor industrial também foi uma passagem terrível. A usina em safra, ficamos apenas com um turno, passamos 48 horas trabalhando, mas a usina não parou, as pessoas exaustas não aguentavam o pé, ficamos até o fim da greve onde foi dada como irregular. Teve pessoa que tentaram ir p/ casa em Oriente e apanhavam na chegada, foi muito triste e foi o último ano de funcionamento pela Paredão.

*C.F: teve, teve mais uma depois, e essa foi a última, porque o Guilherme Giorgi falou o seguinte ‘depois que terminar essa greve não vai ter usina mais, vou pagar tudo para esses caras o que eles querem, vou pagar tudo o que eles querem, mas eu não quero mais, não quero mais, não vai mais ter usina’. Não, mas essa greve ela teve aí e ela foi mais a nível de indústria, né, o salário da indústria. Então aí passou a ter aquele dissídio coletivo, aquele negócio todo. Então o dissídio coletivo o que acontecia? Vamos supor, era liberado 15%, patrão falava ‘ah, não, não vou dar 15% não, vou dar 10’. E aí o sindicato entrava, aceitava os 10, mas cutucava os cara pra correr atrás dos outros 5, aí o pau comia.*

Sobre o procedimento de concordata, recorre-se às palavras de Julio Giorgi, documentadas em 2017 para a compreensão desse processo

*Nesses últimos quatro anos de 86 a 91, até 90 que foi a concordata, era um setor que vinha por um problema que vocês, que todos nós sentimos na pele agora quando se tentou segurar a inflação segurando o preço da gasolina, todo mundo viu o que aconteceu com a Petrobrás e com a economia do Brasil. Naquele tempo era muito comum, como a inflação era muito alta, por exemplo, você não viveu, né... você combinava o salario da pessoa no começo do mês e no final do mês já não valia nada, né, você perdia 30, 40% do valor do salario em um mês era um negócio absurdo. Então para segurar essa inflação, o governo segurava os preços públicos, tinham os chamados preços públicos, então tinha energia elétrica, o gás, gasolina, consequentemente o álcool, que fazia parte das contas públicas como combustível e atrás do*

*álcool, porque era tudo controlado pelo Instituto do Açúcar e do Alcool então pro álcool não subir, não subia a cana, não subia o açúcar, não subia nada. Então a gente trabalhava no vermelho. Os custos subiam, eram preços que não eram controlados... enfim, isso se alastrou por muitos anos, a usina estava fragilizada, ela vinha de uma construção da usina dois, da moeda dois de 84 pra 85 e nesse período estava fragilizada financeiramente. E a opção, entre essas coisas, veio o Collor em 1990 e segura o dinheiro de todo mundo, então você não tem crédito, você não consegue pegar dinheiro do banco, então se você está fragilizado financeiramente, você quebra. Pra não quebrar, existe o mecanismo, naquela época chamava concordata, hoje chama reparação judicial. A safra de 91, ela foi em termos de rendimento industrial, eu não posso afirmar isso, mas ela foi um dos maiores rendimentos industriais que a gente teve, porque todo mundo ficou realmente muito focado em rendimento industrial, aquilo que você consegue extrair da matéria prima. Numa mesma época que você tem a abertura do mercado, que o Collor promoveu, que eu pessoalmente acho saudável, né, saudável pro país, mas da maneira como foi feita, é, quebrou todo setor têxtil. Se você for analisar, da pra você fazer um outro trabalho analisando Americana, por exemplo, que tinha uma indústria têxtil muito forte lá e agora não tem mais nada, né. A indústria têxtil no Brasil o produto chinês acabou com ela. Tem maneiras de se fazer né. Então, quer dizer, a gente não conseguiu a recuperação desejada como a gente queria e acabou fechada, né. Então foi isso mais ou menos.*

O governo de Fernando Collor de Mello notabiliza-se pela extinção do IAA em 1990, ato que significou a livre flutuação da produção e dos valores do açúcar e do álcool em nível nacional e internacional, significando o que muitos consideraram o fim oficial da intervenção direta do Estado no setor<sup>73</sup>.

Assim de acordo com Scopinho (1995), o fim do IAA no governo Collor:

*(...) significou a reformulação da economia sucroalcooleira, oficializando o afastamento do Estado. A partir de então, o setor passou a orientar-se pela bússola dos grandes blocos comerciais transcontinentais que estão sendo constituídos mundialmente, o que tem exigido a aceleração do processo de reestruturação da produção. (SCOPINHO, 1995, p. 53).*

As consequências dessa atuação da gestão Collor afetaram profundamente a Usina Açucareira Paredão, que já vinha passando dificuldades junto ao setor pela crise inflacionária advinda dos governos militares e má gerida pelos planos monetários nos anos 1980 até o plano Real em 1994.

Do processo de concordata aberto pela Usina em 1990, à finalização total da atividade canavieira em 1994, as atuações para a manutenção do negócio passaram pelo gradual esvaziamento das colônias já a partir da primeira data, ao arrendamento do canavial à Usina Nova América, quando substituiu os canaviais pela pastagem pecuária.

<sup>73</sup> O Estado continuou intervindo no setor com a política de incentivos fiscais em conjunto com os lobbystas empresariais responsáveis pelo intermédio entre a classe de interesse e o legislativo, intervindo junto às bancadas parlamentares, principalmente nas áreas tributárias (Prado, 2011).

*C.F: O primeiro levantamento que eu fiz no computador lá, os primeiros empregados que foram demitidos, eles chegaram com uma lista de 350 funcionários [pesares]. Olha, não vou mentir para você não, chorei, quando olhava o nome do pessoal assim, sabia que o cara estava sendo mandado embora... 350 a primeira. Só sei que foi mandando tudo assim, esses 350, depois mais um pouquinho ele mandou mais um pacote até que conseguiu mandar o pessoal. Só que lá era o seguinte, na safra, ele contratava para 6 meses.*

*H.C: a usina começou fechar, dois anos antes de fechar, de dispensar o pessoal, eles deram para a Usina Nova América, que tocou dois anos, tocou belezinha, então pessoal passou tudo para a Nova América. Depois de dois anos a Usina Nova América saiu, eles pediram para não pagar mais. Aí ele foi cortando, mandando embora o pessoal. Você chegava no serviço quando começou 'pô, rapaz, fulano foi chamado no escritório, mandaram embora.', 'está brincando?', 'mandou...' era uma família. O Deda que era chefe dos transporte era um dos caras, gostava dele para caramba, nossa, adorava ele, e ele quando chamava embora, mandaram ele para o escritório 'não vai ficar mais, não dá mais, e tal'... O Deda chorava cara, chorava quando ele tinha que ir avisar o cara para ir no escritório.*

## CAPÍTULO 4: USINA AÇUCAREIRA PAREDÃO: PATRIMÔNIO INDUSTRIAL

Considerando a atuação do Estado no setor sucroalcooleiro via Instituto do Açúcar e do Alcool, as características de utilidade pública que as usinas adquiriram com esta intervenção e a centralidade das famílias trabalhadoras no funcionamento da Usina Açucareira Paredão destacada nos capítulos anteriores este capítulo busca inserir este complexo agroindustrial nos debates sobre patrimônio industrial brasileiros de forma a salientar como as edificações, histórias e memórias desse complexo agroindustrial ainda representam potencialidades de retorno para a sociedade tanto pela atuação tanto do poder público quanto pelo privado. Deste modo, apresentar-se-á debates e exemplos sobre a aplicação de políticas públicas que permeiam o aproveitamento de bens patrimoniais como turismo cultural e educação patrimonial.

A Constituição de 1988 promulgada no processo de redemocratização foi um grande avanço para o Estado Democrático de Direito do Brasil, principalmente com o artigo quinto que define as garantias individuais e coletivas dos brasileiros. Os seus artigos 215 e 216, definem como patrimônio cultural:

(...) os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: (...) I- as formas de expressão; II- os modos de criar, fazer e viver; III- as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV- as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V- os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988)

Na esfera federativa, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) (fruto do SPHAN criado em 1937), autarquia vinculada ao Ministério da Cultura, é o órgão responsável pela efetivação da política de conservação e valorização de bens reconhecidos como patrimônio cultural brasileiro. Em conjunto com a Constituição de 1988, o IPHAN entende como patrimônio material:

um conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza nos quatro Livros do Tombo: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas”. Esses bens estão divididos em bens imóveis, como os núcleos urbanos, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais; e móveis, como coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos (IPHAN, 2019).

E como patrimônio Imaterial:

àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer, celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas) (IPHAN, 2019).

Envolvidas nessas definições, as discussões sobre a valorização e reconhecimento de edificações industriais como patrimônio avançaram principalmente no pós Segunda Guerra Mundial, sobretudo na Inglaterra, pela destruição de várias fábricas do legado industrial do país durante o conflito. Ligados principalmente ao desaparecimento das edificações e ao seu aproveitamento, as mudanças da paisagem urbana "apresentaram um impacto direto na percepção das comunidades que faziam desses espaços industriais, ou seja, o vazio gerou uma reação de reconhecimento de que aquelas atividades constituíam parte da identidade local" (FERREIRA, 2009, p. 190).

A Carta de Nizhny Tagil foi aprovada em junho de 2003 pelos delegados presentes na Assembléia Geral do TICCIH (The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage), organização cujo princípio fundamental é o reconhecimento, catalogação e preservação do patrimônio industrial mundial. Segundo a carta:

“O patrimônio industrial compreende os vestígios da cultura industrial que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitetônico ou científico. Estes vestígios englobam edifícios e maquinaria, oficinas, fábricas, minas e locais de tratamento e de refinação, entrepostos e armazéns, centros de produção, transmissão e utilização de energia, meios de transporte e todas as suas estruturas e infraestruturas, assim como os locais onde se desenvolveram atividades sociais relacionadas com a indústria, tais como habitações, locais de culto ou de educação”<sup>74</sup>.

Em 2011, o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios, em língua inglesa "International Council of Monuments and Sites" (Icomos) e Ticcih se reuniram para a elaboração dos Princípios de Dublin. Esta carta, visa auxiliar ações de “conhecimento, proteção, conservação e valorização do patrimônio industrial”, destacando “saber-fazer técnicos, a organização do trabalho e dos trabalhadores, ou um complexo legado de práticas sociais e culturais resultantes da influência da indústria na vida das comunidades”, reforçando a dimensão imaterial na constituição do patrimônio industrial:

O patrimônio industrial compreende sítios, estruturas, complexos, áreas e paisagens assim como maquinaria, objetos ou documentos relacionados que fornecem evidências dos processos de produção industrial passados ou em desenvolvimento, da extração de matéria-prima, de sua transformação em bens de consumo das infraestruturas de transporte e de energia relacionadas.

<sup>74</sup><https://ticcihbrasil.com.br/cartas/carta-de-nizhny-tagil-sobre-o-patrimonio-industrial/>

O patrimônio industrial reflete a profunda conexão entre o ambiente cultural e natural, uma vez que os processos industriais – sejam antigos ou modernos – dependem de fontes naturais de matéria-prima, energia e redes de transporte para produzir e distribuir produtos para outros mercados. Esse patrimônio contempla tanto os bens materiais – imóveis e móveis – quanto as dimensões intangíveis, tais como o conhecimento técnico, a organização do trabalho e dos trabalhadores e o complexo legado social e cultural que moldou a vida de comunidades e provocou grandes mudanças organizacionais em sociedades inteiras e no mundo em geral<sup>75</sup>.

Deste modo, os Princípios de Dublin consideram a amplitude e a complexidade do patrimônio industrial, tendo em conta suas conexões com os meios natural e sociocultural, com territórios e paisagens. Assim também, conforme destaca Meneguello (2020, s/p):

Um aspecto fundamental do patrimônio industrial é tratar-se de um campo de investigação vivo, e não passadista ou morto. Isso porque ele não se limita apenas a um conjunto de bens arquitetônicos ou sítios cheios de objetos e partes de objetos interessantes, mas que permite a elucidação da transmissão do saber técnico; permite estabelecer o elo entre as formas de produzir - o que envolve homens/mulheres e máquinas - e a cultura; e compreender que a dimensão das artes e ofícios (Arts and Crafts) não é substituída pela mecanização da indústria, mas permanece entranhada nessa mesma indústria. A dimensão do saber fazer, das rotinas de trabalho e de produção, das sociabilidades operárias, do trabalho fabril e industrial, dos objetos produzidos e das máquinas e pessoas que produzem esses objetos são aqui concebidas como temas de pesquisa inseparáveis das abordagens da história das imagens e dos princípios da cultura visual.

No Brasil, a partir da década de 1960, a intensificação das demolições de edifícios fabris, com respectivo descarte de maquinários e acervos, despertou a atenção de estudiosos e membros da sociedade civil para a perda de importantes referenciais integrados à paisagem cultural e à memória coletiva. (Rufinoni, 2020, p. 233)

Como destaca Manuela Rufinoni, em um primeiro momento a valorização de testemunhos da história industrial brasileira esteve centrada nos bens móveis e imóveis. Nas últimas décadas, “os desdobramentos da expansão conceitual nos estudos patrimoniais, o campo do patrimônio industrial” passou a abarcar as dimensões imaterial da industrialização, “incorporando a história oral e registros de saberes e fazeres industriais”. (Rufinoni, 2020, p. 235)

Deste modo, o patrimônio industrial envolve “além das evidências materiais da industrialização, (...) as correlações entre essa mesma materialidade e as múltiplas dimensões imateriais identificáveis nos saberes e fazeres, nas memórias e na vida cotidiana dos trabalhadores e comunidade do entorno.” (Rufinoni, 2020, p. 234)

---

<sup>75</sup><https://ticcihbrasil.com.br/cartas/os-principios-de-dublin/> <Acesso em: 20/06/2021>

Como foi destacado, além das edificações que são indícios materiais dos processos de industrialização, evidencia-se também as memórias e histórias dos trabalhadores que são intrínsecos à produção das riquezas. Os galpões e vilas industriais, exaltados pelas ações de preservação e restauro, pela monumentalidade dos empreendimentos da burguesia industrial, equiparam-se com as histórias dos trabalhadores que compuseram as atividades laborais e a própria história social do trabalho local.

Clarissa Maria Gagliardi e Mônica de Carvalho destacam a abrangência dos projetos internacionais no âmbito do patrimônio industrial em contraste com os brasileiros:

Muito diferentemente é o que tem sido observado nas experiências estrangeiras ou mesmo aquelas propostas em convenções internacionais que apontam para uma ideia de preservação extensiva aos processos sociais vinculados à produção industrial, abrangendo matrizes de recursos energéticos, redes de transporte e sítios, estruturas, equipamentos e paisagens, matérias-primas e documentos, sem contar a preservação de conjunto representativo da diversidade de memórias decorrentes das muitas identidades profissionais forjadas ao longo dos processos de produção e organização do trabalho fabril. (GAGLIARDI E CARVALHO, 2020, p. 3)

O desaparecimento das edificações fabris na América Latina, principalmente no meio urbano, mas também no rural, estão envolvidos nos processos de desindustrialização e desconcentração industrial. Acentuadas a partir da década de 1980 com as crises econômica e inflacionária e as políticas neoliberais na economia, a desregulamentação do mercado e acentuou ainda mais desestruturação produtiva das indústrias nacionais. No Brasil, o Governo Collor (1990 -1992) demonstrou as consequências trágicas dessas políticas com o fechamento de várias usinas a partir da extinção do Instituto do Açúcar e do Alcool.

Recorrendo ainda a Gagliardi e Carvalho (2020), no artigo que tratam da disputa pelo patrimônio industrial na zona leste de São Paulo, as autoras discutem os processos de reconversão econômica nesta região, principalmente a partir dos anos 2000. Assim como vários centros industriais pelo mundo, essa região vem sofrendo com um processo de desindustrialização e desconcentração industrial que afetam toda uma dinâmica social local.

Assim, segundo as autoras:

apesar da reconversão econômica estar em franco processo no país desde o início do milênio, sobretudo nas metrópoles de perfil industrial como São Paulo, ações preservacionistas protetivas do Estado emergem apenas como reação ao desaparecimento iminente dos galpões industriais (GAGLIARDI E CARVALHO, 2020, p. 3).

Afetando indústrias de vários setores, o processo generalizado de reconversão

econômica nas últimas décadas vem gerando o abandono de vários galpões industriais em bom estado e com possibilidade de reutilização e reconversão. Dos casos estudados pelas autoras, entre outros projetos, a apropriação do terreno e das edificações da antiga fábrica Gazarra - que faliu no final de 2003 - para instalação a expansão do campus da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) é um excelente exemplo do bom reaproveitamento do patrimônio industrial no Brasil. Este projeto busca assumir a preocupação das múltiplas facetas, materiais e imateriais discutidas e demandadas pelos debates sobre patrimônio industrial a nível internacional, visando contribuir para a reconversão econômica da região que é beneficiada com a presença da universidade e dos múltiplos setores econômicos que a envolvem.

Além do IPHAN como entidade competente pelo reconhecimento de patrimônios a nível nacional, os Estados e Municípios também possuem órgãos responsáveis para lidar com essas demandas. No Estado de São Paulo, a Lei 10.247 de 1968 cria o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico Artístico e Turístico (CONDEPHAAT), hoje subordinado à Secretaria da Cultura.

O Conselho é formado por representantes de Secretarias Estaduais, entidades de classe, universidades e pela da Procuradoria Geral do Estado e tem como competências identificar e proteger os bens móveis e imóveis do patrimônio histórico, arquitetônico, artístico, turístico e cultural do Estado de São Paulo, com a capacidade legal de reconhecimento e tombamento.<sup>76</sup>

Assim como nas esferas Federal e Estado, os municípios também tem jurisprudência para definir seus patrimônios culturais e históricos. Na cidade de Marília, próxima a vinte quilômetros de Oriente, o Conselho Municipal de Cultura e Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Arquitetônico vinculado à Secretaria de Cultura é a entidade responsável por identificar e proteger os bens patrimoniais da cidade. No município de Oriente, por outro lado, não há Secretaria de Cultura nem conselho específico para tratar sobre os bens patrimoniais da cidade. Outrossim, a Lei Orgânica do Município, nas competências privativas presente no Capítulo II, Seção I, Parágrafo VII- “Proteger o patrimônio histórico-cultural local”;

Marília passou por um processo de reconhecimento patrimonial da Indústria Matarazzo, que esteve abandonada de 1975 até seu tombamento em 1992 pelo CONDEPHAAT. Foi “destombada” na primeira década do século XXI, por decisão judicial e

---

<sup>76</sup><http://condephaat.sp.gov.br/> (Acesso em: 16/05/2021)

reformada em 2010 para abrigar uma casa noturna, que encerrou suas atividades poucos anos depois.

Nascimento (2012), ao retomar o processo de tombamento da Indústria Matarazzo em Marília, questiona, além do processo de “destombamento” na qual passou as edificações, a discriminação da memória dos trabalhadores durante todo o processo, ficando o reconhecimento do patrimônio cultural restrito à fábrica:

A memória dos trabalhadores, principais sujeitos nesse processo histórico, observando os vestígios da edificação industrial, mesmo depois da reforma, essa memória não foi reconhecida e nem valorizada, tanto pelo poder público quanto pelos atuais proprietários, sendo assim, não é possível notar a presença dos operários. As residências, vilas operárias e outros bens culturais pertencentes aos operários e suas famílias não foram protegidos e nem indicados para proteção oficial (...) (NASCIMENTO, 2012, p. 112).

Leite Lopez (2011), ao resgatar seus estudos sobre a classe operária do nordeste brasileiro (operários têxteis e da agroindústria do açúcar) argumenta que assim como a memória coletiva é instrumento de transformação social, os grandes câmbios sociais estimulam a demanda por uma memória objetivada e transmissível com a mesma finalidade de transformação.

Para isso, o autor recorre à hipótese de E.P. Thompson, que destaca importância da tradição, do passado, da memória e da história incorporadas na cultura comunicativa para a possibilidade de criação do novo. Em contrapartida, Leite Lopes (2011) recorre também a Norbert Elias como restrição à possível generalização da hipótese de Thompson sobre a força transformadora ancorada nas tradições. Segundo o autor:

Elias mostra como, em certas circunstâncias, a antiguidade ou a tradição pode dar lugar não à construção de um instrumental de resistência que sirva para a libertação de muitos, do maior número possível, mas ao contrário, que pode propiciar o fechamento e a aristocratização do pequeno grupo (LEITE LOPES, 2011, p. 592)

Leite Lopes (2011, p. 598) ainda argumenta que com:

as transformações nessas antigas cidades industriais (...) o patrimônio histórico potencial representado pelas vilas segue sendo descaracterizado e transformado, sem constituir-se num recurso de políticas públicas voltadas para a história e a cultura locais.

Deste modo, o interesse do Sindicato dos Tecelões de Paulista - PE pela sistematização e divulgação da história local, desembocou num movimento pró-museu na cidade, culminando no tombamento da casa grande, sede dos antigos proprietários e dos seus jardins.

Também permitiu o desenvolvimento do filme documental ‘Tecido Memória’ em parceria com a Universidade Federal de Pernambuco, narrando a história do trabalho desses trabalhadores.

Ângela Cristina Ribeiro Caires é responsável por um compilado de estudos sobre a Usina Tamoio, localizada em Araraquara, interior de São Paulo. Entre outros estudos, defende a usina como patrimônio histórico e cultural da cidade, “valorizando seu patrimônio arquitetônico e a história de trabalho e seu fundador, administradores, antigos trabalhadores e moradores” (CAIRES, 2017, p. 2). Ela reconhece como:

(...) patrimônio material da Usina Tamoio tudo aquilo que foi construído (materializado) e utilizado pelos homens e mulheres que lá moraram, trabalharam e viveram, e imaterial os acontecimentos vividos naquele local (festas, bailes, eventos artísticos e religiosos, modo de vida, de trabalho, etc) que estão presentes na memória e que lhes faz lembrar e reviver o passado.

Todavia, de maneira mais restrita, administradores e legisladores (e de certa forma a opinião pública) restringem a concepção de patrimônio à exaltação colonizadora via grandes monumentos:

Há algum tempo tramitou na Câmara Municipal de Araraquara projetos de dois vereadores, ex-moradores da usina: o primeiro propunha a criação de um memorial da Usina Tamoio, e o segundo consistia em reivindicação para o tombamento, como patrimônio histórico e cultural, de monumentos (igreja de São Pedro, Estádio Comendador Freitas, Obelisco e a Praça Pedro Morganti) localizados em território (sede) da usina. Além dos monumentos citados, tramita ainda, junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), um processo encaminhado pela Cooperativa Agropecuária do Assentamento Bela Vista do Chibarro (COOBELA), que reivindica o tombamento do casarão da Fazenda Bela Vista do Chibarro, antiga sede da fazenda no período cafeeiro, com a pretensão de destinar o local para a realização de atividades culturais pela comunidade assentada, bem como para o desenvolvimento do turismo rural (CAIRES, 2017, p. 3)

Gabriela Campagnol (2008) realizou um importante estudo de compilação documental e das origens, características e transformações do espaço organizado pelas agroindústrias açucareiras para habitação de seus trabalhadores. Este amplo trabalho na área da arquitetura e da arqueologia industrial foi realizado a partir do levantamento empírico de vinte e quatro usinas canavieiras, sendo dez de São Paulo, nove de Pernambuco e cinco do Rio de Janeiro.

Nas palavras da autora:

O espaço das usinas de açúcar reúne os elementos simbólicos da vida urbana moderna e mantém características da vida rural tradicional: a grandiosidade da fábrica, suas chaminés, seu cheiro, seu vapor, as garras articuladas cheias

de cana se movendo, a cachoeira do caldo das canas que se comprimem, e o movimento das esteiras e engrenagens “chaplinianas” convivem ao lado de casinhas caiadas em linha, todas iguais; da igreja no alto da colina; do canavial em forma de muro verde acompanhando as estradas de terra batida; dos telhados de barro e das antenas parabólicas (CAMPAGNOL, 2008, p. 10).

O malogro dos engenhos centrais instalados no final do século XIX contribuíram para a fixação das fábricas no meio rural. Assim também, como foi destacado no capítulo 1, a intervenção do IAA é outro fator pela permanência e expansão das usinas em locais afastados, proporcionando ao usineiro “um planejamento habitacional autóctone, próprio, proporcionado pela produção do açúcar”. (Campagnol, 2008, p. 11).

Deste modo, a análise de Campagnol (2008) versa sobre a ação do poder privado na construção e no planejamento do território pelos usineiros e compõe o esforço em compreender as origens e difusão deste modelo habitacional e seu processo de desmonte e abandono que vem ocorrendo desde os anos 1960, com o declínio do colonato nos canaviais paulistas.

Enfocando nas contribuições do estudo para a agroindústria canavieira paulista, a autora destaca a influência do colonato adotado nas fazendas cafeeiras do Estado desde os finais do século XIX:

Mesmo as colônias agrícolas construídas por usinas mantiveram semelhantes características daquelas consolidadas durante a produção cafeeira, como o predomínio da casa térrea geminada ou agrupada, alinhada às demais, com quintais envoltos por plantações. Ao longo do século XX, este padrão básico de casas geminadas para trabalhadores vai conviver com casas patronais e prédios destinados a equipamentos coletivos que, nos diversos núcleos, adotaram estilos variados: com elementos do ecletismo, neocolonial, missões, art déco e moderno (CAMPAGNOL, 2008, p. 480).

Em seu levantamento, Campagnol (2008) expõe a diversidade da arquitetura nas colônias das usinas paulistas e suas histórias de implementação, desenvolvimento, decadência e abandono. O esforço para o acúmulo documental realizado por pesquisadores/as interessados pelo registro da história recente das usinas e reconhecimento seu patrimônio cultural, contempla os objetivos desta dissertação em contribuir com registro e catalogação do patrimônio industrial brasileiro.

O Engenho Central de Piracicaba, acompanhando o desastre que atingiu o patrimônio histórico e cultural brasileiros com o incêndio do Museu Nacional em dezembro de 2018,

também foi comprometido pelas chamas em julho de 2020<sup>77</sup>. O processo de tombamento feito pelo CONDEPHAAT, iniciado em 2010, foi finalizado em 2014<sup>78</sup>. Implantado pelo governo imperial em 1881, “em 1899, foi adquirido pela empresa francesa *Société des Sucreries Brésiliennes* e, no decorrer do século XX, adaptou-se à “era das usinas”. Pertenceu à UBASA (Usinas Brasileiras de Açúcar S. A.), sendo desativado em 1974”<sup>79</sup>.

A Destilaria Central de Lençóis Paulista foi tombada em 1989 pelo CONDEPHAAT. Suas edificações em situação de abandono envolvem o projeto de reestruturação para atender o Centro Municipal de Formação Profissional Prefeito Ideval Paccola. O projeto prevê o restauro e a construção de edificações anexas, buscando não destoar da arquitetura original<sup>80</sup>:

A Destilaria Central de Lençóis Paulista foi construída pelo Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), em terras adquiridas de Francisco Campello, objetivando suprir a falta de combustível. Inaugurada em 1943, dois anos depois já se encontrava desativada. Em 1971, através de um contrato de locação entre o IAA e a Cooperativa dos Produtores de Aguardente de Cana do Estado de São Paulo, voltou a funcionar, por pouco tempo, ficando a partir de então definitivamente abandonada. O conjunto de edificações da destilaria se compõe de uma torre com 25 metros de altura, em que se encontravam instaladas as colunas de retificação, um pavilhão destinado às atividades administrativas, grandes armazéns utilizados como depósitos de materiais e equipamentos e, ainda, sete imóveis destinados para residência de seus funcionários. O tombamento incluiu toda a área construída, equipamentos e área verde.<sup>81</sup>

Dos exemplos de patrimônio industrial brasileiro destacados anteriormente e de alguns outros mais gerais que envolvem núcleos fabris e fazendas rurais os processos de conservação e reutilização dos espaços e edificações permitem inúmeras possibilidades de reaproveitamento do espaço e estão permeadas por disputas políticas e de interesses individuais e coletivos.

Essas aspirações ficam estagnadas entre a ineficiência e burocracia de ações de políticas públicas no manejo desses lugares de memória como referenciais culturais e a restrição do acesso ao território das memórias pela propriedade privada, ou pela insegurança que geram edificações abandonadas.

A ineficiência do Estado se faz presente nesse dilema entre propriedade privada e

<sup>77</sup> <https://revistagloborural.globo.com/Noticias/Cultura/noticia/2020/07/patrimonio-agroindustrial-brasileiro-engenho-central-e-restaurado-apos-incendio.html> <Acesso em 24/09/2020>

<sup>78</sup> Resolução 92, Artigo 1º. Fica tombado como bem cultural de interesse histórico, arquitetônico, artístico, turístico e ambiental o Engenho Central de Piracicaba, área formada por edificações e remanescentes da antiga *Société des Sucreries Brésiliennes*, contidas na área delimitada conforme descrição a seguir

<sup>79</sup> <http://condephaat.sp.gov.br/benstombados/engenho-central/#> <Acesso em 24/09/2020>

<sup>80</sup> <https://2smc.arq.br/projeto/restauro-da-destilaria-central-de-lencois-paulista/#project-description> <Acesso em 24/09/2020>

<sup>81</sup> <http://condephaat.sp.gov.br/benstombados/copia-modelo-nome-do-bem-tombado-copia-13/> <Acesso em 24/09/2020>

interesse público em vários patrimônios potenciais que vão se perdendo pelas degradações físico-químicas do ambiente. O esquecimento nas memórias individuais e coletivas passa a envolver cada vez mais os meios culturais e o ato comunicativo na escassez de referenciais materiais e simbólicos.

No caso da Usina Açucareira Paredão, por mais que as atividades industriais tenham sido encerradas em 1991 e a quase a totalidade de seus moradores e trabalhadores tenham sido dispensados das casas das colônias até 1994, o uso da propriedade se manteve com a pecuária até 2020. O isolamento também permitiu certo grau de conservação às edificações e de acervos documentais.

Essa dualidade entre as esferas públicas e privadas englobam múltiplas tensões entre os discursos locais sobre o patrimônio cultural. Entre elas, as pautas levantadas pela sociedade orientense envolvem: a criação do museu sobre a Usina; a possibilidade de visitação ao espaço; assim como restauração, tombamento e utilização do espaço para outras finalidades, como o turismo e eventos culturais.

Várias memórias coletivas compõem “os tempos da Usina” e permeiam os imaginários das pessoas que viveram e trabalharam nesse complexo agroindustrial. Na cidade de Oriente e nas redes sociais, causos, estórias e fotos são contadas e compartilhadas, apresentando várias versões sobre diversos acontecimentos.

O ressentimento presente nas memórias e histórias das pessoas com o fechamento da Usina estão envolvidas entre a dureza do trabalho e a nostalgia de um modo de vida que se extinguiu. Recordar “os tempos da usina” significa conhecer e reconhecer a cultura no presente e os processos formadores da história, economia, política e sociais locais. É buscando esses bens materiais e imateriais do povo de Oriente, das pessoas que moraram e trabalharam na Usina Açucareira Paredão que se compreende as demandas sociais e os potenciais deste patrimônio industrial.

S.A: a mágoa que eu tenho com a usina é isso aí, eles não deixa nós entrar lá. Olha, fui nascido e criado lá porra, eu saí numa boa, saí porque quis, ele não deixa nós entrar. Eu tenho vontade de ir lá. Sabe até onde eu fui? Até a porta do clube quando o padre vai rezar a missa lá. A turma desce junto. Eu já fui lá, mas na usina... um dia eu pedi para o Júlio deixar eu ir lá na Colônia da Usina, ver a Colônia da Usina ele não deixou. Pedi para a Maria Alice, aqui dentro da Igreja do Oriente, para ela e para o Sr. Guilherme, ele falou ‘olha, infelizmente eu não estou no comando, da minha parte você poderia ir, mas é com o Julio’.

H.C: principalmente, quando a Usina fechou, teve gente que eles não pagaram direito, teve nego que meteu a usina no pau, então esse pessoal que fez isso, eles sabem quem, ele não deixa entrar não. Muitas vezes tem gente que liga lá no escritório, as meninas atendem, fala para ele, fala não, ou pra deixar máquina pra fora, carro pra fora. É difícil de deixar alguém entrar.

H.C: veio a filha do final Helcio de São Paulo, passear, chegou um dia ela bateu aqui, na quinta, me chamou, eu conheci ela, né, ela falou ‘o Sr. Jaú, vim aqui, senhor vai fazer um favor para mim, diz que é só o senhor para fazer esse favor para mim, senhor trabalha lá ainda?’ ‘Olha, não trabalho, de vez em quando quebra alguma coisa lá e eles me chamam, principalmente amanhã que é sexta-feira eu vou descer 7 horas para soldar uma peça de um trator lá.’; ‘Então o senhor vai fazer esse favor para mim, senhor não dá um jeito de... eu quero ir ver a minha casa onde eu morei, senhor não consegue?’; ‘falei, menina, tem que pegar ele na veia em, porque ele é...’, ‘faz esse favor para mim, se o senhor ver ele’. Aí fui trabalhar [chega neta]. Trabalhei até hora do almoço, aí vim almoçar, depois voltei, nem lembra, rapaz. Quando foi umas quatro hora, estou lá soldando, escutei um barulho batendo no tambor, pei. Tirei a mascarai, olhei, era ele ‘senhor assustou?’ [risos]. Ele veio conversar comigo, tal. Falei ‘olha, esqueci de um negócio, foi até bom você aqui vim aqui agora, nem lembrava. ‘Dinheiro?’, ‘que dinheiro’ [risos] ‘se fosse dinheiro eu lembrava, sei que você tem’, ‘o que é então?’, ‘tem uma parente minha de São Paulo, ela morou aqui na usina e ela queria ver a casa dela, assim...’, ‘parente sua, você vai vir junto?’, ‘vou vir junto, ela quer vir sábado de manhã’, ‘eu vou para São Paulo hoje a noite, e amanhã não estou aí, mas olha, não trás máquina fotográfica’.

H.C: falei ‘tudo bem’, ‘pode vir, se o guarda perguntar fala que autorizei... você em, não vai trazer muita gente não, você essa pessoa, Tel vem?’ ‘não, não vem’, ‘pode vir, sua família, mas não trás mais gente’. Aí cheguei aqui, a noite ela veio, falei ‘você pode ir lá’, ‘está brincando?!’ começou a chorar... amanhã cedo, ‘então eu venho aqui te buscar’, falei assim ‘não é para levar máquina, mas você leva a máquina, tem que deixar o carro na entrada, ele não vai estar lá, você embrulha a máquina na blusa, e você entra, lá na casa você tira’. Ela levou, foi, nossa, aí passar na casa dele lá, fomos lá onde morou o Hortêncio, lá na Colônia, aí nós fomos na esquina onde morou o Hortêncio e viemos, ela falou ‘é aqui!’, eu não sei o que tinha lá que ela lembrou, lembrou da árvore no fundo.

A.S: é uma vida, eu fico pensando, aquela grama, eu tenho o meu neto, que é o filho dela, então depois que eu acabava o serviço tudo, eu pegava um papelão, a gente já tinha o papelão, então a gente pegava, punha em baixo do braço, meu netinho com boné na cabeça, nós ia la perto da igreja, e lá é assim, né [inclinado], e cai na lagoa. Eu montava, sentava, punha meu netinho no meio das perna, e ele agarrava na minha perna aqui, ele segurava e nós ia parar lá em baixo. Daqui um pouco ia chegando um, outro. A mulherada ia tudo para lá. Dia de domingo a gente invetava fazer um pique nique, ia para lá, sentava na grama, aquele lugar gostoso, aquelas árvores, era uma coisa boa. O grupo [escolar], nossa senhora, ai que dó, aquele grupo tão bem arrumadinho, aquelas comida gostosa, cozinheira, eles tirou tudo! Acabou com tudo!

A.S: as vezes eu fico em casa pensando ‘ai, se eu pudesse ir lá na usina, dar uma escorregada, será que eu ainda aguento escorregar naquela grama?, chamar umas colega que a gente tem aqui, descer lá, fazer um pique nique, né, pegar os neto, levar’. Porque eu fui criada lá, eu só não nasci, mas fui criada lá. (...) mas a gente podia ter uma liberdade onde a gente morou tantos anos, né.

A.S: aquela coisa de cimento lá, só tem o buraco agora, ai que dó! A vez que

eu fui lá, faz tempo, você sobe aquele morro, aquele lugar tão bonito, agora você olha só buraco, ai, dá uma tristeza.

L.S: meu pai tinha o maior prazer, eu vinha para cá, vinha minha família, pai da minha filha, amigos né. Nossa, tinha o maior prazer em descer lá, meu pai tinha acesso ali, ele entrava e saía quando queria, o Júlio nunca proibiu. Tanto que todo mundo da usina que chegava aqui em Oriente que queria conhecer, pegava o meu pai, porque meu pai tinha livre acesso. Ah, era a vida dele, querer entrar e mostrar e contar.

Mesmo não cumprindo com todas as exigências para o catálogo de tombamento requeridos pelo IPHAN, as fotos a seguir buscam expôr a riqueza arquitetônica das edificações ainda em certo grau de conservação na Usina Açucareira Paredão. Pela restrição de acesso ao local com câmeras fotográficas, este acervo foi retirado da página do Facebook “Memórias Usina Paredão”<sup>82</sup>.



**Figura 21:** Portaria Usina Paredão, 2008.

Disponível em: <https://www.facebook.com/usinaparedaoorienteoeficial/photos/6096190023728283>  
Acesso em 25/08/2021



**Figura 22:** Colônia da Usina, 2008.

Disponível em: <https://www.facebook.com/usinaparedaoorienteoeficial/photos/6096184737062145>  
Acesso em 25/08/2021

<sup>82</sup>Há de reconhecer a possibilidade de degradação das edificações após as fotografias que foram feitas em sua maioria na década de 2010. Outrossim, o amadorismo fotográfico realizado sem o olhar técnico, além da existência de outras edificações que não foram retratadas, restringem a abrangência deste acervo.



**Figura 24:** Colônia Barbosa. Disponível em: <https://www.facebook.com/usinaparedaorienteficial/photos/6096170900396862>  
Acesso em 25/08/2021



**Figura 25:** Colônia do Bosque, anos 2010. Disponível em: <https://www.facebook.com/usinaparedaorienteficial/photos/5347661528581140>  
Acesso em 25/08/2021



**Figura 26:** Farmácia e Armazém, anos 2010. Disponível em: <https://www.facebook.com/usinaparedaorienteficial/photos/5085277008152928>  
Acesso em 25/08/2021



**Figura 27:** Armazém, anos 2010.

Disponível em: <https://www.facebook.com/usinaparedaorienteooficial/photos/5085275534819742>

Acesso em 25/08/2021



**Figura 28:** Farmácia, anos 2010.

Disponível em: <https://www.facebook.com/usinaparedaorienteooficial/photos/5085273261486636>

Acesso em 25/08/2021



**Figura 29:** Parque industrial, anos 2010.

Disponível em: <https://www.facebook.com/usinaparedaoorienteoeficial/photos/4715564098457556>

Acesso em 25/08/2021



**Figura 30:** Grupo Escolar Maria Milanesi Giorgi. Anos 2000.

Disponível em: <https://www.facebook.com/usinaparedaoorienteoeficial/photos/3813080595372582>

Acesso em 25/08/2021



**Figura 31:** Grupo Escolar Maria Milanesi Giorgi. Anos 2000.  
Disponível em: <https://www.facebook.com/usinaparedaoorienteooficial/photos/3806414279372547>  
Acesso em 25/08/2021



**Figura 32:** Clube, vista externa. Usina Paredão. Anos 2010.  
Disponível em: <https://www.facebook.com/usinaparedaoorienteooficial/photos/5085356211478341>  
Acesso em 25/08/2021



**Figura 33:** Clube, vista interna. Usina Paredão. Anos 2010.  
Disponível em: <https://www.facebook.com/usinaparedaoorienteooficial/photos/5085309518149677>  
Acesso em 25/08/2021



**Figura 34:** Capela Nossa Senhora das Graças, Usina Paredão. Anos 2010.  
Disponível em: <https://www.facebook.com/usinaparedaoorienteooficial/photos/5085289938151635>  
Acesso em 25/08/2021

Poulot (2008) reconhece os conflitos de significado e o peso que o patrimônio assume nas convergências e divergências entre acadêmicos, administradores, legisladores e opinião pública ao questionar a necessidade da presença material do passado, via patrimônio. O autor busca superar a dualidade proteção/restauração versus vandalismo/abandono.

Tal questionamento é pertinente principalmente pelos usos pelas quais o patrimônio está sujeito, sendo necessário “distinguir entre o que é verdadeiramente herdado e o que é (re)construído, ou entre ficções sinceras e as invenções desonestas” (POULOT, 2008, p. 40).

Assim, Poulot (2008) expõe que:

A noção de patrimônio envolve, em primeiro lugar, um conjunto de posses que cumpre identificar como transmissíveis; em seguida, um grupo humano, uma sociedade, capaz ou suscetível de reconhecer como suas, de demonstrar a sua coerência e de organizar a sua recepção; e, por fim, um conjunto de valores políticos no sentido mais geral do termo, que permite articular os legados do passado à espera ou à configuração de um futuro, com o objetivo de promover algumas mutações e, ao mesmo tempo, afirmar uma continuidade (POULOT, 2008, p. 36).

Paul Ricoeur (2007) em *A memória, a história e o esquecimento*, dedica um subcapítulo a Pierre Nora – *insólitos lugares de memória*, para investigar o destino do conceito lugar de memória deste autor. Discutido em vários artigos posteriores, busca compreender as premissas desse conceito e suas consequências imediatas e posteriores.

O autor busca investigar o destino comemorativo que os “lugares de memória” se tornaram no transcorrer do seu desenvolvimento e aplicação intrínseco a sua conceitualização. O “conceito que pretendia ser por seus procedimentos, métodos e pelo próprio título, uma história do tipo contra-comemorativo”, foi apropriado (ou criado a partir dessas premissas) pelo discurso comemorativo nacional do patrimônio (RICOEUR, 2007, p. 419).

Recorrendo aos artigos de Nora, Ricoeur (2007, p. 423) resgata que o conceito “lugares de memória” anunciam: uma ruptura entre história e memória (reconhecendo esta como fenômeno atual, absoluto, e aquela como representação do passado, relativa); uma perda da história-memória (sendo o fim de ideologias-memórias, com a aparição de uma história-crítica, na qual a história começa a fazer sua própria história); o surgimento de um fenômeno novo, o da memória apreendida pela história, desenhada em três traços – o reinado do arquivo, em uma nova memória arquivada; a conversão da memória em psicologia individual, preço a ser pago pela metamorfose histórica da memória; e a memória distância, marcada pela descontinuidade reconhecida no passado.

A determinação recíproca entre história e memória na estrutura complexa dos lugares de memória apresentados acima acumulam três sentidos:

o primeiro [material] fixa os lugares de memória em realidades que consideraríamos inteiramente dadas e manejáveis; o segundo [simbólico] é a

obra de imaginação e garante a cristalização das lembranças e sua transmissão; o terceiro [funcional] leva ao ritual (...)" (RICOEUR, 2007, p. 415).

Este último é vinculado à patrimonialização com culto à memória é a primeira ligação para a apropriação dos lugares de memória pelo discurso nacionalista do patrimônio. Para complementar a compreensão dessa criação discursiva, é necessário contextualizar a época e o local em que os artigos foram escritos: a França da década de 80, que passava pelo clamor comemorativo do bicentenário da Revolução Francesa e a autocelebração do Maio de 1968 (Ricoeur, 2007).

Ao mesmo tempo, o modelo clássico de comemoração ancorado no Estado-nação e na versão oficial da história vem sendo subvertido e implodido no declínio da identidade nacional, pela batalha da memória de grupos identitários que extrapolam as fronteiras modelos nacionais.

Em complemento, o ano de 1980, considerado pela UNESCO como ano do patrimônio, consagra a regionalização da memória coletiva e dos lugares de memória. Porém, a vinculação da comemoração patrimonial regional à memória histórica hegemônica, de maior abrangência comunicativa, faz dos lugares de memória, locais de frequente disputa por memórias e histórias silenciadas, obscuras ou traumáticas que as apagam.

Logo, esse contexto acumulativo que fez dos lugares de memória um conceito "insólito" para Ricoeur (2007), deve ser tratado com cuidado, para que não aconteçam as apropriações indevidas das memórias coletivas e históricas em disputa.

Assim os conflitos e disputas de significado que envolvem o patrimônio industrial e seus atores também permeiam as esferas do público e do privado. O processo de tombamento do patrimônio coloca limitações práticas e burocráticas para os proprietários de bens registrados, no que diz respeito a manutenção, restauro e aproveitamento econômico. E apesar da relevância em tornar o patrimônio disponível para todos, as formas de se fazer isso põem em jogo muitos interesses. (Melo e Cardozo, 2015)

Porém, o reconhecimento e registro pelos órgãos responsáveis demonstram o interesse público que uma edificação, objeto, expressão cultural, representa para a sociedade, e não só para os proprietários. Como destacam Melo e Cardozo (2015, p. 1070):

Entram em choque, nestes casos, os interesses públicos e privados, aqueles voltados para o uso público do patrimônio, pela apropriação deste como

elemento da cultura, e, por outro lado, os interesses privados, que perseguem apenas as possibilidades de lucro com as propriedades, ou menos que isso, se relacionam com o poder que tem os proprietários de manter os imóveis em bom estado e as formas de o Estado auxiliar neste intento, já que, propriedade privada ou não, o patrimônio é responsabilidade compartilhada com o Estado.

A importância da intervenção do poder público ao atuar com o patrimônio, indo além da dualidade proteção/restauração versus vandalismo/abandono, está principalmente relacionada ao conteúdo histórico e cultural do patrimônio, à identidade e ao reconhecimento e atuação da própria população do bem em questão.

Como destaca Schneider (2004) há várias comunidades e municípios pelo país que possuem um acervo patrimonial significativo, com variados níveis de conservação ou abandono e que não foram catalogados, registrados ou reconhecidos. É necessário destacar que muitos destes núcleos urbanos e rurais apresentaram diferentes reações às crises econômicas que envolveram o Brasil, principalmente a partir da segunda metade do século XX. O comprometimento de antigas edificações pela transformação das suas funções originais, pelo abandono, ou simples demolição contrasta com o potencial de reaproveitamento estratégico e planejado das políticas públicas na área do patrimônio.

O turismo se apresenta como possibilidade de políticas públicas na área do patrimônio como saída da estagnação econômica destas regiões, envolvidas muitas vezes com paisagens naturais ou em contextos históricos e arquitetônicos que tiveram maior atenção patrimonial. Atuações públicas e privadas pela promoção do turismo local envolvem algumas vezes restauro e preservação de edificações, principalmente em cidades históricas, com atividades de comércio e hotelaria.

Margarida Barreto (2008) em *Turismo e Legado Cultural* discute os aspectos do turismo cultural, principalmente vinculado ao patrimônio histórico e sua preservação. A autora destaca as práticas nocivas ao patrimônio material e imaterial com visitas excessivas e descaracterização cultural do patrimônio por práticas turísticas. Buscando superar essas práticas, defende a necessidade de um novo paradigma, o da sustentabilidade, para o desenvolvimento da prática turísticas relacionadas ao legado cultural.

A vinculação entre turismo e herança cultural local é trabalhada Barreto (2008) destacando o fenômeno do turismo de massa no pós-Segunda Guerra Mundial. A autora debate como o aumento no trânsito de pessoas vem sendo tratados por Estados e comunidades locais, relacionadas principalmente à exploração econômica. Esta atuação na gestão do

turismo levou à exploração exacerbada de muitos recursos naturais, culturais ou históricos, em detrimento da conservação ou até com degradação dos patrimônios locais.

Barreto (2008) destaca que a transformação de patrimônios históricos e práticas culturais em bens de consumo, em contexto de conservação e restauro dos bens materiais, devem acompanhar finalidades didáticas, pedagógicas e culturais, e não apenas para fins econômicos, para que não haja degradação dos bens culturais e assim, ser sustentável em todos os sentidos.

Como destacam Melo e Cardozo (2015, p. 1070) uma pauta importante para a discussão da vinculação entre o turismo e a herança cultural é a necessidade da democratização do patrimônio. O alijamento das populações no contato e apropriação de bens culturais, tanto as mais básicas como leitura, escrita e acesso aos espaços, como as práticas turísticas excludentes do patrimônio, expressam a desigualdade social presente na sociedade brasileira. Deste modo, a função social do patrimônio exige muito mais que relações econômicas para a comunidade local e para os turistas, pois a apropriação recíproca das heranças culturais assume papel formador não só de identidade, mas também de cidadania.

O desenvolvimento tecnológico cada vez mais avançado dos meios de transportes e comunicação, encurtando distâncias e aproximando digitalmente culturas, compõe o aumento da circulação de turistas a nível mundial em busca de experiências culturais diversas. A globalização, que é uma condição também da cidadania, exige cada vez mais cidadania global, e a atividade turística é uma mediadora desta construção, já que aproxima, metódica e intencionalmente, diferentes culturas (Melo e Cardoso, 2015).

Deste modo, o turismo cultural faz parte de uma segmentada oferta das demandas do turismo mundial e exige planejamento e gestão para melhor implementação em benefício da população local. O livro de orientações básicas para o turismo cultural, escrito pelo Ministério do Turismo em 2006 reúne diretrizes para a abordagem desse tipo de atividade econômica e seu entorno cultural e histórico

com o intuito de oferecer subsídios a gestores públicos e privados, na perspectiva da diversificação e caracterização da oferta turística brasileira”, trazendo “aspectos conceituais e legais, abordando o perfil do turista, a identificação de agentes e parceiros, até as peculiaridades relativas à promoção e comercialização (BRASIL, 2006, p. 7).

Vale destacar a concepção de interpretação que o livro de orientações apresenta sobre o patrimônio cultural. A Interpretação Patrimonial é “uma tradição técnica e acadêmica”

utilizada nos países com tradição em turismo cultural e em áreas naturais. O teórico pioneiro da interpretação patrimonial foi o americano Freeman Tilden, sintetizado na máxima a abrangência de sua concepção: “através da interpretação, a compreensão; através da compreensão, a apreciação; e através da apreciação, a proteção”.

Deste modo, a interpretação do patrimônio enquanto teoria e prática, busca propiciar experiências de conservação e aproveitamento do patrimônio cultural e ambiental com participação da sociedade, permitindo resultados econômicos no paradigma da sustentabilidade:

(...) o maior mérito da interpretação é a popularização da história, da cultura e do conhecimento ambiental. Ao compreender o sentido do que vêem, ao apreciar sua experiência com o lugar e com as pessoas, os visitantes sentem-se enriquecidos com a convivência e com o que aprenderam informalmente enquanto se divertem em seu tempo de lazer. Acabam valorizando ainda mais a cultura local e o patrimônio, e também valorizando o produto turístico (BRASIL, 2006, p. 206).

O desenvolvimento de projetos envolvendo patrimônio pelos paradigmas da sustentabilidade, sistematizada por Barreto (2008) e institucionalizada pelo Ministério do Turismo buscam, na atividade turística, o desenvolvimento social e o combate à desigualdade, que aumentam distâncias físicas e simbólicas no acesso à cultura e educação no Brasil.

A educação, assim como a cultura, sempre acompanhou de alguma forma os processos de reconhecimento patrimonial, pois não há patrimônio material ou imaterial sem formas de intervenções pedagógicas e comunicativas que sustente determinada interpretação com conteúdo histórico e cultural.

As políticas de construção da identidade nacional estão nas origens do patrimônio histórico pela busca dos Estados de estruturar culturalmente a nação nos marcos das fronteiras territoriais. Silva (2015, p. 208) expõe que a representação estável e forte dos Estados Nacionais passou por um processo de declínio com “a globalização econômica, os acordos econômicos regionais, a pulverização das relações de mercado, a mundialização da cultura, o terrorismo e o medo”. Extrapolando as fronteiras nacionais, os movimentos identitários amparados pela massificação da comunicação vem ganhando espaço para pautar temáticas que antes se restringiam a elite intelectual e política.

Deste modo, as políticas relacionadas ao reconhecimento e aproveitamento do patrimônio cultural expressam as disputas pelas quais estão envolvidas as interpretações do

patrimônio a nível local, regional, nacional e internacional. A educação patrimonial como modalidade pedagógica é mais uma possibilidade de ampliação e democratização do acesso ao patrimônio cultural. Segundo João Lorandi Dermach (2018, p. 143)

O Guia Básico de educação Patrimonial é um marco paradigmático para o campo da educação mediada pelo patrimônio cultural no Brasil. Publicado em 1999 pelo instituto do patrimônio Histórico e artístico nacional (IPHAN) em parceria com o museu imperial, ele consolida a introdução no Brasil do “trabalho pedagógico desenvolvido na Inglaterra sob a designação de Heritage education” (HORTA et al., 2006: 5). essa proposta pedagógica foi apresentada no 1º seminário sobre o uso educativo de museus e monumentos, realizado em Petrópolis, em 1983, organizado pela diretora do museu, maria de Lourdes Parreiras Horta – depois de sua participação em um seminário na Inglaterra em que se discutiu como utilizar fontes primárias nas aulas de História, trouxe para o Brasil os conceitos e a metodologia aprendidos lá. O Guia foi editado em uma parceria entre o museu imperial, o IPHAN e o ministério da cultura até 2006. mesmo com mudanças políticas como a que propiciou a nomeação de Gilberto Gil para ministro dessa pasta e a que propôs uma atuação ao ministério diferente da que estava sendo adotada na década de 1990.

Por outro lado, Dermach (2018) apresenta um posicionamento crítico ao analisar Guia Básico de Educação Patrimonial. O autor analisa as contradições internas do Guia e defende que a conveniência teórica aplicada "apresenta noções progressistas ao passo que são propostos métodos educativos conservadores" (DERMACH, 2018, p. 144). Porém, não desconsidera a importância que o Guia trouxe para a educação patrimonial brasileira e defende sua superação e utilização crítica.

O ponto central do Guia versa em "conhecer para preservar". Segundo o texto, “a valorização do patrimônio cultural brasileiro depende, necessariamente, de seu conhecimento e sua preservação do orgulho que possuímos de nossa própria identidade” (HORTA et al., 2006, p. 5). Segundo Dermach (2018,p. 148), as concepções desse ponto legitimam o Estado como único capaz de identificar e determinar o que é patrimônio cultural. Como o patrimônio é um campo de conflito, um lugar de disputa identitária, a educação patrimonial não deve definir previamente o que deverá ser preservado nem estabelecer qual o significado que a ele deve ser dado.

O método apresentado pelo Guia, definido como “a metodologia específica da educação patrimonial” (HORTA et al., 2006, p. 6), consiste em quatro etapas para o desenvolvimento de atividades educacionais voltadas para o patrimônio: primeiro, a observação que busca uma aproximação do objeto, ensejando a experiência empírica do aluno com o patrimônio cultural; em seguida, o registro para a “fixação do conhecimento

percebido” (HORTA et al., 2006, p. 11); no terceiro momento, está a exploração, em que se desenvolverão as capacidades de análise crítica e interpretação das evidências; e, por último, a apropriação, na qual se espera o envolvimento afetivo dos alunos e, por conseguinte, a valorização do bem cultural e histórico.

É importante trazer o questionamento tanto ao Guia quanto à crise da identidade nacionalista apresentada por Silva (2015) para não simplificar a discussão, reconhecendo a disputa que envolve o patrimônio em suas significações.

A experiência de aplicação do Inventário Participativo de Referências Culturais do Minhocão apresentado por Nito e Scifoni (2017) contra a especulação imobiliária e gentrificação do Minhocão (Elevado Presidente João Goulart) no centro da cidade de São Paulo, demonstra como o Guia como o Manual de Aplicação do IPHAN de “Educação Patrimonial: Inventários Participativos” (2016) podem ser realizados de maneira não impositiva, com participação local e para os interesses locais.

O documento do IPHAN:

considera a comunidade como protagonista para inventariar, descrever, classificar e definir o que lhe discerne e lhe afeta como patrimônio, numa construção dialógica do conhecimento acerca de seu patrimônio cultural. Alinha, ainda, o tema da preservação do patrimônio cultural ao entendimento de elementos como território, convívio e cidade como possibilidades de constante aprendizado e formação, associando valores como cidadania, participação social e melhoria de qualidade de vida (BRASIL, 2016, p. 5).

Dermach (2018, p. 146) considera que mesmo este documento em conjunto com outros publicados posteriormente “não foram capazes de eclipsar a importância do Guia no campo da educação patrimonial” e sua fundamentação. Porém, também deve-se considerar o modo de aplicação e o engajamento da comunidade local, assim como feito por Nito e Scifoni (2017).

Há que se utilizar a máxima educacional de Paulo Freire, referência na pesquisa e aplicação da alfabetização de adultos nacional e internacionalmente: "Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção" (FREIRE, 2010, p. 47) para tratar também de uma Educação Patrimonial que

(...) possibilitasse ao homem a discussão corajosa de sua problemática. De sua inserção nesta problemática. Que o advertisse dos perigos do seu tempo, para que, consciente deles, ganhasse a força e a coragem de lutar, a o invés de ser levado e arrastado à perdição de seu próprio 'eu', submetido às prescrições alheias. Educação que colocasse em diálogo constante com o outro. Que o

predispusesse a constantes revisões. À análise crítica de seus 'achados'. A uma certa rebeldia, no sentido mais humano da expressão. Que o identificasse com métodos e processos científicos (FREIRE, 1967, p. 90).

Mais do que reivindicado e construído pela comunidade como protagonista da ação de reconhecimento e dos retornos econômicos e sociais que o patrimônio cultural pode garantir para a população local, o patrimônio cultural deve fazer parte do cotidiano das pessoas que o integram, compondo não só a atividade turística, mas também o aproveitamento constante desses bens históricos e culturais para formação política e cidadã.

A professora Zaida García Valecillo discorre sobre a “morte social do patrimônio cultural” e como evitar que isso aconteça. Ela defende a necessidade de se manter um vínculo afetivo e simbólico ou de uso constante entre os bens e a sociedade (VALECILLO, 2016, p. 45). Essa discussão embasa-se principalmente no esvaziamento de sentido entre os bens materiais e a comunidade local provocado pelo turismo predatório, que utiliza em muitos casos edificações para bens comerciais e não para a moradia, ou que tem somente a estética apropriada sem conteúdo social. As ruas históricas se enchem de turistas e se esvaziam de moradores, que se afastam dos bens patrimoniais e dos significados que os constituem.

Desta forma, a educação patrimonial adquire função e significado de “gestão patrimonial, que tem o desafio de conformar teorias e práticas dirigidas à criação de uma cultura cotidiana responsável e articuladora com processos sociais” (VALECILLO, 2016, p. 46, tradução própria).

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As convergências entre as abordagens teóricas e analíticas da história social do trabalho e as perspectivas conceituais sobre patrimônio industrial compõem as argumentações para considerações finais desta dissertação. Se por um lado, a história social do trabalho coloca em destaque os produtores das riquezas, as maiorias da sociedade, que são constituídas historicamente por trabalhadores; por outro, as abordagens sobre patrimônio industrial, ao compor as dimensões materiais e imateriais que envolvem os vestígios de atividades industriais passadas, expressam a inerência para com o trabalho executado por essa parcela da população no reconhecimento patrimonial.

Deste modo, a concepção de trabalho assume papel central nessas convergências ao compôr essa atividade essencial da existência humana na transformação da natureza como meio de vida. “Como atividade que visa, de uma forma ou de outra, à apropriação do que é natural, o trabalho é condição natural da existência humana, uma condição do metabolismo entre homem e natureza, independentemente de qualquer forma social” (MARX, 1974, p.148).

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador e, portanto, idealmente. (MARX, 1985, p.149-150)

Por conseguinte, se por um lado, “quando se fala do trabalho, está-se tratando, imediatamente, do próprio homem” (MARX, 2004, p. 89), por outro “o modo pelo qual os homens produzem seus meios de vida depende, antes de tudo, da própria constituição dos meios de vida já encontrados e que eles têm de reproduzir” (MARX, 2007, p. 87).

Essa concepção histórica das transformações dos meios de vida pelas quais as pessoas encontram-se para se reproduzirem materialmente, ao ser atribuída ao patrimônio industrial, salienta mais que a eloquência das edificações e dos maquinários industriais, mas principalmente as diversas formas pelas quais a divisão social do trabalho foi empregada para a geração e expropriação da riqueza.

Evidentemente que essa concepção não conforma todas atuações referentes ao patrimônio industrial. O significado de todo bem reconhecido como patrimônio assume papel de disputa discursiva. Deste modo, se o patrimônio não é emancipatório, trazendo retorno à

população local; ele é retórico, senão perverso, ao excluir as memórias, histórias e pessoas que constituíram o espaço. Essas perspectivas são importantes para reconhecer a Usina Açucareira Paredão enquanto patrimônio industrial, pois consideram no labor das famílias trabalhadoras a inerência dos seus 58 anos de existência.

José Souza Martins (2001) expôs o débito que as ciências sociais têm com os trabalhadores rurais brasileiros ao recompor as abordagens feitas dessa parcela da população considerando-os como ultrapassados, como âncora do progresso e da modernização do campo. Deste modo, no processo de crítica pela historiografia dos estudos sociais sobre o mundo do trabalho rural e pela atuação via patrimônio cultural no reconhecimento local desses processos

poderá contribuir para melhorar a qualidade de vida das populações rurais e recuperar a dimensão crítica da tradição sociológica, se puder ver-se criticamente na relação investigativa e na relação educativa com as populações que estuda. Se abrir mão de suas certezas para assimilar as incertezas que ajudou a disseminar e fazer dessas incertezas uma mediação cognitiva essencial na relação entre a teoria e a prática (MARTINS, 2001, p. 36).

O esforço historiográfico em resgatar a história desta Usina a partir da compreensão dos modos de vida das famílias trabalhadoras residentes foi mais que revelar o planejamento autóctone proporcionado pela produção de açúcar e álcool, mas principalmente reconhecer e nomear os produtores das riquezas.

Outrossim escola, quadra poliesportiva, estádio de futebol, armazém para venda de mercadorias, açougue, padaria, serviços de assistência médica e odontológica e moradia que conformaram esses modos de vida nas dependências das colônias das fazendas e do núcleo fabril estiveram amparados por legislações trabalhistas e de assistência social fruto da própria ação histórica da classe trabalhadora na busca de melhores condições de vida e trabalho.

Ademais, a regulamentação das produção e das relações trabalhistas e sociais realizadas pelo Instituto do Açúcar e do Álcool que perdurou durante toda existência da Usina Açucareira Paredão também foi outro fator importante para a manutenção desse complexo agroindustrial.

Deste modo, as transformações nas relações de produção e trabalho durante os quase 60 anos de funcionamento da Usina Açucareira Paredão permearam o colonato canavieiro paulista (De Carli, 1943) como regime laboral instituído na expansão da fronteira agrícola paulista no início do século XX. Essas transformações entropõem-se aos modos de vida de

várias gerações de famílias trabalhadoras, que persistiram em suas colônias, pelo desenvolvimento tecnológico industrial e de transporte e pelas conquistas das legislações trabalhistas, cambiando gradualmente as condições de vida e trabalho nas habitações do núcleo fabril e nas fazendas.

Por fim, registra-se as palavras de motivação proferidas pelos torcedores do Usina Paredão Futebol Clube, que inspiraram o título desta dissertação: *Quem falou que a Usina morreu, se enganou. A Usina não morreu nem morrerá, ôi. Deixa a malvada da língua do povo falar. Eu sou da Usina e posso afirmar.*

## APÊNDICE

<b>CRITÉRIOS UTILIZADOS PARA A TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS</b>
1- No início das transcrições, cabeçalho informando: nome do entrevistado, local da entrevista, data, nome(s) do(s) entrevistador(es), nome do projeto, nome completo do transcritor e data da transcrição.
2- As iniciais (primeiras letras do primeiro e do último nome) dos entrevistados foram aplicadas como se segue:  A.B. - texto
3- Trechos inaudíveis foram destacados entre chaves:  [inaudível]
4- Foram anotados entre colchetes, no corpo do texto, os casos:  [risos] [riso] [emoção] [silêncio] [interrompido]
5- Alterado para CAIXA ALTA as palavras ou frases pronunciadas com ênfase
6- A ocorrência de enunciados incompletos foi marcada com reticências.
7- Observações suplementares:  a) Senhor e doutor só foram abreviados quando antecederam nome próprio.  b) Gramática, concordância ou vício de linguagem diferentes dos assinalados não foram alterados:  o que que = o que; tô = estou; tá = está; tava = estava; pra = para; nois = nós.
8- Alguns nomes foram suprimidos das transcrições quando solicitados pelo entrevistado ou por critério do transcritor para evitar problemas judiciais, sociais ou pessoais:  [nome omitido]

## REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. *Histórias dentro da História*. In: PINSKY, Carla B. *Fontes Históricas* (Org.). 2.ed. São Paulo: Contexto, 2008.

ALVES, Francisco José da Costa. *Migração de trabalhadores rurais do Maranhão e Piauí para o corte de cana em São Paulo. Será esse um fenômeno casual ou recorrente da estratégia empresarial do Complexo Agroindustrial Canavieiro?* In NOVAES, J. R. e ALVES, F. *Migrantes*. São Carlos: EdFSCar, 2007.

\_\_\_\_\_. *Modernização da agricultura e sindicalismo: Lutas dos trabalhadores assalariados rurais da região canavieira de Ribeirão Preto*. 1991. 347f. Tese de Doutorado em Sociologia – IFCH, Unicamp, Campinas, 1991.

ALVES.; NOVAES, J.R. *Trabalho intensivo e pagamento por produção no complexo agroindustrial canavieiro*. In: Encontro de redes de estudos rurais, 4., 2010, Curitiba, Munrural, políticas públicas, instituições e atores em reconhecimento político. Curitiba: UFPR, 2010.

AIZPURU, Mikel e RIVERA, Antonio. *Manual de historia social del trabajo*. Madrid, Siglo XXI, 1994

BRASIL, *Educação Patrimonial : inventários participativos : manual de aplicação* / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional ; texto, Sônia Regina Rampim Florêncio et al. – Brasília-DF, 2016.

MEIHY, José Carlos S. Bom. *Manual de História Oral*. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

BORTOLOTTI, Jaime. *Usina Paredão Futebol Clube*. Botucatu. Editora Fernando Bilah. 2008.

BRAY, Sílvio Carlos. *A formação do capital na agroindústria açucareira de São Paulo: revisão dos paradigmas tradicionais*. Rio Claro: Tese de Livre Docência, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, UNESP, 1989.

CAMPAGNOL, Gabriela. *Usinas de açúcar: habitação e patrimônio industrial*. São Carlos, USP, Tese de Doutorado, 2008.

CARLI, Gileno dé. *Gênese e evolução da indústria açucareira paulista*. Rio de Janeiro, Irmãos Pongetti editores, 1943.

CAÍRES, Ângela Cristina Ribeiro. *O colonato na Usina Tamoio*. In. *Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil Formas tuteladas de condição camponesa exportadora* (Orgs.) Delma Pessanha Neves e Maria Aparecida de Moraes Silva. São Paulo. Editora UNESP. Volume 1. 2008.

CEVASCO, Maria Elisa. *Dez lições sobre estudos culturais*. São Paulo: Boitempo, 2003.

DEMARCH, João Lorandi. *O que é, afinal, a educação patrimonial? Uma análise do Guia Básico de Educação Patrimonial*. REVISTA CPC, v.13, n.25, p.140–162, jan./set. 2018.

FERREIRA, Maria Leticia Mazzucchi: *Reflexões Sobre Reconhecimento E Usos Do Patrimônio Industrial*. In: Cultura Material e Patrimônio da Ciência e Tecnologia. Marcus Granato e Marcio F. Rangel. Museu de Astronomia e Ciências Afins MAST, Livro Eletrônico. Rio de Janeiro, 2009.

FERREIRA, Marieta de Moraes (org.) *História oral: desafios para o século XXI*. / Organizado por Marieta de Moraes Ferreira, Tania Maria Fernandes e Verena Alberti. — Rio de Janeiro : Editora Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz / CPDOC - Fundação Getulio Vargas, 2000.

FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína. *Usos e Abusos da História Oral*. 8.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

GAGLIARDI Clarissa Maria, e CARVALHO Mônica de. *Devir da fábrica: patrimônio industrial em disputa na zona leste de São Paulo*. Anais do Museu Paulista. Nova Série, vol. 28, São Paulo, 2020.

GUIMARÃES, A. P. *Quatro Séculos de Latifúndio*. Editora Fulgor. São Paulo, 1964.

HALL, Michael. *Os fazendeiros paulistas e a imigração*, in Fernando Teixeira da Silva et al. (eds), *República, liberalismo, cidadania* (Piracicaba, 2003), pp. 153–161

HOBSBAWN, Eric. *Sobre a História*. São Paulo: Cia das Letras: 2005

HALBWACHS, Maurice. *Memória coletiva*. Editora Revista dos Tribunais LTDA. São Paulo, 1990.

HORTA, Maria de Lourdes p.; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane q. *Guia Básico de educação Patrimonial*. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 2006

JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. *A incorporação do testemunho oral na escrita historiográfica: empecilhos e debates*. Dossiê - Questões teóricas e metodológicas Revista História Oral, v. 13, n. 1, 2010.

JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Siglo XXI Editores, Madrid y Buenos Aires, 2002.

IANNI, Octavio. *Origens agrárias do estado brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira; revisão da tradução César Benjamin.

- Ed. PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2006.

BARRETO, Margarita. *Turismo e Legado Cultural: as possibilidades do planejamento*. Campinas (SP): Papirus, 2000.

FORTES, Alexandre, et al., *Cruzando Fronteiras – Novos olhares sobre a história do trabalho*, org. Alexandre Fortes... [et al.]. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013

MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

MARTINS, José de Souza. *O futuro da Sociologia Rural e sua contribuição para a qualidade de vida rural*. Revista Estudos Avançados 15 (43), 2001.

MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural, 1974

\_\_\_\_\_. *O Capital: crítica da economia política*. Tradução por Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

\_\_\_\_\_. *A ideologia alemã*. Tradução de Rubens Enderle, Nélcio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *A questão da reforma agrária no Brasil (1945-1964)*. São Paulo: Dissertação de Mestrado/USP, 1982.

MEIRA, Roberta Barros. *Bangüês, engenhos centrais e usinas: o desenvolvimento da economia açucareira em São Paulo e a sua correlação com as políticas estatais (1875-1941)*. São Paulo: FFLCH- USP Dissertação de Mestrado em História Econômica, 2007.

MENEGUELLO, Cristina. *O patrimônio industrial e suas relações com as artes, ofícios e design*. Anais do I Encontro Nacional Arte e Patrimônio Industrial. 2020. Disponível em: [https://www.even3.com.br/anais/arte\\_patrimonio\\_industrial/](https://www.even3.com.br/anais/arte_patrimonio_industrial/)

MOREIRA, Eduardo Fernandes Pestana Moreira. *Expansão concentração e concorrência na agroindústria canavieira em São Paulo : 1975 a 1987*. 1989. 115f. Dissertação de Mestrado em Economia – IE, Unicamp, Campinas, 1989.

MOREIRA, Eduardo Pestana e SZMRECSÁNYI, Tamás. *O desenvolvimento da agroindústria canavieira do Brasil desde a Segunda Guerra Mundial*. São Paulo, IEA-USP, Revista Estudos Avançados nº 5 (11): 57-79, 1991

MONBEING, Pierre. *Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo*. Segunda edição. São Paulo. Editora Hucitec. Editora Polis.1998.

NITO, Mariana K.; SCIFONI, Simone. *O patrimônio contra a gentrificação: a experiência do inventário participativo de referências culturais no minhocão*. revista do centro de Pesquisa e Formação, n. 5, set. 2017.

NORA, Pierre. *Les Lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, 1984. (Entre memória e história: a problemática dos lugares. Vol. 1 A República, p. XVII-XLII, tradução de Kenzo Paganelli)

NOVAES, José Roberto Pereira. *Campeões de produtividade: dores e febres nos canaviais paulistas*. Estudos Avançados, São Paulo, n.21, (59), 2007

NEVES, Delma Pessanha. *Formas tuteladas de condição camponesa: colonato e morada na agroindústria*. In. Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil Formas tuteladas de condição camponesa exportadora (Orgs.) Delma Pessanha Neves e Maria Aparecida de Moraes Silva. São Paulo. Editora UNESP. Volume 1. 2008.

PRADO Jr. Caio. *O Estatuto do Trabalhador Rural*, Revista Brasiliense, n. 47, São Paulo, 1963, pp. 1-13; citação da p. 10. - Ianni, 1984, p. 68)]

PORTELLI, Alessandro. *A Filosofia e os Fatos: Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais*. Dossiê Tempo, Rio de Janeiro, vol. 1, n.º. 2, 1996.

PORTELLI, Alessandro. *O que faz a história oral diferente*. Projeto História, São Paulo, n.º 14, 1997

PRADO, Marcos Lázaro. *Usinas, colônias e famílias : trajetórias de trabalhadores em uma usina de açúcar (1960-1990) / Marcos Lázaro Prado*. -- São Carlos : UFSCar, 2011. 226 f

RAMOS, Pedro. *Agroindústria canavieira e propriedade fundiária no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1999.

RUFINONI, Manuela Rossinetti. *Patrimônio Industrial*. in. Dicionário temático de patrimônio: debates contemporâneos/ organização Aline Carvalho e Cristina Meneguello. Campinas, Sp: Editora Unicamp, 2020.

SZMRECSÁNYI, Tamás. *O planejamento da agroindústria canavieira do Brasil*. Campinas, Hucitec – Unicamp, 1979.

SAWYER, Frederic H. *Relatório apresentado à Sociedade Paulista de Agricultura, Comércio e Indústria*. São Paulo: Typ. De Carlos Gerke, 1905.

SCOPINHO R. A.; VALLARELI, L.(Org.). *Modernização e Impactos Sociais: o caso da agroindústria sucroalcooleira na região de Ribeirão Preto (SP)*. Rio de Janeiro: FASE/WAR, 1995.

\_\_\_\_\_. *Vigiando a vigilância. Saúde e segurança no trabalho em tempos de qualidade total*. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2003.

PICARD J. *Usinas açucareiras de Piracicaba, Villa-Haffard, Porto Feliz, Lorena e Cupim: Missão de inspeção do Senhor J. Picard, Engenheiro, de 1 de março a 15 de julho de 1903*. São Paulo, Hucitec; Editora da Unicamp, 1996.

SAMPAIO, Mateus de Almeida Prado. *Aspectos do colonato açucareiro em São Paulo (1930-*

1950). Anais do III Seminário de História do Açúcar – Produção, Trabalho e Estrutura Fundiária. São Paulo, 2010.

SAMPAIO, Mateus de Almeida Prado. *Aceleração do tempo e encurtamento das distâncias – o histórico papel das técnicas no processo de interiorização e modernização da canavieicultura paulista: séculos XVI a XXI*. Dissertação de Mestrado apresentada para obtenção do título de Mestre em Geografia – Área de concentração: Geografia Humana Universidade de São Paulo, USP, 2010.

SILVA, José Graziano. *Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura*. Editora Hucitec. São Paulo, 1981.

SILVA, Maria Aparecida Moraes. *Errantes do fim do século*. São Paulo: Editora da Unesp, 1999.

STOLCKE, Verena. *Cafeicultura: Homens, mulheres e capital (1850-1980)*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

TEIXEIRA, Rafael Giovanetti. *Análise das condições de vida e trabalho na Usina Paredão, Oriente (SP)*. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado - Ciência Política e Sociologia – Sociedade, Estado e Política na América Latina) apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu-PR, 2017.

THOMAZ Jr., A. *Por trás dos canaviais, os “nós” da cana (a relação capital x trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canvieira paulista)*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2002.

THOMPSON, Edward P. *Folclore, antropologia e história social*. In: As peculiaridades dos ingleses e outros artigos. Campinas: Ed. da Unicamp, 2001.

----- . *A formação da classe operária inglesa*. v. 1, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

----- . *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1981.

VALECILLO, Zaida García. *¿Cómo impedir la muerte social del patrimonio cultural? Educación Patrimonial un área emergente*. Mouseion, n. 23, p. 41-56, abril, 2016.

VICTOR, Mauro Antônio Moraes... [et al.]. *Cem anos de devastação: revisitada 30 anos depois*/Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Biodiversidade e Florestas. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

\_\_\_\_\_. *Cultura e sociedade: 1780-1950*. São Paulo, Editora Nacional, 1969.